



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS**

**EUSTÁQUIO GONZAGA ALVARENGA JÚNIOR**

**UMA PONTE SOBRE O ATLÂNTICO: IMIGRAÇÃO, INSERÇÃO E COMÉRCIO  
DOS FRANCO-JUDEUS NO CEARÁ (ARACATI – 1870/1918)**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2018**

EUSTÁQUIO GONZAGA ALVARENGA JÚNIOR

UMA PONTE SOBRE O ATLÂNTICO: IMIGRAÇÃO, INSERÇÃO E COMÉRCIO DOS  
FRANCO-JUDEUS NO CEARÁ (ARACATI- 1870/1918)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História e Culturas. Área de Concentração: História e Culturas

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Alvarenga Júnior, Eustáquio Gonzaga.

Uma ponte sobre o Atlântico: imigração, inserção e comércio dos franco-judeus no Ceará (Aracati - 1870/1918) [recurso eletrônico] / Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. - 2018.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 172 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2018.

Área de concentração: História.

Orientação: Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas.

1. Imigração. 2. Etnia Judaica. 3. Comércio. I. Título.

EUSTÁQUIO GONZAGA ALVARENGA JÚNIOR

**UMA PONTE SOBRE O ATLÂNTICO: IMIGRAÇÃO, INSERÇÃO E COMÉRCIO DOS FRANCO-JUDEUS NO CEARÁ (ARACATI – 1870-1918)**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

Área de Concentração: História e Culturas

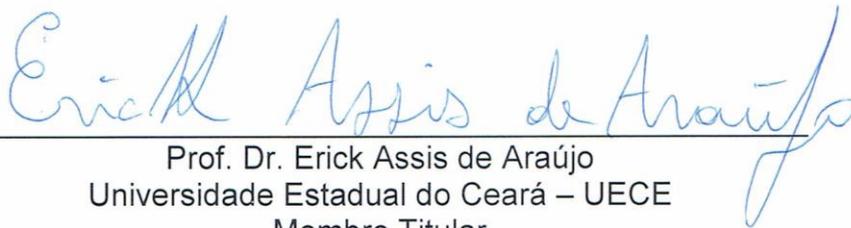
Aprovada em: 21/03/2018.

BANCA EXAMINADORA



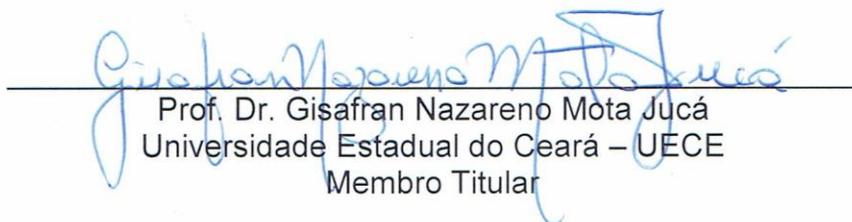
---

Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas  
Universidade Estadual do Ceará – UECE  
Orientador



---

Prof. Dr. Erick Assis de Araújo  
Universidade Estadual do Ceará – UECE  
Membro Titular



---

Prof. Dr. Gisafra Nazareno Mota Jucá  
Universidade Estadual do Ceará – UECE  
Membro Titular

Aos meus pais, Eustáquio Gonzaga Alvarenga e Gerarda de Aquino Alvarenga (in memoriam), pelo sopro da vida e o amor incondicional.

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho resultou de um processo iniciado ao acaso, através de conversas informais com amigos. Estes falavam de antepassados judeus oriundos da França, de suas trajetórias pessoais e laços construídos no Ceará.

Desse modo, o presente tema vem fazendo parte de meus estudos, desde 2012. Essa caminhada deu trabalho, mas rendeu frutos. Esse foi um deles.

Então agradeço aos amigos que serviram de inspiração inicial: Heloísa Meyer, Lucile Meyer e Daisy Meyer. Outros, ao longo do processo, foram sendo acrescentados: Antonio Carlos Klein, Antonio Carlos Klein Filho, Luciano Pinheiro Klein Filho, Luciano Pinheiro Klein, Roger Gradwohl e Antero Pereira Filho.

Não poderia também deixar de agradecer à figura do meu orientador, Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas, que me estimulou, em grande parte, a encarar a aventura do Mestrado.

Agradeço do mesmo modo aos colegas do MAHIS – Mestrado Acadêmico em História e Culturas da UECE: o convívio com vocês foi engrandecedor, pois cada debate, cada risada, cada angústia compartilhada, fizeram parte de minha caminhada e a alimentaram.

Dou vivas também ao apoio de meu pai, meu maior torcedor e incentivador.

Por último, agradeço aos amigos próximos e aos professores Altemar da Costa Muniz, Berenice Abreu de Castro Neves, Erick Assis de Araújo, Gisafran Nazareno Mota Jucá, Gleudson Passos Cardoso, Fátima Maria Leitão Araújo, Marcos José Diniz Silva, Samuel Carvalheira de Maupeou, Valéria Aparecida Alves e Zilda Maria Menezes Lima, pela generosidade e contribuições que deram, ao longo de meu percurso acadêmico.

“Se as estatísticas estão corretas, os judeus constituem apenas um por cento da raça humana. Isso sugere um nebuloso grãozinho de pó de estrela perdido na imensidão, na Via Láctea. Normalmente, jamais se ouviria falar do judeu; porém se fala, e sempre se ouviu falar dele. Ele é tão proeminente no planeta quanto qualquer outro povo, e sua importância comercial é bastante fora de proporção com a pequenez de seu grupo. Suas contribuições aos grandes nomes do mundo na literatura, ciência, arte, música, finança e medicina também estão fora de proporção com seu pequeno número. Têm feito uma luta maravilhosa no mundo, em todas as épocas; e o têm feito com as mãos atadas nas costas. Os egípcios, os babilônios, os persas surgiram, encheram o planeta com som e esplendor; depois evaporaram como num sonho e sumiram; os gregos e os romanos também fizeram muito barulho e agora estão acabados; outros povos brotaram e levantaram sua tocha bem alto e por um tempo, mas ela se queimou, e agora estão na obscuridade, ou simplesmente desapareceram. O judeu viu a todos eles, venceu a todos, sem enfraquecer suas partes, sem esmorecer suas energias, sem embotar sua mente alerta. Todas as coisas são mortais, as outras forças passam, mas ele permanece. Qual o segredo de sua imortalidade?”

(Mark Twain)

## RESUMO

Esse estudo, cujo título é “Uma ponte sobre o Atlântico: imigração, inserção e comércio dos franco-judeus no Ceará (Aracati - 1870/1918)”, tem como objetivo analisar as transformações ocorridas no esteio do processo civilizador capitalista, processo esse que alterou os meios de produção, as formas de consumo, a circulação de mercadorias e pessoas. O fio condutor do trabalho é a trajetória de membros das famílias franco-judaicas dos Meyer, Klein e Gradvohl. Através dos depoimentos orais colhidos, pode-se perceber o panorama do século XIX como pano de fundo do processo imigratório e das atividades laborais desses indivíduos. O jogo de escalas próprio da micro-história, as comparações da história global e a pós-memória ilustram as conexões entre escolhas de vida, ciclos econômicos, guerras, políticas migracionais e etnia judaica. Uma ponte alimentada de sonhos e ambição levou tais imigrantes a cruzarem o Atlântico em busca da Terra Prometida no Ceará, especificamente na cidade de Aracati. O recorte temporal abrange o período que vai de 1870, data da chegada da maioria dos franco-judeus ao Ceará, até 1918, data da morte do patriarca da família Klein. A Aracati do período abrigou esses imigrantes que acabaram por se constituir como agentes potencializadores das fortes trocas comerciais ocorridas na época. Eles uniram diversas praças comerciais cearenses ao Brasil e ao mundo, através da fundação de suas casas importadoras e exportadoras. As fontes compiladas e analisadas foram: os depoimentos orais dos descendentes, os jornais da época, obras literárias, as correspondências da Alfândega e Mesa de Rendas das cidades de Aracati e Fortaleza, os almanaques comerciais, inventários, livros-caixa, amplo acervo de fotografias e o Arquivo Intermediário do APEC referente à Casa Boris Frères.

**Palavras-chave:** Processo Civilizador Capitalista. Correntes Migratórias. Cultura Migratória. Comércio.

## ABSTRACT

This study, entitled "Bridging the Atlantic: immigration, adaptation and commerce of French Jews in Ceará (Aracati - 1870/1918)", aims to analyse the changes in the mainstay of the civilizing process, that process altered the capitalist ways of production, forms of consumerism, the movement of goods and people. The main principle of the work is the trajectory of members of French-Jewish families of Meyer, Klein and Gradvohl. Through oral statements collected, we can see an overview of the 19th century as a background of the immigration process and commercial activities of these individuals. The game of scales of micro-history, the comparisons of global history and the post-memory illustrate the connections between life choices, economic cycles, wars, migration politics and Jewish ethnicity. A bridge built of dreams took such immigrants to cross the Atlantic in searching of the Promised Land in Ceará, specifically in the city of Aracati. The time period goes from 1870, the arrival date of the first French Jews to Ceará, until 1918, when the first member of the Klein family settled here passed away. The Aracati of this period housed these immigrants and they eventually became agents of a strong trade that occurred at the time. They connected several cities in Ceará to Brazil and to the world, through the foundation of their trade business houses. The sources compiled and analyzed were: the oral testimony of the descendants, newspapers of the time, literary works, the Matches of Customs and Income Goodies of Cities of Aracati and Fortaleza, the commercial almanacs, inventories, business books, extensive collection of photographs and the intermediate file of APEC regarding House Boris Frères.

**Keywords:** Capitalist Civilizational Process. Migration. Migrational Culture. Trade.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa das reformas a serem feitas em Paris, para a abertura da <i>Avenue de L'Ópera</i> (século XIX).....	27
Figura 2 –	Fotografia da Avenida da Ópera Garnier, em Paris, após as reformas empreendidas por Haussmann (1890).....	28
Figura 3 –	Imagem da Exposição Universal de 1889, em Paris, França .....	33
Figura 4 –	Imagem do centro histórico de Mulhouse, na Alsácia, em 1900.....	35
Figura 5 –	Mapa da formação do território do Império Alemão (1871).....	43
Figura 6 –	Fotografia da cidade de Quatzenheim, na Alsácia, com sinagoga local .....	47
Figura 7 –	Imagens dos jornais <i>Echo do Povo</i> (Fortaleza, 09/11/1879, p. 2) e <i>A Semana</i> (Aracati, 10/08/1918, p. 4) .....	49
Figura 8 –	Fotografia do centro histórico da cidade de Marmoutier, na Alsácia. Ao centro, a catedral da cidade, início do século XX.....	52
Figura 9 –	Cartão postal impresso por <i>Hebrew Publishing</i> , entre 1900/1920, autor não identificado: “A happy new year” (alegoria representando o desembarque de imigrantes judeus na América).	60
Figura 10 –	Imagem da maquete do navio a vapor <i>Weser</i> (acervo do Museu Judaico de Buenos Aires – foto do autor).....	65
Figura 11 –	Fotografia da enseada de Fortaleza com vapores ancorados (século XIX).....	66
Figura 12 –	Fotografia do Porto de Camocim, início do século XX .....	70
Figura 13 –	Mapa da barra do Rio Jaguaribe e da Vila de Aracati, 1825 .....	78
Figura 14 –	Mapa do núcleo urbano de Aracati, 1901.....	81
Figura 15 –	Imagem da fachada da Matriz de Aracati (início do século XX) ....	82
Figura 16 –	Fotografia da Rua Cel. Alexanzito, Aracati, anos 20 .....	83
Figura 17 –	Imagem de um carro de boi ao lado da Cruz das Almas, em Aracati .....	84
Figura 18 –	Fotografia do Porto de Aracati, início do século XX.....	85
Figura 19 –	Jacques e Henri Klein, Aracati, início do século XX.....	87
Figura 20 –	Albert e Henri Klein, Aracati, início do século XX .....	88
Figura 21–	Fotografias de Myrtil Meyer.....	90

Figura 22 –	Imagens de Leon Gradvohl e do selo da <i>Gradvohl Frères</i> .....	91
Figura 23 –	Imagem do interior da sinagoga <i>Kehilat Israel</i> , em São Paulo .....	95
Figura 24 –	Fotografias do casal Myrtil e Francisca Meyer, Aracati, anos 1910 .....	100
Figura 25 –	Imagens do casal Jacques Klein e Caetana Porto Klein .....	102
Figura 26 –	Família Campelo Klein, Aracati, anos 1930 .....	104
Figura 27 –	Fotografias do casal Henri e Luísa Klein, Aracati, anos 1920.....	106
Figura 28 –	Fotografia do casal Leon e Andrée Gradvohl, Paris, anos 1920 .....	108
Figura 29 –	Imagem da banda <i>Euterpe Operária</i> , Aracati, 1916.....	114
Figura 30 –	Imagem das dependências da <i>Costa Lima e Myrtil</i> , Aracati, princípios do século XX.....	116
Figura 31 –	Grupo de rapazes e moças tomando chá, Aracati, anos de 1920.....	119
Figura 32 –	Fotografia do <i>Café Goyanna</i> , Aracati, anos de 1910/1920 .....	121
Figura 33 –	Rapazes e moças da elite aracatiense, Aracati, anos de 1920 .....	123
Figura 34 –	Fotografia de Alberto Klein e seu automóvel, Aracati, anos 20 .....	125
Figura 35 –	Henri Klein e Myrtil Meyer num bar, Aracati, anos de 1920.....	129
Figura 36 –	Trecho de anúncio da firma <i>Myrtil Meyer</i> , jornal <i>O Aracaty</i> (Aracati, 26/06/1909, p. 03) .....	131
Figura 37 –	Imagem de parte do testamento de Jacques Klein .....	134
Figura 38 –	Trecho do livro-caixa da firma <i>Costa Lima e Myrtil</i> , Aracati, abril de 1915, p. 25 .....	135
Figura 39 –	Fotografia de Henri Klein acompanhado do coronel João Fernandes e do major Bruno Figueiredo, Aracati, anos 20.....	136
Figura 40 –	Mapa das estradas de ferro do Ceará em 1898.....	141
Figura 41 –	Carros de boi em Aracati, início do século XX .....	142
Figura 42 –	Fotografia de membros da família Boris, Fortaleza, anos de 1880 .	146
Figura 43 –	Prensa de algodão da firma <i>Boris Frères</i> , Fortaleza, início do séc. XX.....	149
Figura 44 –	Usina elétrica da <i>Costa Lima e Myrtil</i> , Aracati, princípios do séc. XX.....	149
Figura 45 –	Anúncio da <i>J. Klein e Figueiredo</i> , almanaque <i>Terra Cearense</i> , 1925 .....	152

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 –</b>	<b>Países com as maiores comunidades judaicas, por volta de 1898.....</b>	<b>38</b>
<b>Tabela 2 –</b>	<b>Principais momentos da imigração judaica para o Brasil e origem/destino dos imigrados (século XIX) .....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 3 –</b>	<b>Brasil: imigração geral e judaica, por períodos (1872/1919).....</b>	<b>54</b>
<b>Tabela 4 –</b>	<b>Distribuição da população judaica no Brasil (censo 1890/1900).....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 5 –</b>	<b>Relação de judeus franceses radicados no Ceará – séc. XIX (origem/destino).....</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 6 –</b>	<b>Relação das casas comerciais de estrangeiros em Aracati – séc. XIX .....</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 7 –</b>	<b>Evolução da movimentação portuária no Brasil (1839-1901).....</b>	<b>144</b>
<b>Tabela 8 –</b>	<b>Exportação, em porcentagem, dos principais produtos do Ceará (1865-1885).....</b>	<b>151</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Árvore Genealógica da família Meyer .....	101
Quadro 2 –	Árvore Genealógica da família Klein.....	105
Quadro 3 –	Árvore Genealógica da família Gradvohl.....	107
Quadro 4 –	As interdependências da Civilização Capitalista .....	139
Quadro 5 –	As cadeias comerciais das firmas franco-judaicas.....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Associação Comercial do Ceará
AHE	Arquivo Histórico do Exército
AN	Arquivo Nirez
APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
CPMSP	Cemitério Público Municipal de São Pedro (Aracati)
CPSJ	Cemitério Público São José (Sobral)
GPPUR	Grupo de Pesquisa em Práticas Urbanas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JCA	Jewish Colonization Association (Associação Judaica de Colonização)
MAHIS/UECE	Mestrado Acadêmico em História e Culturas
MIJSP	Memorial da Imigração Judaica de São Paulo
MJBA	Museu Judaico de Buenos Aires

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	16
<b>2</b>	<b>ÁGUAS TURBULENTAS: JUDEUS FRANCESES NA MODERNIDADE</b> .....	20
2.1	A EUROPA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E O PROCESSO CIVILIZADOR CAPITALISTA .....	21
2.2	SER FRANCÊS E SER JUDEU .....	37
2.3	AS ETERNAS DIÁSPORAS JUDAICAS .....	50
<b>3</b>	<b>VERDES ÁGUAS: DO ATLÂNTICO NORTE PARA O ATLÂNTICO SUL</b> .....	62
3.1	A SAGA DOS “JUDEUS ERRANTES” .....	63
3.2	A COLÔNIA FRANCO-JUDAICA DE ARACATI .....	76
3.3	CONQUISTANDO ESPAÇOS: OS CASAMENTOS MISTOS .....	92
<b>4</b>	<b>NAS ÁGUAS DO JAGUARIBE: DO CEARÁ PARA O MUNDO</b> .....	110
4.1	ARACATI: DO LOCAL PARA O GLOBAL, DO GLOBAL PARA O LOCAL.....	111
4.2	OS PATRÍCIOS, OS <i>GOIM</i> E AS CAMARADAGENS INFORMAIS .....	125
4.3	O COMÉRCIO COMO SINA.....	138
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	159
	<b>FONTES</b> .....	168
	<b>GLOSSÁRIO</b> .....	171

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação versa sobre a consolidação do capitalismo industrial e seu processo civilizador, ao longo do século XIX, bem como do seu impacto sobre os fluxos de mercadorias e pessoas à época. As novas dinâmicas geradas a partir desses fatos alteraram as formas de trabalho e consumo. Essas mudanças também produziram deslocamentos em massa de indivíduos em direção aos cenários urbanos, onde salários de fome e jornadas extensas de trabalho os aguardavam. É Bresciani (2009, p. 10) quem dirá: “A multidão, sua presença nas ruas de Londres e Paris do século XIX, foi considerada pelos contemporâneos como um acontecimento inquietante”. Com relação às migrações internas e externas, o século XIX talvez tenha gerado os mais fortes fluxos migratórios já documentados. É Lesser (2015) quem menciona o fato de que, ao se considerar o período que vai de 1870 a 1930, algo como 4 milhões de imigrantes se estabeleceram na Argentina; aproximadamente 3 milhões no Brasil; por volta de 1 milhão em Cuba e 400 mil no Uruguai. No caso da América do Norte, menciona que o Canadá recebeu mais de 1,3 milhões de imigrantes, ao passo que os Estados Unidos viram chegar a impressionante cifra de 20 milhões de novos habitantes.

Desse modo, trouxe esse período mudanças sociais e econômicas profundas, que alteraram a feição do mundo. As novas ideias políticas transformaram noções, práticas e conceitos. É Hobsbawm (2011) quem chama a atenção para o dado de que o século XIX pode ser compreendido - em grande parte - a partir da irrupção da primeira Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Tal revolução acabou por estabelecer uma capacidade ilimitada do sistema produtivo, que foi demandada pelo capitalismo, além de promover um forte crescimento econômico e uma irradiação mundial. Menciona também a grande modificação operada por outra revolução: a revolução política franco-americana. Essa acabou por estabelecer os novos modelos dominantes de instituições públicas da sociedade burguesa, inspiradas pelos sistemas teóricos da economia política clássica<sup>1</sup> (liberalismo econômico) e da filosofia utilitarista (princípio do bem-estar máximo). Para além dessas transformações, a nova lógica capitalista também mudou a dinâmica das trocas. Segundo Bairoch (1986, p. 277), “[...] a expansão das trocas é muito rápida no século XIX. O volume das exportações por habitante é multiplicado

---

<sup>1</sup> Segundo Singer (1975), o pensamento assim expresso acompanhava as novas teorias econômicas advindas com a Revolução Industrial. A evolução da Teoria das Vantagens Comparativas, no comércio entre diferentes nações, e da Doutrina do Livre-Cambismo, desenvolvidas por teóricos como Adam Smith, Davi Ricardo e John Stuart Mill, desde o último quartel do século XVIII e no decorrer do século XIX, traduziram-se numa nova realidade dos mercados.

por 25 entre 1800 e 1913 (com um aumento anual de 3%)”. A tecnologia facilitou transações e encurtou distâncias. O século XIX foi o laboratório de experiências dessa miscelânea impactante de novidades.

A Europa de então incorporou fortemente esse espírito: cidades sofreram um tremendo acréscimo demográfico, bulevares e avenidas foram rasgados em nome da higiene e da racionalidade, chaminés de fábricas povoaram horizontes. O ritmo frenético da nova ordem ditou os cotidianos. O impacto dessas mudanças causou grandes deslocamentos populacionais: do campo para a cidade, das cidades para o mundo. As novas relações de trabalho não contemplaram a todos. A posse da terra ainda continuava a ser um problema. Segundo Hobsbawm (2011), as problemáticas que envolviam as classes mais pobres desse período apontavam para duas soluções: a emigração ou a formação de cooperativas, sendo essa última opção nem sempre bem-sucedida. Além disso, menciona também que os anos de 1880 conheceram as taxas mais elevadas de imigração ultramarina.

Dessa forma, imensos contingentes de trabalhadores foram apanhados pelo vórtice das demandas desse novo cenário. A França do período, assim como outros países da Europa Ocidental, acabou por empurrar uma parcela de sua mão de obra disponível para as Américas. As escolhas que envolviam a travessia do Atlântico eram as mais diversas: a ausência de perspectivas laborais, a falta de um título de propriedade, a fuga de guerras (como a Franco-Prussiana<sup>2</sup> – 1870/1871) ou a pertença a uma etnia perseguida. Os judeus das classes proletárias encaixavam-se nesses motivos. Acabaram por ser presença constante nos vapores<sup>3</sup> que rasgavam os mares de então. Brenner (2013), ao abordar a imigração judaica alemã, ao longo do século XIX, afirma que:

[...] a maioria dos demais emigrantes trouxeram seus familiares para o Novo Mundo. Eles faziam parte de uma onda muito maior de imigrantes de língua alemã. Como seus vizinhos cristãos, fugiam da repressão política, da discriminação jurídica e da penúria econômica. Porém, enquanto a maioria dos emigrantes cristãos da Alemanha pertenciam à classe média e viajavam com a família, o típico emigrante judeu era pobre, jovem e solteiro. (BRENNER, 2013, p. 192).

---

<sup>2</sup> Segundo Vidigal (2009), a crise da sucessão da Espanha, em 1868, fez a despótica e desacreditada rainha Isabel II ser deposta por um movimento popular, tendo Isabel se refugiado na França. Um príncipe alemão candidatou-se à sucessão, enquanto a França desejava a rainha deposta restituída ao trono. Isso, junto a outros fatores, levaria à guerra entre a Prússia e a França, conhecida como Guerra Franco-Prussiana. Ao final desse conflito, a França perderia a região da Alsácia-Lorena para a Prússia.

<sup>3</sup> Navios a vapor, transatlânticos. Segundo Levasseur (1912, p. 401), tomando-se como exemplo o desenvolvimento da navegação francesa, verifica-se que os navios a vapor, sobretudo a partir dos anos de 1860, foram o principal meio de transporte (devido ao invento da combustão a vapor) utilizado nas rotas que ligavam esse país europeu às Américas.

Levando-se em consideração esses deslocamentos, iniciou-se uma investigação dos fatores que levaram esses judeus em direção ao Novo Mundo, especialmente ao Brasil e à Província do Ceará. Essa foi a tônica de um trabalho anterior intitulado *Terra Prometida nos Trópicos: processo imigratório, atividade mercantil e redes sociais na trajetória de um franco-judeu em Aracati (1897/1913)*<sup>4</sup>.

Desse modo, a dissertação em curso pretende expandir a análise sobre esses fluxos migratórios de judeus alsacianos, inserindo os percursos de membros das famílias Klein e Gradwohl, além dos Meyer já estudados. Nessa pesquisa, a fonte oral foi importante para a reconstrução das trajetórias desses imigrados. Tais fontes foram confrontadas com outras, como a hemerográfica, a iconográfica e a arquivística/documental. O resultado dessa colcha de retalhos permite um vislumbre do mundo e do Ceará no período estudado (1870/1918). Sendo assim, a partir de ampla bibliografia correlata e das contribuições feitas pelas disciplinas do MAHIS – UECE, além das atividades do GPPUR (Grupo de Pesquisa em Práticas Urbanas) e das orientações do professor Antônio de Pádua Santiago de Freitas, resolveu-se perseguir as respostas para perguntas que sondavam os motivos pelos quais esses imigrados escolheram o Ceará, mais precisamente a cidade de Aracati, como pouso final. Também se procurou aqui compreender as associações étnicas empreendidas por esses sujeitos, associações essas que os ajudaram no estabelecimento nas sociedades receptoras. Por fim, verificou-se que o comércio acabou por ser um dos instrumentos de inserção e adaptação desses indivíduos à nova morada. Além disso, atuaram esses imigrados como agentes civilizadores que estabeleceram pontes invisíveis, ligando as margens do Jaguaribe ao mundo.

Diante disso, no capítulo inicial, procede-se com a descrição do panorama mundial da segunda metade do século XIX e dos processos de industrialização europeu e francês ocorridos nesse contexto. Tais mudanças possibilitaram a potencialização da circulação de bens e pessoas. No que tange ao aumento das correntes migracionais, empreende-se algumas análises sobre as especificidades que envolveram os deslocamentos dos indivíduos da etnia judaica, especialmente os judeus da Alsácia-Lorena. Faz-se menção também a alguns conceitos fundamentais para a discussão dos propósitos desse trabalho, como o conceito de “pós-memória”.

---

<sup>4</sup> ALVARENGA JÚNIOR, Eustáquio Gonzaga. **Terra Prometida nos trópicos: processo imigratório, atividade mercantil e redes sociais na trajetória de um franco-judeu em Aracati (1897-1913)**, Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Ceará – UECE, Curso de História, 2014.

Já no capítulo 2, discute-se a presença estrangeira no Brasil do período, sobretudo dos indivíduos de etnia judaica. Fala-se sobre as dificuldades e particularidades de sua adaptação às sociedades acolhedoras, além das políticas migracionais adotadas à época. A união com moças católicas da elite aracatiense pontua esses trajetos. Mais uma vez a fonte oral é guia desses percursos, aliada ao acervo fotográfico fornecido pelos descendentes. Nesse processo, novas identidades foram construídas, raízes foram fincadas ao chão cearense, genealogias surgiram. O confronto desses depoimentos com outras tipologias de fontes vai corroborando o discurso dos descendentes. Faz-se também menção aos conceitos de “cultura migratória”, “configuração”, “assimilação” e “aculturação”.

O capítulo 3 trata das formas de inserção na sociedade aracatiense, principalmente através das atividades laborais abraçadas pelos indivíduos estudados. Todos fundaram ou se associaram a casas comerciais importadoras e exportadoras. Nesse processo, hábitos e costumes locais foram sendo metamorfoseados pelos objetos estrangeiros que inundavam Aracati, dentro de uma forte “hibridização/tradução” culturais. Tais casas comerciais acabaram por criar laços de negócio entre várias cidades cearenses, além de conectá-las com o Brasil e as mais diversas praças estrangeiras. Aqui o depoimento dos descendentes, os livros de memorialistas, os almanaques comerciais e os jornais da época ajudam a compor a trajetória desses imigrantes. Também se discorre sobre o estabelecimento definitivo desses indivíduos na sociedade de acolhimento.

## 2 ÁGUAS TURBULENTAS: JUDEUS FRANCESES NA MODERNIDADE

As águas turbulentas do título referem-se ao panorama de mudanças que caracterizou o século XIX. Além disso, os oceanos e mares se constituíram no principal meio de transporte do período, conectando os mais diversos rincões do mundo através dos navios a vapor. Serviram essas águas de pontes líquidas, pontes essas que transportaram informações, emigrantes e mercadorias. Sendo assim, nesse capítulo, discorre-se sobre as transformações surgidas no esteio do que se convencionou chamar de “processo civilizador capitalista”. Tal processo civilizador capitalista representou o ápice de uma cultura e lógica produtivas eminentemente burguesas. Trabalha-se para ganhar e ganha-se para consumir. Os meios de produção modificaram-se, a lógica do trabalho também. As trocas comerciais e o fluxo de pessoas se dinamizaram com o incremento da revolução tecnológica. Porém, tais mudanças não alteraram problemáticas antigas e ainda existentes no contexto do século XIX: a não adequação de inúmeros trabalhadores à lógica urbana e fabril, além da questão da falta de terras e possibilidades reais de crescimento material.

Emprende-se também a explanação de alguns conceitos-chave para a compreensão da conjuntura que se vivia então: “capitalismo”, “elite”, “modernidade”, “processo civilizador”, “consumo”, “urbanização”, “racionalização dos espaços”, “pós-memória” e “cultura migratória”. Diante disso, ao final discute-se o impacto dessas mudanças sobre os indivíduos proletários europeus, sobretudo os da etnia judaica, o que ajudou a potencializar questões que envolveram deslocamentos dentro e fora dos países de origem. Fala-se também sobre a situação das comunidades judaicas na França do período, além de se discorrer sobre os desdobramentos que a Guerra Franco-Prussiana trouxe para essas populações. Ao final, percebe-se como essas mudanças, ocorridas ao longo do século XIX, acabaram por influenciar as escolhas de vida e trajetórias dos judeus alsacianos aqui estudados.

## 2.1 A EUROPA DO SÉCULO XIX E O PROCESSO CIVILIZADOR CAPITALISTA:

Os paquetes que entram de manhã na barra  
 Trazem aos meus olhos consigo  
 O mistério alegre e triste de quem chega e parte.  
 Trazem memórias de cais afastados e doutros momentos  
 Doutra modo da mesma humanidade noutros portos.  
 Todo o atracar, todo o largar de navio,  
 É – sinto-o em mim como o meu sangue –  
 Inconscientemente simbólico, terrivelmente  
 Ameaçador de significações metafísicas  
 Que perturbam em mim quem eu fui<sup>5</sup>...

A navegação do século XIX e início do século XX ligou o mundo de uma maneira até então jamais vista. Esses navios metamorfosearam-se em símbolos de modernidade, de facilidades de trocas, de vetores de sonhos. Nesse panorama, mercadorias, ideias, pessoas, correspondências e informações cruzavam os mares em navios carregados de novidades. Linhas regulares de vapores franceses, como a linha da companhia *Chargeurs Réunis*, ligavam o porto do Havre, no Norte da França, ao Ceará, desde 1883, conforme menciona Takeya (1995). Levavam, dentre muitas coisas, cartas. Essas correspondências chegavam à Aracati, cidade portuária cearense, pelo rio Jaguaribe<sup>6</sup>.

No dia 23 de setembro de 1924, Henri Klein, judeu alsaciano radicado naquela cidade desde 1912, escrevia uma carta em resposta à outra, enviada por sua mãe da França, no dia 25 de agosto do mesmo ano. Nessa missiva dizia:

Querida mãe e irmãos,

Recebi a carta de vocês de 25 de agosto, a qual, como sempre, trouxe-me muita satisfação, especialmente por saber que todos vocês se encontram com saúde. O mesmo posso dizer a meu respeito. Eu não sei se já escrevi para vocês contando que recebi uma carta registrada do cartório de Truchtersheim<sup>7</sup>, com uma cópia do testamento. Pode ser que eles questionem se estou de acordo com o que foi apresentado. Neste caso, vocês podem mostrar a eles esta carta, como prova da minha concordância com tudo e com todas as condições. Considero que tudo está correto.

Por aqui não há novidades. Sempre a mesma vida. Espero em breve receber carta de vocês com mais novidades. No que eu pude ver, a prima Jeanne já está casada. Eu, porém, não consigo mais me lembrar do George. Já faz 12 anos que eu estou no Brasil e durante este tempo dá para aprender muito, mas também para esquecer muitas coisas. Pelo que pude entender, o Jacques também casou com a

<sup>5</sup> Trecho do poema “Ode Marítima”, de Fernando Pessoa (Ver PESSOA, Fernando. **Obras Escolhidas: Mensagem, Poemas de Alberto Caetano, Odes de Ricardo Reis, Poemas de Álvaro de Campos/Fernando Pessoa.** Org. Jane Tutikian. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016, p. 276-277).

<sup>6</sup> Rio que compõe uma das principais bacias hidrográficas do Estado do Ceará.

<sup>7</sup> Cidade alsaciana próxima à Quatzenheim, de onde os Klein eram originários.

Willens. Ele deve prestar muita atenção com quem ele faça par e sempre considerar a família. Espero receber notícias em breve e que vocês me participem essas novidades. Outras notícias eu não tenho agora a partilhar com vocês. De outra vez, haverá mais novidades. Lembranças e beijos a todos.

Do seu Henri<sup>8</sup>.

Tal carta mencionava o conteúdo do testamento de Jacques Klein, tio de Henri, falecido em 10 de agosto de 1918. Nesse documento<sup>9</sup>, Jacques Klein deixava parte do patrimônio amealhado no Ceará para o irmão, Joseph Klein, residente na França, na cidade de Quatzenheim, situada na Alsácia. A partir desse objeto cotidiano, uma série de perguntas pode ser suscitada: o que levou esses judeus alsacianos a se radicarem em Aracati? Buscavam alternativas ao panorama desenhado à época, em sua terra natal? Possuíam parentes ou amigos já estabelecidos no Ceará? Vieram para trabalhar em que ramo laboral?

Esses questionamentos puxam o fio de um novelo complexo e que remonta ainda à segunda metade do século XIX, época de imensas transformações nos meios de produção, nas relações de trabalho, nas trocas comerciais, na evolução tecnológica e nas correntes migratórias. Para desenvolver a narrativa que tenta explicar esses desdobramentos, faz-se necessário contextualizar toda essa gama de mudanças mencionadas. As palavras de Hobsbawm podem servir de mote para o início da compreensão desse período, onde a fé nas ciências e a forte crença num porvir promissor; alimentaram otimismo:

[...] O passado irrecuperável constitui um desafio aos bons historiadores, cientes de que ele não pode ser entendido em termos anacrônicos, mas encerra, também, a enorme tentação da nostalgia. Os menos observadores e mais sentimentais tentam constantemente retomar os encantos de uma era que as lembranças das classes alta e média tenderam a ver através de uma névoa dourada: a assim chamada *belle époque*, ou “bela época”. Naturalmente, esse enfoque agradou aos produtores de espetáculos e mídia, os figurinistas e outros fornecedores dos consumidores muito ricos. Talvez seja esta a versão do período com mais chances de ser conhecida do público pelo cinema e pela televisão. Ela é totalmente insatisfatória, embora sem dúvida capte um aspecto altamente visível do período que, afinal de contas, introduziu termos como “plutocracia<sup>10</sup>” e “classe ociosa<sup>11</sup>” no discurso público. Pode-se debater sobre se essa abordagem é mais ou menos inútil que a dos autores ainda mais nostálgicos, porém intelectualmente mais sofisticados, que esperam provar que o paraíso perdido poderia não ter sido perdido, se não fosse por erros evitáveis ou acidentes impossíveis de prever, sem os quais não teria havido Guerra Mundial, Revolução Russa ou qualquer dos acontecimentos considerados responsáveis pela perda do mundo anterior a 1914. (HOBSBAWM, 2011, p. 23)

<sup>8</sup> Carta traduzida do alemão e pertencente ao acervo particular de Luciano Pinheiro Klein Filho, descendente de Henri Klein.

<sup>9</sup> Inventário de Jacques Klein, 1920, cx. 41/Proc. 02, fl.48/Cartório de Aracati/APEC.

<sup>10</sup> Influência do dinheiro, preponderância de indivíduos ricos.

<sup>11</sup> Elite ou classe superior.

O trecho da obra de Hobsbawm (2011) destacado antes revela a permanência e o impacto, no imaginário mundial, do termo *belle époque* e do período ao qual se refere. Certamente esse termo é controverso e essa chamada “bela época” comportava problemáticas mascaradas ou atenuadas pelo otimismo reinante. Mas não se pode negar a relevância das mudanças ocorridas nesse contexto (1860/1914). Sem dúvida, a partir de meados do século XIX, os excedentes de capital acumulado começaram a incrementar ciclos econômicos e fortes processos de industrialização, sobretudo na Europa Ocidental.

Hobsbawm (2011) chama a atenção para o fato de ser o século XIX uma cria direta das Revoluções Burguesas: a Francesa e a Industrial. O pensamento liberal econômico de Adam Smith<sup>12</sup> e as novas ideias políticas que seduziram a todos com as noções de autonomia, liberdade e iniciativa, geraram uma era propícia a mudanças e novidades. A conjunção desses fatores criou um profundo gosto pelo moderno, que se traduziu numa materialidade e simbolismo de forte impacto no período. A Inglaterra e a França, como duas das nações que assumiram a vanguarda nesse processo modernizador e industrial, ajudaram a forjar a marca de um novo tempo, ou melhor, do “mais belo dos tempos”.

O termo citado - *belle époque* - revela de imediato uma relação estreita com a França. Esse país era visto então como um centro irradiador de cultura, elegância e vanguarda. Por conta disso, era comum nutrir-se um desejo de conhecer Paris, desfrutar seus cafés e *cabarets*, passear pelas suas ruas, observando vitrines e admirando sua iluminação elétrica, dentre outras novidades técnicas e materiais. Benjamin (2006) fala do hábito do parisiense de “flanar” pelas passagens, espécies de galerias comerciais da época: o homem que passeia devagar diante das vitrines, o *flâneur*<sup>13</sup>, caminha a esmo e admira a cidade como uma paisagem. Porém, Benjamin (2006) também chama a atenção para o fato de que a burguesia desse contexto havia mobilizado a todos em torno do fetiche, posto que o embelezamento da cidade servira para desviar os trabalhadores da luta nas barricadas, apresentando a sedução dos benefícios falsos do modo de vida burguês. Ele vai denominar essa sedução burguesa de “fantasmagoria moderna” e acusa seus instrumentos: as mercadorias, a publicidade, a arquitetura e a literatura. Essa literatura da época privilegiava o cenário das cidades: *Naná* e

---

<sup>12</sup> Economista escocês fundador do liberalismo econômico, liberalismo esse que pregava o livre comércio e a intervenção mínima do Estado nas trocas comerciais.

<sup>13</sup> Literalmente, o “passeador”.

*Germinal*, de Émile Zola<sup>14</sup>, são exemplos disso. O mundo da “bela época” é um mundo das urbes.

Outro cronista das cidades do século XIX foi o francês Charles Baudelaire. Ele argumentava que a poesia podia ser encontrada em qualquer lugar, em cada canto. Dizia Baudelaire (1996, p. 295), enxergando arte no cotidiano das cidades da modernidade: “[...] ao longo dos subúrbios, onde nos pardieiros persianas acobertavam beijos sorrateiros [...] e tropeçando em palavras como nas calçadas, topando imagens desde há muito sonhadas”. Ele desejava desposar as multidões, além de fazer a crônica de uma Paris cada vez mais marcada por uma industrialização irreversível. Concluía Baudelaire (1996, p. 22), ao falar de seu sentimento como habitante dessa cidade: “Estar fora de casa, e, contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo”. Desse modo, Hobsbawm (1977, p. 24), ao refletir sobre a literatura que abordava as metrópoles do período, dirá que suas personagens – as reais e imaginárias – eram lançadas no “drama do progresso, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito, mas acima de tudo, inevitável”.

Esse desejado progresso trazia a articulação de duas forças vitais e intrinsecamente ligadas: “modernização” e “civilização”. O conceito de “modernização” pode ser tomado a partir das ideias de Berman (1997) e possui três aspectos complementares: é um processo histórico de acumulação de capitais nas mãos de grupos burgueses; é um projeto de transformação material de costumes e usos, além de grandes modificações na paisagem das cidades; é o resultado de dinâmicas sociais que favoreceram ou dificultaram os investimentos das elites em diversos setores, bem como envolveu também as estratégias e respostas das camadas mais pobres a essas mudanças.

Já o conceito de “civilização” pode ser ilustrado através da visão de Starobinski (2001), que chama a atenção para o fato de que esse conceito não mais se liga a uma ação, e sim a um estado. “Civilização” não seria mais um devir, mas algo que:

[...] carregado de sagrado demoniza seu antônimo. A palavra civilização, se já não designa um fato submetido a julgamento, mas um valor incontestável, entra no arsenal verbal do louvor ou da acusação. Não se trata mais de avaliar os defeitos ou os méritos da civilização. Ela própria se torna o critério por excelência: julgar-se-á em nome da civilização. É preciso tomar seu partido, adotar sua causa. Ela se torna (o critério por excelência) motivo de exaltação para todos aqueles que respondem ao

---

<sup>14</sup> Conforme Carvalho (2011), Émile Zola (1840-1902) foi um importante escritor naturalista francês, considerado um marco na literatura por sua tentativa de aproximar a arte do saber científico vigente, conforme os preceitos de seus romances experimentais ou “romances de tese”.

seu apelo; ou, inversamente, fundamenta uma condenação; tudo que não é civilização, tudo que lhe resiste, tudo que a ameaça, fará figura de monstro ou de mal absoluto. (STAROBINSKI, 2001, p. 32)

Portanto, essa “bela época” era constituída, sobretudo, por um forte desejo das elites europeias de modernizarem-se. A definição do que vem a ser “elite” é algo ainda não passível de consenso. O sociólogo Busino (1992, p. 4) considera que o termo faz referência à “minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente ou de qualidades adquiridas [...] pode designar tanto o conjunto ou o meio, quanto os indivíduos que a compõem”. Enfim, a noção de “elite” segue sendo pouco clara e por vezes criticada por sua imprecisão. Mas, certamente ela diz respeito à percepção social que os indivíduos possuem acerca de si mesmos e dos outros, dentro de um determinado jogo econômico, político e relacional. Cabe citar, ainda, a contribuição que Heinz (2006) tenta dar ao termo, afastando-se de qualquer dos pesos moral ou normativo que lhe são impressos. Fez isso ao trazer uma abordagem mais sociológica, na qual elabora uma perspectiva mais fina desses atores que se situam no topo de cadeias sociais, permitindo compreender a complexidade de suas relações entre si e de seus laços objetivos com os mais diversos setores de uma determinada sociedade.

Diante disso, vê-se que a vontade inexorável dessas elites de buscarem a “modernização”, a “civilização” e a “distinção” fez parte de um panorama maior, panorama esse que tomava forma já há algum tempo: o “processo civilizador capitalista”. Esse processo civilizador seria aquele demonstrado por Elias (1994), onde, desde meados do final da Idade Média, a Europa Ocidental experimentara uma domesticação dos modos, um cerceamento dos comportamentos cada vez mais acentuado, vindo a desaguar na sociedade burguesa dos séculos XIX e XX. Ele afirma que esse processo de civilização:

[...] refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização. Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva a todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. (ELIAS, 1994, p. 24)

Tal processo desenrolou-se por um longo período, mas:

[...] uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a consciência de civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espalhar por todas as nações do Ocidente. (ELIAS, 1994, p. 61)

A esse “processo civilizador” juntaram-se as práticas de produção e trocas do que veio a se chamar “capitalismo”. Desse modo, a burguesia “civilizada”, o Estado-Nação<sup>15</sup> e o capital forjaram as estruturas sociais, políticas e econômicas do século XIX. Essa transformação é percebida através das novas relações que se estabeleceram, alterando as dinâmicas comerciais e sociais do período. O capitalismo pode ser caracterizado pela definição que Jessua (2011, p. 9) dá a ele: “[...] define-se pela apropriação privada dos meios de produção; pela coordenação de decisões por meio de troca, em outros termos, pelo mercado; finalmente pela acumulação de capitais através de instituições financeiras, ou seja, pelo crédito”.

Além das contribuições de Jessua (2011), pode-se citar as várias inovações conceituais trazidas ao campo da História por Braudel (1995), inclusive no que diz respeito a uma definição do capitalismo. Segundo esse último, o capitalismo tende a organizar os espaços, empreendendo uma divisão hierarquizadora. Seria uma “economia-mundo”. Tal economia-mundo é um universo em si, onde nem tudo, para Braudel (1995, vol. 1, p. 433): “[...] está ordenado de maneira rigorosa e autoritária, mas desenham-se as grandes linhas de uma ordem. Assim, toda economia-mundo aceita um centro, uma região decisiva que impulsiona as outras [...]”. Mais adiante, é feita também uma distinção entre economia mundial e economia-mundo. A primeira se refere ao mercado que se espalha por todo o planeta, enquanto a segunda diz respeito apenas a um fragmento dele. Porém esse fragmento é capaz, segundo Braudel (1996, vol. 2, p. 2), de: “bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”. É um conjunto de círculos concêntricos a partir de uma cidade dominante. Esses centros apresentam uma aptidão para os grandes negócios e para o cosmopolitismo. E a esses cosmopolitismo e consumo está ligado o processo civilizador protagonizado pelo capitalismo.

Os apelos desse “processo civilizador capitalista” reverberaram fundo nas pretensões burguesas. Os cenários urbanos se modificaram em definitivo, no esteio desse processo: fábricas e suas chaminés projetaram-se no horizonte, grandes massas de pessoas

---

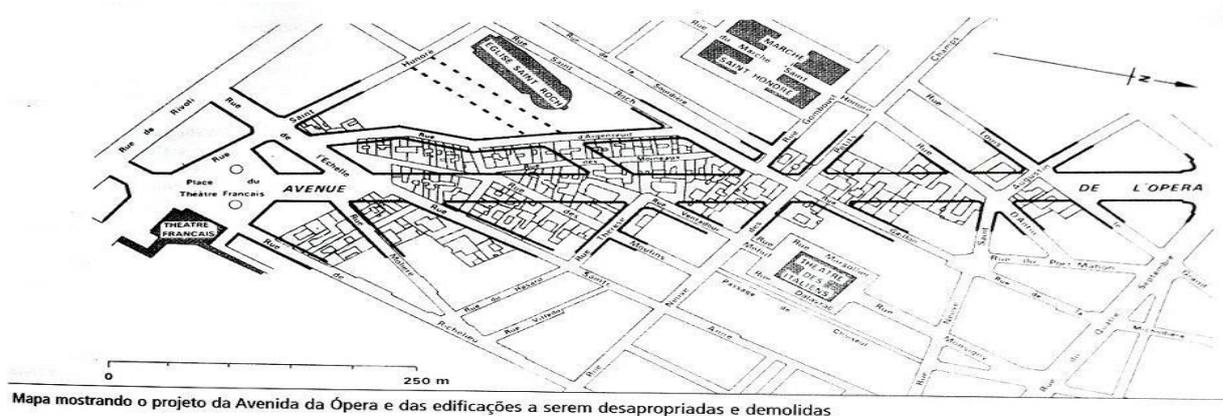
<sup>15</sup> Conforme menciona Bresser Pereira (2008), o Estado-Nação; segundo sua própria denominação esclarece, tem o Estado como seu elemento constituinte fundamental. É o principal resultado político da consolidação do Capitalismo. Este, no plano econômico, deu origem ao capital e às demais instituições fundamentais ao regime.

acotovelavam-se nas ruas e calçadas, novos projetos arquitetônicos e urbanísticos surgiram nas cidades, novidades tecnológicas “aceleraram” o cotidiano. Vive-se a febre da “haussmanização”<sup>16</sup>, entendida aqui como uma série de intervenções feitas nas urbes visando a uma racionalização e desinfecção dos espaços urbanos. Essa racionalização ganhou importância e se expressou nos discursos oficiais, sendo sinônimo de modernidade e progresso. As elites políticas e econômicas procuraram “domesticar” as cidades e sua população. Nesse contexto, desde meados de 1855, Haussmann defendia as intervenções na paisagem urbana de Paris. Usava o argumento de que o grande aumento populacional da época exigia tais modificações:

Será próprio falar de uma “comuna” para essa imensa capital? Qual laço municipal une os dois milhões de habitantes que aí se amontoam? Pode-se mesmo observar entre eles afinidades de origem? Não! A maior parte provém de outros departamentos; muitos de países estrangeiros onde eles conservam seus parentes, seus mais caros interesses e, frequentemente, a melhor parte de sua fortuna. Paris é, para eles, como um grande mercado de consumo; um imenso canteiro de trabalho; uma arena de ambições ou, apenas, um encontro de prazer. Este não é seu país. (HAUSSMANN, 1891, t. II, p. 199).

De posse desses argumentos, o barão de Haussmann vai apagar os traços de uma Paris de feições ainda medievais, imprimindo-lhe à força os traços da modernidade. As figuras abaixo exemplificam a dimensão das intervenções urbanas conduzidas na Paris da época, onde o traçado irregular existente seria substituído pelo traçado racional e organizado que se almejava:

**Figura 1 – Mapa (planta-baixa) mostrando as demolições a serem feitas em Paris, conduzidas pelo barão de Haussmann e com o propósito de abrir a Avenue de L’Opera (Paris, segunda metade do século XIX).**



Fonte: <http://histaqr.wordpress.com>

<sup>16</sup> Referência às modificações feitas em Paris pelo imperial prefeito de Napoleão III, o barão Georges-Eugène Haussmann, e que acabaram sendo padrão para todas as reformas urbanas do período.

**Figura 2 – Fotografia da Avenida da Ópera Garnier em Paris, 1890. Aqui, pode-se perceber o resultado das reformas empreendidas pelo Barão de Haussmann.**



Fonte: <http://www.pinterest.com>

Contudo, não foi só a lógica produtiva e os cenários urbanos que se alteraram nesse período: há o surgimento também de uma forte cultura do consumo. Para MacCracken (2003), houve três momentos decisivos para a história da formação do hábito de consumir: o primeiro deles teria ocorrido no século XVI, na Inglaterra. Elizabeth I<sup>17</sup> estimulava os nobres a consumir como sinônimo de traço de distinção. Isso acabou por alterar as dinâmicas sociais de então. Num segundo momento, por volta do século XVII, houve um forte apelo da moda em relação ao consumo dos tecidos chita e musselina. Tal fato ocasionou uma mudança nas demandas de importação desse país, bem como em relação à produção doméstica. Por último, por volta do século XVIII, o “mundo dos bens” teria se expandido de tal forma a ponto de levar a uma naturalização das práticas de consumo. Seria o princípio de uma forte competição social, onde os membros da sociedade inglesa esforçavam-se para galgar escalas dentro de uma lógica de mobilidade vertical. Essa hierarquia estava intrinsecamente ligada à capacidade de consumo. Era a consolidação de uma sociedade capitalista de classes calcada na renda e no consumismo.

Esse último *boom* de consumo ocorreu concomitantemente à consolidação da Revolução Industrial. Ambos os fatos estiveram relacionados à produção em massa de

---

<sup>17</sup> Segundo Gillies (2013), Elizabeth I reinou na Inglaterra renascentista. Durante boa parte do século XVI, foi responsável por um período de grande crescimento econômico e cultural, além de ter aumentado a importância política desse reino.

inúmeros tipos de artigos, dentre eles os de luxo. Nesse contexto, percebe-se uma estreita relação entre consumo e cultura: o ato de se adquirir algo traz agora consigo um claro significado cultural, pois o objeto passa a ter um valor subjetivo intrínseco, afirma MacCracken (2003).

Desse modo, a Revolução Industrial e o consumo como traço de distinção causaram mudanças nos comportamentos sociais. Isso gerou o que Elias (1994) chamou de uma das etapas do “processo civilizador”. A expansão do capitalismo pelo mundo se deu por uma crescente rede de trocas que alcançou inúmeros mercados. Sendo assim, a produção, a distribuição e o consumo ditaram as regras de uma engrenagem que se tornava mundial. Uma cultura burguesa, urbana e comercial, passou a se expandir.

A Revolução Industrial abalou uma conformação já há muito estabelecida. Ela quebrou a relação de complementaridade que ligava o campo à cidade. Criou entre eles um fosso de distinção. Porém, não foi apenas essa mudança econômico-estrutural que acentuou esse processo: a permanente evolução tecnológica também aumentou essa diferenciação. A palavra *ville*, em francês, vem do latim *villa*, que designava um estabelecimento rural autárquico que constituía o núcleo das cidades do medievo. Essa análise etimológica atesta o pertencimento da urbe europeia pré-industrial ao campo. Mumford (1982, p. 306) chama a atenção para o fato de que a cidade medieval não era apenas “no campo, mas do campo”.

Contudo, a metrópole industrial estabeleceu-se para romper com essa antiga lógica. Um neologismo surge nesse contexto: urbanização ou urbanismo<sup>18</sup>. Essa nova palavra trouxe a ideia de uma reflexão sobre o impacto espacial da Revolução Industrial. As cidades sofriam então mudanças aceleradas que pareciam advir de uma força incontrolável. Cabia ao urbanismo organizar tais mudanças. De um lado, urbanismo designava uma disciplina nova que se declarava autônoma e se queria ciência da concepção das cidades. De outro, postulava a possibilidade de um domínio completo do fato urbano.

Porém, apesar da febre disciplinadora causada pelo cientificismo e racionalismo do século XIX, a nova lógica fabril foi incorporada fortemente na Europa Ocidental, causando grandes (e por vezes caóticas) modificações nas dinâmicas econômicas, urbanas e migracionais do período. Desse modo, as elites europeias passaram a adotar políticas industriais que visavam o fomento da atividade fabril. Tais políticas consistiam em ações e

---

<sup>18</sup> O termo foi cunhado pelo espanhol I. Cerdá em sua *Teoría general de la urbanización* (1867). Ele foi introduzido na França por H. Prost e um grupo de profissionais que gravitava em torno do Museu Social.

instrumentos utilizados com o objetivo de aumentar as taxas de crescimento econômico. O objetivo, segundo Krugman (1989), era proteger e estimular determinados setores, em detrimento de outros. Nesse contexto, os governos direcionavam suas políticas no sentido de estabelecer estratégias de desenvolvimento. Visava-se o aumento da geração de divisas, a difusão de tecnologias e o incremento da competitividade industrial.

A Inglaterra, desde meados da dinastia Tudor<sup>19</sup> (século XVI), utilizou-se de restrições às importações numa tentativa de proteger seu setor manufatureiro. Stuart Mill (1996) também defendia as políticas protecionistas para a emergente indústria europeia. Porém, recomendava que a proteção se limitasse às indústrias que, num primeiro momento, não fossem capazes de competir com as importações. Com o tempo, naturalmente, poderiam competir nos mercados internacionais. Essa política foi abandonada no século XIX, por conta da liderança incontestada dos ingleses, afirma Chang (2002).

Analisando o caso alemão, vê-se que a proteção industrial também foi adotada, ao utilizarem-se subsídios e tarifas, a concessão de monopólios e a intervenção do Estado em setores industriais-chave, visando o fomento destes, conforme Irwin (1996). Já a França, considerada berço do liberalismo político e econômico, fez uso de vários mecanismos protecionistas para beneficiar sua indústria. Ainda no período pré-Revolução Francesa, o país adotou a prática da espionagem industrial e o recrutamento intensivo de mão de obra qualificada inglesa. No período pós-revolução, a França continuou a utilizar meios para proteger o setor industrial e o comércio. Tais políticas consistiam na realização de exposições industriais, criação de associações empresariais e invenção de máquinas, menciona Chang (2002).

Nesse panorama, embora a França tenha se industrializado depois da Inglaterra, acabou esse país por exercer uma forte influência cultural e também econômica na Europa Continental, sobretudo durante as conquistas de Napoleão (início do século XIX). A cidade de Paris e arredores estavam no meio de uma região de terras férteis e planas, ideais para a atividade agrícola. Desse modo, logo a produção de vinhos, cereais e tecidos começou a ser exportada para a Holanda, Espanha, Portugal e Inglaterra. A indústria francesa havia sido

---

<sup>19</sup> Segundo Fernandes, D. C. (2011), a dinastia Tudor se estabeleceu a partir do final da Guerra das Rosas, onde a família nobre dos Lancaster venceu a dos York. Henrique Tudor foi o primeiro monarca desse período, que durou de 1485 a 1603.

fomentada desde a Idade Média, em parte pelo aparecimento das Cruzadas<sup>20</sup>, em parte pelos aglomerados urbanos criados por Luís IX (1226-1270). Mais tarde, também obteve um impulso considerável durante o reino de Henrique IV (1589-1610), quando houve um incremento da produção de vidro, artigos de lã e seda, além da pesca e da navegação, cita List (1983).

Logo após, durante a fase pré-industrial, a indústria francesa experimentou um crescimento acentuado na época em que Colbert (1619-1683) foi secretário de finanças de Luís XIV<sup>21</sup>. Colbert procurou sanear as finanças públicas e fomentar a indústria francesa por meio de medidas protecionistas. Incentivou a vinda de operários qualificados da Holanda e da Inglaterra, além de ter adquirido os direitos de fabricação de máquinas e ferramentas. Em relação à integração espacial interna, procurou desburocratizar as taxas e leis aduaneiras, além de ter construído estradas e canais para diminuir os custos envolvendo os transportes. Porém, o pior golpe para a industrialização francesa do período deu-se pela revogação do *Édito de Nantes*, em 1685, que suprimiu os direitos antes concedidos aos calvinistas. Tal medida provocou perseguições religiosas, o que ocasionou a migração de cerca de 500 mil protestantes, levando consigo suas indústrias e capitais para a Suíça, Holanda, Alemanha e Inglaterra. Tal fato anulou os esforços de toda uma geração e fez voltar o antigo marasmo que pairava sobre a indústria francesa, menciona List (1983).

Mais adiante, por volta de 1750, as doutrinas fisiocratas<sup>22</sup> passaram a ditar as regras na economia francesa. Os economistas desse contexto acreditavam que a verdadeira riqueza estava na agricultura. O desenvolvimento adequado dessa atividade consistiria apenas na liberdade e de “bons preços”. Porém, sobre a população rural pesava elevada carga tributária. Além disso, também não havia desembaraços para a circulação de mercadorias entre as províncias e o mercado externo. Dessa forma, o desenvolvimento da indústria ficava emperrado, limitado pelo baixo nível da renda agrícola e dos empecilhos ao livre comércio. Sendo assim, o onipresente e falho dirigismo estatal, as políticas econômicas equivocadas e os

---

<sup>20</sup> Segundo FLORI (2013), as Cruzadas foram, ao lado das heresias e da Inquisição, um dos pilares do imaginário do medievo. A palavra “cruzada” tem um lugar importante em nosso vocabulário, ora aplicando-se à violência do fanatismo religioso, ora aplicando-se à firme reunião de forças benéficas em torno de uma causa nobre, geralmente ligada a um ideário de salvação. Os historiadores não se sentem capazes de produzir um juízo único e definitivo sobre o tema: discutem se estas se definem por seu caráter de expedição militar ou de peregrinação. Mas todos consideram que foi um de seus efeitos colaterais o ressurgimento de rotas comerciais há muito esquecidas.

<sup>21</sup> Burke (1994) empreendeu um estudo daquele que ficou conhecido como “Rei-Sol”. Luís XIV reinou por 72 anos na França e se transformou quase em um emblema da monarquia absoluta europeia, tão marcada pelo luxo e por demonstrações de riqueza.

<sup>22</sup> Corrente econômica que defendia que o principal motor da economia seria a terra e as atividades ligadas a ela.

privilégios outorgados à nobreza e ao clero da França levaram à eclosão da Revolução Francesa (1789-1799). Porém, as mudanças trazidas pelos ventos revolucionários não contemplaram a economia. Nesse panorama, as dificuldades políticas, a prática do terror revolucionário e a estagnação econômica conduziram o país à ascensão de Napoleão Bonaparte<sup>23</sup> ao poder. Ele incentivou a indústria e a agricultura, organizou as finanças e estabilizou a moeda. A educação passou a ser responsabilidade do Estado. Manteve as conquistas da Revolução: supressão dos privilégios dos nobres, igualdade perante o sistema legal e liberdade pessoal e laboral. As conquistas de Napoleão aumentaram os mercados externos para os produtos franceses, o que deu um novo fôlego à indústria, ilustra Niveau (1969).

Entretanto, a situação política francesa continuava instável internamente. Eclodia a Revolução de 1830. Tal revolução consolidou a vitória da burguesia na França, aclamando Luís Felipe, de formação liberal, como novo rei francês (1830-1848). Essa mudança política não resolveu questões ligadas à superpopulação das cidades e suas péssimas condições de trabalho. Nova reação socialista se sucede e em 1848 é proclamada a República. Nesse ano, Carlos Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, foi eleito Presidente da República. Nesse período, houve um incremento na construção de estradas de ferro. A produção do aço cresceu incríveis 10% ao ano. A industrialização da França efetivou-se com esse extraordinário crescimento dos caminhos de ferro. Um pouco mais adiante, em 1852, Napoleão III deu início ao Segundo Império<sup>24</sup>. Foi durante seu governo que o setor financeiro francês cresceu consideravelmente. A cidade de Paris modificou-se, passando pela reurbanização já mencionada. Em 1855, a França foi reconhecida pela comunidade internacional como um país industrializado. Por volta de 1870, logo após a crise desencadeada pela Guerra Franco-Prussiana, a França recuperou-se, iniciando uma ofensiva colonialista na África e na Ásia, o que estimulou suas exportações, o processo de industrialização e o desenvolvimento de um forte e dinâmico mercado interno, cita Niveau (1969).

Diante do panorama do aumento da produção de bens de consumo, ocorre também uma busca por novas estratégias para o escoamento e venda desses manufaturados. No contexto dessa nova cultura burguesa e capitalista que emergia, surgem as chamadas

---

<sup>23</sup> De acordo com Araújo (2012), importante general revolucionário francês e futuro imperador da França. Foi responsável por uma grande reforma na legislação francesa, além de ter iniciado um processo que transformou os judeus em cidadãos plenos.

<sup>24</sup> Napoleão II (1811-1832), filho de Napoleão I, foi proclamado Rei de Roma ao nascer. Morreu no exílio de tuberculose.

Exposições Universais. Esses eventos tinham como objetivo divulgar e expor os mais diferentes produtos e tecnologias disponíveis à época. Inglaterra e França estiveram na dianteira da organização e estímulo dessas feiras da modernidade. A imagem abaixo traz um flagrante da Exposição Universal de Paris, ocorrida em 1889:

**Figura 3 – Vista da Torre Eiffel e dos pavilhões da Exposição Universal de 1889, em Paris.**



Fonte: <http://www.algosobre.com.br>

Uma prática muito comum era a confecção de catálogos para a divulgação desses produtos. A primeira dessas exposições ocorreu em 1844, na Inglaterra. A irradiação capitalista pelo mundo teve nessas feiras seu principal símbolo. É Barbuy (1996, p. 212) quem menciona o fato de que “[...] as exposições universais surgem como exibições dos progressos da indústria, dirigida para a instrução das massas”. Pesavento (1997, p. 13) afirma, ao caracterizar a consolidação do capitalismo industrial e suas exposições: “[...] o mundo, pois se mobiliza para um encontro universal em nome do progresso e da concórdia entre os povos, da instrução e do divertimento, das trocas comerciais e da exibição das novidades [...]”.

Além da estratégia de participar e sediar Exposições Universais, o governo francês da segunda metade do século XIX passou a estimular a fundação de casas comerciais importadoras e exportadoras, pois o crescente parque industrial europeu demandava pelas matérias-primas da Ásia, África e Américas. Dentro dessa lógica, firmas eram estabelecidas nas principais cidades francesas, geralmente matrizes, e filiais eram fundadas do outro lado do

Atlântico. Isso facilitava as transações comerciais que envolviam o envio de manufaturados e a importação de algodão, couros, palhas e outros gêneros. A célebre casa *Boris Frères*, existente em Paris e Fortaleza, no Ceará, atuou dessa maneira. Esses comerciantes muitas vezes também eram agentes consulares. Tal fato ajudava na troca de informações acerca das necessidades comerciais que envolviam matrizes europeias e filiais sul-americanas. É Takeya (1995) quem menciona a atuação dessa casa comercial:

Consideramos que a partir de meados do século XIX houve uma expansão comercial francesa para o Brasil que deve ser entendida no marco da Divisão Internacional do Trabalho, que então se estruturava. Nesse processo, as casas comerciais importadoras e exportadoras francesas tiveram uma importância fundamental, ao materializarem essa expansão. A casa *Boris Frères*, em particular, foi uma expressão dessa importância. Devido, por um lado, às especificidades do espaço em que atuou e, por outro, a sua própria estruturação como casa comercial estrangeira, pôde estabelecer sua hegemonia nesse mesmo espaço. (TAKEYA, 1995, p. 18)

Para além de todas essas mudanças nos meios de produção, na tecnologia, no consumo e nos cenários urbanos, houve uma alteração também nas dinâmicas laborais e no fluxo de pessoas. O mundo do século XIX era um mundo mais densamente povoado. Segundo Hobsbawm (2011), estimativas da segunda metade desse século apontavam para uma população mundial de, aproximadamente, 1,5 bilhão de pessoas. A população europeia, por volta de 1880, era de 430 milhões de pessoas. Tal contingente foi tragado pela maré de novidades e alterações trazidas no bojo de uma economia que se mundializava. Nesse contexto, a imigração tornou-se a solução para diversas problemáticas que se acentuaram com o advento dessas novas formas de viver e trabalhar. Essa imigração em massa, sobretudo para as Américas, foi responsável por um salto populacional nesse Continente, salto esse que foi de 30 milhões de pessoas, para 160 milhões, num espaço de 100 anos (entre 1800 e 1900).

Esse mundo, agora muito populoso, foi conectado de maneira forte e irreversível pelos avanços tecnológicos do período. Esses avanços facilitaram a circulação de mercadorias, pessoas, ideias e informações. A Europa, irradiadora desse intenso processo de industrialização e conexões, acabou também por realizar empreendimentos para além de suas fronteiras. Hobsbawm (2011) menciona os altíssimos investimentos feitos pelo capital europeu na construção das redes ferroviárias da Argentina e do Brasil. Esses investimentos visavam à melhoria do escoamento da matéria-prima americana, destinada a abastecer os parques industriais europeus.

Dentro desse contexto de incremento do tráfego de capitais, bens e pessoas, novas funções laborais também foram surgindo. Analisando o processo de industrialização francês, constata-se que um dos setores mais pujantes da época foi o da produção de tecidos. A cidade de Mulhouse, segundo maior aglomerado urbano da Alsácia, foi uma das protagonistas desse setor<sup>25</sup>. A imagem abaixo traz instantâneo do centro histórico da mencionada cidade - de onde os Gradwohl aqui estudados eram oriundos -, e ainda hoje um importante polo da indústria automobilística francesa:

**Figura 4 – Imagem do centro da cidade de Mulhouse, na Alsácia-Lorena, em 1900.**



Fonte: <http://www.commons.wikimedia.org>

Retornando à indústria têxtil francesa da segunda metade do século XIX, vê-se que tal setor industrial demandava fortemente por matérias-primas. Uma das soluções encontradas na ocasião foi a consolidação da figura do *commissionaire* – o comissário, segundo Léon

<sup>25</sup> De acordo com Léon (1976): “O comércio de comissão assegurará, cada vez mais, a sua síntese [entre o comércio interior e o exterior]. Assim, os grandes comerciantes do Havre ou Dunquerque, que importam os algodões da América ou do Levante, as lãs da Argentina e da Austrália, os encaminham também para **Mulhouse** (grifo do autor) ou para Roubaix. O mesmo em Marselha ou Lyon, onde o comissário opera em todos os níveis, sobre todos os tipos de mercado”.

(1976)<sup>26</sup>. A importância do comissário na atividade comercial francesa se deu, sobretudo, a partir de 1850. Esse protagonismo é revelado pela presença da figura do profissional de comissão em inúmeras publicações que então são feitas, principalmente nos “almanaques-anuários”, menciona Takeya (1995). Um dos milhares de comissários franceses da época era o judeu alsaciano Gerson Gradvohl. Segundo seu descendente, Roger Gradvohl (43 anos, empresário), seu antepassado esteve no Ceará, com frequência, pelo menos desde 1864. Sua fala ilustra essa trajetória:

Ele veio para o Brasil em 1864 e era de Mulhouse, uma cidade da Alsácia-Lorena, perto de Estrasburgo [...] Mas realmente ele veio para pesquisar os produtos daqui que serviam para a exportação para a França, naquela época: a cera de carnaúba, o chifre de boi (de onde se faziam botões), o óleo de mamona (que servia para a indústria) e o algodão<sup>27</sup>.

Percebe-se que, muito provavelmente, pela descrição das atividades do antepassado pelo descendente, Gerson Gradvohl atuava como comissário a mando das indústrias têxteis de Mulhouse. Mais tarde, esse judeu alsaciano iria fixar-se definitivamente na Província do Ceará, tendo negócios em várias praças comerciais da região (assunto que será abordado nos próximos capítulos).

Dessa forma, vê-se que não foi só o dinheiro, os comissários e as mercadorias europeus que cruzaram o Atlântico: a bacia do Rio da Prata<sup>28</sup> e os principais portos brasileiros; viram chegar, durante as últimas décadas do século XIX e início do XX, algo como 200 mil imigrantes. Dentre esses imigrados estavam muitos judeus. A história dessa recente imigração judaica, ao longo desse período, deve ser compreendida como um processo histórico cuja dinâmica está atrelada a uma série de questões. Dentre essas questões, merecem ser consideradas: o processo de emancipação dos judeus na Europa, as manifestações de antisemitismo mais recentes e calcadas nas pseudocientíficas teorias raciais emergentes, o fim do Império Czarista, o surto demográfico europeu e o conseqüente empobrecimento de muitos, o difícil acesso à propriedade fundiária e a falta de oportunidades de trabalho. Além disso, o advento da navegação a vapor e o surgimento de um sonho de riqueza fácil nas Américas, também acabaram por impulsionar as escolhas dos indivíduos que optaram por fazer a travessia do Atlântico. No tópico seguinte, empreende-se uma análise dos fluxos

<sup>26</sup> Ver LÉON, Pierre. Le dynamisme industriel. In: BRAUDEL, F., LABROUSSE, E. **Histoire économique et sociale de la France**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976, v. 2, t. 3, p. 581-618.

<sup>27</sup> GRADVOHL, Roger. **Roger Gradvohl**: depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

<sup>28</sup> Rio que banha a República Oriental do Uruguai, as províncias do litoral argentino e os Estados do sul do Brasil.

migratórios que se estabeleceram no esteio dessas mudanças, além de uma discussão acerca dos indivíduos franceses que pertenciam à etnia judaica e que participaram desses processos.

## 2.2 SER FRANCÊS E SER JUDEU

Brenner (2013), ao empreender um estudo da trajetória do povo judeu até os dias de hoje, afirma que a migração foi uma constante na história dessa etnia. Contudo, menciona também que os judeus nem sempre foram um povo errante, apesar das migrações caracterizarem a história judaica em todas as épocas e continentes. Isso se deu por conta de perseguições religiosas, restrições laborais e dificuldades materiais.

Na França, depois do episódio da expulsão dos judeus no século XIV<sup>29</sup>, restaram apenas duas comunidades de israelitas: uma pequena, estabelecida no território papal da cidade de Avignon, e outra um pouco maior, perto da cidade de Bordeaux. Mais tarde, em virtude da anexação da Alsácia-Lorena (século XVII), a comunidade judaica da França iria novamente crescer. Contudo, a vulnerabilidade dessas comunidades persistia. A situação dos judeus franceses realmente começou a mudar a partir da Revolução Francesa: os imperativos políticos que reivindicavam direitos iguais beneficiaram também aos indivíduos dessa etnia. Nesse contexto, os judeus franceses tornaram-se, aos poucos, cidadãos. Em 1790, os *sefarditas*<sup>30</sup> de Bordeaux adquiriram cidadania plena. Em 1791, foi a vez dos *ashquenazitas*<sup>31</sup> da Alsácia-Lorena. Desse modo, os judeus da França não mais seriam considerados cidadãos de segunda classe. Reconhecidos então como cidadãos, os judeus deixaram de viver em estamentos marginais para participar como indivíduos, agora incluídos, nas novas classes sociais emergentes com o sistema capitalista. Esse processo de emancipação, por exemplo, garantiu aos judeus alsacianos a possibilidade de fazerem empréstimos aos camponeses, ilustra Carneiro (2013).

---

<sup>29</sup> De acordo com Brenner (2013), os judeus da Inglaterra e da França, ao longo do século XIV, tiveram que deixar esses países. O motivo dessas perseguições tinha uma argumentação teológica, pois os cristãos consideravam os judeus deicidas (assassinos do Filho de Deus, o Cristo). Porém, muitas vezes os motivos eram mais prosaicos: quando uma comunidade judaica não tinha mais recursos para pagar impostos, as perseguições se intensificavam.

<sup>30</sup> Judeus que se radicaram no norte da África e na Península Ibérica, depois das primeiras Diásporas.

<sup>31</sup> Judeus radicados na Europa Ocidental, do Leste e Rússia.

Porém, foi ao longo do século XIX que os judeus europeus começaram a passar por um processo de emancipação mais generalizado. As primeiras propostas teóricas acerca dessa emancipação surgiram na Prússia: éditos moderados foram expedidos por autoridades austríacas, embora tenha sido na França onde essas mudanças ocorreram primeiro, cita Brenner (2013). Diante desses fatos, os judeus passaram a sentir-se duplamente identificados: agora eram judeus e franceses ou judeus e alemães. Isso trazia novas problemáticas, como o tema da assimilação<sup>32</sup>. Nesse contexto, a maioria dos judeus estava disposta a aculturar-se, porém, sem jamais abandonar o judaísmo. Sendo assim, os judeus europeus do século XIX passaram a ver a si mesmos, pela primeira vez, como franceses, alemães ou ingleses.

Desse modo, as mudanças ocorridas ao longo do século XIX não disseram respeito somente ao ordenamento jurídico, mas afetaram também os modos de vida dos judeus. Em duas ou três gerações, grande parte de uma população rural composta de mascates, penhoristas e negociantes de gado, incorporou-se a uma burguesia urbana que lidava principalmente com o comércio de atacado e varejo, menciona Brenner (2013). Esses desdobramentos criaram duas tendências reformistas dentro das comunidades judaicas europeias: uma ligada a um judaísmo de cunho mais liberal, a outra ligada a uma corrente mais ortodoxa religiosa.

A França das últimas décadas do século XIX abrigou uma das maiores populações judaicas do período. Tal fato está relacionado com a emancipação pioneira ocorrida ainda durante a Revolução Francesa. A tabela a seguir ilustra em números o tamanho dessa população:

**Tabela 1 – Países com as maiores comunidades judaicas, por volta de 1898**

<b>Países</b>	<b>População</b>
Rússia	5,7 milhões
Áustria-Hungria	1,9 milhão
Estados Unidos	1 milhão
Alemanha	568 mil
Império Otomano	466 mil
Romênia	300 mil
Marrocos	150 mil
Etiópia	120 mil
Reino Unido	100 mil

<sup>32</sup> Perda da identidade judaica dentro de uma cultura gentia (não-judaica).

Holanda	97 mil
França	72 mil
(mais Marrocos francês e Tunísia)	93 mil

Fonte: DASHEFSKY, A. and SHESKIN, I. (eds.). **American Jewish Yearbook 2013**: the annual record of the North American Jewish Communities. DOI 10. 1007/978-3-319-01658-0\_1, Springer International Publishing Switzerland, 2014.

Observando-se a tabela anterior, percebe-se que a França Continental, não se considerando os territórios do Marrocos e da Tunísia, abrigava uma população de 72 mil judeus. Desse total, muitos viviam no Departamento (espécie de Província) da Alsácia-Lorena. O que se convencionou chamar de Alsácia-Lorena é uma região composta pela totalidade da Alsácia, que hoje é dividida em dois Departamentos: o Baixo Reno e o Alto Reno, cujas cidades mais importantes são Estrasburgo e Mulhouse, respectivamente, e por um quarto da Lorena, que compreende o Departamento da Mosela, cuja cidade principal é Metz, menciona Coelho (2007). Os outros três quartos da Lorena, que têm a cidade de Nancy como principal núcleo urbano, são inteiramente franco-franceses. Ao contrário do que ocorre na Alsácia, onde tudo parece alemão. Essas populações alsacianas são de origem germânica e ainda hoje falam uma língua regional que é um dialeto do idioma alemão. Do século XVII até o advento da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, a região esteve ligada à França. O domínio francês sobre essa região foi interrompido após a derrota do exército francês para o prussiano, no ano já enunciado.

Esse conflito entre dois importantes países da Europa Ocidental de certa forma já prenunciava uma intensificação nas problemáticas da geopolítica europeia, intensificação essa que desaguaria na Primeira Grande Guerra, em 1914. Nesse período, os territórios do que viria a ser a futura Alemanha passaram por inúmeras instabilidades concernentes a uma possível unificação alemã. Nesse contexto, a rainha absolutista Isabel II fora destituída de seu trono espanhol, em 1868. Em seguida, surge um candidato alemão à sucessão espanhola: o príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Simaringen, de um ramo católico da Baviera (região ao sul da Alemanha) e pertencente à família dominante da Prússia, menciona Kitchen (2013).

O chanceler Bismarck<sup>33</sup>, em princípio, não prestou muita atenção à candidatura do jovem príncipe. Porém, ao perceber que o povo espanhol era simpático ao candidato, passou a

<sup>33</sup> Fernandes, M. (2011) afirma que a vitória prussiana nas guerras contra a Áustria (1866) e a França (1870-1871) é o elemento catalisador e aglutinador da identidade nacional da nova Alemanha. Triunfou a ideia de *Kleindeutschland* (pequena Alemanha) de Otto von Bismarck, enquanto o pangermanismo ansiava por uma

oferecer seu apoio. Logo em seguida, Napoleão III (titular do trono francês) alegou que a perspectiva de um príncipe alemão no trono espanhol denotava uma política prussiana reacionária e imperialista, que visava uma anexação territorial fraudulenta. Diante do impasse, o príncipe alemão declinou de sua candidatura. Porém, um mês depois, Napoleão III retirava Gramont, influente e ambicioso político francês, da embaixada de Viena. Com isso, Gramont assume o Ministério das Relações Exteriores, passando a, novamente, fazer acusações acerca da política imperialista prussiana. Isso fez com que a candidatura do príncipe Leopoldo fosse ressuscitada. Nesse panorama, uma série de desentendimentos diplomáticos e mal-entendidos se sucederia, até que, no dia 19 de julho de 1870, a França declarasse guerra contra a Prússia, cita Kitchen (2013).

O desfecho desse conflito levou à perda da região da Alsácia-Lorena para a Prússia. Porém, esse embate, além das razões já mencionadas, parece ter sido também motivado por razões econômicas: a Alsácia-Lorena possuía grandes reservas de minério de ferro e carvão fóssil, aponta Magnoli (2009). Tal fato, dentre outros, impulsionou a industrialização alemã que ocorreria logo depois. Outro desdobramento da vitória prussiana seria o despertar de um fervor patriótico alemão: os Estados do Sul, que sempre tiveram um forte sentimento de independência, aderiram ao ufanismo germânico. Bismarck aproveitou-se da situação e iniciou as negociações para que Württemberg, Baden, Bavária e Hesse se unissem à Confederação Alemã. A grande vitória de Bismarck foi a proclamação, em Versalhes, a 18 de janeiro de 1871, de Guilherme da Prússia como imperador da Alemanha, afirma Magnoli (2009).

Diante disso, em 1871, ocorre também a Unificação Alemã<sup>34</sup>. Com isso, a região mencionada passou a ser parte integrante do Império Alemão. Isso fez com que os habitantes da Alsácia-Lorena, até então franceses, passassem a ser, automaticamente, alemães. Essa mudança repentina de cidadania não foi digerida facilmente pela população local, inclusive pelos que pertenciam à etnia judaica. Essa anexação, menciona Coelho (2007), levou muitos alsacianos a trocarem seu rincão natal pela Argélia, por outras regiões da França ou até mesmo por outros países.

---

*Großdeutschland* (grande Alemanha), que reunisse todos os alemães e a burguesia por uma política colonial e por uma *Weltpolitik* (política mundial), que só conheceu depois da saída deste chanceler do poder.

<sup>34</sup> De acordo com Seyferth (2011), foi um processo político que resultou na unificação da Alemanha (1871), até então fragmentada. Essa unificação promoveu a rápida industrialização alemã, bem como a intensificação de seus interesses imperialistas.

Uma das famílias judias alsacianas que migraram para o Brasil nesse período - a família dos Boris - abandonou a cidade de Chambrey, na Alsácia, em decorrência do resultado desse conflito. Originalmente, a família Boris comerciava com cavalos, numa longa tradição que remontava ao século XVIII. Em 1865, um dos membros dessa família, Alphonse Boris, dirigiu-se ao Brasil, mais precisamente à Província do Ceará. Foi seguido posteriormente por seu irmão, Theodore Boris. A razão dessa empreitada foi certamente a sondagem das possibilidades do país e da região como mercado para os produtos franceses. A primitiva casa comercial – *Theodore Boris & Frères* - então fundada pelos irmãos, em 1869, desapareceu logo após seu regresso à França. Lá, estabelecidos em Paris, para onde a família havia se mudado depois da anexação alemã; fundaram, em 1872, a *Boris Frères*. O objetivo dessa casa comercial era o de explorar o comércio de comissão de exportação e importação, com matriz na capital francesa e filial no Ceará. Seu retorno para o Brasil deu-se nesse mesmo ano, quando abriram a filial em Fortaleza, afirma Takeya (1995).

Diante disso, ao se observar a tabela seguinte, percebe-se que a mencionada Guerra Franco-Prussiana foi a responsável por um dos maiores deslocamentos migracionais de judeus franceses, dado o tamanho da população de israelitas na região. Esses imigrantes deslocados dirigiram-se para diversos países, inclusive o Brasil:

**Tabela 2 – Principais momentos de imigração judaica para o Brasil e origem/destino dos imigrados (século XIX)\***

<b>1810 – 1820: Abertura dos Portos (motivo)</b>	
Origem: Alemanha, Inglaterra e Rússia	Destino: Rio de Janeiro
<b>1824: A Constituição de 1824 confere liberdade aos credos (motivo)</b>	
Origem: Marrocos	Destino: São Paulo, Bahia, Pernambuco
<b>1860 - 1900: Extração da borracha (motivo)</b>	
Origem: Marrocos	Destino: Amazônia
<b>1870: Guerra Franco-Prussiana (motivo)</b>	
Origem: Alsácia-Lorena	Destino: Norte, Nordeste, Sudeste

\*Adaptado pelo autor

Fonte: Site do Memorial da Imigração Judaica de São Paulo (<http://www.memij.org.br>), acesso em 26/10/2016.

Considerando-se a tabela anterior, pode-se notar que o primeiro grande fluxo de imigração judaica para o Brasil deu-se após o “Ato da Abertura dos Portos<sup>35</sup>” aos países

<sup>35</sup> Segundo FAUSTO (2009, p. 67): “A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível mas impulsionado, ao mesmo tempo, pelas circunstâncias daquele momento. Portugal estava ocupado por tropas

estrangeiros, bem como também com o advento da assinatura do “Tratado de Paz e Amizade<sup>36</sup>” com a Inglaterra, em 1810, menciona Carneiro (2013). A maioria desses judeus era de origem europeia, sendo, principalmente, franceses e ingleses. Nesse contexto, esses imigrados abrigaram-se majoritariamente na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Isso se deu pela forte atração que as ofertas de trabalho na cidade exerciam sobre esses recém-chegados, além de um ambiente cultural efervescente, causado pela presença da Corte portuguesa no Brasil de então, menciona Carneiro (2013).

Mais adiante, após a promulgação da Constituição Brasileira de 1824<sup>37</sup>, o direito à liberdade de culto foi estabelecido. Isso também veio a intensificar ainda mais a vinda de imigrantes judeus ao Brasil. Dessa vez, a maioria deles era de *asquenazitas*, vindos, sobretudo, do Leste Europeu (regiões da atual Polônia, Rússia e Ucrânia). Esses israelitas estabeleceram-se nas cidades do Rio de Janeiro, Santos e São Paulo. O comércio foi o meio de vida escolhido por grande parte deles, afirma Carneiro (2013).

Logo depois, ao longo da década de 1870, foi a vez dos judeus alsacianos escolherem o Brasil como pouso final. O contexto da já referida Guerra Franco-Prussiana foi decisivo para esse fenômeno. Alguns deles vieram a se estabelecer na Província do Ceará (caso dos indivíduos aqui estudados), possivelmente por conta de informações que circulavam na região da Alsácia-Lorena. Essas notícias atestavam o fato de que alguns conterrâneos haviam passado a ser bem-sucedidos no comércio das cidades portuárias de Aracati e Fortaleza.

Por fim, a última leva significativa de judeus chegados ao Brasil no século XIX (1860/1900) estabeleceu-se na região Norte, principalmente nas cidades de Belém e Manaus, também importantes portos daquele contexto. A maioria desses judeus era proveniente do Marrocos, portanto eram de origem *sefardita*. Vieram em busca dos lucros oferecidos pelos ciclos extrativistas da borracha e do cacau, ilustra Carneiro (2013).

---

francesas e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e perceber os tributos devidos”.

<sup>36</sup> De acordo com FAUSTO (2009, p. 68): “A escalada inglesa pelo controle do mercado colonial brasileiro culminou no Tratado de Navegação e Comércio, assinado após longas negociações em fevereiro de 1810. A Coroa portuguesa tinha pouco campo de manobra. Ela dependia do resultado da guerra contra Napoleão para recuperar o território metropolitano e suas colônias eram protegidas pela esquadra britânica. O Tratado de 1810 fixou em 15% do valor a tarifa a ser paga pelas mercadorias inglesas exportadas para o Brasil. Com isso, os produtos ingleses ficaram em vantagem até com relação aos portugueses”.

<sup>37</sup> Menciona FAUSTO (2009, p. 80-81) que: “A Constituição de 1824 vigorou, com algumas modificações, até o fim do Império. Definiu o sistema político como monárquico, hereditário, constitucional. A religião católica romana continuava a ser a religião oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões”.



Como habitantes dessa região - antes francesa e agora alemã - alguns indivíduos das famílias citadas buscaram alternativas para essa realidade que se impunha. A compreensão desses processos se dá a partir de várias tipologias de fontes, porém, é a fonte oral que muitas vezes aponta indícios e pistas valiosos na reconstrução dessas trajetórias<sup>41</sup>.

Com relação ao uso recente da memória, foi notadamente a partir da segunda metade do século XX que os estudos de História e Sociologia aprofundaram mudanças no conceito da modernidade sob a ótica do progresso, trazendo, como consequência, um resgate do mnemônico. É Nora (1981) quem vai chamar a atenção para o fato de que a chamada “aceleração” da História acabou por dar maior visibilidade a uma crise do paradigma da modernidade, trazendo então uma retomada da memória. Essa crise da modernidade não era nova e portava consigo questões pertinentes às temporalidades, à “aceleração” da História e à emergência da memória, cita Zaidan (1989). Diante desse panorama, tais fatos desencadearam mudanças que levaram a uma reelaboração do conceito de “memória”, trazendo uma nova interpretação e compreensão do passado.

É Hobsbawm (1998, p. 8) quem menciona, em relação ao passado: “[...] o passado que estudamos é um constructo de nossas mentes”. Ao mesmo tempo Nora (1981, p. 8-9) ilustra, em relação à memória que: “[...] a necessidade da memória é a necessidade de história”. Vê-se assim, que história e memória são próximas, mas diferentes. A história é um processo, uma construção metódica que se refaz constantemente pelo nosso entendimento do passado, afirma Hobsbawm (1998). Já a memória é um fenômeno construído socialmente. Ela é seletiva, suscetível à ação de grupos. Está viva e transmite o tempo todo vários significados. Seu uso pode reavivar ou apagar fatos e pessoas, menciona Le Goff (2008).

Há a memória individual, que relaciona o indivíduo com o passado e suas lembranças. Essas lembranças vão representar não uma ida ao passado, mas a presença deste no presente. Existe também outra vertente, que trata da memória como um fenômeno coletivo e resultante

---

<sup>41</sup> Santos (2000) reconhece que as lembranças evocadas e transmitidas por um sujeito estão presas à sua trajetória de vida, o que lhe permite oferecer um testemunho das transformações ocorridas ao seu redor e, ao mesmo tempo, produzir uma análise das mudanças por ele percebidas. As **trajetórias de vida (grifo do autor)** participam do instrumental analítico a ser utilizado na leitura de fontes orais, pois assinalam o universo social do qual provieram e no qual se situam as pessoas entrevistadas. Construir uma trajetória de vida não significa elaborar uma mera biografia do sujeito, pois transitando por suas lembranças tem-se contato com as práticas e relações sociais do entrevistado, permitindo-nos estabelecer suas mobilidades social e espacial. Os papéis sociais definem atitudes e expectativas do entrevistado, e estão relacionados aos diferentes momentos da existência de cada um.

de ações dos indivíduos em sociedade, afirma Le Goff (2008). Essas memórias se formam e são renovadas devido aos laços de solidariedade entre os indivíduos.

De acordo com Ricoeur (2007), a memória está vinculada à passagem do tempo e é baseada em uma continuidade inteligível de uma narrativa histórica e singular do indivíduo. Nesse sentido, é possível comparar sociedades distantes no tempo e os vários horizontes de perspectivas de seus diferentes grupos. Ricoeur (2007, p. 133) ainda ressalta que: “[...] é por intermédio da consciência que consideramos a cada momento pertencer simultaneamente a várias temporalidades; mas esta consciência existe apenas no presente”.

Afirma também Pollack (1989, p. 4) que “[...] a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irredutíveis”. Enfim, o resgate e enquadramento das memórias também servem para produzir e organizar discursos em torno dos acontecimentos e dos grandes personagens, assim como ilustram as trajetórias de antepassados notáveis.

Em relação à reconstrução da trajetória dos indivíduos aqui estudados, faz-se necessário o uso do conceito de “pós-memória”. Isso se dá pelo fato de as lembranças aqui colhidas não serem diretas, isto é, foram obtidas através das impressões dos descendentes. Além disso, o conceito de “pós-memória” também se aplica na reconstrução de eventos traumáticos e significativos, como os ligados às guerras, à imigração ou à violência. Para melhor ilustrar o que vem a ser pós-memória, é Hirsch (2008) quem esclarece:

Pós-memória descreve a relação que a geração posterior àqueles que testemunharam o trauma coletivo ou cultural estabelece com as experiências da geração anterior, experiências essas que apenas “recordam” por via de histórias, imagens e comportamentos entre os quais cresceram. Contudo, estas experiências foram-lhes transmitidas tão profunda e afetivamente que parecem constituir-se como memórias próprias. A relação da pós-memória com o passado, assim, não é efetivamente mediada através da recordação, mas sim por investimento, projeção e criação imaginativa (HIRSCH, 2008, p. 106-107)

Desse modo, o conceito de pós-memória pressupõe, portanto, que a memória pode ser herdada e repassada através da representação de histórias, imagens e comportamentos. Além disso, pode se configurar em uma espécie de investimento, projeção ou criação imaginativa. O trauma também pode ser transmitido intergeracionalmente. Quanto a isso, Hirsch (1999, p. 9) afirma que: “[...] é uma questão de adotar as experiências traumáticas – e, por conseguinte, as memórias – dos outros enquanto suas, ou, mais precisamente, como experiências que se poderia ter vivido, e de inscrevê-las na sua própria história de vida”.

E é no seio da família que as relações pós-mnemônicas se dão, sobretudo. A família - enquanto microcosmo que medeia a memória individual e a memória coletiva - pode funcionar, num contexto pós-traumático, quer como uma espécie de abrigo da violência ou da ruptura, quer como um espaço onde a catástrofe ainda repercute, menciona Hirsch (1999).

Sendo assim, o núcleo familiar se afigura como um terreno onde os acontecimentos traumáticos e a sua respectiva recordação são articulados, negociados ou até reprimidos, constituindo, justamente por isso, como um ambiente privilegiado para se conferir de que maneira os traumas históricos<sup>42</sup> reverberaram nas gerações seguintes.

Diante disso constata-se, em relação à memória dos descendentes desses judeus imigrados, uma necessidade de transformar as recordações de ruptura de seus antepassados em memórias narrativas.

A coleta dos depoimentos dos descendentes das famílias aqui estudadas faz sempre alusão ao momento do abandono da terra natal e ao desenrolar da aventura imigratória. Certamente tais fatos marcaram em definitivo as trajetórias desses indivíduos. Ao se examinar os depoimentos dos descendentes de Jacques Klein, o patriarca de uma dessas famílias judias estabelecidas no Ceará dos oitocentos, percebe-se isso.

A família Klein, originária da cidade de Quatzenheim, na Alsácia, viveu então a problemática da anexação alemã. Os pais de Jacques, nascidos e criados em Quatzenheim, eram Lamdu Klein (o pai) e Franny Klein (a mãe). O casal teve dois filhos: Jacques Klein (1851/1918) e Joseph Klein (1852/?). É Antônio Carlos Klein Filho (46 anos, juiz de direito, sobrinho-bisneto de Jacques Klein) quem ilustra a trajetória desse seu antepassado, quando indagado sobre as razões que levaram Jacques Klein a vir para o Ceará:

Eu acredito que as duas coisas, né? A Guerra Franco-Prussiana é da década de 1870, ele vivia na Alsácia, que era uma região de fronteira, ele como bom judeu (risos) era comerciante... E ele deve ter ouvido falar da prosperidade do comércio de exportação de algodão e de cera de carnaúba, não é? E foi provavelmente algum amigo, algum contato que ele soube que estava prosperando aqui e isso o atraiu para o Ceará, para o Aracati. Eu acho isso interessante... Eu vejo que as famílias cearenses de raízes estrangeiras, europeias, elas têm essa característica em comum... As que vieram no século XIX... E todas as demais, elas tinham... Eram daquela região. Então com os judeus que foram pro Aracati ocorreu uma característica similar. Alguém deve ter dito: “Olha” – deve ter chegado essa conversa na vila –

---

<sup>42</sup> Sobre a definição do que vem a ser “trauma estrutural” e “trauma histórico”, são LaCapra (2001) e Pollock (2009) quem esclarecem o assunto: “[...] enquanto ‘trauma estrutural’ se refere àquilo que é teorizado pela tradição psicanalítica como acontecimentos inevitáveis e ‘efeitos estruturais’ na formação da subjetividade (nascimento, castração, cena primordial, etc.); ‘trauma histórico’ designa um acontecimento ou uma experiência violenta, pessoal ou coletivamente contingente: morte, violação, exílio, imigração, tortura, terror, guerra, etc”.

“Olha, meu primo foi pro Brasil e está se dando muito bem com exportação!”, e aquilo atraiu aqueles mais aventureiros e eles refletiram: “Eu tô (sic) vendo aqui que meu futuro não vai ser muita coisa, eu vou me aventurar no Brasil!”. E os que vieram, prosperaram, não é? Todas essas famílias, não só os Klein, como os Mirtyl Meyer, os Gradvohl...<sup>43</sup>

A imagem abaixo traz um instantâneo do centro da pequena vila, com destaque para a sinagoga local:

**Figura 6 – Fotografia do centro da cidade de Quatzenheim, na Alsácia, com destaque para a fachada da sinagoga local. No sábado – *Shabat*, dia sagrado dos judeus, geralmente ocorriam os serviços religiosos. Final do século XIX**



Fonte: <https://www.rol-benkazen.centerblog.net>.

Quando inquirido sobre a data exata da vinda de Jacques Klein ao Brasil, o depoente acima não a soube precisar. Porém afirmou, segundo o que seu avô e outros parentes diziam, ter sido durante a década de setenta do século XIX:

Esse veio nos anos 1870 (Jacques Klein) e esse daqui, que é o meu avô (Henri Klein)... Ele veio na segunda década do século XX. Esse aqui (Jacques) casou com a

<sup>43</sup> FILHO, Antonio Carlos Pinheiro Klein. **Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho**: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

Caetana Porto e esse aqui (Henri) com a Luísa Pinheiro. E esse aqui (Jacques) faleceu em 1918.<sup>44</sup>

De posse da informação sobre a data da morte de Jacques Klein, pode-se inferir acerca da presumível idade que ele tinha ao chegar, além da provável data desse ocorrido. Comparando-se essa fonte oral com notícia colhida no jornal aracatiense *A Semana* (Aracati, 10/08/1918, p. 4), vê-se que Jacques Klein morreu aos 67 anos. Considerando-se esse dado, além da informação dada pelo descendente de que seu antepassado chegou ao longo dos anos de 1870, pode-se supor a idade provável quando de seu deslocamento, bem como o motivo: se Jacques Klein possuía 67 anos na data de seu falecimento, teria 19 anos em 1870. Sabe-se que, após a Unificação Alemã (1871), o alistamento militar havia se tornado compulsório. Se Jacques Klein optasse pelo alistamento, seria obrigado, no caso de um conflito, a talvez lutar contra tropas francesas. Certamente deveria sentir-se bastante francês para que essa ideia o agradasse.

Diante disso, presume-se que, provavelmente, Jacques Klein tenha vindo ao Brasil com a idade de 19 anos e por volta de 1870/1871. O registro mais antigo encontrado da sua presença em Aracati foi obtido através do jornal *Echo do Povo* (Fortaleza, 09/11/1879, p.2). Esse periódico, publicado em Fortaleza nos anos setenta do século XIX, possuía um viés de crítica e denúncia acerca das políticas públicas que visavam ao combate das consequências da chamada “Grande Seca”. As cidades de Fortaleza, Aracati e Sobral, detentoras de grandes contingentes de refugiados dessa seca, passaram a sediar comissões de socorros públicos. Desse modo, no exemplar já mencionado, aparece publicada uma carta dirigida ao presidente da comissão de socorros públicos aos retirantes da seca de 1877/1879<sup>45</sup> em Aracati, senhor Manoel Francisco da Silva. Tal carta mencionava a competência e honradez com as quais o senhor Manoel Silva havia dirigido os trabalhos de assistência aos flagelados.

A carta vem assinada por uma relação de comerciantes de Aracati que forneceram gêneros alimentícios ao governo, gêneros esses que foram repassados aos necessitados desse contexto. Nessa relação, aparece o nome de Jacques Klein. De posse dessa informação, vê-se

---

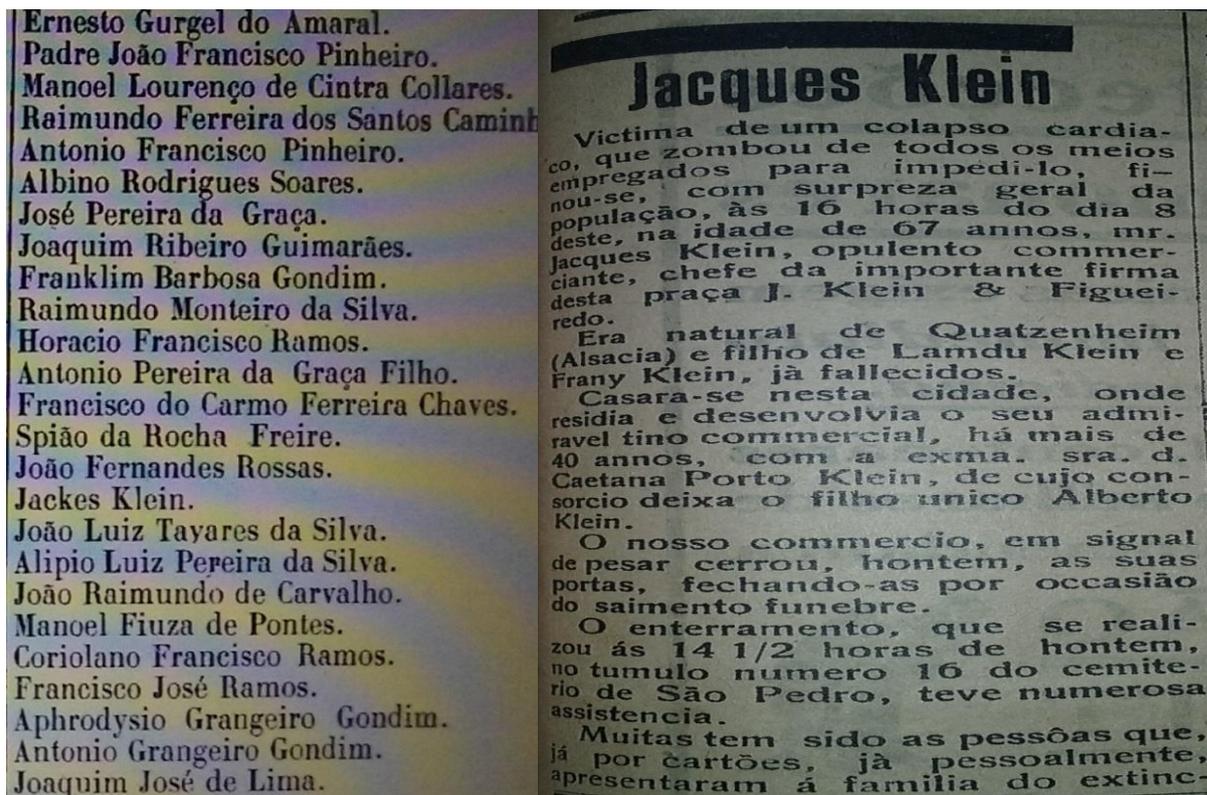
<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> De acordo com Oliveira (2011): “Para a historiografia cearense, a seca dos anos de 1877 a 1880 marcou a História do Ceará por ser um divisor de águas na forma como se visualiza o flagelo da estiagem, deixando de ser apenas um fenômeno natural e tornando-se um fenômeno de proporção social. A “grande seca” do Ceará, como ficaria conhecida, descortinou um quadro onde centenas e centenas de trabalhadores camponeses deixaram suas moradias no sertão do Ceará, e deslocavam-se em direção aos principais centros da província em busca do sustento não mais auferido nas roças. Diante do avanço da multidão retirante, o governo provincial do Ceará, chefiado pelo desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, promoveu a formação de comissões de socorros públicos em diversas localidades, tendo em vista apaziguar os ânimos da multidão faminta por meio da acolhida paternal promovida pela distribuição de alimentos”.

que o mesmo já era comerciante estabelecido no Aracati, com a idade de 27 anos. De fato, Jacques Klein fundou, junto ao coronel Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo, a *J. Klein e Figueiredo*<sup>46</sup>, uma das principais casas importadoras e exportadoras de Aracati à época. Essa firma atuava como casa bancária, agência de vapores, companhia de seguros e representação comercial. Exportava, para as praças da Europa e Sul do Brasil, cera de carnaúba, algodão, couros de boi, peles, chapéus, esteiras e vassouras. Possuía um depósito de estivas, de molhados, aguardente, sal, gás (querosene) e gasolina. Sua sede comercial funcionava à Rua do Comércio, nos números de 262 a 272, com fundos correspondentes à Rua Direita.

As imagens a seguir trazem trechos dos jornais mencionados, citando o falecimento de Jacques Klein, bem como seu nome na relação de fornecedores da comissão de socorros:

**Figura 7 – Imagem da esquerda: relação dos comerciantes fornecedores de alimentos à comissão de socorros em Aracati (09/11/1879) / Imagem da direita: nota sobre o falecimento de Jacques Klein (10/08/1918).**



Fontes: *Echo do Povo* (Fortaleza, 09/11/1879, p. 2) e *A Semana* (Aracati, 10/08/1918, p.4).

<sup>46</sup> Informação extraída do Almanaque Comercial “Terra Cearense”, publicado pelo Governo do Estado do Ceará, em 1925.

Diante do exposto, presume-se então, com grande probabilidade, que o fato desencadeador da vinda de Jacques Klein ao Brasil, tenha sido o panorama que resultou dos conflitos da Guerra Franco-Prussiana. É também razoável supor, que a opção de Jacques pelo Brasil e pela Província do Ceará deve ter sido alimentada pela presença de conterrâneos já estabelecidos no Aracati. Se assim não o fosse, por que a opção em se estabelecer em um lugar tão remoto da América do Sul? Sendo assim, vê-se o quanto o contexto da segunda metade do século XIX foi determinante nas trajetórias dos indivíduos da etnia judaica, inclusive daqueles que optaram por se radicar no Ceará.

No tópico seguinte, empreende-se uma análise das razões de emigrar de Myrtil Meyer, bem como se discute a problemática das diásporas judaicas e a formação de uma cultura migratória. Também se discorre sobre as ideias de Oswaldo Truzzi acerca das correntes que ligam as comunidades de origem, as sociedades acolhedoras e os emigrantes.

### 2.3 AS ETERNAS DIÁSPORAS JUDAICAS

Uma das características da história do capitalismo, sobretudo a partir do século XIX, tem sido a grande mobilidade espacial das populações. Desse modo, dentro de cada país, as cidades se transformaram em centros hegemônicos de acumulação de capitais, acelerando as transformações urbanas, migracionais e demográficas. Porém, cada país viveu essas modificações de forma distinta. Talvez a única constante, entre esses diferentes lugares, tenha sido a dos movimentos migracionais, cita Brito (1995).

Essas migrações ocorreram entre os mais diversos países, principalmente entre a Europa, Rússia e Américas, ao longo do século XIX e princípios do XX. Esses movimentos populacionais se constituíram num traço do desenvolvimento do capitalismo. A História recente não poderia ser compreendida sem se considerar a interação dos países através de suas populações deslocadas. Desse modo, pode-se observar que a própria identidade de nações como a Argentina e os Estados Unidos da América foi constituída, também, a partir do movimento internacional de diferentes povos.

Os países das Américas, o chamado “Novo Mundo”, têm a sua formação intensamente marcada pela confluência de europeus, africanos e asiáticos. Nesse contexto, principalmente a

partir da segunda metade do século XIX, as emigrações europeias se tornaram mais relevantes, em função das intensas mudanças provocadas pela Segunda Revolução Industrial. Essas transformações reestruturaram o capitalismo, atesta Brito (1995). Tais desdobramentos se deram, sobretudo, devido à expansão capitalista iniciada em 1850, como menciona Hobsbawm (1977, p. 61): “[...] dificilmente podemos datar a grande expansão antes de 1850”. O citado autor ilustra a formação do que chama de economia mundo, tornada possível a partir do grande desenvolvimento econômico proporcionado por essa expansão: “[...] o capitalismo tinha agora o mundo inteiro ao seu dispor, e a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que teve em capturá-lo” (1977, p. 67).

Nessa etapa, conforme já mencionado, países como a Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica, incorporaram fortemente essa nova lógica. Essas transformações estruturais do capitalismo desencadearam a unificação econômica do mundo, grandemente facilitada pela revolução tecnológica nos meios de transporte. Essa revolução nos transportes facilitou não só a circulação de mercadorias e matérias-primas, mas também o capital financeiro que uniu diversas praças comerciais.

Contudo, esses países que redefiniram a sua estrutura produtiva passaram a conviver também com o que alguns governantes e economistas chamaram de “excedente demográfico”. Isso se dava principalmente nas cidades que cresciam aceleradamente com a industrialização e o comércio, apresentando graves desequilíbrios sociais, menciona Brito (1995).

Diante desse panorama, vê-se que os indivíduos europeus que pertenciam à comunidade israelita também foram atingidos por esses desdobramentos. Desse modo, e voltando aos judeus residentes na Alsácia-Lorena do período (cerca de 41 mil pessoas, em 1871), sabe-se que a derrota da França para a Prússia significou não só a perda desse território, mas também a submissão ao vencedor e a obrigatoriedade de prestar serviço militar ao exército alemão. Além disso, esses judeus alsacianos acabaram, inclusive, por perder os direitos emancipatórios conquistados na França, desde meados da Revolução de 1789. Com a perda desses direitos, os judeus da região tornaram-se, novamente, objeto de humilhações. Tal situação os forçou a migrarem para Paris, Marselha, Lyon e Lille<sup>47</sup>. Após algum tempo, um

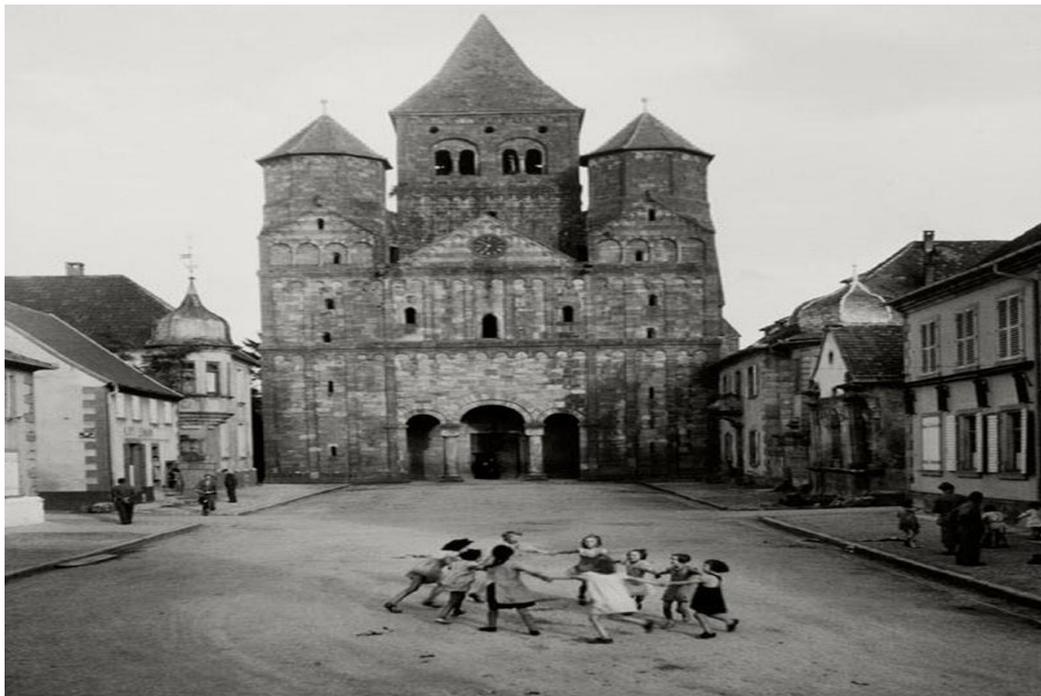
---

<sup>47</sup> Grandes e prósperas cidades do território francês.

novo clima antissemita<sup>48</sup> acabou por empurrar essas populações em direção a outros espaços de refúgio, como os Estados Unidos e o Brasil, cita Fausto (1997).

Desse modo, a família judia dos Meyer<sup>49</sup>, moradores da cidade de Marmoutier, na Alsácia, teve que viver à sombra da modernidade e do domínio alemão. O patriarca dessa família era Bernard Meyer (1844/1912). Sua mulher, Marie Levy (1850/1939), assim como o marido, também fora nascida e criada na pequena Marmoutier. Tiveram cinco filhos: Jeannette Meyer (1875/1966), Myrthille (Myrtil) Meyer (1877/1959), Cécile Meyer (1878/1951), Albert Meyer (1880/1963) e Leónie Meyer (1882/1970). A imagem a seguir, traz um instantâneo da cidade natal dos Meyer:

**Figura 8 – Fotografia do centro histórico da cidade de Marmoutier, na Alsácia. Em destaque, a catedral da cidade. Décadas iniciais do século XX.**



Fonte: <http://www.alsace-passion.com/marmoutier.htm>

<sup>48</sup> É Brenner (2013) quem menciona, ao falar do antissemitismo europeu, que ele despontou, na segunda metade do século XIX, não em Berlim, mas em Viena, na Áustria. Lá, esse sentimento de ódio aos judeus havia começado em certos seguimentos políticos, mais tarde migrando para setores da sociedade. Também na França o sentimento antijudaico tinha raízes profundas, que não alcançavam somente as camadas mais retrógradas. Em Paris, diante do escândalo montado em torno do oficial franco-judeu Alfred Dreyfus (1895), muitos judeus começaram a perceber isso: acusado de alta traição, Dreyfus foi degradado em cerimônia pública e exposto ao ódio das massas. Depois de anos de controvérsia, a inocência do militar foi finalmente provada e ele foi reabilitado.

<sup>49</sup> Informações colhidas da árvore genealógica dos Meyer (acervo particular de Lucile Mathilde Meyer Ferreira da Nóbrega).

A cidade de Marmoutier, apesar de pequena, possuía uma significativa comunidade judaica. A presença de uma sinagoga atestava isso. Na Alsácia, a primeira comunidade israelita constituiu-se por volta do ano 1000. Porém, a forte influência da Igreja Católica na região foi responsável pela exclusão de muitos judeus da vida social, por vários séculos. Essa perseguição foi tão intensa, que, no ano de 1550, as comunidades judaicas de Estrasburgo, Rosheim, Sélestat, Obernai, Colmar, Mulhouse e Molsheim foram totalmente extintas. Mais tarde, elas se reconstituíram, no século XVIII, após a Revolução Francesa. Nesse contexto, cidades como Estrasburgo, Colmar, Haguenau, Struth, **Marmoutier (grifo do autor)**, Ernstein, Obernai, Bouxwiller e Ingwiller tiveram suas comunidades israelitas restauradas<sup>50</sup>.

Voltando à família Meyer, dos cinco filhos, apenas Myrtil encarou a aventura imigratória. Foi levado a isso por conta da perspectiva de servir ao Exército Alemão, em 1897. Além disso, seu pai tinha planos de torná-lo o sucessor do rabino<sup>51</sup> local, atividade para a qual Myrtil não demonstrava pendor, segundo a descendente Heloísa Meyer (84 anos, servidora pública aposentada, neta mais velha de Myrtil Meyer). É a fala da neta que ilustra as razões presentes na imigração do avô:

Porque como ele era o filho mais velho e ele tava (sic) com uns dezenove anos, o pai dele disse: “Olha, você tem duas coisas para fazer... Ou você vai para fazer o serviço militar com o Exército Alemão...” E o vovô disse: “Eu não quero! Eu sou alsaciano, francês!” [...] Aí ele: “E também não quero ser rabino!”. Aí meu bisavô disse: “Então você vai pra escola de rabinos!”. E o vovô disse: “Não, eu vou para o Brasil!”. Onde tinham aqui dois irmãos da “grand mère<sup>52</sup>”: o tio Henrique (Henri), que eu conheci bem velhinho, e o tio Myrtil (Myrthille)... O Myrtil voltou pra (sic) Alsácia e o tio Henrique morreu aqui... O vovô tratava o tio Henrique assim (gesto de mão indicando bom tratamento)<sup>53</sup>.

Percebe-se, assim, que Myrtil não desejava cumprir os desígnios traçados pelos projetos paternos. A presença de dois irmãos de sua mãe em Aracati determinou os caminhos de sua aventura imigratória. Esses rapazes Levy, muito provavelmente, devem ter imigrado para o Ceará também por conta da Guerra Franco-Prussiana. Eram um pouco mais velhos do que ele, que chegou em 1897, aos dezenove anos, segundo Heloísa Meyer:

É, exatamente! Ele chegou aqui em 1897, agora ele nunca me disse o mês, a data... Chegou no Recife... Achou aquilo uma coisa horrível! Horrroso! E os tios

<sup>50</sup> Informações colhidas no site de turismo francês: <http://br.france.fr/pt-br/informações/o-turismo-judaico-na-franca> (acesso em 23/01/2017).

<sup>51</sup> Principal autoridade religiosa de uma comunidade judaica.

<sup>52</sup> Bisavó.

<sup>53</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

contrataram um pessoal que fazia o percurso de Recife para Aracati em lombo de burro. E ele veio em lombo de burro<sup>54</sup>.

Encontra-se uma referência, à Myrtil e seus tios, em artigo escrito por Girão (1953) sobre a presença francesa no Ceará, artigo esse publicado na *Revista da Academia Cearense de Letras*:

De Fortaleza ampliou-se a influência ao Aracati, o outro então bom porto das nossas exportações. Lá começaram os irmãos Benoit e Natalino Levy e Jacques Klein, aqueles os iniciadores da exportação de peles ou courinhos no Ceará, e este, associado a Antônio Rodrigues Figueiredo, constituindo-se em pouco tempo o nome mais pronunciado da região do Jaguaribe como comerciante de avantajados haveres. Lá é que, identicamente se iniciaram **Myrtil Levy** e **Henrique Levy** e **Myrtil Meyer**, que, a princípio empregado dos Klein, também logrou riqueza e hoje se emparelha aos maiores exportadores de Fortaleza<sup>55</sup> (GIRÃO, 1953, p. 72-84).

Percebe-se assim, diante dos dados aqui confrontados, que a possibilidade de servir ao Exército Alemão, a falta de vocação para o rabinato e a presença dos tios maternos em Aracati, serviram de combustível para as escolhas de Myrtil Meyer, ao se decidir por imigrar de sua França natal. Queria, como muitos imigrantes do contexto, *faire l'Amérique* (fazer a América), como se dizia.

Desse modo, Myrtil engrossou as fileiras dos que optaram por abandonar a Europa, em busca de novas oportunidades nas Américas. Nesse contexto, a imigração estrangeira para o Brasil cresceu muito, sobretudo a partir das décadas de 1870 e 1880, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX, quando o governo republicano adotou políticas de controle e de incentivo à imigração (assunto a ser discutido no próximo capítulo). Ao mesmo tempo em que havia essa “imigração subvencionada”, ocorriam os casos daqueles que, espontaneamente, dirigiram-se para os centros urbanos com o propósito de tentar a vida no comércio ou exercer profissões liberais, segmentos que atendiam ao fluxo emigratório de judeus no Brasil desde meados do Império, segundo Carneiro (2013). A tabela a seguir, dá uma noção dos números que envolveram a imigração de europeus e judeus para o Brasil, durante o recorte aqui analisado:

**Tabela 3 – Brasil: imigração geral e judaica, por períodos (1872/1919)**

Período	Geral	Judaica
1872/1879	176.337 (3,3%)	500 (0,5%)
1880/1889	448.622 (8,4%)	500 (0,5%)

<sup>54</sup> Ídem.

<sup>55</sup> Ver GIRÃO, Raimundo. Franceses no Ceará. *Revista da Academia Cearense de Letras*, n. 13, 1953, p. 72-84.

1890/1899	1.198.327 (22,4%)	1.000 (1,1%)
1900/1909	622.407 (11,6%)	5.000 (5,4%)
1910/1919	815.453 (15,2%)	5.000 (5,45)
<b>Total:</b>	<b>3.261.146</b>	<b>12.000</b>

Fontes: Para imigração geral, Bassanezi (1996, p. 8<sup>56</sup>); para a judaica, estimativas do autor buscadas no censo do IBGE, em Wischimitzer (1948, p. 293) e em Leichisnky (1961, p. 1554).

Os dados anteriormente demonstrados apontam para cerca de 12.000 judeus adentrados no território brasileiro, durante o período que vai de 1872 até 1919. A história da moderna imigração judaica para o Brasil deve ser compreendida como um fluxo populacional contínuo e dinâmico. Fluxo esse marcado por fases que se misturam e se interligam ao longo dos séculos XIX e XX. As diferenças são determinadas por alguns elementos específicos: as comunidades de origem desses imigrados, as razões que alimentaram essa imigração (se espontânea ou forçada) e as circunstâncias políticas que envolviam o acolhimento nos países de destino, cita Carneiro (2013).

Os indivíduos aqui estudados estiveram nesses grupos. Uma parte desses emigrantes radicou-se no Ceará, provavelmente por conta de informações que circulavam entre o Ceará e a Alsácia. Essas informações atestavam o progresso material dos que aqui se estabeleceram, sobretudo nas cidades de Aracati e Fortaleza, principais portos locais. Isso fez com que uma pequena corrente migratória acabasse por se constituir. A tabela a seguir demonstra, em números, a presença desses indivíduos no Brasil do período em questão:

**Tabela 4 – Distribuição da população judaica segundo censo de 1890/1900**

Principais estados brasileiros	População judaica	Principais estados brasileiros	População judaica
Alagoas	02	Rio Grande do Norte	05
Amazônia	153	Pará	211
Bahia	17	Paraíba	06
Ceará	25	Paraná	17
Espírito Santo	30	Pernambuco	08
Maranhão	02	Rio Grande do Sul	54
Minas Gerais	37	São Paulo	226
Rio de Janeiro	25	Santa Catarina	01
Rio de Janeiro (DF)	202		

<sup>56</sup> Ver BASSANEZI, Maria Sílvia e C. Beozzo. 1996. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**, ed. Neide Patarra. São Paulo: FNUAP, NESUR, NEPO.

---

**Total Geral: 1.021**

---

Fonte: Censos brasileiros e LESTSCHINSKY, Jacob, “Jewish Migrations, 1840-1956”, In: FINKELSTEIN, Louis (Coord.), **The Jews: Their History, Culture and Religion**, v. 2, London: Peter Owen, 1961, vol. 2, p. 1537-1596.

Sendo assim, percebe-se que a presença de judeus nas Américas do período estudado, inclusive no Brasil, pode ser compreendida através da influência dos desdobramentos advindos da consolidação do capitalismo e de uma nova cultura burguesa, que trazia consigo o hábito do consumo e a facilitação da circulação de bens e pessoas. Afora isso, a pertença à etnia judaica também era fator de impulso dessas correntes migratórias. O povo judeu, desde há muito alvo de perseguições religiosas, cedo se habituou ao que foi nomeado de diáspora<sup>57</sup>. Essa palavra era empregada sempre que eram forçados a deixar os lugares onde haviam nascido e se estabelecido.

Dessa forma, contemplando-se os judeus estabelecidos na cidade de Aracati, no Ceará, nota-se que também eles viveram suas pequenas diásporas. O ato de emigrar é uma decisão que envolve não apenas um indivíduo qualquer, cheio de planos e expectativas, mas antes traz em si um cabedal de desejos e experiências coletivos, ligados a uma série de vínculos de parentesco, etnia e amizade. Sair do seu lugar antropológico, lugar onde se tece relações baseadas em modos de viver similares, para adentrar numa outra sociedade onde comportamentos e visões de mundo são distintos, consiste numa escolha difícil.

Tal escolha envolve o choque cultural e a necessidade de se construir outra identidade, em outro lugar. É tornar-se estrangeiro. Desse modo, os estudos migratórios empreendidos nos últimos anos procuraram compreender essa condição de alteridade vivida pelo imigrante. Buscou-se entender como grupos ou indivíduos chegados em um determinado país tentam recriar laços associativos, de acordo com suas formações socioculturais originais e na tentativa de garantir certa margem de segurança frente aos imprevistos que envolvem o ato de emigrar. Simmel (1983, p. 182), ao empreender estudos sobre movimentos migratórios, criou uma precisa interpretação sobre o significado do estrangeiro imigrante: “[...] Aqui se vai

---

<sup>57</sup> Segundo Carneiro (2013, p. 15), a palavra “diáspora” vem do hebraico *tefutsá* (dispersado) ou *galut* (exílio). Refere-se à dispersão de judeus no exílio ou ao conjunto das comunidades judias estabelecidas fora da Terra de Israel. Apesar de referir-se a uma dispersão físico-geográfica dos judeus pelo mundo, o termo apresenta também conotações religiosas, filosóficas e políticas. Os judeus começaram a se dispersar pelo mundo desde o século VI a. C, quando os babilônios conquistaram o Reino de Judá. A diáspora, enquanto fenômeno social, tem múltiplas interpretações, considerando-se as diversas experiências dos judeus no exílio. Deve-se também ter em mente, como referência, o conceito étnico-religioso do judaísmo que, além de ser uma das mais antigas religiões, não é, simplesmente, uma religião. Ou seja, os judeus são membros de um povo e não simplesmente adeptos de uma religião.

discutir o estrangeiro não no sentido em que muitas vezes se fez, considerando o viajante que chega hoje e parte amanhã, porém no sentido de uma pessoa que chega hoje e amanhã fica”.

Em princípio, tais estudos tinham como objetivo central colocar o imigrante no núcleo de um processo que se pensava unicamente desencadeado por fatores econômicos e políticos, fatores esses fora de seu controle. Porém, mais recentemente, surgiram análises mais centradas em trajetórias individuais, histórias de vida e micronarrativas. Essas análises foram ganhando força na medida em que se conseguia dimensionar comportamentos e estratégias coletivos, presentes em diversas etnias, através de um novo viés. Diante disso, devolvia-se ao imigrado certa autonomia, onde cada um movia-se de acordo com vínculos familiares, de camaradagem e étnicos. Desse modo e abraçando essas novas vertentes, no que tange aos movimentos migratórios judaicos no Brasil, pode-se mencionar os importantes trabalhos de pioneiros como Novinsky (1972), Wolff (1975), Berezin (1980), Lipiner (1986) e Carneiro (2001), além de vários outros.

Sendo assim e tomando-se em consideração a chegada ao Brasil de milhares de italianos, japoneses, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, franceses, poloneses e russos – alguns deles judeus-, ao longo da segunda metade do século XIX, esses estudos migratórios experimentaram um novo fôlego a partir dessas novas perspectivas. Estudos envolvendo a inserção social de imigrados em áreas urbanas, bem como também aqueles relativos às atividades comerciais a que se dedicavam, trouxeram uma nova compreensão acerca desses grupos. Desse modo, fontes como as memórias, os processos criminais, os registros de comércio, os jornais e as fotografias, passaram a ajudar a compor uma imensa colcha de retalhos que desvela e ilustra essas trajetórias.

Utilizando-se aqui os conceitos teóricos de Oswaldo Truzzi (2008), percebe-se a formação de uma “rede” nesses processos migratórios. Uma “rede migratória” pode ser definida como um complexo de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não migrantes, nas áreas de origem e destino, por meio de vínculos de consaguinidade, amizade e conterraneidade. Dentro dessas redes formam-se os mais diversos tipos de mobilidade migratória, em determinadas circunstâncias. Há as chamadas “migrações locais”, onde o indivíduo se desloca para um local geograficamente contíguo, que usualmente já lhe é familiar. Há também as “circulares”, chamadas assim quando a migração é sazonal e temporária. Já as do tipo chamado “de carreira” seriam aquelas onde se busca uma colocação respondendo a oportunidades apontadas por uma organização à qual se pertence (organização

religiosa, empresarial, etc.). Por fim, há as “em cadeia” (como nos casos aqui estudados) que consistem no deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos, geralmente já instalados no local de destino.

Importante também nesse quadro conceitual é a definição de “informação”. A “informação” é uma variável-chave que consiste em diferentes graus de abrangência. Seria composta por relatos, correspondências e dados que circulam dentro das redes migratórias. Existem redes circunscritas a círculos familiares. Outras são mais extensas e abrangem toda uma localidade. Já as maiores atuam com impacto sobre toda uma região. Quanto mais próxima uma vila ou cidade de outra de onde haviam partido imigrantes, maior seria a possibilidade de contágio da febre emigratória. Por último, deve-se mencionar o papel importante do “sistema de redes” nas sociedades receptoras, onde se compreende que os vínculos sociais são valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção, após o processo imigratório. Com isso evidencia-se o valor estratégico dos vínculos comunitários, étnicos, matrimoniais e ocupacionais; presentes também no processo de integração à nova sociedade.

Desse modo, nota-se que esses judeus alsacianos não foram levados apenas por fatores socioeconômicos e políticos que não estavam ao alcance de seu controle. Ao se analisar suas trajetórias individualmente, percebe-se o valor da micronarrativa<sup>58</sup> como ferramenta que permite compreender o comportamento coletivo dessas etnias por caminhos singulares. O sujeito que imigra adquire novamente autonomia. É Vainfas (2002) quem ilustra a metodologia e aplicação dessa abordagem, ao ressaltar que a micro-história opera com escala de observação reduzida, exploração exaustiva de fontes, descrição etnográfica e preocupação com uma narrativa de tons literários.

Sendo assim, vê-se que esses imigrantes moveram-se numa série de inter-relações, de acordo com vínculos familiares originais e outros construídos durante e após seu deslocamento. Isso aumentou seu poder de decisão e escolha quanto aos locais de destino. Quanto a isso, Oswaldo Truzzi (2008) afirma que:

[...] atuando no interior de redes de relações pessoais, o emigrante, individualmente ou em um núcleo familiar, passou a ser visto como um agente racional que persegue

---

<sup>58</sup> Segundo Revel (1998), a micro-história surge como uma crítica a uma tradição historiográfica anterior, apontando novas possibilidades para o trabalho do historiador, que, ainda reafirmando a história como social, procura sofisticar e redimensionar a pesquisa a partir de procedimentos que questionam as antigas concepções de história social. Nessa abordagem, constrói-se o macro pelo micro, considerando-se especialmente as variantes comportamentais dos atores envolvidos em determinados processos sociais.

objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora. Dito em outros termos, o migrante passou a ser visto como agente mobilizador de capital social (TRUZZI, 2008, p. 207).

Quanto à autonomia desses imigrados, Gilberto Velho (2003) também menciona que:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo de interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades (VELHO, 2003, p. 47).

Esses “projetos” citados consistiram nas estratégias de vida adotadas pelos imigrados. Dessa forma, para Velho (2003), o ponto de partida sobre o qual se pode falar na existência de um “projeto” é a noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher. Essas escolhas são feitas através de objetos predeterminantes e de finalidades específicas. Porém, as escolhas pessoais desses imigrantes não estiveram inteiramente condicionadas às teias relacionais nas quais estavam inseridos. Ou seja, o “projeto coletivo” de migração não se montava, muitas vezes, sobre relações harmônicas ou coesas. Existiam diferenças devido às particularidades de *status*, trajetória, família, gênero e geração. Mas, apesar disso, vê-se que as trajetórias individuais desses imigrantes adquiriram sentido quando respaldadas em afinidades de objetivos e entendimentos comuns sobre o que se almejava ao longo dos processos de diáspora vividos. Esses vínculos estavam ligados à terra de origem e eram recriados nos locais de destino numa dimensão socioeconômica do trabalho e da sociabilidade étnica, conforme menciona Franklin (2011).

Em relação ao “campo de possibilidades”, mais uma vez Velho (2003) ilustra que: “De qualquer forma, o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas culturais existentes [...]” (2003, p. 25).

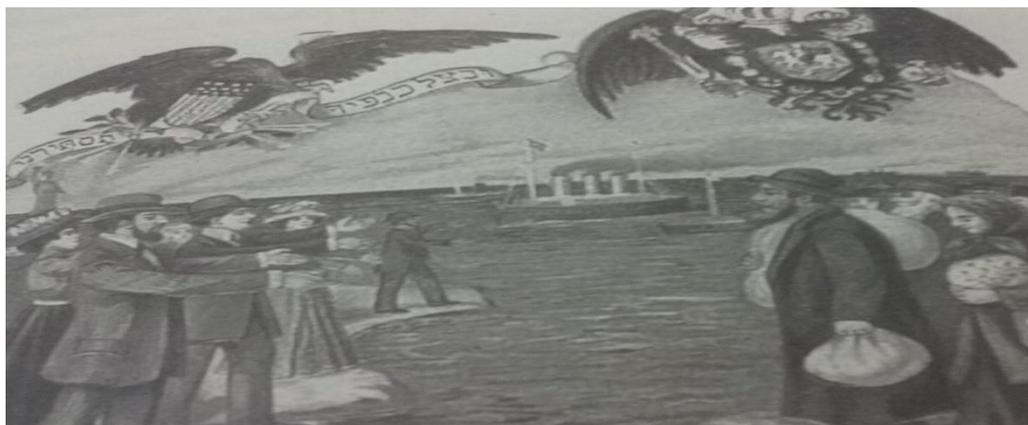
Desse modo, existia quase sempre um elemento comum costurando e interligando a vida desses judeus imigrados: o sentimento de pertencimento étnico. Esse sentimento acabava por estabelecer laços com parentes e conterrâneos, permitindo que esses deslocados se articulassem coletivamente, visualizando alternativas de vida antes e depois da concretização do projeto migratório.

Esses laços acabaram por criar verdadeiras “redes étnicas de migração”, colocando e mantendo esses judeus em pleno contato com seus patrícios e orientando, de forma eficaz,

auxílios e apoios mútuos, tanto entre os já estabelecidos em Aracati e Fortaleza, quanto entre os que viriam depois. Sendo assim, percebe-se que, para além das solidariedades constituídas no processo migratório, as “redes étnicas” eram também abastecidas por um conteúdo simbólico, que trazia consigo proteção, refúgio, segurança e afetividade, reforçados junto aos parentes e compatriotas estabelecidos nas cidades aqui contempladas.

Essas percepções simbólicas funcionavam como argumentos construtores e balizadores para a ação desses sujeitos, atribuindo significados e coerência às suas opções de imigrar. É Franklin (2011) quem vai batizar esse conceito como “cultura migratória”, a partir das ideias de Thompson<sup>59</sup> (1998). Para o primeiro, essa “cultura migratória” poderia ser definida como: “[...] a noção de uma colônia com base nos critérios de ajuda mútua, complementaridade, acolhimento e entrefavorecimento, isto é, de valores adquiridos, criados, recriados e sensibilizados, através da rede de relações com a qual passavam a interagir [...]” (2011, p. 29). Percebe-se, então, que o processo migratório abrange uma enorme quantidade de características, problemáticas e conceitos. Vê-se que não é assunto simples. A imagem a seguir, retirada de um cartão postal confeccionado pela comunidade judaica estabelecida em Nova Iorque, no início do século XX, representa a miríade de sentimentos experimentados por esses imigrantes.

**Figura 9 – Cartão postal impresso por *Hebrew Publishing* entre 1900/1920, autor não identificado: “A happy new year” (alegoria representando o desembarque de imigrantes judeus na América).**



Fonte: Acervo Markus Sacha/SP apud CARNEIRO, Maria Luiza T. **Brasil judaico**: mosaico de nacionalidades. São Paulo: Maayanot, 2013.

<sup>59</sup> Ver THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O projeto migratório, como já mencionado, era forjado por uma série de razões, além de gerar grandes expectativas em relação ao país de destino. No caso daqueles pertencentes à etnia judaica, isso se intensificava, pois migravam para países de cultura bastante distinta e que eram compostos por uma população de maioria cristã.

Diante do que até aqui foi discutido, discorre-se, no capítulo seguinte, sobre como essa rede de auxílios mútuos se estabeleceu, entre os indivíduos aqui estudados, bem como se fala do panorama da época e das características da sociedade acolhedora.

### **3 VERDES ÁGUAS: DO ATLÂNTICO NORTE PARA O ATLÂNTICO SUL**

As verdes águas do título fazem alusão à cor dos mares do Ceará, de um verde-escuro, bem diferente do negro das águas do Atlântico Norte. Esse Oceano conduziu esses imigrantes a um mundo novo, repleto de desafios. A cidade de Aracati serviu de pouso inicial a muitos deles. Dessa forma, nesse capítulo traça-se um perfil dessa cidade e de suas gentes.

Detentora de um dos principais portos do período, junto ao de Fortaleza e de Camocim, Aracati tinha ares mundanos e aristocráticos. A existência das charqueadas, do algodão e do seu porto imprimiram-lhe um quê de cosmopolitismo. Esses emigrados que lá se estabeleceram foram elementos multiplicadores e potencializadores das conexões construídas a partir de seu cais. Nessa altura do trabalho, fala-se das dificuldades, particularidades e estratégias experimentadas por esses recém-chegados. Os memorialistas, os historiadores locais, os periódicos e as fontes orais vão enriquecendo a teia dessas trajetórias. Alianças com conterrâneos, com membros da elite local e com moças católicas, pontuaram o estabelecimento desses forasteiros na cidade.

Os conceitos de “informação”, “assimilação/aculturação”, “identidade”, “etnicidade”, “cultura migratória”, “configuração/interdependência”, “espaço” e “micro-história” como metodologia são abordados aqui no que diz respeito às particularidades envolvendo àqueles pertencentes ao judaísmo.

### 3.1 A SAGA DOS “JUDEUS ERRANTES”:

Ó fugas contínuas, idas, ebriedade do Diverso!  
 Alma eterna dos navegadores e das navegações!  
 Cascos refletidos devagar nas águas,  
 Quando o navio larga do porto!  
 Flutuar como alma da vida, partir como voz,  
 Viver o momento tremulamente sobre águas eternas.  
 Acordar para dias mais diretos que os dias da Europa,  
 Ver portos misteriosos sobre a solidão do mar,  
 Virar cabos longínquos para súbitas vastas paisagens  
 Por inumeráveis costas atônitas<sup>60</sup>...

O trecho destacado acima faz alusão ao abandono da terra natal e ao misto de angústia e esperança vivenciado pelos que abraçam a aventura imigratória. Os indivíduos aqui estudados certamente passaram por tais expectativas e medos. Emigraram no esteio da então recente cidadania plena adquirida pelos judeus europeus, que havia lhes dado liberdade e autonomia, bem como devido às dificuldades enfrentadas pela nova acomodação formada pelo capitalismo industrial, que na ocasião se mundializava. Tudo isso havia trazido novas possibilidades e problemáticas aos membros dessa etnia. Além disso, vivia-se a febre do “fazer a América”, sonho esse alimentado pelo impulso proporcionado pela combustão a vapor.

A modernização aqui já explicada trouxe uma maior mobilidade social e geográfica, onde as condições materiais e tecnológicas favoreceram e deram incremento aos processos de deslocamento. Nesse panorama, correspondências eram trocadas freneticamente entre àqueles que já haviam emigrado e entre os que sonhavam com essa possibilidade. Truzzi (2008) faz referência ao conceito de “informação”, já anteriormente mencionado, e que diz respeito aos dados que circulam dentro de correntes migratórias, sobretudo entre pessoas que emigraram e possíveis imigrantes, que são oriundos dos mesmos locais.

Essas “informações” impulsionaram vários processos migratórios no período (fins do século XIX e início do século XX). O meio por excelência que proporcionava tal troca de

---

<sup>60</sup> Trecho do poema “Ode Marítima”, de Fernando Pessoa (Ver PESSOA, Fernando. **Obras Escolhidas: Mensagem, Poemas de Alberto Caieiro, Odes de Ricardo Reis, Poemas de Álvaro de Campos/Fernando Pessoa.** Org. Jane Tutikian. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016, p. 279).

dados era o das missivas. É Seyferth (2005) quem destaca o trecho de entrevista concedida por um membro da família alemã dos Haake, que começou a vir para o Brasil durante a década de 1890:

Meu pai, Julius Haake, veio por conta própria, porque meu avô já estava aqui [...] no Benedito Novo (região próxima de Blumenau), faleceu lá [...] Ele escreveu para o meu pai que nesse tempo em que estava no Brasil já havia comprado tantos mil metros de terra. O pai viu aquela carta e disse: “Vou para o Brasil”. E também um dia nós arrumamos a trouxa e saímos (HAAKE apud FABRI e TRUZZI, 2005, p. 36)<sup>61</sup>.

Ao se analisar o trecho enunciado anteriormente, percebe-se o quanto esses dados serviram de estímulo às correntes migratórias do contexto aqui estudado. Tais cartas são denominadas por Croci (2008) como “cartas de chamada”. Para ele, essas plataformas de comunicação usadas à época da “grande imigração<sup>62</sup>” caracterizaram fortemente o universo simbólico do fenômeno migratório. Essas cartas reuniam um potencial evocativo de fascínio e de apelo excepcionais, tanto para os que emigravam, quanto para os que ficavam. No caso dos judeus da Alsácia-Lorena discutidos nesse trabalho; presume-se, com muita probabilidade, que esse meio foi utilizado largamente na troca de notícias com familiares, bem como na divulgação de informações que giravam em torno de postos de trabalho e possibilidades de negócios.

Desse modo, vê-se que toda história de emigração nasce com uma partida, com uma quebra de vínculo, com uma separação. E a distância produzida por essa ruptura gera uma forte necessidade de comunicação. Quando os navios carregados de imigrantes estavam para partir, era costume, segundo Croci (2008), que:

[...] aqueles que embarcavam seguravam a ponta de um fio de lã, cuja outra ponta ficava na mão dos parentes que permaneciam no cais e que a seguravam entre os dedos, até o último momento. O navio afastava-se e os fios de lã continuavam apertados nas mãos dos emigrantes a bordo e dos parentes em terra até se romperem: tratava-se de um gesto ritual com um significado simbólico paradigmático. Os emigrantes, muitas vezes, passariam a vida inteira na tentativa de juntar as pontas daqueles fios, aquelas ligações familiares, identitárias e comunitárias que se haviam rompido no cais, na hora da partida. (CROCI, 2008, p. 13-14)

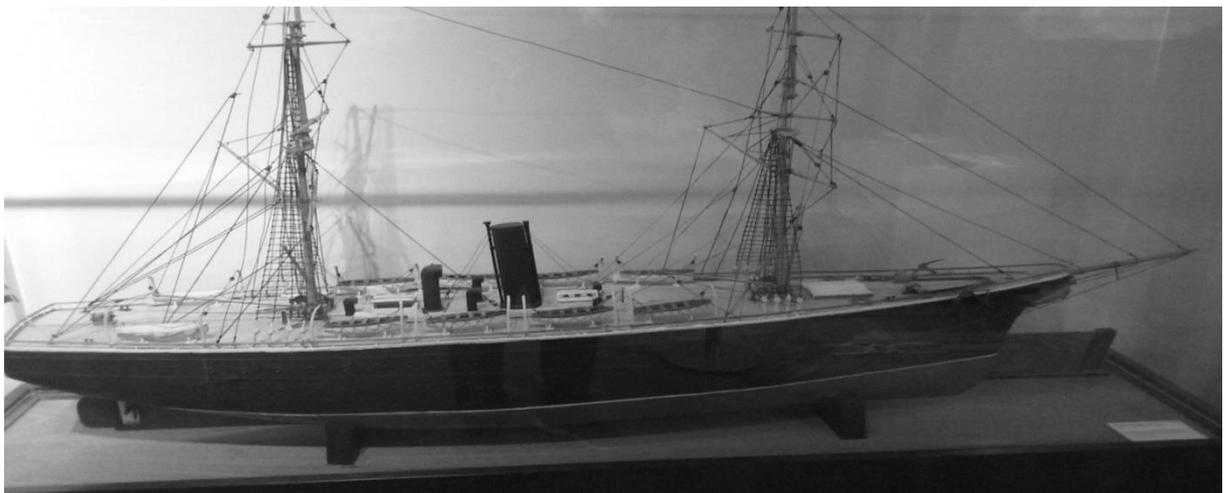
<sup>61</sup> Ver SEYFERTH, Giralda. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. In: FABRI DEMARTINI, Zeila de B. e TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos, SP: Edufscar, 2005, p. 36.

<sup>62</sup> Referência ao período que vai da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando milhões de europeus, de várias nacionalidades, religiões e etnias, cruzaram o Atlântico em busca de melhores condições de vida nas Américas.

Sendo assim, inúmeros navios singraram os oceanos e mares daquele período. Iam abarrotados de gentes que sonhavam com uma vida nova, cheia de possibilidades e afastada das dificuldades de seus locais de origem. Os passageiros do vapor *Weser*, que cruzou o Atlântico com 842 judeus russos, em 1889, tinham como destino Buenos Aires, na Argentina, menciona Huberman (2014). Esse último também cita que a Argentina, depois dos Estados Unidos da América, foi pouso final de muitos judeus poloneses e russos. Há uma célebre frase, bastante poética e emblemática, usada pelos descendentes de imigrantes argentinos: “*Los argentinos descendemos de los barcos*”<sup>63</sup>. Tal frase atesta o quanto o fenômeno da imigração impacta e cria traços que definem identidades.

Ao se mencionar o episódio do vapor *Weser*, importante é lembrar o quanto, muitas vezes, as políticas públicas e as iniciativas privadas foram vetores que trouxeram facilidades e meios para o fenômeno emigratório daquele contexto: as passagens dos judeus que viajaram nesse navio haviam sido patrocinadas pelo barão Maurice Hirsch<sup>64</sup>, judeu alemão milionário e filantropo, criador da *Jewish Colonization Association* (Associação de Colonização Judaica ou JCA). Essa entidade também cuidaria de comprar terras e financiar o assentamento dos judeus russos, então recém-chegados à Argentina. A imagem a seguir traz instantâneo da maquete do navio *Weser*, constante do acervo do Museu Judaico de Buenos Aires:

**Figura 10 – Imagem da maquete do navio a vapor *Weser*.**



Fonte: acervo do Museu Judaico de Buenos Aires, Argentina (foto do autor, Buenos Aires, julho de 2017).

<sup>63</sup> Algo como “Os argentinos descendem dos barcos”.

<sup>64</sup> Segundo Frisher (2010) foi um mago das finanças e dono de uma fortuna fabulosa, erigida em grande parte da construção ferroviária, o Barão Moritz von Hirsch (1831-1896) ainda hoje é considerado o maior filantropo judeu de todos os tempos. Ele também deu ímpeto à imigração judaica para a América do Norte e do Sul e desenvolveu as primeiras colônias agrícolas judaicas em um tempo no qual a presença judaica era virtualmente inexistente no Hemisfério Sul.

Comparando-se a imagem da maquete do *Weser* com a imagem a seguir, que traz uma foto do Porto de Fortaleza repleto de vapores, em fins do século XIX, atesta-se a semelhança entre esses navios que regularmente faziam as rotas que ligavam a Europa à América do Sul:

**Figura 11 – Fotografia do Porto de Fortaleza, no final do século XIX. Num primeiro plano, vê-se a chaminé do célebre gasômetro, que ficava perto da hoje Praia de Iracema. Ao fundo, veem-se vários vapores semelhantes ao *Weser*, que transportou os primeiros judeus chegados à Argentina**



Fonte: <http://www.fortalezaemfotos.com.br>.

Diante das imagens anteriores, seria bastante razoável supor que Myrtil Meyer, Henri Levy, Myrtil Levy, Jacques Klein, Henri Klein, Albert Klein e Gerson Gradvohl cruzaram o Atlântico do período aqui abordado, vindos da Europa em direção ao Brasil, em vapores bem similares. Por serem todos oriundos da Alsácia-Lorena, devem ter embarcado rumo à América do Sul pelo Porto do Havre, maior porto do Norte da França e bem próximo à citada região. É Takeya (1995) quem menciona, ao enumerar as linhas que ligavam a França ao Brasil, que durante a primeira metade do século XIX havia uma preponderância das rotas que saíam, sobretudo, dos portos de Marselha (no Sul) e do Havre (no Norte). Cita também que o Havre estabelecera-se como principal porto francês devido ao fato da região ser a mais industrializada e populosa de então.

Afirma do mesmo modo que, ao se levar em conta os principais portos do Brasil dos anos de 1800, seriam esses os do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Rio Grande (do Sul), Belém, São Luís, Fortaleza e Santos. No que tange aos portos do Ceará, faz também menção ao ancoradouro de Aracati, que havia ganhado importância nesse contexto devido ao embarque de algodões provenientes do interior da Província (como eram chamados os Estados no Período Imperial) e que ficava bem próximo aos locais de produção do referido produto.

Quanto à chegada de Myrtil Meyer, sabe-se que aportou no Brasil pelo Recife. É a fala da neta mais velha, Heloísa Meyer (anteriormente já qualificada), que ilustra seus passos:

[...] Ele veio para o Brasil para *faire l'Amérique pour gagner beaucoup de l'argent!*<sup>65</sup> [...] e ele saiu pela França (para o Brasil), não sei se foi por *Marseille* ou pelo *Havre*... Nunca me lembrei de perguntar... Aí ele chegou no Recife... (Agora lendo um texto jornalístico que versava sobre seu avô): “Nos idos de 1897, quando o jovem Myrtil Meyer contava dezenove anos, a Alsácia encontrava-se sob o domínio da Alemanha e o rapaz alsaciano tinha à sua frente duas obrigações: fazer o serviço militar do Exército Alemão ou entrar para a Escola de Rabinos, como desejava seu pai, homem muito religioso. Mas o jovem Myrtil não queria nem uma coisa, nem outra. Falou com sua mãe e decidiu ir para o Brasil, onde dois tios já viviam<sup>66</sup>.”

De Recife veio por terra até o Aracati, onde se estabeleceu, com a ajuda dos tios maternos, menciona Heloísa Meyer. Certamente esses tios correspondiam-se com a irmã, Marie Levy Meyer, em Marmoutier (terra dos Meyer). Nessas cartas deveriam falar do seu progresso material na cidade de Aracati, bem como das oportunidades que lá existiam. Tais informações levaram o jovem Myrtil a optar por radicar-se na região.

No que diz respeito a Jacques Klein, patriarca dos Klein cearenses, e os motivos de sua vinda, é seu sobrinho-bisneto, Luciano Pinheiro Klein Filho (professor de História, 52 anos), quem declara:

Presumivelmente, embora também não tenhamos, em relação ao velho Jacques, que foi bem anterior ao meu avô, informações que nos permitam apontar nesse sentido, mas a lógica em si, a época em que ele veio, na década de 1870, tudo leva a crer que foi realmente em decorrência desse conflito (Guerra Franco-Prussiana<sup>67</sup>).

Diante do declarado presume-se, pela época (contexto da mencionada guerra) e pela idade do emigrante (18/19 anos), pois Jacques Klein havia nascido em 1851 e falecido em

<sup>65</sup> Algo como “fazer a América e ganhar muito dinheiro!”.

<sup>66</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Helóisa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

<sup>67</sup> FILHO, Luciano Pinheiro Klein. **Luciano Pinheiro Klein Filho**: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

1918 (conforme já demonstrado), que tal fato atestava a exigência do serviço militar compulsório ao Exército Alemão. Certamente essa perspectiva, aliada ao fato de conterrâneos seus estarem vivendo no Brasil, na cidade de Aracati, levaram o jovem Jacques a também emigrar para o Ceará. Quanto a isso não se tem certeza absoluta, mas é bastante seguro supor a existência dessa possibilidade. Ao ser inquirido sobre essa hipótese, mais uma vez o sobrinho-bisneto de Jacques Klein menciona:

Possivelmente, no entanto nós não temos informação que nos permita afirmar com segurança isso. Certamente ele não se arriscou em vir a uma terra que ele desconhecia. Provavelmente teve algum contato... Agora, lamentavelmente a informação desse contato e o porquê ele veio, infelizmente nós não dispomos dessa informação. Possivelmente por conta das atividades comerciais também, óbvio, que esse contexto da década de 1870, quando ele vem ao Ceará, e Aracati, a cidade referência da época, ao lado de Fortaleza, o grande porto de Aracati, talvez tenha sido o móvel das intenções dele, a partir de leituras ou desse possível contato aqui no Ceará<sup>68</sup>.

A possibilidade da troca de informações entre conterrâneos já radicados em Aracati e Fortaleza com Jacques Klein é bem verossímil. Ao se analisar o trabalho de Almeida (2016), percebe-se esse pequeno deslocamento migratório de judeus da Alsácia-Lorena para o Ceará, ao longo do século XIX. A tabela abaixo traz a compilação dos dados acerca de quem eram esses indivíduos, bem como seu país e cidades de origem/destino:

**Tabela 5 – Relação de judeus franceses radicados no Ceará e origem/destino (séculos XIX/XX)**

País	Cidade/Região	Nomes/Destino
França <sup>69</sup>	Chambrey (Lorena)	Adrien Boris (Fortaleza)
França	Ingwiller (Alsácia)	Aron Braun (Fortaleza)
França	Marmoutier (Alsácia)	Myrtil Meyer (Aracati)
França	Mulhouse (Alsácia)	Gerson Gradwohl (Fortaleza)
França	Mulhouse (Alsácia)	Jules Bloch (Fortaleza)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Albert Kahn Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Henri Kahn Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Jacques Klein (Aracati)
França	Quatzenheim (Alsácia)	Nephtalie Levy (Fortaleza)

<sup>68</sup> FILHO, Luciano Pinheiro Klein. **Luciano Pinheiro Klein Filho**: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

<sup>69</sup> Obs: Sabe-se que a França perdeu o Departamento da Alsácia-Lorena para o Império Alemão. Tal situação durou de 1871 a 1919, quando, após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes obrigou os alemães a devolverem as terras confiscadas dos franceses. Porém, algo que é quase unânime a todos esses emigrados, é a identificação como franceses e nunca como alemães. Por isso optou-se por colocar a França como país de origem.

França	Quatzenheim (Alsácia)	Samuel Weil (Sobral)
França	Osthophen (Alsácia)	J. Robert Dreifus (Fortaleza)
França	Soutz-sous-Forêts (Alsácia)	Josephine Levy (Fortaleza)

Fonte: Tabela elaborada com dados da pesquisa do autor e dados retirados de ALMEIDA, Nilton Melo. Judeus no Ceará (séculos XIX e XX). São Paulo: Intermeios, 2016, p. 51-52.

De posse dos dados anteriores, nota-se o número, relativamente relevante, de judeus da Alsácia-Lorena radicados em várias cidades do Ceará. Todos vieram ao longo da segunda metade do século XIX<sup>70</sup>. Levando-se em conta tais dados e voltando ao caso específico de Jacques Klein, é de se supor, com bastante razoabilidade, que conterrâneos seus já estabelecidos no Ceará tenham fornecido informações acerca da considerável prosperidade que haviam conquistado na região. Quanto ao porto de chegada de Jacques Klein, não foi possível, ao longo da pesquisa determinar, quer seja através dos depoimentos, quer seja através de outras fontes, seu local exato. Mas, é bastante possível que um desses portos tenha sido o de Recife, Fortaleza ou Aracati.

No que tange à data e ao local de chegada de Gerson Gradvohl, é seu bisneto, Roger Gradvohl (já qualificado), quem esclarece:

[...] Ele veio para o Brasil em 1864 e ele era de Mulhouse, uma cidade da Alsácia-Lorena, perto de Estrasburgo [...] Ele veio por conta da Guerra Franco-Prussiana e da industrialização da França. A região de Mulhouse era muito industrializada, principalmente com a indústria têxtil [...] Primeiro ele morou em Camocim. Ele veio da França diretamente para Camocim. Ficou por lá um tempo, depois foi para Sobral e de Sobral veio para Fortaleza<sup>71</sup>.

Duas informações chamam a atenção nesse depoimento: a primeira concerne à chegada de Gerson Gradvohl ao Brasil pelo Porto de Camocim, já que os principais portos do período, no Ceará, eram Aracati e Fortaleza. Contudo não se pode esquecer, como afirma dos Santos (2009), da importância desse cais para a colonização do Vale do Acaraú, bem como do protagonismo que Camocim conquistou, no século XIX, após a inauguração da Estrada de Ferro de Sobral, em 1881. Tal fato fez aumentar o escoamento do algodão produzido na região e também fez surgir inúmeras casas comerciais em Camocim. Certamente Gerson Gradvohl iniciou seus negócios no Ceará a partir de lá.

A segunda diz respeito à data de chegada e à Guerra Franco-Prussiana. Presume-se que o patriarca dos Gradvohl exercia a função de *comissionaire* (anteriormente já explicada)

<sup>70</sup> As únicas exceções são Albert Klein e Henri Klein, que vieram entre 1912/1914.

<sup>71</sup> GRADVOHL, Roger. **Roger Gradvohl**: depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Entrevista concedida por telefone.

de uma das indústrias têxteis de Mulhouse. A data de 1864 pode ter sido a da primeira viagem de Gerson Gradvohl, pois conforme já dito pelo descendente:

[...] Mas realmente ele veio para pesquisar os produtos daqui que serviam para a exportação para a França, naquela época: a cera de carnaúba, o chifre de boi (de onde se faziam botões), o óleo de mamona (que servia para a indústria) e o algodão (matéria-prima de primeira necessidade para a indústria têxtil)<sup>72</sup>.

Ora, sabe-se que a Guerra Franco-Prussiana só foi deflagrada em 1870, portanto, seria bastante provável que Gerson Gradvohl fizesse visitas de trabalho frequentes ao Ceará, desde 1864 (interessante aqui seria lembrar o período em que ocorreu a Guerra de Secessão Americana, que durou de 1860 a 1875, e que causou uma busca por outros locais fornecedores dessa matéria-prima – o algodão<sup>73</sup>), e que o início do mencionado conflito tivesse alimentado a resolução de se estabelecer no Brasil, especialmente no Ceará, lugar com o qual já possuía familiaridade. A imagem a seguir traz fotografia do Porto de Camocim, repleto de vapores, no início do século XX, pouso inicial do emigrante alsaciano Gerson Gradvohl:

**Figura 12 – Fotografia do Porto de Camocim, início do século XX. Note-se a presença de vapores ancorados ao longo do cais.**



Fonte: <http://www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br>.

<sup>72</sup> GRADVOHL, Roger. **Roger Gradvohl**: depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Entrevista concedida por telefone.

<sup>73</sup> É Gonçalves (2008) quem menciona que, na segunda metade do século XIX, houve uma expansão da produção algodoeira no mundo em virtude da Guerra de Secessão Norte-Americana. O sul dos Estados Unidos, até então principal fornecedor dos parques industriais têxteis europeus, cessa esse fornecimento em decorrência do mencionado conflito. Isso causou, inclusive, a criação da *Manchester Cotton Suplly Association*, que tinha por objetivo investigar possíveis fornecedores de algodão em outros países. Num primeiro momento, o algodão produzido na Índia e no Egito serviu para abastecer a indústria inglesa. Porém, logo depois, o aumento da demanda fez com que os ingleses passassem a procurar outros fornecedores. Nesse momento, o Brasil entra nessa equação: o Maranhão, o Ceará e São Paulo passaram a enviar, com bastante frequência, fardos de algodão exportados para a Inglaterra e a França.

Ainda em relação aos Gradvohl, é importante mencionar que, além de Gerson Gradvohl, afirma também o descendente que vieram para o Brasil dois de seus irmãos: Henri Gradvohl e Lazare Gradvohl (informações colhidas a partir de anotações da Sra. Andrée Gradvohl, esposa de Leon Gradvohl, filho de Gerson Gradvohl). No que diz respeito à presença desses judeus radicados no Ceará, outros dados surgiram ao longo da pesquisa e foram obtidos a partir de fontes manipuladas por do Rego (2013), onde a mesma teve acesso a documentos da *Casa Marc Jacob*<sup>74</sup>, sediada em Parnaíba, Piauí, e também pertencente a emigrantes judeus da Alsácia-Lorena: a referida pesquisadora constatou haver certo grau de parentesco entre os Jacob de Parnaíba, os Boris de Fortaleza e os Gradvohl:

É preciso lembrar que um vice-cônsul já atuava em Parnaíba, desde 1863, dando suporte às atividades comerciais do Sr. Lalanne, e que pelo menos três casas comerciais francesas já estavam atuando em Teresina, desde 1875. Uma rede de negociantes franceses parece, assim, já estar consolidada, **e a ida dos Jacob, parentes dos Boris (grifo do autor)**, para Parnaíba, viria a somar, tanto com a ampliação dos negócios do próprio Boris, como para a colônia de emigrados da Alsácia-Lorena radicados em Fortaleza, **que contava, inclusive, com alguns primos mais distantes dos Jacob, os Gradvohl (grifo do autor)**. (DO REGO, 2010, p. 126)

Diante do que aqui foi demonstrado, percebe-se claramente o estabelecimento de uma “rede migratória” no que concerne aos judeus da Alsácia-Lorena assentados no Ceará. A presença de conterrâneos e parentes, tanto no Ceará, quanto no Piauí, certamente potencializou laços interpessoais e trocas de “informações” que acabaram por criar uma pequena corrente migratória que esteve ativa ao longo das décadas finais do século XIX e início do século XX. Essas migrações foram do tipo “de cadeia”, onde o deslocamento desses indivíduos foi motivado por uma série de dados e arranjos fornecidos por emigrantes de mesma origem, já instalados ou prestes a se instalar no local de destino.

Desse modo, Myrtil Meyer e seus tios, Jacques Klein e seus sobrinhos e Gerson Gradvohl e seus irmãos vieram para o Ceará no esteio dos laços que uniram fortemente esses indivíduos, tanto em seus locais de origem quanto em seus locais de pouso. Sua imigração foi

---

<sup>74</sup> Afirma do Rego (2013) que, por volta de 1881, Marc e Lazare Jacob, dois dos cinco filhos do casal de fazendeiros franceses Joseph Jacob e Marie Beatrix, vieram de Schalbach, na Lorena, França, para o Ceará, Brasil. Mais tarde, outros dois irmãos juntaram-se a eles, em Parnaíba: Myrthil e Charles. Os irmãos Jacob chegaram à Parnaíba, possivelmente, em diferentes momentos, tendo cada um permanecido lá por diferentes períodos. Dispostos a trabalhar e a investir na cidade, em 31 de outubro de 1891, os irmãos Jacob estavam construindo um armazém na Rua Grande. A presença dos quatro irmãos em Parnaíba, desde 1886, e dois deles negociando durante quase 40 anos, indica a consolidação de seus negócios na cidade, através do incremento de suas atividades comerciais.

do tipo voluntário, onde contaram com recursos próprios e auxílio de familiares, ao contrário da dos judeus do *Weser* e de outros que vieram para o Brasil mediante estímulos oficiais. Quanto a esse último grupo, Seyferth (2005) ressalta que, durante os anos finais do Período Monárquico e o início do Período Republicano, manteve-se a propaganda brasileira para atrair imigrantes. Essa imigração continuou vinculada aos interesses da colonização (vide a legislação vigente à época, caso dos decretos 528, de 28/06/1890<sup>75</sup> e 603, de 26/07/1890<sup>76</sup>) e, apesar de estar inclinado, no período, a acabar com os subsídios para esse fim, o governo federal continuou pagando prêmios às companhias de navegação que transportavam imigrantes.

Sendo assim, chegaram esses judeus franceses às plagas do Ceará. De certa forma, corroboraram o mito criado pelos católicos do “judeu errante”, condenado a vagar pelo mundo até a vinda do segundo Cristo<sup>77</sup>. Esse novo país trazia uma série de desafios a esses recém-chegados. Segundo Seyferth (2005), as problemáticas iniciais enfrentadas por todo emigrante envolvem a questão da “assimilação/aculturação”. Essa “assimilação” surge em decorrência das mudanças e conflitos enfrentados pelos emigrantes nas dinâmicas de inserção numa outra cultura e sociedade. No caso dos imigrantes europeus, muitas vezes essa “assimilação” tornou-se um conceito mais genérico e sinônimo de “americanização” ou “abrasileiramento”, sobretudo nos processos onde ocorria uma efetiva integração cultural e social, especialmente a partir da segunda geração, onde a transferência dos ideais nacionais e lealdades políticas migravam para o país adotado.

Contudo, a “assimilação” sempre é um processo bilateral, onde, embora prevaleçam os padrões do grupo majoritário (país adotado), implica também uma seleção de dados e eliminação de outros por parte do grupo adventício (emigrantes). Dessa forma, o conceito de “assimilação” leva à discussão de outros pertinentes ao tema do processo de inserção social de emigrantes: o da “identidade” e o da “etnicidade”. É Lesser (2014) quem frisa, ao fazer referência ao conceito de “identidade”, que o mesmo não significa a adoção de uma

---

<sup>75</sup> Decreto n. 528 de 28 de junho – Federal: Regularizava o serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil.

<sup>76</sup> Decreto n. 603 de 26 de julho – Federal: Reorganizava a Inspeção Geral de Terras e Colonização sendo baixado novo regulamento.

<sup>77</sup> Conforme Kirschbaun (2011), o mito do judeu errante foi criado pelos católicos, que consideravam os judeus como deicidas (assassinos do Filho de Deus), e, portanto, teriam sido castigados com a sina de vagarem pelo mundo sem pouso certo. Na realidade, tal mito serviu, durante muito tempo, para ocultar e justificar as dificuldades enfrentadas por esses povos e concernentes às perseguições vividas na Europa Oriental e na Rússia, ao sentimento de estranheza e desconforto sentido pelas minorias judaicas perseguidas em meio a uma maioria cristã e ao horror do extermínio causado pela *Shoá* (Holocausto).

identidade nacional única e estática, onde emigrantes e cidadãos são peremptoriamente inseridos. Pelo contrário, os emigrantes e seus descendentes se beneficiariam ao serem portadores de uma identidade hifenizada (teuto-brasileiros, franco-brasileiros, nipo-brasileiros, franco-judeus, nipo-americanos, etc.), ou seja, por serem oriundos de outras matrizes culturais carregariam uma identidade mista, que possui elementos pré-migratórios e pós-migratórios. Seriam definidos então por uma “identidade” híbrida.

Já no que se refere ao conceito de “etnicidade”, menciona Lesser (2014) que o mesmo seria, num primeiro momento, associado a uma combinação entre “raça” e “nação”. Com o tempo, esse conceito foi ampliado e passou a abranger elementos como língua, comida, organização social e religião. Porém, mais recentemente, ambos os conceitos (“identidade” e “etnicidade”) passaram a ser vistos como construções históricas, e não heranças engessadas e recebidas como parte de algum tipo de essência cultural ou biológica.

No caso específico dos judeus, essas questões que envolvem “identidade” e “etnicidade” possuem particularidades. Mas, afinal, o que é ser judeu? É algo que é definido pela religião? Pela etnia à qual pertencem? Por uma herança ancestral comum? É Neusner (2004) quem afirma ser a primeira e fundamental definição da “identidade/etnicidade judaica” o fato de estar relacionada à comunidade dos fiéis que creem que a narrativa das escrituras hebraicas do Antigo Israel refere-se a eles. Seriam aqueles para quem a outorga e a aceitação do Monte Sinai mantêm um elo contínuo e inquebrável. São os eternos defensores da Torá (livro sagrado dos judeus), a quem compete demonstrar às demais nações que Deus é a Fonte e o Provedor de todas as bênçãos.

Outra explicação importante, segundo Neusner (2004), diz respeito à ideia de grupo étnico constituído por identidade comum de destino e não apenas definido pela fé em comum. Ou seja, o indivíduo pode ser considerado judeu, mas não necessariamente praticante do judaísmo. Pertence ao povo de Israel, mas pode ser adepto de qualquer outra religião, ou até mesmo ser ateu. Tal ponto de vista recebe muitas críticas por considerar como judeu mesmo quem abandona o judaísmo.

E por último, de acordo com Sorj (2010), há o critério da matrilinearidade, que é uma das referências no que tange à definição de ser judeu. Em outras palavras: é judeu quem nasce de mãe judia. Porém, apesar de todas essas visões em relação ao que define um indivíduo judeu, ainda cabe ao rabinato ortodoxo ligado ao Moderno Estado de Israel a última palavra sobre esse tema, embora correntes modernas adotem princípios mais flexíveis.

Diante de tudo isso, percebe-se que a pertença à religião ou à origem judaicas traz uma miríade de características, problemáticas e especificidades, acrescidas (nos casos aqui estudados) ao fato de virem de outro Continente e possuírem também uma matriz cultural francesa. Os indivíduos judeus analisados nesse trabalho certamente tiveram que lidar e improvisar com muitas questões surgidas no confronto com a sociedade acolhedora. Desse modo, ser judeu no Ceará daquele contexto envolveu inúmeras dificuldades: aprender uma nova língua, familiarizar-se com novos costumes, comer alimentos distintos dos de sua terra de origem, fazer-se respeitar na nova comunidade na qual ingressavam, professar uma religião que não era a de quase ninguém... Quanto a isso, a fala de Heloísa Meyer, neta mais velha de Myrtil Meyer, ilustra o estranhamento causado pela chegada do avô ao novo lar:

[...] Quando ele chegou na (sic) casa do tio Henrique e do tio Myrtil... Irmãos da mãe dele... Eram Levy, não eram Meyer... Aí ele olhou e disse: “Não tem cama nessa casa?”. A casa direitinha, arrumada, mas sem cama... E quando foi de noite veio uma “cabôca” (sic) e armou a rede branca com lençol e os tios falaram (em francês) que ele dormiria naquela rede. Ele ficou espantadíssimo, mas não quis perguntar... Um rapaz com dezenove, vinte anos... Não quis perguntar. Aí, ficou naquela e quando o pessoal se recolheu ele não sabia como entrar na rede (risos) [...] Só sei que ele levou foi uma queda!<sup>78</sup>

Outra questão bastante relevante foi a da prática religiosa. Os laços de conterraneidade e etnicidade permaneceram entre esses indivíduos, mas a vida religiosa teve que acatar improvisos. Não havia uma comunidade robusta o suficiente para a instituição de uma sinagoga<sup>79</sup> (templo religioso judaico). Dessa forma, sem sinagoga, centro cultural e religioso da vida no judaísmo, tornou-se difícil preservar e manter muitos costumes. Desse modo, os rituais não ocorriam em público, mas no privado. Houve também uma dificuldade em se obter alimentos preparados segundo os preceitos do judaísmo (comida *kosher*). Enfim, certas características de suas comunidades de origem foram se diluindo nas novas formas de vida. Quanto a isso, é a fala do sobrinho-bisneto de Jacques Klein, Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho (já qualificado) que esclarece quanto à prática religiosa de seu avô, sobrinho de Jacques Klein:

Meu avô, ele mantinha, apesar de eu não vê-lo muito religioso... Ele nunca se converteu (ao catolicismo) e ele mantinha... Ele, no privado, ele rezava, fazia suas

<sup>78</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

<sup>79</sup> Segundo Cordeiro (2002), o termo “sinagoga” significa lugar de reunião e deriva do hebraico *beit ha-knesset*. Segundo especialistas, a instituição sinagoga surgiu durante o exílio dos judeus na Babilônia, por volta do século VI a.C. como resposta à ausência do Templo de Jerusalém. Ao longo da história, o papel da sinagoga dentro da religião judaica cresceu, a ponto de ocupar hoje lugar de destaque em todas as comunidades.

orações... [...] Mas ninguém ouvia porque ele sussurrava. Meu pai dizia que ele sussurrava lá e pronto. Mantinha lá a sua fé... Mas não tenho conhecimento e nunca ouvi falar de uma sinagoga fundada por esse grupo<sup>80</sup>.

Enfim, a adaptação desses indivíduos foi complexa e envolveu estratégias e negociações. Importante aqui é também mencionar que, do ponto de vista metodológico, esse trabalho vem se pontuando pelo exercício micronarrativo. Pela natureza do tema, pensou-se que a abordagem mais adequada seria a encontrada na “micro-história” ou “micronarrativa”, gênero historiográfico surgido na Itália no esteio dos estudos de pioneiros como Ginzburg (1987)<sup>81</sup>. Através dessa análise, opera-se em escala reduzida, sem, contudo, deixar de fazer um contraponto com o macro. É Karsburg (2015) quem define e exemplifica as possibilidades desse tipo de pesquisa/metodologia:

[...] Pretendo apresentar reflexões sobre o método de pesquisa microanalítico e o modo de narrar oriundo da micro-história de inspiração italiana. Essa metodologia tem permitido aos historiadores reconstruir trajetórias e biografias que diferem do modelo tradicional de se estudar uma vida. A questão passa por problematizar os sujeitos inserindo-os em distintos contextos e relações sociais, percebendo semelhanças e, principalmente, diferenças. Porém, a micro-história não é só pesquisa. Ela é também uma nova maneira de apresentar os resultados aos leitores, configurando-se num estilo narrativo que busca maior interação com o público (KARSBURG, 2015, p. 32).

Vê-se então que tal abordagem presta-se bem ao estudo do cotidiano de comunidades ou indivíduos específicos, inseridos geográfica e sociologicamente em situações extremas. O tema da emigração cabe nesse tipo de análise. Os mais diversos tipos de fontes; como a oral, vem sendo confrontados com outros como a iconográfica, a hemerográfica, a bibliográfica e a estatística. O resultado é um quebra-cabeça complexo obtido a partir da crítica dessas fontes. Tais fontes vão fornecendo os indícios aqui reunidos num esforço de produzir as informações e a argumentação construídas.

No próximo tópico, discorre-se sobre a cidade de Aracati e suas características, bem como sobre as formas de inserção, convívio e estratégias desenvolvidos por esses emigrados.

---

<sup>80</sup> FILHO, Antonio Carlos Pinheiro Klein. **Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho**: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

<sup>81</sup> Ver GIZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

### 3.2 A COLÔNIA FRANCO-JUDAICA DE ARACATI:

Depois da travessia do Atlântico, a cidade de Aracati, e seu então pujante porto, foi o abrigo desses emigrantes que vieram para “fazer a América”. Nela, fundaram uma pequena colônia franco-judaica, que manteve uma população flutuante considerável; dadas as pequenas dimensões daquele núcleo urbano. No que diz respeito à história da cidade, a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicada pelo IBGE (1959)<sup>82</sup>, traz algumas informações sobre a evolução urbana do município, ao mencionar que, ainda no século XVII, o capitão-mor Pero Coelho de Souza havia partido da Paraíba com o intuito de empreender a conquista da Serra da Ibiapaba, então lugar onde os franceses já comerciavam com os Tabajaras. No caminho, tal expedição se dividiu em dois grupos: um que seguiu por barco diretamente para o Jaguaribe e outro, que seguiu por terra até a foz do mesmo rio. Porém, ambos os grupos, ao alcançarem o local, enfrentaram a resistência dos indígenas lá estabelecidos. Isso os obrigou a permanecerem mais tempo no sítio, construindo então uma fortificação à qual deram o nome de São Lourenço, em 10 de agosto de 1603.

Ainda segundo a mesma fonte, e por tratar-se de local seguro para as embarcações, esse porto veio a ser chamado ora de Porto dos Barcos, ora de São José do Porto dos Barcos. Mais tarde, com a expulsão dos holandeses do Recife, colonos portugueses, pernambucanos e paraibanos instalaram-se na várzea do Rio Jaguaribe. Esse afluxo de pessoas começou a desenvolver o lugarejo, que se constituiu, logo depois, em local de trocas comerciais.

Levando-se em consideração a transformação em vila do pequeno agrupamento, no século XVIII, é Jucá Neto (2012) quem menciona ser a cidade tão antiga quanto a Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó, importante entreposto comercial existente nos sertões do Ceará e fundada em 1737. Ainda segundo este último, o antigo povoado do “Porto dos Barcos”, situado a 15 quilômetros da foz do Rio Jaguaribe, foi também elevado à vila logo depois, em 1748, passando a se chamar Vila de Santa Cruz do Aracati.

Menciona também que a região de Aracati, nesse período, produzia carne seca e couros, e que seu porto era estratégico para a comercialização desses produtos com as praças de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Documentos<sup>83</sup> do contexto apontam, entre 1740 e 1790,

<sup>82</sup> Ver IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume XVI. Rio de Janeiro: 1959.

<sup>83</sup> Segundo Jucá Neto (2012), pode-se, a partir do depoimento de 8 de janeiro de 1743, dado pelo então Governador do Ceará, Francisco Ximenes Aragão, verificar esses dados. Do mesmo modo, constata-se tais

uma média de trinta navios aportando por ano com o objetivo de embarcar essas mercadorias. Quanto a esse “Ciclo das Charqueadas”, que foi de extrema importância para a viabilização da ocupação da Capitania do Ceará, é o memorialista Costa Lima (1979) quem cita, sobre o protagonismo de Aracati nesse período:

Nos séculos XVII e XVIII a indústria pastoril no município de Aracati era a mais importante do Ceará. Abastados fazendeiros estabelecidos em ricas fazendas possuíam milhares de cabeças de gado. Era tão grande o desenvolvimento da pecuária que, antes da edificação da vila, já existiam algumas fábricas de onde saíram as primeiras xarqueadas (sic) do Brasil e que hoje constituem um dos mais importantes ramos de negócio do Rio Grande do Sul. Tão importante foi essa indústria que, segundo rezam as crônicas do tempo, eram preparados anualmente de 20 a 25 mil bois e pelo porto de Aracati saíam de 25 a 30 mil couros salgados, de 50 a 60 mil meios de sola e vaquetas, 30 a 35 mil couros de cabra, 2 a 3 mil pelicas brancas (camurça), que costumavam fabricar no sertão (COSTA LIMA, 1979, p. 31-32).

Também acerca da importância de Aracati para a colonização do Siará Grande, é Girão (2001) quem afirma que, a partir de um lugar denominado Arraial, que depois ficou conhecido como Santa Cruz do Aracati, a cidade foi construindo sua influência no comércio e ocupação da região. A referida autora menciona que:

[...] Com o desenvolvimento do “arraial” através do aumento da indústria pastoril, que se estendia por toda a “Ribeira do Jaguaribe”, colonos portugueses, paraibanos e pernambucanos vieram habitar a foz do rio Jaguaribe, lugar já conhecido por Cruz das Almas, depois, São José do Porto dos Barcos (GIRÃO, 2001, p. 38).

As já mencionadas charqueadas contribuíram para que a Vila de Santa Cruz do Aracati se tornasse o mais movimentado e rico empório de transações da Capitania do Siará. Segundo Girão (2000), a partir de seu porto escoavam os mais diversos gêneros de exportação, sobretudo para Pernambuco, assim como também entravam gêneros de importação que supriam as ribeiras do Jaguaribe, chegando até mesmo a Icó, Crato e Sertão dos Inhamuns. Quanto às regras de estabelecimento da vila, é Jucá Neto (2012) quem menciona, sobre sua demarcação, ter a mesma um tamanho intermediário, ficando entre “cidades capitais” e “cidades com dimensões médias”. Tinha a medida de 1050 por 585 palmos, o que corresponde, aproximadamente, a 128 por 231 metros. Cita ainda que os critérios para as suas

---

informações através do depoimento de 24 de julho de 1744, dado pelo Ouvidor Geral da Capitania, Manoel José de Farias, que declarava que eram comercializadas: “carne e courama de dezoito até vinte mil boys (sic) para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro”. Dizia ainda que o lugar era: “muito populoso (sic) pela concorrência de muitas sumacas e gente que desce dos certoens (sic) com inumeráveis gados a fazerem suas negociacoenz (sic)”.

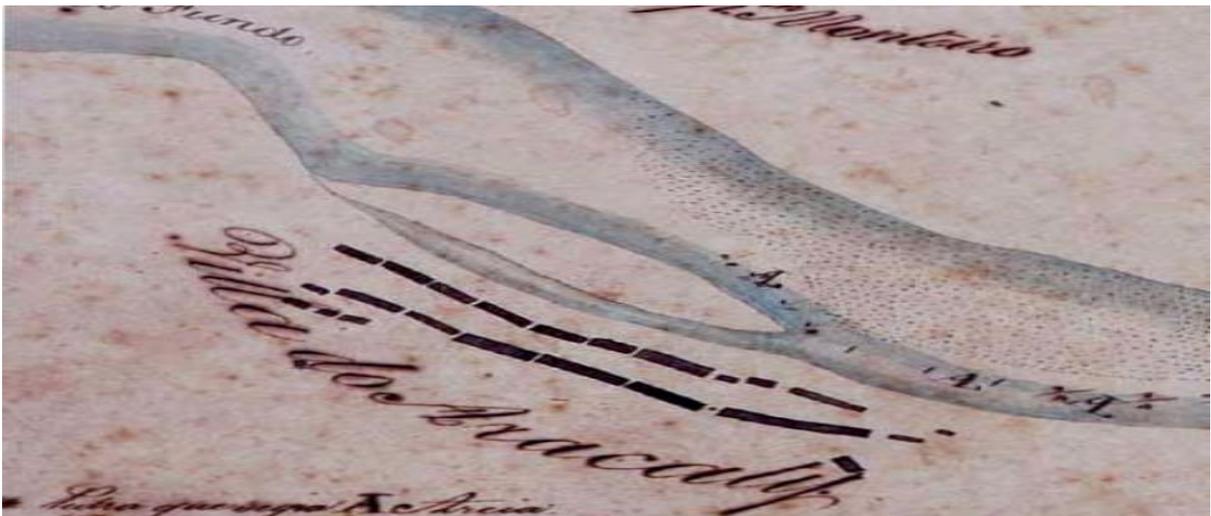
edificações foram determinados pelo Parecer Ultramarino e pela Carta Régia de Fundação da Vila<sup>84</sup>. Desse modo, quanto aos seus parâmetros, ilustra que:

[...] os funcionários da câmara de Aracati incorporaram em seu discurso as referências urbanísticas do Parecer Ultramarino e da Carta Régia de Fundação da Vila quanto à sua regularidade – o alinhamento das ruas com a marcação regular dos lotes e padronização das fachadas – e quanto à questão dos ventos e a salubridade pública (JUCÁ NETO, 2012, p. 350).

Diante disso, além dos rígidos limites da circunscrição da vila, estabeleceu-se também que as oficinas de charque deveriam localizar-se fora do núcleo urbano, e que nesse só se poderiam erguer casas alinhadas ao traçado já determinado das ruas. Tais medidas evitavam que o forte odor que exalava das oficinas chegasse à cidade. Desse modo, tentava-se formar a vila de acordo com as regras empregadas na Europa para esse fim, onde a salubridade e os “bons ventos” contribuía para o bem-estar dos cidadãos, cita Jucá Neto (2012).

Esse último ainda menciona que, passados alguns anos, os mesmos motivos que levaram à sua elevação de lugarejo à vila, também causaram a sua elevação à cidade: por questões econômicas ligadas à pecuária e por questões estratégicas, ligadas à posição de seu porto. Isso se deu pela Lei Provincial de 15 de outubro de 1842. A imagem abaixo traz um mapa elaborado no início do século XIX, onde se destaca o traçado da referida cidade:

**Figura 13 – Mapa desenvolvido por João Bloem, em 1825. Detalhe de planta da barra do Rio Jaguaribe com a Vila de Aracati.**



Fonte: acervo do *Arquivo Histórico do Exército* - AHE, Rio de Janeiro.

<sup>84</sup> Afirma Jucá Neto (2012) que o Parecer do Conselho Ultramarino de 12 de dezembro de 1746 dispunha sobre a criação da Vila de Santa Cruz do Aracati. Nesse documento já existiam, inclusive, as diretrizes urbanísticas a serem adotadas no momento de sua construção. Tratou-se de um verdadeiro roteiro metodológico e pragmático de como a vila deveria ser implantada.

Ao observar-se o mapa anterior, percebe-se a posição da cidade em relação ao Rio Jaguaribe. As dimensões do núcleo urbano ainda são modestas, mas seu porto era dinâmico e fez circular inúmeras riquezas. Desse modo, ao longo do século XIX, ilustra Girão (2000) que o “Ciclo das Charqueadas” foi substituído pelo “Ciclo do Algodão”. Isso se deu por conta de sucessivas secas ocorridas ainda em finais do século XVIII, que acabaram por diminuir drasticamente os rebanhos da região, além do fato de alguns moradores locais terem exportado a técnica do charque para o Rio Grande do Sul, causando uma forte concorrência por parte dessa Província. Nesse panorama, e, sobretudo a partir de 1860, houve um significativo aumento do comércio do algodão com a Inglaterra. Quanto a isso, menciona Girão (2000, p. 232) que “[...] o extenso desenvolvimento do cultivo do algodão foi devido à alta deste produto nos mercados europeus, consequência da guerra civil nos Estados Unidos”.

Dessa forma, ao se analisar esses ciclos econômicos nos quais a cidade de Aracati se inseriu, percebe-se a lógica da economia da América Portuguesa sempre voltada para atender aos interesses da Metrópole. Isso se deu ao longo de todo o Período Colonial e pautando-se nos Ciclos do Açúcar, do Ouro e da economia secundária do gado. Esses ciclos criaram uma forte interdependência entre si, onde a economia criatória desenvolveu-se no esteio da açucareira. Para ilustrar tal arranjo, é Furtado (1961, p. 74) quem afirma que: “[...] não excederia cinco por cento do valor da exportação do açúcar. Essa renda estava constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couros”.

Porém, ao longo do século XIX, tal arranjo passa por uma significativa modificação: a chegada da Família Real, em 1808, fez aumentar as relações comerciais entre o Brasil e a Europa, sobretudo com a Inglaterra. A essa primeira fase, Freyre (1968) dá a denominação de “primeira europeização” (1808/1860), onde o Brasil foi interligado fortemente ao “processo civilizador capitalista”, aqui já caracterizado. A fase seguinte, chamada pelo mesmo autor de “segunda europeização” ou “reeuropeização”, ocorre entre os anos de 1860 e 1930. Durante esse período constata-se uma grande entrada de produtos europeus no país, principalmente, num primeiro momento, de artigos ingleses e franceses.

Diante disso, o ideal capitalista de modernidade, a ideia de progresso e a cultura do consumo, mencionados no primeiro capítulo desse trabalho, são incorporados às práticas e ao imaginário das gentes do país. Nessa efervescência de trocas despontam as primeiras casas comerciais do Brasil. Num primeiro momento, por conta da presença da Família Real na

cidade, é o Rio de Janeiro que primeiro abriga esses estabelecimentos. Contudo, logo depois passaram a surgir casas comerciais em outros núcleos urbanos, notadamente nas cidades portuárias. Nesse contexto, menciona Takeya (1994), o comércio entre Brasil e Europa se dinamizou, tendo a França ocupado lugar de destaque. Esse intenso processo de entrada de produtos europeus no país acabou por criar uma mudança nos hábitos e costumes da sociedade brasileira, que procurava reproduzir as práticas advindas da cultura europeia.

Esse processo pode ser percebido a partir do uso de mercadorias trazidas da Europa, como lembra Freyre (2000, p. 77), ao dizer que: “[...] são esses artigos os que mais rapidamente modificam a cultura – cultura no sentido sociológico – de um povo: talheres, louça, alimentos, móveis, fazendas, roupas feitas, chapéus, calçados, selins, carruagens”. Desse modo, essa forte influência europeia irradiou-se para as mais diversas cidades brasileiras, chegando até ao Ceará.

Analisando-se o caso cearense, como ilustra Freitas (2016), verifica-se que a já citada “Civilização do Couro” fez surgir as vilas de Aquiraz (1713), Fortaleza (1726), Icó (1738), Aracati (1748), Caucaia (1759), Crato (1764), Baturité (1764), Sobral (1773), Granja (1776), Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1796). Ainda segundo o citado Freitas (2016, p. 28), essas cidades estavam: “[...] direta ou indiretamente, [...] integradas à economia-mundo, a uma nova materialidade e civilidade em processo de hegemonia que definia as hierarquias espaciais em escala global”.

Tais cidades foram construindo uma forte “configuração/interdependência” entre si, que reproduzia e reafirmava a “configuração/interdependência” já estabelecida pelo capitalismo em escala mundial. Desse modo, para entender esse processo, cita-se Elias (1969), onde o mesmo define:

Por **configuração** entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto de jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações, as relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado incrível de tensões. A **interdependência** dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários (ELIAS, 1969, p. 142).

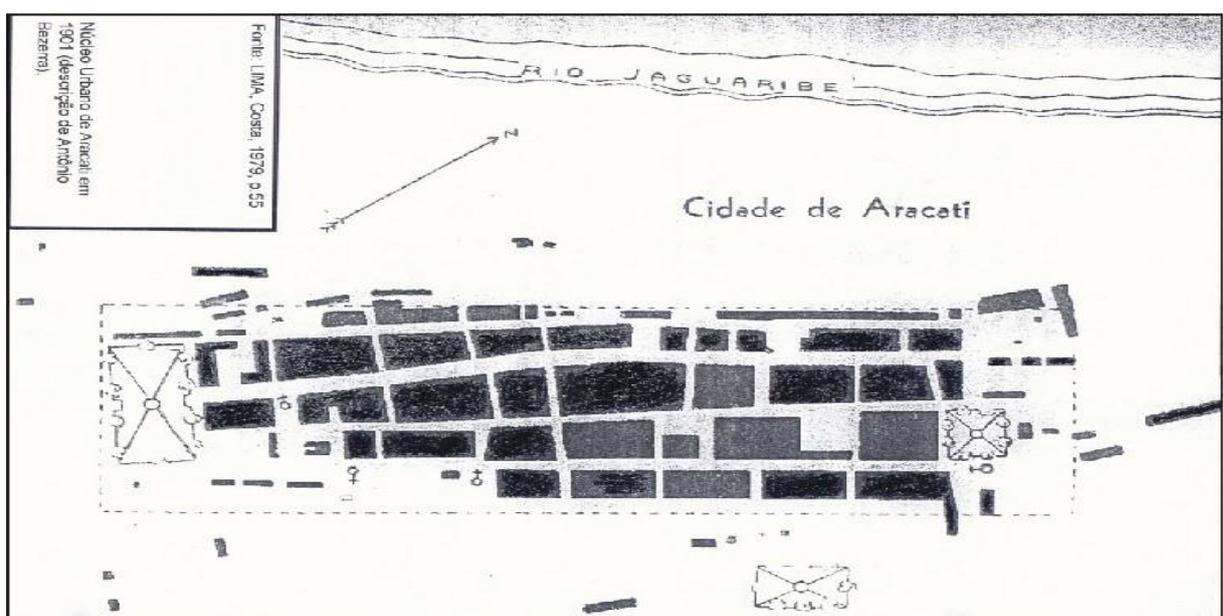
Desse modo, a civilização capitalista cria, através de sua “configuração” (entendida aqui como o padrão das relações ao nível das práticas e das representações), uma identidade de pertencimento. Isso se dá através das coisas e das representações atreladas a essa

civilização. Tal identidade cria uma intensa “interdependência” entre aqueles que por ela são afetados. Diante disso, percebe-se não apenas uma economia-mundo, mas, sobretudo, uma civilização-mundo.

Retornando à cidade de Aracati, vê-se que a mesma também fora apanhada pela lógica dessa nova conformação trazida pelo “processo civilizador capitalista”. Quanto a isso, cita Girão (2001, p. 111-112) que o desenvolvimento da cidade, primeiramente calcado na pecuária e depois no algodão, fez: “[...] crescer a especulação daquele ramo de negócio (comércio de trocas), aumentando dia a dia as transações com as demais praças do país, passando Aracati a prover de fazenda e objetos de luxo o resto da Capitania”.

Sendo assim, o aumento da entrada dessas mercadorias sedimentou as relações comerciais entre Brasil, Inglaterra e França. Isso se deu notadamente durante o século XIX, onde a importância do algodão efetivou tais trocas, principalmente com a Inglaterra, como ilustra Girão (2000, p. 233), ao afirmar que: “[...] a notícia da grande produção de algodão em breve atraiu, de outros pontos do Brasil e da Europa, especuladores, que fundaram novas casas comerciais”. Esse crescimento do número das casas comerciais proporcionou o desenvolvimento de muitas cidades brasileiras, sobretudo as portuárias. Dentre elas estava Aracati. A imagem abaixo traz os contornos da cidade, que permaneceram quase os mesmos de sua fundação, com grandes avenidas paralelas ao Rio Jaguaribe:

**Figura 14 – Mapa do núcleo urbano de Aracati no início do século XX**



Observando-se o mapa anterior, pode-se perceber o traçado das principais ruas do núcleo urbano. À direita, defronte a uma pequena praça quadricular, tem-se a Igreja Matriz de Aracati, que, segundo o memorialista da Silva (2011) fora construída em 1785, utilizando-se mão-de-obra escrava e de colonos portugueses. A imagem abaixo traz instantâneo do referido templo:

**Figura 15 – Fachada da Igreja Matriz de Aracati (Igreja de Nossa Senhora do Rosário), início do século XX**



Fonte: acervo particular de Netinho Ponciano.

Analisando-se novamente o mapa da pág. 77, percebe-se o traçado das principais ruas da cidade: a primeira e mais longa, a partir do leito do Rio Jaguaribe, é a atual Rua Coronel Alexanzito, antes Rua Grande ou Rua do Comércio. Nela estavam situados à época os casarões das famílias abastadas de Aracati, além das grandes casas comerciais de então. Ainda hoje o conjunto arquitetônico, bastante preservado graças à atuação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), chama a atenção dos visitantes. A segunda rua paralela à anterior é a atual Rua Coronel Alexandrino, onde se encontravam, no período aqui contemplado, também algumas casas comerciais. A terceira importante artéria, considerada a partir das margens do rio, é a hoje Rua Coronel Pompeu. Interessante aqui ressaltar que as

peças as quais emprestam seus nomes a esses logradouros pertenciam à mesma família: a família Costa Lima, fundadora da importante casa comercial *Costa Lima e Irmãos*<sup>85</sup>, depois *Costa Lima e Myrtil*. Isso atesta a influência e o poderio das principais famílias aracatienses. A imagem a seguir é a de uma foto tirada na hoje Rua Coronel Alexanzito, em princípios do século XX:

**Figura 16 – Vista da Rua Grande, atual Rua Coronel Alexanzito, Aracati, início do século XX.**



Fonte: acervo particular de Netinho Ponciano.

Observa-se a imponência e beleza do patrimônio arquitetônico aqui já ressaltado, tendo um solitário Ford “T”<sup>86</sup> em destaque. Ainda sobre o mencionado mapa, vê-se à

<sup>85</sup> Segundo o memorialista Costa Lima (1979), a firma *Costa Lima e Irmãos* foi fundada, no ano de 1875, pelos irmãos Alexandre Ferreira da Costa Lima e Pompeu Ferreira da Costa Lima.

<sup>86</sup> De acordo com Lipietz (1988), o “fordismo” surgiu, no começo do século XX (década de 1920), como modelo de industrialização e como conclusão da revolução “taylorista” implementada nesse contexto. Seus princípios são conhecidos: uma padronização rigorosa dos gestos operativos e, correlativamente, uma rigorosa separação entre O e M (Organização e Método) e a fábrica. Isto é, entre a concepção e a execução manual. O “fordismo” fora criado por Henry Ford, o americano responsável pela democratização do automóvel nos EUA, quando criou, utilizando-se dos princípios adotados por esse sistema de produção, um veículo extremamente resistente, barato e produzido em larga escala. Esse automóvel, símbolo da prosperidade americana (*american way of life*), ficou conhecido como Ford “T”.

esquerda uma grande praça retangular. Tal sítio marcava o início da cidade, próximo ao monumento conhecido como “Cruz das Almas”, que aparece na imagem seguinte:

**Figura 17 – Carro de boi transportando água. Ao fundo, do lado esquerdo da imagem, o monumento da Cruz das Almas.**



Fonte: acervo IBGE (data não especificada, provavelmente tirada nas décadas iniciais do século XX).

Ainda sobre esse assunto, é o memorialista Fernandes (2006) quem proporciona, através de seu texto, uma viva descrição da cidade de Aracati do período aqui abordado:

Quando entrou o século XX a cidade possuía, paralelas ao rio Jaguaribe, grandes e largas ruas, que não eram calçadas ou por descuido dos administradores ou por serem intensamente transitadas por carroças de rodas de madeira e carroções puxados por várias juntas de boi. Era comum ver 12 bois a puxar um carroção com 1,5 a 2 toneladas, dentro da cidade, além da circulação de cavalos e muars [...] Sua população girava em torno de 27.541 habitantes (conforme censo de 1920, o mais antigo encontrado) [...] Havia, na primeira década do século XX, 16 publicações impressas em Aracati. Os jornais eram diários, semanais e mensais. As revistas eram mensais e bimensais (FERNANDES, 2006, p. 22).

Quanto ao seu comércio, é o mesmo memorialista quem menciona:

Era vigoroso o comércio com o interior do Estado e o exterior (Sul do país e Europa). Os navios ancoravam no rio Jaguaribe, no lugar correspondente ao meio da cidade, onde as barcaças iam desembarcar as mercadorias que chegavam ou embarcar as que eram produzidas neste Nordeste sofrido desde priscas eras. Descarregavam querosene, velas, azulejos, móveis, tecidos, etc. e levavam couros, peles de animais domésticos e silvestres, algodão, charque, mamona e outras menos

volumosas [...] Os grandes armazéns da cidade estavam sempre abarrotados de produtos de fora. Os navios, que na época eram popularmente chamados de “vapor”, iam, como foi dito, até em frente à zona urbana da cidade e outros voltavam do Fortim quando iam buscar sal produzido pela imensa salina Canoé. Ali os vapores atracavam junto às altas ribanceiras do rio e de lá o produto caía nos porões dos navios ou barcos, por meio de calhas apropriadas. Canoé ficava a poucos quilômetros do Fortim e a salina construiu uma ferrovia ligando-a ao local de embarque de sal [...] O comércio com o interior tinha como principal rota Aracati-Icó-Picos, de onde retornavam com produtos agropecuários. Já o comércio com o exterior era tão forte que no Aracati havia seis consulados (FERNANDES, 2006, p. 22-23).

A imagem seguinte traz a ribeira do Jaguaribe, repleta dos barcos que embarcavam e desembarcavam as mercadorias trazidas pelos vapores, pois o calado<sup>87</sup> do rio não permitia que esses navios ancorassem rente ao cais:

**Figura 18 – Fotografia do Porto de Aracati, onde se vê as embarcações que então faziam o transporte de passageiros e mercadorias para os vapores (princípios do século XX).**



Fonte: acervo particular de Antero Pereira.

Diante do que até aqui foi exposto, nota-se que a cidade de Aracati, apesar de não muito populosa e de modestas dimensões, foi palco de um dinamismo comercial notável. No tocante ao seu comércio, constata-se que, ao longo da segunda metade do século XIX, uma série de estabelecimentos comerciais capitaneados por europeus, especialmente judeus

<sup>87</sup> Nível de profundidade de um porto. Quando é alto, permite que os navios ancorem rente ao cais, quando não, há a necessidade de barcos de pequeno porte que transportem passageiros e cargas.

franceses, foram sendo instalados. Segundo Takeya (1995, p. 137), tais empórios comerciais surgiram devido à forte: “[...] atração que a cidade de Aracati exerceu sobre essas casas comerciais francesas que vieram aqui estabelecer-se. Embora no século XIX estivesse em curso o processo de hegemonia de Fortaleza, aquela cidade continuou sendo [...] importante”.

No que tange a essas casas comerciais, pode-se destacar a *Gradvohl Frères* (1872<sup>88</sup>), a *Benoit Lévy* (1872), a *George Jacob e Gustave Habsreuttinger* (fundada em 1875 e conduzida por um parente dos Jacob de Parnaíba), a *J. Klein e Figueiredo* (fundada entre 1875 e 1879), dentre outras. Todas foram consolidadas entre as décadas de 1870 e 1880, o que só corrobora a tese, defendida aqui, do contexto da Guerra Franco-Prussiana alimentando essas emigrações. Quanto à *Gradvohl Frères*, administrada por Gerson Gradvohl e seus irmãos, é Takeya (1995, p. 137) quem mais uma vez ilustra que a referida firma: “[...] funcionava em Paris desde 1868, pelo menos no comércio de tecidos, artigos de armarinho [...], sua única filial foi estabelecida na província do Ceará, inicialmente na cidade de Aracati<sup>89</sup> e, em seguida em Fortaleza”. Segue abaixo uma tabela, feita a partir de dados levantados por Bezerra (2015), e referentes às mencionadas casas comerciais de Aracati, então conduzidas por judeus:

**Tabela 6 – Principais casas comerciais de estrangeiros em Aracati (século XIX)**

Casa comercial	Ano de fundação	Origem dos proprietários
Benoit Lévy	1872	França
Clemente A. Bussoñs	s/d	Espanha
Gradvohl Frères	1872	França
Habsreuttinger e Cia.	1875	França
J. Klein e Figueiredo	1875/1879	França
Levy Frères	1870	França
Weill e Cia.	1872	França

Fonte: BEZERRA, Ana Paula G. Capitalismo e elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 a 1890). Dissertação de Mestrado em História e Culturas. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2015, p. 119 e 153.

De acordo com a tabela anterior, verifica-se a presença relevante de comerciantes franco-judeus na cidade de Aracati, no período aqui contemplado (a única exceção sendo a do espanhol Clemente Bussoñs). Destaca-se a firma *J. Klein e Figueiredo*, pertencente ao judeu alsaciano Jacques Klein e ao aracatiense Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo. Como já

<sup>88</sup> Datas fornecidas por Takeya (1995) a partir do manuseio do Arquivo Intermediário da Casa Boris Frères, APEC.

<sup>89</sup> Conforme já mencionado pelo descendente, houve uma passagem dos Gradvohl por Camocim e Sobral.

mencionado nesse trabalho, a data provável de chegada de Jacques Klein ao Aracati se deu por volta de 1870/1871. Isso decorreu por conta de sua idade (18/19 anos no período) e pelo dever inescapável do alistamento no Exército Alemão. Além disso, a emancipação proporcionada aos judeus pelo governo francês e o estabelecimento/permanência de outros conterrâneos na região, certamente influenciaram nas suas escolhas. Tais motivos se repetiram no processo emigratório de Gerson Gradvohl e seus irmãos (entre 1864 e 1872), bem como também no caso de Myrtil Meyer e seus tios (entre 1870 e 1897). A única exceção do pequeno grupo foi a dos sobrinhos de Jacques Klein, Henri e Albert Klein, chegados entre 1912 e 1914.

Desse modo, os judeus mencionados formaram, junto com outros, uma pequena colônia franco-judaica em Aracati. Não se tem notícia de nenhuma mulher nesse grupo, sendo a única exceção a esposa de Gerson Gradvohl, a Sra. Elise Gradvohl (antes Elise Nathenson), judia de origem romena<sup>90</sup>. Durante a presente pesquisa, não foi possível encontrar registros fotográficos dos Gradvohl em Aracati. Porém, obtiveram-se imagens de um dos filhos de Gerson Gradvohl, Leon Gradvohl, que acabou por radicar-se em Fortaleza, sucedendo, mais tarde, ao pai nos negócios. As imagens a seguir conferem feições aos indivíduos aqui estudados:

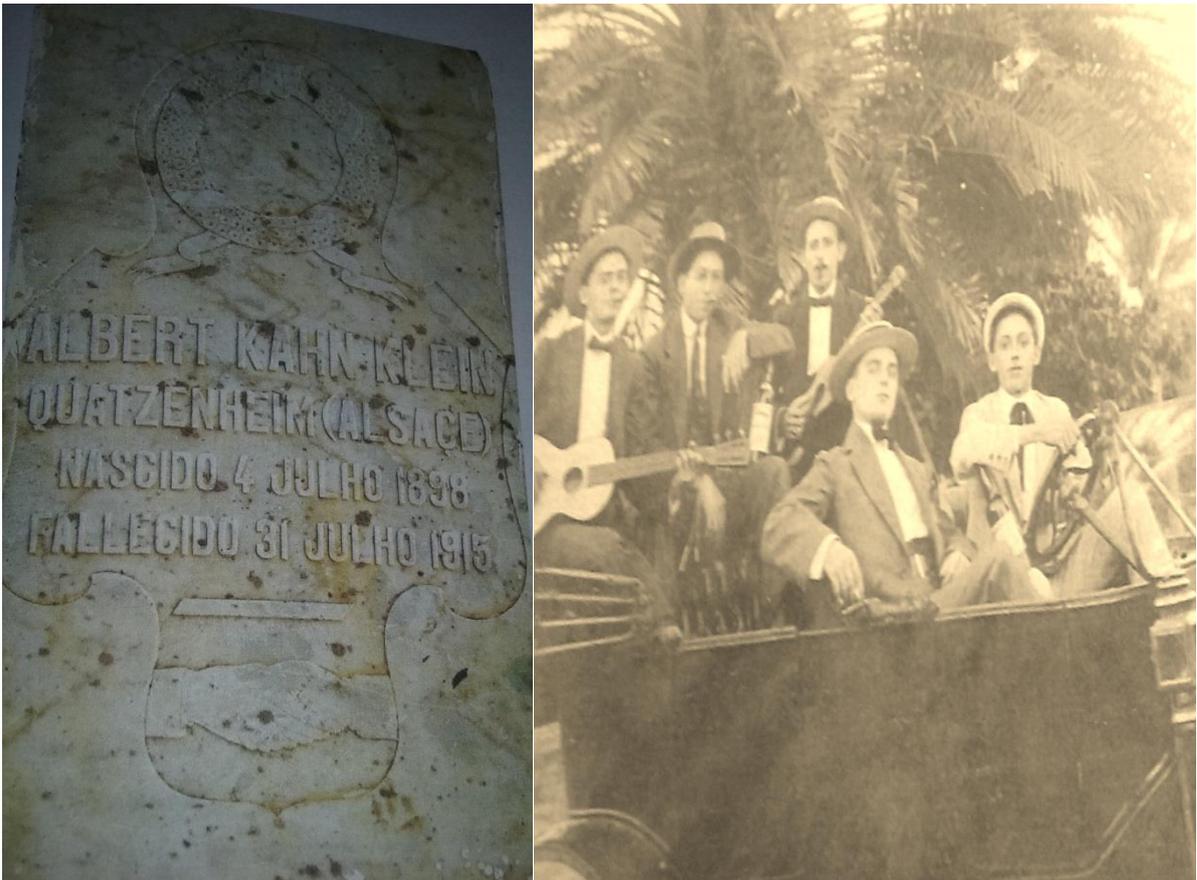
**Figura 19 – À esquerda, Jacques Klein. À direita, Henri Klein. Aracati, início do século XX.**



Fonte: acervo particular da família Klein.

<sup>90</sup> Informação colhida junto aos descendentes.

**Figura 20 – Imagem da esquerda: túmulo de Albert Klein, falecido num acidente de lancha no Rio Jaguaribe, localizado na Quadra 01, setor B, do Cemitério Público Municipal de São Pedro, em Aracati. Imagem da direita: os irmãos Klein junto a um pequeno grupo de rapazes, em Aracati, anos 10. Henri Klein está sentado no banco da frente, no lado do passageiro, enquanto Albert Klein está logo atrás, segurando um violão.**



Fontes: acervo familiar dos Klein e apud ALMEIDA, Nilton Melo. *Judeus no Ceará (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 301.

As imagens anteriores trazem o rosto dos membros da família Klein que aqui se radicaram: o primeiro sendo o patriarca Jacques Klein, o segundo seu sobrinho Henri Klein e o terceiro seu também sobrinho Albert Klein, ambos filhos de seu irmão Joseph Klein, que permaneceu na Alsácia, como anteriormente já citado. Destaca-se na figura 20, à esquerda, fotografia da lápide de Albert Klein, morto precocemente num acidente de barco no Rio Jaguaribe, em 1915. Tal tragédia parece ter sido o motor do fato de Jacques Klein, quando do seu falecimento (1918), ter dividido seu patrimônio em três partes: uma destinada à sua viúva, Caetana Porto Klein, outra destinada ao seu único filho, Alberto Jacques Klein e a terceira e última tendo sido legada ao seu irmão, Joseph Klein (assunto a ser abordado mais adiante).

Curioso também é notar que os símbolos contidos na lápide de Albert Klein não possuem nada que remeta ao Cristianismo, o que atesta a sua condição judaica. Notem-se os relevos que traçam duas mãos que se dão, na parte de baixo, e outro, que traz uma coroa de ramos, na parte de cima. Tais figuras são típicas de sepulturas judaicas, ao lado também da tradicional Estrela de Davi. Quanto às mortes de Jacques e Albert Klein, é seu sobrinho-neto, Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho (já adjetivado), quem declara:

Olha, eu vou lhe dizer uma coisa: o Jacques eu acho que está em Aracati. **E o Alberto foi o que morreu no rio (grifo do autor).** O tio Albert morreu em Aracati e o vovô (Henri Klein) morreu aqui em Fortaleza. O vovô está enterrado em Fortaleza, num cemitério cristão, o São João Batista, e em vez dele ter uma estrela de Davi... Eu até falei isso com os meus primos... Botaram uma cruz, por causa das minhas tias. Eu acho que elas não fizeram por maldade, mas botaram (sic) lá junto da minha avó com uma cruz. “Tudo bem”, eu disse, “mas”<sup>91</sup>...

Como se vê, o descendente fala dos locais onde seus antepassados estão enterrados, além de mencionar o fato de seu avô ter sido destinado a uma sepultura com simbologia cristã. Percebe-se, diante disso, o quanto deve ter sido complicado, para esse pequeno grupo de judeus, transitar em meio a uma sociedade acolhedora de maioria esmagadora católica. No caso específico de Henri Klein, as problemáticas da vida persistem na morte.

No que tange à família Meyer, a presente pesquisa levantou, junto aos familiares, algumas imagens do avô francês, Myrtil Meyer. Quanto aos seus tios, Henri e Myrtil Levy, não se logrou êxito no levantamento dessa tipologia de fonte. Porém encontrou-se, nos escritos do memorialista da Silva (2011), uma pequena descrição de Henri Levy:

Alguns anos depois chegou em nossa cidade (Aracati) um cidadão por nome de Mirtil Meyer, de origem estrangeira, acompanhado do seu tio Henrique Levi, ambos judeus, o qual se associou àquele grupo, alterando, assim, a razão social para *Casa Costa Lima e Mirtil*. O Sr. Henrique Levi exercia a chefia da seção de secos e molhados, ele usava suspensório e tinha um bigode muito grande e ruivo e não faltando o seu corniboque<sup>92</sup> cheio de tabaco que ele usava. Era mais ou menos esquisito, e como menino gostava de estar ali, até porque meu pai trabalhava naquele estabelecimento comercial como classificador de cera de carnaúba, chapéu de palha, peles de caprinos estiradas, esteiras de palha e algodão (DA SILVA, 2011, p. 23-24).

<sup>91</sup> FILHO, Antonio Carlos Pinheiro Klein. **Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho**: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

<sup>92</sup> Segundo o **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** (1986), a palavra “corniboque” ou “corriboque” designa um pequeno reservatório oco elaborado da extremidade do chifre de caprino ou de ovino, ou ainda confeccionado em madeira, de formato piramidal, medindo aproximadamente cinco centímetros com tampa e onde é colocado o rapé.

Ao se analisar as recordações da infância do memorialista, tem-se uma descrição viva das características de Henri Levy, único dos tios de Myrtil que permaneceu no Brasil (Myrtil Levy acabou por retornar à França). Interessante refletir acerca da declaração de que Henri Levy era “mais ou menos esquisito”. Certamente, aos olhos de uma criança cearense de cidade pequena, a figura e o comportamento daquele estrangeiro deveriam destoar do contexto. Nas imagens a seguir, vemos fotografias do emigrante Myrtil Meyer:

**Figura 21 - Fotografia da esquerda: Myrtil Meyer ainda jovem, recém-chegado à Aracati (década de 1890). Fotografia da direita: Myrtil Meyer já maduro, por volta dos 50 anos (década de 1940).**



Fonte: acervo particular da família Meyer.

Diante das fotos anteriores, pode-se notar, no que tange ao progresso material desses indivíduos, certo apuro no vestir e nas poses aristocráticas e teatralizadas. Muitas dessas fotografias eram remetidas a parentes e amigos na França, como forma de corroborar a bem-aventurança de seus projetos migratórios.

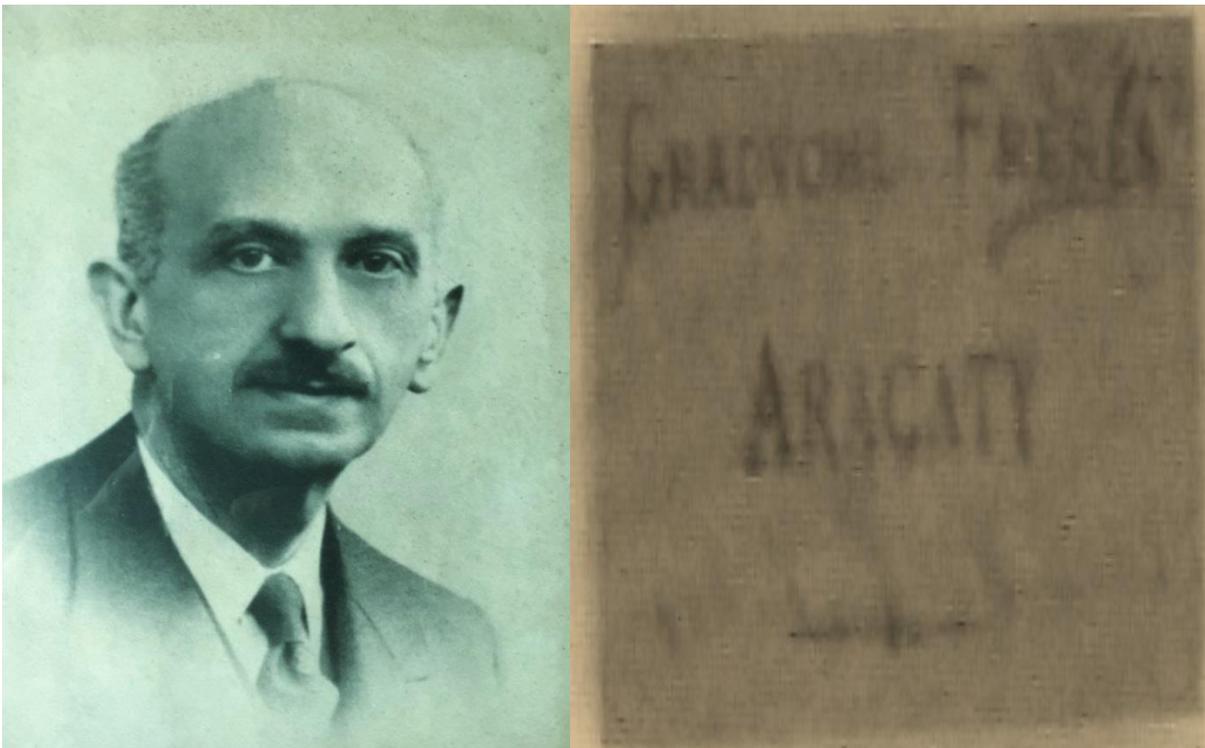
Em relação à família Gradvohl, sabe-se que Gerson Gradvohl e seus irmãos tiveram breves passagens pelas cidades de Camocim, Sobral e Aracati. Durante esse trabalho, nenhuma fonte levantada (além dos depoimentos orais), confirmou a passagem por Camocim. Porém, no que concerne à cidade de Sobral, constatou-se, através de bibliografia consultada, que realmente houve registro dos Gradvohl nessa cidade. É Almeida (2016) quem cita que, a

partir de suas pesquisas, ter levantado os dados de um certo Samuel Weill ou Samuel Gradvohl, enterrado no Cemitério Público São José, em Sobral:

Nascido em 27 de julho de 1837, em Quatzenheim, cidade do Departamento do Baixo Reno, na região da Alsácia, cuja capital é Estrasburgo, Shmuel ben Mordechai ou Samuel Weil encontra-se no Brasil pelo menos desde 1869, quando viaja do Rio de Janeiro para Pernambuco. Ele fez viagens para Bordéus (Bordeaux, na França) em 1895 e 1896. Já no Ceará, assume a gerência comercial (representante) da **firma Gradvohl Frères, também judeus da Alsácia que podem ter se fixado, inicialmente, em Várzea do Pinto, em Sobral (grifo do autor)** [...] Weil tem uma filha casada com Jule (Jules, Júlio) Reishoffer, sócio das firmas *Gomes e Reishoffer* e *Reishoffer Frères*, estabelecidas em Fortaleza, e diretor da ACC (Associação Comercial do Ceará), no período 1905-1906 [...] A fonte eclesiástica, nomeadamente o registro de sepultamento assinado pelo vigário Diogo José de Sousa Lima, dá seu nome como Samuel Gradivol (sic), provavelmente porque Samuel se apresentasse como tal ou por conta da proeminência dos Gradvohl, para quem trabalhava (ALMEIDA, 2016, p. 307-308).

Como se percebe, há indícios da presença dos Gradvohl em Sobral, pelo menos por um período. Samuel Weill (ou Gradvohl) lá permaneceu, como gerente dos negócios dessa família franco-judaica. Abaixo imagem de Leon Gradvohl, um dos filhos de Gerson Gradvohl, o patriarca da referida família:

**Figura 22 – Imagem da esquerda: Leon Gradvohl, filho de Gerson Gradvohl. Imagem da direita: selo da firma *Gradvohl Frères*, presente nas correspondências trocadas entre essa firma e a *Casa Boris Frères*.**



Fontes: acervo da família Gradvohl e APEC – Arquivo Intermediário da *Casa Boris Frères*.

As imagens anteriores trazem, além da figura de Leon Gradvohl, o selo da firma *Gradvohl Frères*<sup>93</sup>, que atuou no ramo de importação/exportação em Aracati durante o período que vai de 1872 (fundação) até meados da década de 1880. Durante os anos 80 do século XIX, transfere-se para Fortaleza, o que é atestado por abundantes anúncios comerciais publicados em jornais, conforme trecho destacado a seguir:

GRANDE QUEIMA!

Na boa fé

De *Gradvohl Frères*

Depois do balanço resolvemos fazer uma – grande redução – nos preços das seguintes mercadorias [...] (Jornal *Libertador*, Fortaleza, 13/02/1887, p. 01<sup>94</sup>).

Desse modo, nesse contexto, essa pequena comunidade de judeus alsacianos começou a tecer planos e estratégias de inserção em seu novo lar. No tópico seguinte, discute-se como tais inserções foram construídas, assim como que tipo de alianças se estabeleceram nesse processo, não só entre estrangeiros e locais, mas também com moças pertencentes à elite aracatiense.

### 3.3 CONQUISTANDO ESPAÇOS - OS CASAMENTOS MISTOS:

Diante da narrativa até aqui tecida, chegaram esses franco-judeus à cidade de Aracati. Nela, começaram a trabalhar duro para construir seu pequeno pedaço de “Terra Prometida”, lugar de abundância e felicidade presente no imaginário da etnia judaica, que quase sempre foi, ao longo da História, perseguida por questões religiosas e marcada pelas diásporas advindas dessa problemática.

Segundo Póvoa (2008), a ocupação espacial dos judeus no Brasil se deu pela imigração direta, ou seja, de seus países de origem diretamente para o país escolhido, também

<sup>93</sup> Correspondência da *Casa Comercial Boris Frères*. Fundo: Boris Frères – correspondência recebida pela *Boris Frères* relativa a comerciantes da cidade de Aracati. Data crônica: 1872 a 1879, CCR. Arquivo Público do Estado do Ceará.

<sup>94</sup> Trecho de anúncio do jornal *Libertador – diario da tarde* (Fortaleza, 13/02/1887, anno VII, número 44, p. 01). Fonte: <http://www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> (acesso em 13/07/2016).

denominado país adotivo. Ainda de acordo com esse autor, as ondas imigratórias judaicas estabelecidas para o Brasil, no decorrer de sua História, ocorreram em diversos momentos: em 1610, com os judeus batavos<sup>95</sup>, que se estabeleceram na cidade do Recife; entre 1810 e 1850, com centenas de famílias emigradas do norte da África e da Europa Ocidental, e que se fixaram no Pará, Amazonas e Rio de Janeiro; entre 1870 e 1890, com judeus da Alsácia-Lorena e do Magreb<sup>96</sup>, estabelecidos nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste e, por fim; entre 1920 e 1935, com judeus oriundos da Europa Ocidental, do Leste Europeu e da Rússia, integrados, sobretudo, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Sendo assim, esses judeus chegados ao Brasil passaram a enfrentar os desafios e tensões comuns aos projetos imigratórios, intensificados, no seu caso, pela pertença a uma religião de matriz não-cristã. De acordo com Geiger (1998), as inúmeras vivências históricas do espaço apresentam aspectos relevantes para a concretização da relação sociedade-espaço. Não se trata apenas do fato de que os israelitas oscilaram, durante longos períodos, entre processos vividos de diásporas locais e internacionais, mas, sobretudo, pelo componente da busca por uma soberania territorial. Isso é corroborado pela *Torá* (livro sagrado judaico), que descreve uma trajetória de mais de 2.500 anos do povo judeu em busca de uma territorialidade, expressada numa relação homem-espaço, que gera uma problemática ligada ao mundo-lugar.

Ainda segundo o citado autor, a partir dessa relação entre homem-terra, o indivíduo judeu procurou criar sua própria identidade. É nesse conflito espacial dialético que se compreende o conceito de “espaço” como um produto social que possui estruturas, formas e formatos historicamente construídos. Essas estruturas, formas e formatos podem resultar em construções materiais como um bairro ou uma cidade, ou mesmo em construções abstratas, como, por exemplo, a forma e a dimensão de uma nação.

Também sobre o conceito de “espaço”, é Santos (2002) quem ilustra ser ele constituído de sistemas de ações e de objetos, assim como de intencionalidades. Portanto ele é dinâmico, pois se apresenta de maneira constante na reformulação do uso do território, em cada desenrolar histórico. O “espaço” é a síntese, sempre fluida, entre o conteúdo social e as formas espaciais.

---

<sup>95</sup> Dos Países Baixos, região que corresponde às atuais Bélgica e Holanda.

<sup>96</sup> Palavra que denomina alguns países localizados no norte da África e que correspondem às ex-colônias francesas do Marrocos, Argélia e Tunísia.

Sobre esse espaço, a comunidade judaica demarca, territorialmente, suas intencionalidades, introduzindo práticas que lhe são pertinentes. Essas práticas trazem elementos de sua cultura originária e agem sobre o novo território, recriando uma nova psicosfera política, social, religiosa, cultural e econômica. Através dessa dinâmica, o indivíduo judeu organiza e tece para si um novo lugar. Sobre esse processo, mais uma vez Póvoa (2008) menciona:

Crê-se que a produção desse espaço judaico resulta da ação do judeu, por meio dos objetos artificiais inseridos por ele mesmo e que fazem parte da sua realidade. O objeto ou ação que, se instalado no lugar, se fixa no tecido preexistente [...] As instalações dos objetos e das técnicas refletem-se na vida cotidiana do judeu, tanto internamente quanto externamente, desse modo o lugar passa a ser singular e não mais plural, já que as instalações vinculam-se a uma “identidade” que se distingue nas estruturas espaciais dos comércios, dos costumes e nas instalações das sinagogas, ou seja, há um outro e novo estilo de vida [...] Nas relações externas (do judeu para com o não-judeu/de seu “mundo em comunidade” para com o “mundo em sociedade”), criam-se novos hábitos, o que denominamos de um lugar social ou realidade social (PÓVOA, 2008, p. 21-22).

Desse modo, os judeus estabelecidos na cidade de Aracati, no período aqui estudado, começaram a construir seus “espaços” ou “lugares sociais” nas teias relacionais locais. Nesse processo, certamente o senso de solidariedade e de destino comum permeou as relações entre esses emigrados - o que Franklin (2011) chama de “cultura migratória”. Tais laços de apoio mútuo são fundamentados numa interdependência objetiva que existe entre as diferentes comunidades espalhadas pelos cinco Continentes. Isso se dá por conta de serem os judeus uma minoria, além de estarem sempre a enfrentar o desafio de preservar sua cultura e traços identitários/religiosos em meio a sociedades de maioria cristã e laicizadas politicamente. Dessa forma, é face ao enfraquecimento contínuo de muitos elementos de sua cultura tradicional, que são substituídos, paulatinamente, pelas normas universalistas da sociedade acolhedora, que se coloca o problema de identificação (ou da perda de identificação) dos judeus.

Acerca do tema da inserção dos judeus, Rattner (1977) lembra ainda que, em consequência do desenvolvimento capitalista e da liberação dos regimes políticos na Europa do século XIX, as portas das Universidades e as diferentes carreiras abriram-se aos judeus, iniciando-se também um movimento sempre crescente de casamentos mistos<sup>97</sup>, cuja frequência era sempre proporcional ao grau de desenvolvimento econômico e cultural de um país ou região. Diante disso, os judeus fixados em Aracati, por terem convivido em espaços que podem ser chamados de híbridos (lugares onde sua cultura originária mesclava-se com a

---

<sup>97</sup> Casamentos entre judeus e não-judeus (*goim* ou *gentios*).

local), acabaram também por incorporar alguns modos de pensar e viver da sociedade gentia (não-judaica). Porém, ao mesmo tempo, esses indivíduos procuraram não fugir de suas raízes, tentando manter, na medida do possível, uma espécie de comunidade (*Ishuv*, em hebraico). Sobre as comunidades judaicas, afirma Cordeiro (2002) ser muito difícil, talvez até mesmo quase impossível, ser um judeu completo vivendo fora do *Ishuv*. Isto se daria não apenas pela constante ameaça da assimilação e do esquecimento das próprias tradições, mas também pela impossibilidade do cumprimento dos deveres comunitários que todo judeu tem.

Ora, sabe-se que entre o pequeno grupo de judeus franceses estabelecidos em Aracati não havia qualquer rabino. Aliado a esse fato, a ausência de mulheres judias solteiras também intensificou as dificuldades no que diz respeito ao estabelecimento de uma comunidade judaica plena. Além disso, para que essa comunidade funcionasse a contento, também deveria existir uma sinagoga (templo judaico). Não há nenhum registro de sinagogas em Aracati, no recorte aqui contemplado. Mas, se porventura essa pequena comunidade tivesse tomado a iniciativa de erguer uma, ela certamente se pareceria com a da imagem a seguir, exemplo típico de templo *asquenazita* (os judeus da Alsácia-Lorena eram *asquenazitas*, isto é, judeus há muito estabelecidos no Continente Europeu e na Rússia):

**Figura 23 - Interior da sinagoga *Kehilat Israel*, situada em São Paulo, no Bairro do Bom Retiro (foto tirada nos anos 50/60). Foi a primeira construída pela comunidade judaica paulistana, em 1912. Possui características de uma sinagoga *asquenazita*, dada a sobriedade de seus ornamentos.**



Fonte: site do Memorial da Imigração Judaica de São Paulo (<http://www.memij.org.br>).

Observando-se a imagem anterior, percebem-se alguns elementos no altar: a figura dos leões (Leão de Judá), símbolo das doze Tribos de Israel, protegendo o rolo da *Torá*, livro sagrado dos judeus. No centro e nas laterais estão os *menorás*, candelabros sagrados, que possuem sete braços e são frequentemente encontrados nos serviços religiosos judaicos. Os homens presentes na foto usam *kipás* (pequeno chapéu usado em ocasiões solenes, como forma de respeito a Deus) e xales cerimoniais. Note-se a austeridade do edifício, muito branco e com poucos ornamentos, típico de templos *asquenazitas*. Quanto à importância da sinagoga para as comunidades judias, é Cordeiro (2002), mais uma vez, quem esclarece sobre o assunto:

O termo “sinagoga” significa lugar de reunião e deriva do hebraico *beit há-kneset*. Segundo especialistas, a instituição sinagoga surgiu durante o exílio dos judeus na Babilônia, por volta do século VI a.C. como resposta à ausência do Templo de Jerusalém. Ao longo da História, o papel da sinagoga dentro da religião judaica cresceu, a ponto de ocupar hoje lugar de destaque em todas as comunidades. Decretos rabínicos proibiam os judeus de viver em cidades onde não houvesse ao menos uma sinagoga. Além de ser o local onde os judeus se reúnem para o serviço religioso, a sinagoga tem a função de local de instrução religiosa para as crianças, de cursos e palestras para adultos com os mais variados temas, de reuniões sociais juvenis, para a cerimônia de circuncisão (*brit milá*), *bar* e *bat-mitzvá* (maioridade religiosa do menino e da menina judeus, aos 13 e 12 anos de idade, respectivamente) e casamentos (CORDEIRO, 2002, p. 90-91).

Diante disso, vê-se a extrema relevância da sinagoga dentro das comunidades de judeus. Como não existia nenhum templo judaico na Aracati do período, tiveram esses indivíduos que lidar com tais limitações de maneira privada, procurando, na medida do possível, honrar as tradições e exigências de sua religião. Para além desse fato, estavam inseridos numa sociedade de maioria esmagadora cristã e católica. Desse modo, a manifestação pública de sua fé poderia despertar reações de preconceito ou estranhamento, levando-se em consideração as pequenas proporções da cidade e também a ainda forte influência do catolicismo nas mentalidades de então.

Alguns depoimentos dos descendentes demonstram a postura discreta desses indivíduos no que concerne às suas práticas religiosas. Ao ser indagada sobre suas lembranças acerca do avô praticando algum ato religioso judaico, é a neta mais velha de Myrtil Meyer, Heloísa Meyer Alves Facó (já qualificada<sup>98</sup>), quem menciona:

---

<sup>98</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

[...] O jejum sim... Fim de ano toda a vida ele praticou. As sobrinhas e as irmãs telefonavam da França: “Olhe Myrtil, o jejum!”. Eu não lembro mais o dia do ano<sup>99</sup>, mas é quando sai a primeira estrela, eles ficam dentro de casa... O vovô só bebia água até o dia seguinte quando saía a primeira estrela. Depois era um banquete!<sup>100</sup>

Percebe-se então, nas práticas do avô narradas pela neta, o cultivo, de forma privada e familiar, das práticas herdadas de sua religião natal. Pela descrição do jejum e do banquete, Myrtil Meyer comemorava as importantes datas do judaísmo referentes ao *Rosh Hashaná* (Ano-Novo judaico) e ao *Iom Kipur* (Dia do Perdão). O jejum é praticado no período entre as duas datas. Ao final, tem-se a tradição de oferecer um farto banquete.

No que tange aos costumes e à alimentação<sup>101</sup>, sabe-se que também esses judeus tiveram que lidar com isso de forma apaziguadora, juntando elementos de sua cultura e religião originárias, com os costumes da sociedade que os acolheu. É o memorialista da Silva (2011) quem narra uma passagem bastante pitoresca, ocorrida com Alberto Jacques Klein, único filho de Jacques Klein, então sócio-gerente da firma *J. Klein e Figueiredo*:

O senhor Alberto Klein, sócio-gerente da firma *J. Klein e Figueiredo*, **era judeu (grifo do autor)** e seus melhores fregueses (que vendiam e compravam) em sua maioria eram do sertão e dada a precariedade das estradas, as chegadas dos comboios eram imprevisíveis. Aconteceu por circunstâncias que uma caravana de carroças e éguas que transportavam mercadorias regionais para serem comercializadas aqui, chegaram nos dias da Semana Santa, mais precisamente, na Quinta-Feira Maior, à tarde. Como não poderia deixar de fazer, o Sr. Alberto Klein convidou aos seus fornecedores, que também eram clientes, para almoçarem em sua casa exatamente na Sexta-Feira da Paixão. Vou abrir um parêntesis (entre os caravaneiros vinha um para ser apresentado ao diretor daquela empresa comercial, um cidadão que pretendia ser um futuro freguês daquela firma)... [...] Na hora aprazada, os convidados estavam sentados juntos a uma grande mesa, repleta de muitas comidas: carne, peixe, peru, galinha, sem faltar as frutas regionais (um lauto almoço). No meio de algumas conversas houve a devida apresentação do pretenso novo cliente. Tudo decorria num clima amistoso [...] Naquele dia santificado era uma profanação comer carne. Os católicos romanos e não católicos não comiam carne naquele dia (tradição) e vez em quando o Sr. Alberto Klein dizia: “Tem carne, comam”, o que era rejeitado por todos, exceto o futuro cliente. No dia seguinte, sábado, depois que os sinos repicavam dando por encerrados os atos religiosos da Semana Santa, as portas do comércio se abriam [...] A fila de clientes não era tão grande (na *J. Klein e Figueiredo*), mas não era tão pequena [...] quando chegou a vez daquele que na refeição do dia passado tinha saboreado os bifés cheirosos e gostosos [...] que disse eu quero isto e aquilo outro e recebeu a dura resposta do comerciante

<sup>99</sup> Referência ao ano-novo judaico, chamado por eles de *Rosh Hasahná*, data festiva que comemora o primeiro ano do calendário judaico, que difere do cristão.

<sup>100</sup> Comemoração do *Iom Kipur*, em hebraico significando “tabernáculos”. Nessa data, que é a mais importante do judaísmo, marca-se o final dos dez dias de penitência iniciada em *Rosh Hashaná*. Dia de orações e jejum, quando, segundo a tradição, os pecados dos judeus são apagados e seu destino é selado. Depois disso tem-se um lauto banquete.

<sup>101</sup> A comida ingerida pelos judeus (comida *cacher* ou *kosher*) deve ser cortada e preparada de forma específica, segundo os preceitos do judaísmo. Os alimentos também devem ser guardados obedecendo-se certos princípios, como o de não guardar juntos carnes e laticínios. Jamais se poderia comer carne de porco (considerado um animal sujo, rastejante), nem sangue de nenhum animal.

judeu que disse: “A tu eu não vendo, porque enganastes a teu Deus, quanto mais a mim!” (DA SILVA, 2011, p. 26-27).

Não se sabe se o narrado anteriormente se deu exatamente assim, pois o autor não presenciou tal cena e sim, reproduziu o que ouviu contar. Mas é interessante notar a família Klein oferecendo um almoço no período da Semana Santa, data eminentemente cristã. Tal situação ilustra bem os acordos e improvisos tecidos no processo de inserção desses indivíduos. Além disso, outras informações interessantes também advêm dessa narrativa. Uma delas seria o fato de Alberto Jacques Klein se declarar judeu, informação que os descendentes não mencionam. Sabe-se que ele era casado com a senhora Gasparina Campelo Klein (segundo dados colhidos junto aos descendentes) e que a mesma era de família tradicional e católica do Aracati. Porém, o dado mencionado pelo memorialista de que Alberto Jacques Klein era praticante do judaísmo é inédito. Isso pode ser bastante plausível, dada a discrição com que esses indivíduos conduziam suas questões religiosas. Além do mais, foi constatado em todas essas uniões mistas, o fato de que, no que concernia à educação religiosa dos filhos, os pais judeus terem delegado às suas esposas a opção de manter ou não o judaísmo na formação de suas proles. Quem sabe a mãe de Alberto Klein, Caetana Porto Klein (conforme árvore genealógica da família Klein), por ser ele filho único do casal, tenha aberto a concessão de criar o filho livre para optar por sua religião, que acabou sendo a paterna.

Essas uniões mistas, como se vê, também continham muitas problemáticas, ligadas não só ao campo da religião, mas também ao dos costumes, acordos e alianças estabelecidos. Tais casamentos mistos ocorreram entre os judeus alsacianos radicados em Aracati e moças locais. Isso se deu pela absoluta ausência de moças judias disponíveis com as quais poderiam se unir. A regra, dentro dos grupos judaicos, é o casamento intragrupo, isto é, o casamento entre pares da mesma fé. De acordo com Blay (2009), de um modo geral, o casamento entre judeus imigrantes se dava, na maior parte dos casos, com parceiros do próprio grupo étnico e até de mesma origem nacional. Ainda segundo a mencionada autora, o casamento religioso era e é legítimo. Não é necessária a ratificação legal, basta o ritual feito sob a *Hupá* (pequeno pálido erguido sobre os nubentes durante a cerimônia), de preferência ao ar livre e consagrado por um homem que saiba ler os livros sagrados. O divórcio (*guet*) é bíblico, e sempre foi permitido, independentemente das leis brasileiras. Já o rompimento do noivado ou da promessa de casamento era ato gravíssimo, partisse do homem ou da mulher.

De qualquer modo, esperava-se que o casamento ocorresse entre judeus. Porém, quando a união se dava com um rapaz ou moça de fora da comunidade, a aplicação de algum tipo de penalidade era bem comum. Sobre essas uniões indesejadas, é ainda Blay (2009) quem cita o depoimento elucidativo de Elisa Tabacow, judia radicada em São Paulo no início do século XX, e que versava acerca das desventuras da filha de uma família judia amiga:

[...] Uma das filhas era uma beldade [...] E essa beldade, eles achavam que ela desandou porque se juntou com um homem que não era judeu, e eles não quiseram mais saber dela. Nunca mais a gente soube... Eu nunca a conheci, só sabia da história que contavam, que era muito linda [...] Era como se tivesse morrido. Algumas famílias chegavam a se considerar enlutadas quando uma filha se casava com um não judeu. Contar e recontar o caso daquela que desobedecia ao código de casamento intracomunitário fazia parte da didática da punição. Ser relegada ao esquecimento correspondia ao isolamento, à morte (TABACOW apud BLAY, 2009, p. 248)<sup>102</sup>.

Vê-se então o quanto as famílias judias procuravam evitar os casamentos fora de suas comunidades, temendo, sobretudo, a perda ou diluição de sua fé e cultura originárias. Dentre os judeus emigrados da Alsácia para Aracati, tem-se notícia de que Myrtil Meyer foi alvo de pressões familiares que o preveniram sobre o indesejado dessas uniões: sua mãe, Mathilde Levy Meyer, quando da partida do filho para o Brasil, fez a seguinte recomendação:

A *grand mère* (avó) disse: “Pois você vá! Vá me fazendo duas promessas... Primeiro não se case com góí (gentia, não-judia) e segundo não deixe de ser judeu!”. Aí ele disse: “Mamãe, eu nunca na vida vou deixar de ser judeu! E também me casar com góí não vou não! Eu quero *faire l’Amérique!*”<sup>103</sup>

Percebe-se claramente, analisando-se o depoimento anterior, o temor dos pais em relação às uniões dos filhos emigrados para países de maioria cristã. Porém, apesar das admoestações da mãe de Myrtil Meyer, não foi possível escapar ao destino de um casamento misto, pois, como já dito, não havia moças judias solteiras nesse pequeno grupo de franco-judeus. Sabe-se que Myrtil Meyer empregou-se de imediato na firma *J. Klein e Figueiredo*, segundo apontam os descendentes. Isso se deu porque certamente seus tios Levy possuíam boas relações com Jacques Klein, um dos proprietários desse estabelecimento e também judeu alsaciano. Jacques Klein era casado com Caetana Porto Klein, moça de eminente família aracatiense. Interessante notar que sua esposa era da mesma família de Philomena Porto da Silva Figueiredo, mulher do sócio de Jacques Klein, Antônio Rodrigues da Silva Figueiredo, conforme menciona o memorialista Fernandes (2006). Provavelmente essa sociedade

<sup>102</sup> Ver BLAY, Eva A. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. **Tempo Social** – revista de sociologia da USP, v. 1, n. 2, 2009, p. 248.

<sup>103</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

comercial tenha surgido a partir da proximidade familiar entre os sócios. Mais adiante, Myrtil Meyer também se uniria a uma moça da mesma família Porto, sobrinha de Sinhá (Caetana) Porto Klein: Francisca Porto. Sinhazinha Porto, como era mais conhecida, fora criada pelo casal Jacques e Caetana Klein, pois muito cedo enfrentara a orfandade. É a fala de sua neta, Heloísa Meyer Alves Facó, que ilustra sua trajetória:

[...] ela ficou sem pai nem mãe com cinco anos. Sem mãe ela ficou antes e depois ficou sem pai e a madrinha Sinhá era irmã da mãe dela e era madrinha dela. Aí pegou a sobrinha para criar. Ela foi criada pela dona Sinhá Klein, casada com o pai do Alberto Klein, pai do Jacques Klein, o pianista [...] Era Jacques Klein! Jacques Klein. Aqui tem aí naquele livro uma referência a ele. Ele foi comerciante muito forte no Aracati<sup>104</sup>.

Desse modo, o fato de Myrtil Meyer trabalhar para Jacques Klein, além de serem de mesma origem e, portanto, provavelmente frequentarem os mesmos espaços sociais, deve ter facilitado o contato entre Myrtil Meyer e Francisca Porto. Por outro lado, seguramente Jacques Klein fez gosto com a união, posto que casava sua sobrinha com um conterrâneo já possuidor da fama de trabalhador e honesto, além de pertencente à sua etnia. O casamento ocorreu, possivelmente, no ano de 1901, tendo em vista que a filha mais velha do casal, Lucy Meyer, nasceu em setembro de 1902. Abaixo, têm-se fotografias do casal, ainda bem jovem, na cidade de Aracati:

**Figura 24 – Myrtil Meyer e Francisca Porto Meyer, Aracati, anos 10 do século XX.**

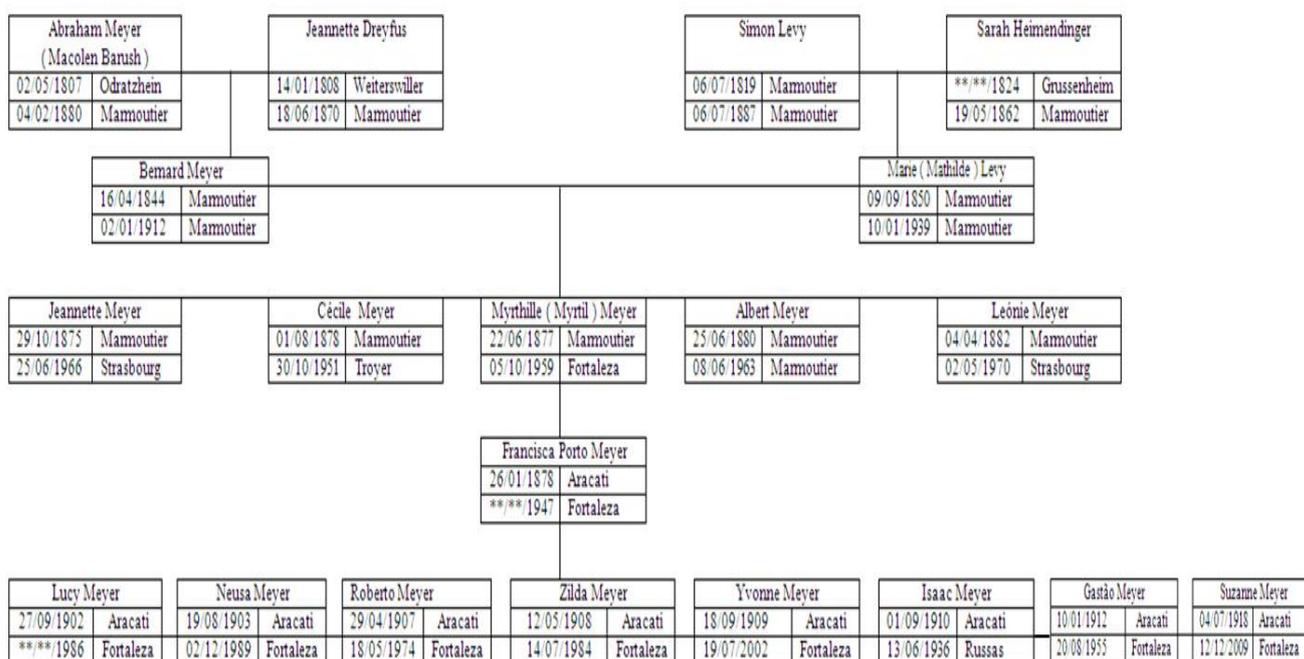


Fonte: acervo particular de Heloísa Meyer.

<sup>104</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Helóisa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

Pelo que se percebe nas imagens, vê-se o progresso material do casal, que porta roupas e acessórios bem cortados e elegantes, talvez de origem francesa. O casal teve oito filhos: Lucy Meyer (1902), Neusa Meyer (1903), Roberto Meyer (1907), Zilda Meyer (1908), Yvonne Meyer (1909), Isaac Meyer (1910), Gastão Meyer (1912) e Suzanne Meyer (1918), todos nascidos em Aracati. A seguir a Árvore Genealógica da família Meyer, desde suas origens alsacianas:

**Quadro 1 – Árvore Genealógica da família Meyer**



Fonte: Elaborado pelo autor, informações fornecidas por membros da família Meyer.

Observando-se a Árvore Genealógica anterior, vê-se que Myrtil Meyer descendia de gerações de judeus alsacianos há muito estabelecidos em Marmoutier e outras cidades próximas (famílias Meyer, Dreyfuss, Levy e Heimendinger). Seu casamento com Francisca Porto sedimentou a sua inserção na sociedade aracatiense, sendo ela moça de família de posses e bem relacionada na comunidade local. Não se sabe se esses casamentos mistos se deram apenas na esfera civil. É bastante provável que tenha havido um rito de casamento católico, posto que essas moças eram filhas de famílias tradicionais e católicas da região. Sobre essa questão, é a neta de Myrtil Meyer, Daisy Meyer Cavalcanti de Albuquerque (71 anos, aposentada), quem menciona:

Olha, esse detalhe eu não sei, não sei lhe responder. Mas que eles casaram civilmente; casaram, porque ela usava o sobrenome dele. Agora no religioso eu não sei, mas acredito que sim, porque na época não se concebia uma moça, assim de família, casar só no civil. É... Eu acredito que eles tenham casado no religioso<sup>105</sup>.

Sobre o pensamento da Igreja Católica acerca dos casamentos mistos, Winnischofer (2009) menciona a existência de uma série de interdições, como as determinadas pelo *Código Canônico de 1917*<sup>106</sup>, onde os católicos não poderiam, de forma alguma, casar num rito religioso que não o Católico Apostólico Romano. Além disso, havia também a exigência de que os filhos de casais mistos fossem criados dentro da religião católica. Tais restrições só foram abolidas recentemente, com o advento da carta apostólica *Motu Proprio, Matrimonia Mixta*, de 1970, na qual o Papa Paulo VI retirou as penas estabelecidas pelo mencionado Código.

Como se vê, a hegemonia da religião católica, no Brasil de então, condicionou muitas das atitudes tomadas por esses forasteiros judeus. Essas questões certamente estiveram presentes nas uniões mistas da família Klein. Sabe-se que a primeira delas se deu entre Jacques Klein e Caetana Porto. As imagens abaixo trazem instantâneos do casal:

**Figura 25 – Jacques Klein e Caetana Porto Klein, Aracati, décadas iniciais do século XX.**



Fonte: acervo da família Klein e de Netinho Ponciano.

<sup>105</sup> DE ALBUQUERQUE, Daisy Meyer Cavalcanti. **Daisy Meyer Cavalcanti de Albuquerque**: depoimento [nov. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

<sup>106</sup> Em 1904, o papa Pio X solicitou uma completa codificação do direito canônico da Igreja Católica Romana. Este projeto complexo, envolvendo uma comissão de aprendizados de teólogos e historiadores da Igreja, foi completado em 1917 (fonte: <http://www.freifranco.com.br/2015/03/codigo-de-direito-canonic-pio.html>, acesso em 20/10/2017).

Não se sabe exatamente quando se deu o casamento entre Jacques e Caetana Klein. Porém, seu único filho, Alberto Jacques Klein, nasceu em 1891. Quem faz menção a esse fato é o memorialista Bezerra (2006, p. 15): “Jacques [...] casou-se com Caetana – apelidada de “Sinhá” – uma bela jovem da família Porto. Deste casamento nasceu seu único filho, em 1891, batizado Alberto Jacques”.

Ainda sobre essa união mista, há um trecho narrado por outro memorialista de Aracati e que faz alusão ao citado casal:

Jacques Klein, judeu francês de origem alemã, radicado no Aracati, riquíssimo, era casado com D. Sinhá Porto (Caetana Porto), também de família muito rica. Uma manhã, chega em seu escritório uma de suas domésticas, que disse:

- “Seu Jacques, a Dona Sinhá mandou buscar 20 mil réis”.

- “Diga a ela que não tenho” – respondeu Jacques, que para gastar um vintém passava dois minutos aflito.

A doméstica deu meia-volta e desapareceu. Jacques, que atendia a um comerciante de Fortaleza, sem nenhuma cerimônia, vira-se para seu contador, Sr. Marques, que ouvira a conversa com a doméstica, e diz:

- “Vou lá para dentro do armazém; se a Sinhá aparecer, diga que saí e que não tem dinheiro!”.

Mais cinco minutos, D. Sinhá chega, pergunta pelo marido e o infeliz contador diz que ele saiu. Ela diz:

- “Dê-me 25 mil réis”.

O contador contou rapidinho o dinheiro, entregando-o a ela. Jacques, escondido, escutara parte do diálogo. Quando notou que a mulher saíra, aparece e pergunta à meia voz:

- “Ela já saiu?”

- “Já!” – respondeu o Sr. Marques.

Jacques levanta a voz e exclama:

- “Mas você não deu dinheiro a ela!?”

- “Claro que dei e não poderia negar, pois ela também é minha patroa!”

- “Você é um covarde! Eu não tinha dado ordens para dizer que não tinha dinheiro?”

- “Seu Jacques, pelo amor de Deus, com que cara eu ia dizer à sua mulher que não tinha dinheiro nesse escritório?” – choramingou o contador.

Jacques esbravejou por mais de cinco minutos. E o contador, coitado, caladinho, caladinho... Essa cena foi presenciada pelo Sr. Hugo Vieira Cavalcante, o comerciante de Fortaleza que ali estava a negócios (FERNANDES, 2006, p. 74-75).

Percebe-se; pela narrativa anterior, alguns elementos que são costumeiramente associados aos judeus, como a avareza. Não se pode precisar se tudo transcorreu exatamente assim, ou se a reprodução do ocorrido foi acrescentando camadas de galhofa e pilhéria ao evento. Contudo, certamente esses estrangeiros passaram a compor o repertório de “causos” que faziam parte da memória da cidade, seja por serem notórios comerciantes bem-sucedidos, seja por pertencerem à outra matriz cultural e étnica. Voltando à família Klein, é o memorialista Bezerra (2006, p. 16) quem cita que o único filho do referido casal, Alberto Jacques Klein, casou-se, no final dos anos de 1920, com Gasparina Campelo, outra moça saída das fileiras da elite aracatiense: “[...] Alberto contraiu matrimônio com Gasparina Campelo. Desta união nasceram três filhos: Jacqueline, a mais velha, Jacques<sup>107</sup> e Claude, o caçula [...]”. O instantâneo a seguir traz a família Campelo Klein em Aracati, nos anos de 1930:

**Figura 26 – Família Campelo Klein, Aracati, anos 1930. Em pé, da direita para a esquerda: Alberto Jacques Klein e concunhados. Sentadas, da direita para a esquerda: Caetana Porto Klein e sua nora, Casparina Campelo Klein. Ao lado de Gasparina, sua irmã, filha e sobrinhos.**

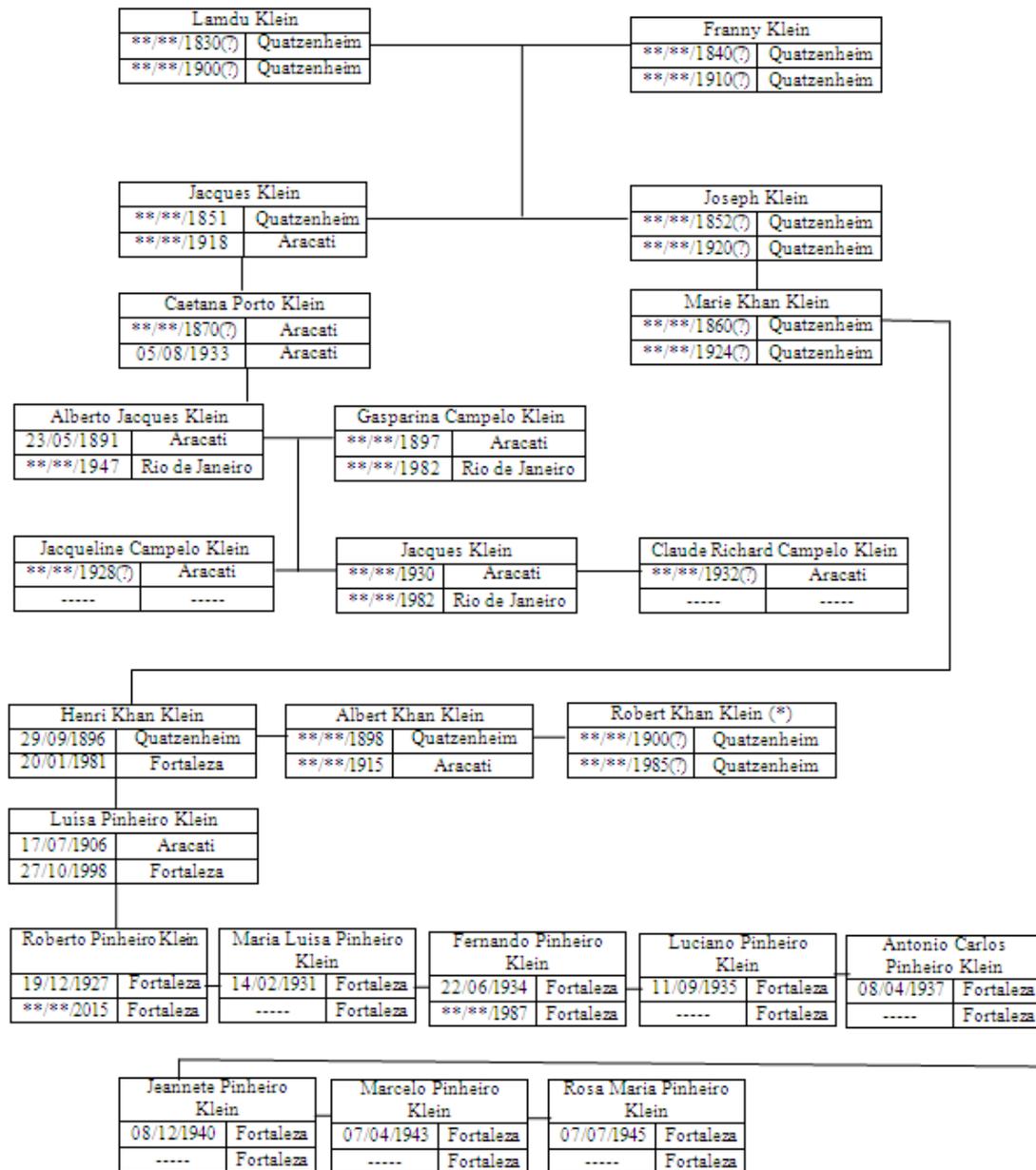


Fonte: acervo de Netinho Ponciano.

<sup>107</sup> Jacques Klein nasceu em Aracati-CE, aos 10 dias do mês de julho de 1930. Foi um dos maiores pianistas brasileiros, com sólida carreira internacional. Em Fortaleza, começou a estudar piano no Conservatório Alberto Nepomuceno, fundado por seu pai. No início dos anos 1940, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde estudou com Liddy Mignone, no Conservatório Brasileiro de Música, no qual passou a lecionar nos anos 1950. Foi professor da Escola de Música da UFRJ e da Universidade de Miami, nos EUA. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 24 de outubro de 1982. Fonte: <http://www.luacheia.art.br> (acesso em 20/10/2017).

A seguir, a Árvore Genealógica da família Klein, com os ramos Campelo Klein e Pinheiro Klein:

**Quadro 2 – Árvore Genealógica da família Klein**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações fornecidas pela família Klein. (\*) Obs: Havia outros irmãos Klein que ficaram na Alsácia, mas a enumeração deles não tem relevância para este trabalho.

Analisando-se a Árvore Genealógica anterior; vê-se em evidência os dois ramos da família Klein no Ceará: o ramo Porto Klein (e seu desdobramento no ramo Campelo Klein, composto por Alberto Jacques Klein e Gasparina Campelo) e o ramo Pinheiro Klein,

constituído pelo casal Henri Klein e Luísa Pinheiro. A seguir, fotografias do casal Henri Klein e Luísa Pinheiro Klein:

**Figura 27 – Fotografias do casal Henri Klein e Luísa Pinheiro Klein. Aracati, anos de 1920.**



Fonte: acervo particular da família Klein.

Os Campelo Klein abandonariam Aracati nos anos de 1930, radicando-se em Fortaleza e, em seguida, no Rio de Janeiro. Já os Pinheiro Klein também deixariam Aracati por volta da década de 30, estabelecendo-se, definitivamente, em Fortaleza<sup>108</sup>.

No que tange à família Gradvohl, sabe-se que seu patriarca foi Gerson Gradvohl, que chegou ao Ceará nas décadas finais do século XIX, tendo casado na Europa com uma judia de origem romena, Elise Gradvohl. O bisneto de Gerson Gradvohl, Roger Gradvohl, aqui já qualificado, menciona a esse respeito:

Ele veio solteiro (na década de 1860) [...] Mas, tanto o Gerson Gradvohl, quanto seus filhos, que foram nove, nunca romperam os laços com a França, além de irem constantemente para lá. Gerson Gradvohl casou-se com uma romena na Europa,

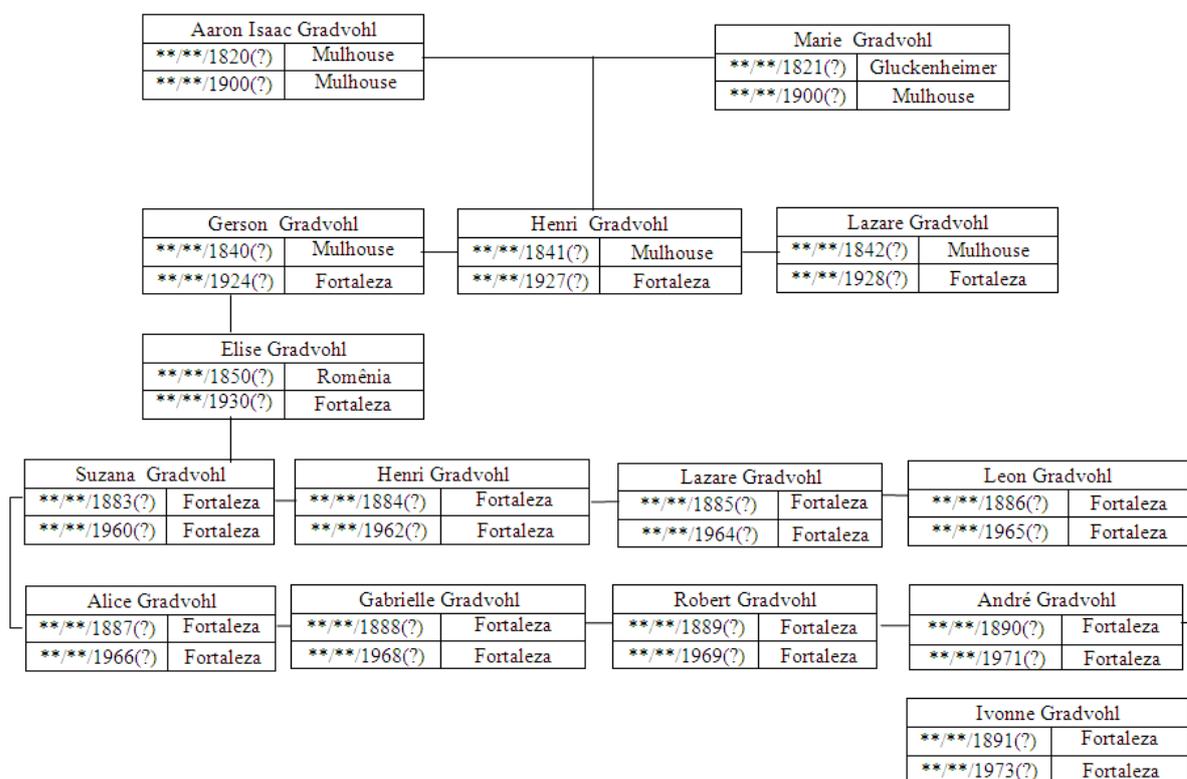
---

<sup>108</sup> Informações fornecidas pela família Klein.

Elise Nathenson, depois Elise Gradvohl (provavelmente entre 1870 e 1880, pois todos os filhos nasceram ao longo dos anos 80 do século XIX<sup>109</sup>).

Ambos tiveram nove filhos: Suzana Gradvohl, Henri Gradvohl, Lazare Gradvohl, Leon Gradvohl, Alice Gradvohl, Gabrielle Gradvohl, Robert Gradvohl, André Gradvohl e Ivonne Gradvohl<sup>110</sup>. Alguns filhos casaram-se na França, com cidadãos franceses de crenças judaica e cristã. Outros casaram-se com brasileiros. Essa família era proprietária de vários estabelecimentos comerciais: inicialmente estabelecidos em Aracati, mudaram-se, durante a década de 1880, para Fortaleza, iniciando uma trajetória comercial notável (assunto a ser explorado no próximo capítulo). Em seguida, a Árvore Genealógica da família Gradvohl:

**Quadro 3 – Árvore Genealógica da família Gradvohl**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações concedidas pela família Gradvohl.

Vê-se acima a Árvore Genealógica da família Gradvohl, onde estão enumerados os pais de Gerson Gradvohl, Aaron e Marie Gradvohl. Além deles, estão também discriminados os irmãos de Gerson Gradvohl, Lazare e Henri Gradvohl, emigrados para o Brasil no mesmo

<sup>109</sup> GRADVOHL, Roger. **Roger Gradvohl**: depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Entrevista concedida por telefone.

<sup>110</sup> Dados fornecidos por André Gradvohl.

período (anos finais do século XIX). Logo abaixo estão os nove filhos do casal Gerson e Elise Gradvohl, destacando entre eles Leon Gradvohl, avô do descendente entrevistado. Quanto ao seu avô, o entrevistado afirmou:

Meu avô, Leon Gradvohl, estudou na França e casou-se com uma francesa, Andréé Rheims, depois de casada, Andréé Gradvohl, vindo depois morar no Ceará. Meu pai nasceu em 1926 e se chamava Gerard Gradvohl. Meu pai também morou um período na França<sup>111</sup>.

O casamento de seu avô com uma francesa (não se sabe se de origem judia ou não) atesta os fortes vínculos (conforme mencionado pelo descendente) com a França. A seguir uma foto do casal Leon e Andréé Gradvohl, quando do seu casamento, em Paris (anos 1920):

**Figura 28 – Fotografia do casal Leon e Andréé Gradvohl, Paris, anos de 1920.**



Fonte: acervo particular da família Gradvohl.

---

<sup>111</sup> GRADVOHL, Roger. **Roger Gradvohl**: depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Entrevista concedida por telefone.

Diante da apresentação desses emigrados e de suas trajetórias, discorre-se, no capítulo seguinte, sobre como esse grupo se estabeleceu laboralmente, atuando no Ceará como facilitadores e incrementadores de dinâmicas relações de troca, bem como se fala do panorama da época e de alguns referenciais teóricos que apoiam e fundamentam a narrativa construída a seguir.

#### **4 NAS ÁGUAS DO JAGUARIBE: DO CEARÁ PARA O MUNDO**

Esse capítulo trata das formas de inserção na sociedade aracatiense, principalmente através das atividades laborais abraçadas pelos indivíduos estudados. Todos fundaram ou se associaram a casas comerciais importadoras e exportadoras. Nesse processo, hábitos e costumes locais foram sendo metamorfoseados pelos objetos estrangeiros que inundavam Aracati, dentro de uma forte “hibridização/tradução” culturais. Tais casas comerciais acabaram por criar laços de negócio entre várias cidades cearenses, além de conectá-las com o Brasil e as mais diversas praças estrangeiras. Através das águas do Rio Jaguaribe, criaram-se pontes líquidas que uniram Aracati com o mundo.

Esses franco-judeus se transformaram em dinâmicos “agentes civilizacionais”, criando, facilitando e incrementando inúmeras trocas, sobretudo através do comércio de importação/exportação. Conceitos pertinentes, como os de “hibridismo cultural”, “elite”, “tradução cultural”, “cultura de consumo”, dentre outros, passam a ser articulados com as trajetórias e processos vividos pelos indivíduos aqui analisados.

Aqui o depoimento dos descendentes, os livros de memorialistas, os almanaques comerciais, as fotografias e os jornais da época ajudam a compor a trajetória desses imigrantes. Também se discorre sobre o estabelecimento definitivo desses indivíduos na sociedade de acolhimento.

#### 4.1 ARACATI - DO LOCAL PARA O GLOBAL, DO GLOBAL PARA O LOCAL:

Os navios que entram a barra,  
 Os navios que saem dos portos,  
 Os navios que passam ao longe [...]  
 Todos estes navios abstratos quase na sua ida,  
 Todos estes navios assim comovem-me como se fossem outra  
 coisa  
 E não apenas navios, navios indo e vindo.  
 E os navios vistos de perto, mesmo que não se vá embarcar  
 neles<sup>112</sup>...

O poema transcrito acima faz lembrar o vaivém incessante de navios num porto movimentado. Evoca o burburinho das pessoas ao embarcar, o barulho dos motores de combustão, a gritaria dos trabalhadores do cais, o baque surdo das caixas de mercadoria depositadas sobre o chão. O Porto de Aracati do recorte aqui contemplado (1870/1918) deveria produzir todos esses sons, além de ser palco desse balé frenético de pessoas e coisas.

Como aqui já demonstrado, as origem e evolução da cidade remontam ao século XVII. Desde então as águas do Jaguaribe fizeram circular tanto o que se produzia na região, quanto o que vinha de outras plagas. A cidade cresceu conectando-se às outras vilas da Capitania do Siará Grande, bem como com Recife e Salvador. Sabe-se que seu primeiro grande ciclo foi o da criação de gado, que viabilizou a ocupação do Ceará dos seiscentos. Quanto a isso, é Girão (2001) quem declara:

A ocupação e a exploração das terras interioranas, principalmente daquelas situadas nas áreas semi-áridas, só foram objetivadas quando o solo mais áspero do Brasil se revelou de boa qualidade para a pecuária. Isso se deu quando o colonizador, tentando vencer a aridez climática, rompeu com avidez a caatinga; e o gado, seguindo a trilha ribeirinha, instalou-se do Recôncavo Baiano ao São Francisco, e daí, veio a ocupar outras áreas adjacentes [...] Só com o pastoreio, dá-se a quebra do exclusivismo econômico do açúcar e se efetiva a exploração do interior e o desenvolvimento das chamadas Capitânicas do Norte. A ocupação primária do sertão cearense se deu com o gado trazido das capitânicas vizinhas [...] que [...] veio ocupar, de início, os vales dos rios Jaguaribe e Acaraú – os pontos essenciais de colonização (GIRÃO, 2001, p. 35-36).

Logo adiante, ao longo do século XVIII, surgiram as Oficinas de charque nas ribeiras do Jaguaribe. Isso se deu por conta de o mercado local não absorver toda a quantidade de reses abatidas. Além disso, nas longas jornadas trilhadas desde o Siará Grande até

<sup>112</sup> Trecho do poema “Ode Marítima”, de Fernando Pessoa (Ver PESSOA, Fernando. **Obras Escolhidas:** Mensagem, Poemas de Alberto Caieiro, Odes de Ricardo Reis, Poemas de Álvaro de Campos/Fernando Pessoa. Org. Jane Tutikian. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016, p. 280).

Pernambuco e Bahia, o gado se debilitava e adoecia, ficando muitas vezes imprestável para o consumo. A solução encontrada veio através das técnicas de produção da carne-seca. Mais uma vez a citada autora menciona:

A impossibilidade de concorrer comercialmente com os rebanhos oriundos dos sertões da Capitania e de suas vizinhas, faz com que os fazendeiros da área litorânea, já a partir da primeira metade do século XVIII, passem a exportar seu gado abatido transformado em carne-seca salgada e couro. Surgiram, assim, no Ceará, as fábricas de beneficiar carne, as chamadas Oficinas, Charqueadas ou Feitorias, instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, estendendo-se depois ao Parnaíba, no Piauí e ao Açu e Mossoró, no Rio Grande do Norte. As condições geofísicas do litoral pastoril do Ceará favoreceram o surgimento daquela indústria, que além de matéria-prima abundante, possuía outros fatores locais asseguradores do êxito: ventos constantes e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem<sup>113</sup> (GIRÃO, 2001, p. 36-37).

Vê-se, diante do exposto, que a localização geográfica das fazendas surgidas nas margens do Jaguaribe facilitou o intercâmbio do charque produzido na região com outros pontos da colônia portuguesa. Percebe-se, desde então, a importância do porto da futura Aracati para a viabilização econômica da Capitania.

Essas conexões estabelecidas entre os sertões e o litoral fortaleceram os laços administrativos e comerciais de então. Tal movimentação portuária trouxe para o pequeno aglomerado que se formava um número considerável de forasteiros. Essa população, segundo a mencionada autora, era composta não só de pessoas de outras vilas da Capitania, mas também de migrantes baianos, pernambucanos e paraibanos, além de colonos portugueses.

Após algum tempo, os vereadores da agora já Vila de Aracati resolveram erguer a Casa de Câmara e Cadeia, em 21 de junho de 1770, construída na Rua do Comércio, ainda hoje uma das principais artérias da cidade. Conforme a vila crescia, novas ruas e logradouros iam surgindo<sup>114</sup>: Rua do Piolho, Beira do Rio, Arrebol, Rua dos Mercadores, Gamboa, Porto dos Barcos, Rua São Gonçalo, Rua das Flores, Rua Direita, Rua da Parada, Rua do Pombal, Rua Santo Antônio.

Ainda citando Girão (2001, p. 45), afirma a autora que no fim do século XVIII Aracati já gozava “[...] dos melhoramentos que a metrópole concedia aos mais ricos e adiantados”. Menciona também que, a partir de 1799, fora construído na cidade um edifício para a arrecadação do imposto oriundo do comércio do algodão, na ocasião já despontando como

<sup>113</sup> Segundo o **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** (1986), a cabotagem consiste na navegação mercante entre portos de um mesmo país.

<sup>114</sup> Constante do Registro de Escritura de foros pertencentes ao Senado da Vila de Aracati – Ano 1756-1779. Arquivo Público do Estado do Ceará.

importante ciclo econômico da região<sup>115</sup>. Mais adiante, em 1872, tem início o aterramento dos lugares onde se acumulavam as águas das constantes cheias do Rio Jaguaribe, bem como o nivelamento das calçadas até então irregulares, afirma Girão (2001).

Também sobre a referida cidade, durante a segunda metade do século XIX, ilustra Bezerra (1902) que:

A cidade consta de quatro ruas grandes, mal alinhadas, que se estendem aproximadamente de Norte-Nordeste à Sul-Sudoeste, a primeira próxima do rio, denominada Apollo, que teve antes os nomes da Parada e do Silvestre; a segunda, a mais importante, do Comércio, outrora do Pelourinho, na sua primeira parte, das Flores, no centro e de Santo Antônio no outro extremo; a terceira Direita e a quarta do Rosário. Tem 16 menores, com intervallos (sic) mais ou menos desocupados, umas no quadro edificado, outras nos arredores [...] (BEZERRA, 1902, p. 134).

Acerca dos prédios mais importantes da cidade de Aracati, é ainda Girão (2001) quem especifica suas localizações:

Além do Mercado Público, situado entre as ruas Direita e do Rosário; da Casa da Mesa e Rendas Federais, na rua do Comércio, possuía a municipalidade quatro prédios que foram doados pela Viscondessa de Messejana, ocupados pela Instrução Pública, onde funcionavam três aulas primárias, duas do sexo feminino e uma do sexo masculino, e outro ocupado pelo Gabinete de Leitura. O Teatro funcionava na rua do Rosário, travessa do Riachuelo [...] a Igreja do Bom Jesus do Bonfim, situada à rua do Comércio; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada à rua do Rosário; a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, situada na mesma rua (GIRÃO, 2001, p. 47).

Diante do enumerado, evidencia-se que a cidade crescia embalada pelas riquezas que circulavam pelo seu porto. Tal abundância se traduziu não só fisicamente, fazendo surgir praças, ruas, igrejas, edifícios públicos, escolas e teatros. Manifestou-se também na cultura, na música e nas letras, conforme cita a autora última:

A vida cultural e jornalística é intensa, no seu período áureo, com os centros culturais: *Gabinete de Leitura*, o *Clube Literário Aracatiense*, *Romeiros do Porvir*, *Tertúlias Aracatiense*, e o *Centro Cultural da Mocidade*. Com relação ao jornalismo, Aracati teve a primazia de montar o segundo jornal cearense, o *Clarim da Liberdade*, órgão revolucionário e de combate político, editado em 10 de dezembro de 1831 e outros em número de setenta e cinco, desses, trinta e sete dedicados ao humanismo, à pilhéria e à crítica, tais como: *Coruja*, *Gaspar da Terra*, *Cometa*, *A Barquinha*, *O Pudor*, *Judas Iscariotes*, *Tribunal do Povo*, *Jaguaribe*, *O Prego*, *O Martelo* [...] Na música, além das antigas bandas com que a cidade contava – *Dragão*, *Ribeiro* e *Charanga*; ainda aparecem, no final do século XIX, a *Filarmônica Zaranza*, a *Filarmônica Figueiredo*, a *Charanga 24 de Maio*, a *Euterpe Operária* e a *Capivara* (GIRÃO, 2001, p. 47-48).

<sup>115</sup> Segundo Leite (1994), a cidade de Aracati, no início do século XIX, já possuía uma *Repartição de Alfândega* e uma *Mesa de Rendas* criadas para organizar e otimizar o escoamento das mercadorias que chegavam em grande número pelo porto da cidade.

Essas mencionadas bandas costumavam tocar em muitos dos eventos da cidade, tanto públicos quanto privados. A seguir imagem da *Euterpe Operária*, tocando nas ruas da cidade, em 1916:

**Figura 29 – Banda *Euterpe Operária* tocando em evento público. Aracati, 1916.**



Fonte: acervo de Netinho Ponciano.

Ao se observar a imagem anterior, nota-se o esmero, tanto nos trajés dos membros da banda *Euterpe Operária*, como nos dos expectadores. Isso se dava por conta da relevante circulação de riquezas e bens pela cidade, roupas inclusas, sobretudo no período da segunda metade do século XIX até meados dos anos de 1924 a 1930<sup>116</sup>, quando começa uma significativa decadência de Aracati.

Além dessas bandas, a cidade, como já mencionado, contava com inúmeras publicações, dentre periódicos e revistas. Uma dessas publicações, segundo o memorialista Costa Lima (1979), era o jornal *A Gazetinha*, que havia surgido em 20 de novembro de 1908 e cujos redatores eram Alberto Klein, filho de Jacques Klein, e Eliseu Scipião.

---

<sup>116</sup> De acordo com Fernandes (2006), a decadência de Aracati começou precisamente em 1924, com uma cheia do rio Jaguaribe, a maior até então registrada, ocasião em que o leito do rio foi assoreado e os navios não puderam mais entrar na barra. Passaram a descarregar em Fortaleza, onde fora construído um pontão, que adentrava o mar por uns duzentos metros. Nele, foram instalados guindastes movidos a motor elétrico, para carga e descarga de mercadorias. Ali também pessoas iam para embarcar nos navios. Essa crise intensificou-se mais ainda com a Quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que abalou as economias mundial e brasileira, repercutindo, da mesma forma, em Aracati.

A presença da colônia franco-judaica de Aracati nas publicações locais é bastante frequente, o que denota a inserção desses indivíduos nas teias sociais e comerciais das elites daquele contexto. Tomando-se como exemplo o jornal *O Sol*, publicado na cidade no início do século passado, tem-se um agradecimento dos redatores pelos desejos de Boas Festas enviados por locais ao corpo editorial. Dentre eles está Myrtil Meyer:

BOAS FESTAS E BONS ANNOS (SIC)

Recebemos mais cartões, das seguintes pessoas, ás quaes (sic) agradecemos: srs. **Myrtil Meyer (grifo do autor)**, Raymundo Craveiro, Francisco Celestino da Costa, José Correia de Senna e senhoritas Sinhazinha Gurgel e Antonieta Clotilde, talentosa redactora (sic) da *Estrella (O Sol, Aracati, 09/01/1910, p. 02)*.

Obviamente que a menção a esses indivíduos, nessa publicação, denota a relevância dos mesmos. Myrtil Meyer já era, naquele momento, comerciante estabelecido e com considerável sucesso, e, por isso, podendo ter sido um provável anunciante ou apoiador desse jornal. Logo a seguir, no mesmo periódico, tem-se outra nota, dessa vez referindo-se a Alberto Klein:

CORREIO DA TARDE

Brevemente reaparecerá (sic) este nosso distinto (sic) collega (sic), que se publica na cidade de Fortaleza, capital deste Estado, sob a competente direção (sic) do nosso amigo Jayme de Vasconcellos. Sera (sic) representante do referido periodico (sic), nesta cidade, **o nosso companheiro Alberto Klein (grifo do autor)**. (*O Sol, Aracati, 09/01/1910, p. 02*).

Note-se, no trecho destacado acima, que os redatores do referido jornal chamam Alberto Klein de “companheiro”, o que atesta a informação fornecida pelo memorialista Costa Lima (1979) sobre o fato do filho de Jacques Klein ser um dos responsáveis pela publicação do *A Gazetinha*. Do mesmo modo que o filho, Jacques Klein também aparece com destaque nos jornais do período:

Seguiram no *Jaboatão*<sup>117</sup> para a Capital do Estado, as seguintes pessoas: Fructuoso Souto, Canuto Lopes, donas Sinhá Tinôco, Julieta Caminha e Maria Souto, Major João Porto Caminha, dr. Assis Perdigão Nogueira, **Myrtil Meyer**, dr. Álvaro Tavares, Francisco Gurgel Sobrinho, Euclides de Castro, Firmino Roberto, João Luiz de Freitas e **Jacques Klein** (*O Sol, Aracati, 20/06/1910, p. 03*).

Os nomes de Myrtil Meyer e Jacques Klein estão destacados em negrito no trecho anterior do *O Sol*. Dois indícios são fornecidos pela presença desses alsacianos na publicação: um é a evidente relevância de ambos entre os notáveis da cidade, o outro denota a importância

<sup>117</sup> Era bastante comum que os vapores que transitavam pelo Porto de Aracati fossem chamados apenas pelas suas denominações.

da navegação a vapor conectando seus usuários a diversos destinos, como Fortaleza. Convém lembrar também, conforme ilustra ainda o memorialista Costa Lima (1979), que as firmas conduzidas por esses franco-judeus eram, inclusive, representantes de companhias de navegação, conforme se destaca a seguir:

*COSTA LIMA & MYRTIL*

Opulenta firma exportadora e importadora, cujo passado de 65 anos constitui um patrimônio de honradez, gozando de invejável situação financeira, quer pelo vulto de seu capital, quer pela lisura e honestidade de suas operações, não só nos grandes centros comerciais do país, como nos mercados europeus e americanos, notadamente nas praças de Liverpool, Manchester, Hamburgo, Havre e New York. Essa exemplar organização comercial, possuidora de um vultoso capital, lidera o comércio da rica zona do Jaguaribe e é uma das mais sólidas e conceituadas firmas cearenses, quiçá do norte do país. Além do ramo de fazendas, estivas e miudezas, sobre a firma *Costa Lima & Myrtil* destacamos: Banqueiros de diversas Companhias de Seguros, **Agentes e Correspondentes de Companhias de Navegação (grifo do autor)**, Bank of London, Banco Frota Gentil S.A., Proprietários de várias usinas de beneficiar algodão em Aracati e em outras localidades da zona jaguaribana, da Usina Elétrica Aracatiense, e de uma prensa hidráulica (COSTA LIMA, 1979, p. 73).

A fotografia seguinte traz um instantâneo das dependências da firma *Costa Lima e Myrtil*, com destaque para a placa que evidencia a venda de passagens pela mencionada empresa, pois aparecem discriminados as datas de chegada e os nomes dos vapores então esperados:

**Figura 30 – Dependências da *Costa Lima e Myrtil*. Em evidência os vapores esperados. Aracati, início do século XX.**



Fonte: acervo de Netinho Ponciano.

Diante da afluência desses navios ao porto local, Aracati foi inundada de novidades, mercadorias e forasteiros. Os franco-judeus aqui estudados, como anteriormente demonstrado, inseriram-se nas teias da urbe através de casamentos com moças da elite aracatiense. Isso provavelmente lhes facilitou o acesso a créditos e financiamentos, dando-lhes o fôlego inicial para que empreendessem no comércio local. Essas elites, como já ilustrado, começaram a construir suas riquezas através do gado e do charque. No decorrer do século XIX, transformaram-se em elites urbanas e mercantis, sobretudo a partir do comércio do algodão, tendo também construído desdobramentos na política local<sup>118</sup>.

Segundo Busino (1992), as “elites” de uma determinada sociedade são definidas a partir de sua riqueza, do lugar social de origem e do mérito que portam. No Brasil do século XIX, essas elites passaram a, cada vez mais, seguirem um modelo europeu de progresso e modernidade. Nesse contexto, cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife adquiriram traços da arquitetura então em voga na Europa. Essa influência também repercutia nos hábitos de consumo, cada vez mais calcados nos manufaturados vindos da Inglaterra e da França.

Sobre essas trocas entre Brasil e Europa, é Takeya (1995) quem afirma ter tido a França lugar de destaque, principalmente a partir da segunda metade dos oitocentos. No caso do Ceará, essas ligações comerciais com a França foram construídas, sobretudo, através das conexões e contatos dos judeus franceses radicados na região com seu país de origem. Esse comércio de exportação de produtos locais e importação de produtos estrangeiros possuía o objetivo, segundo Sposito (1997, p. 42), de consolidar: “[...] o caráter da circulação das mercadorias, antes realizada com a finalidade de se obter valores de uso [...] a partir da emergência de um segmento social – os comerciantes [...] passa a se dar com a finalidade de se obter capital”.

Esses comerciantes, entendidos aqui como “agentes civilizacionais” (pois ajudaram na consolidação de um modelo de civilidade: o modelo europeu capitalista), geralmente pertenciam às fileiras das elites urbanas. Sobre esse protagonismo das cidades e seus agentes, nas trocas mercantis, é Freitas (2016) quem cita:

---

<sup>118</sup> Segundo da Silva (2011), o Coronel Alexandrino Ferreira Costa Lima foi deputado estadual em quatro legislaturas, entre 1897 a 1912. Seu irmão, o também Coronel Pompeu Ferreira da Costa Lima, também exerceu dois mandatos como deputado, sendo o primeiro cumprido no intervalo de 1915 a 1916 e o segundo entre os anos de 1917 a 1920. Os dois irmãos eram sócios fundadores da *Costa Lima e Irmãos*, depois denominada *Costa Lima e Myrtil*, com a entrada de Myrtil Meyer nos negócios.

[...] As famílias das elites rurais foram, cada vez mais, deslocando-se para as cidades, sobretudo para a Capital, conhecendo outros gostos, outras sensibilidades, mundanismos e incorporação de nova psicologia. Tratava-se de um *ethos* civilizacional tendentemente uniformizador, um modelo contextualmente hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo, em invenção constante e ininterrupta, transformando a vida humana nos seus mínimos detalhes, da vida pública à vida privada, do trabalho ao lazer, da vida material aos sentimentos [...] o processo civilizador capitalista [...] impõe uma lógica de pertencimento através da interdependência entre capitalistas e entre capitalistas e os demais extratos da população [...] O processo civilizador capitalista possui seus agentes civilizacionais transformadores das paisagens materiais, dos imaginários e das sensibilidades. Esses agentes civilizacionais são estrangeiros e cearenses, empresas, famílias mistas (estrangeiros e cearenses) e famílias autóctones (FREITAS, 2016, p. 37-38).

Desse modo, esses estrangeiros e locais, enredados na lógica civilizacional capitalista, modificaram, através de suas firmas e negócios, as dinâmicas dos cenários urbanos da segunda metade do século XIX. Isso também se deu em Aracati, conectada que era ao mundo pelo seu porto e suas notórias casas comerciais.

Logo a cidade se viu abarrotada de produtos e facilidades. Os franco-judeus analisados nesse estudo estiveram na linha de frente dessas trocas e influências, pois foram vetores, através de seus negócios, dessas consideráveis mudanças. Sobre a presença desses produtos nas casas aracatienses, é o memorialista Fernandes (2006) quem ilustra:

Desde o século XIX, Aracati se sobressaía dos demais municípios cearenses por ter forte comércio com o Exterior e, onde há comércio forte, há famílias abastadas, além daquelas que, trabalhando com elas, ficam bem situadas no contexto social da cidade, por força de suas ligações. Assim, Aracati era considerada uma cidade rica. Cadeiras para salas de jantar, conjuntos de sofá com cadeiras de braços eram, geralmente, importados da Europa, especialmente da Áustria, Inglaterra e França [...] Importavam também guarda-roupas, cristaleiras e guarda-louças, que logo apelidaram de guarda-comidas. Todos os móveis importados chegavam desmontados e seus parafusos vinham em saquinhos amarrados às peças. Os carpinteiros locais logo ficaram “doutores” em montagem de móveis importados (FERNANDES, 2006, p. 26-27).

Como destacado pelo memorialista, o acesso a esses produtos concedia um caráter de distinção ao seu consumidor, geralmente pertencente às camadas mais abastadas. Quanto à afirmação desses grupos através do consumo, é Bezerra (2015) quem ilustra:

Essa distinção é fornecida pelos artigos de luxo importados da Europa, como as louças, mobília, vestimentas, entre outros, ou até mesmo na aquisição ou venda de mercadorias ou tipos de mercadorias mais atuais e da moda. A essas mercadorias são atribuídos um caráter simbólico, que as diferencia das demais, onde um simples prato deixa de o ser para ser um prato de “origem inglesa”. A riqueza de Aracati pode ser observada nos objetos consumidos, assim como nas fachadas de suas casas e no grande número de sobrados na cidade. Estes elementos a diferenciavam das demais cidades cearenses, que possuíam, na maior parte das vezes, casas planas. Poucas eram as que possuíam sobrados, ainda mais com fachadas azulejadas [...] (BEZERRA, 2015, p. 142).

Como se pode notar, essa “cultura de consumo”<sup>119</sup> alterou usos, costumes e mentalidades. Ao se analisar os relatórios da *Alfândega e Mesa de Rendas de Aracati*<sup>120</sup>, ao longo do século XIX, fica evidente o volume de transações comerciais entre os compradores locais e os fornecedores ingleses e franceses. Pode-se observar, por exemplo, as descrições dos produtos oriundos da Inglaterra e que tiveram como destino final o Porto de Aracati: aparelhos de chá e de jantar, objetos decorativos de vidro, móveis e bebidas, dentre outros. Diante disso, vê-se que também outras fontes, como as iconográficas, denotam a presença e o uso desses objetos de cultura material por parte dos cidadãos aracatienses. A imagem a seguir, que traz grupo de rapazes e moças das famílias Correia, Gurgel, Pinheiro, Pinto e Valente, em Aracati, nos anos de 1920, atesta o uso desses artefatos estrangeiros:

**Figura 31 – Rapazes e moças da elite aracatiense fazendo uso de louça (muito provavelmente estrangeira), durante chá à inglesa. Aracati, anos de 1920.**



Fonte: acervo de Netinho Ponciano.

<sup>119</sup> De acordo com Appadurai (2008), a troca econômica cria o valor; o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas. Concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria o vínculo entre a troca e o valor é a *política*, em seu sentido mais amplo. Este argumento justifica a tese de que as mercadorias, como as pessoas, têm uma vida social. Em outras palavras: o ato de comprar algo não tem apenas uma esfera concreta, factual. Tal ato possui toda uma dimensão subjetiva, de valoração do objeto e da pessoa que o adquire, dentro de um jogo social complexo. A cultura do consumo pode ser compreendida dentro dessa abordagem.

<sup>120</sup> Ver *Correspondências da Alfândega e Mesa de Rendas de Aracati*. Localização: APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará). Dividida em 03 caixas do Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza – data crônica da documentação: de 1835 a 1893.

A cena anterior mostra a incorporação patente de um costume britânico ao dia a dia de uma longínqua cidade portuária da América do Sul. Segundo Bezerra (2014), com a entrada de produtos estrangeiros no Porto de Aracati, as práticas cotidianas urbanas vão mudando, sendo incorporados rituais domésticos de franceses e ingleses. Um dos costumes estrangeiros adotados localmente foi o consumo do chá, antes usado de forma medicinal. A prática do “chá das cinco” foi introduzida no final do século XIX, sendo, em princípio, exclusiva das mulheres. Mais adiante, tal prática democratizou-se e trouxe também consigo o uso de louças e trajes específicos. Interessante notar as modificações que os objetos e seus usos vão causando nas dinâmicas sociais. Quanto a essa mediação promovida pela cultura material<sup>121</sup>, é Freitas (2016), mais uma vez, quem ilustra:

Quando falamos de segunda europeização, dos encontros culturais entre os agentes europeus e os agentes locais, também estamos nos referindo aos encontros mediados pelas sociabilidades que as coisas propiciam. Três aspectos parecem-nos importantes para apreendermos a tradução do processo civilizador capitalista do ponto de vista da cultura material: as empresas e as coisas mediadoras dos encontros culturais, e os homens que, com suas relações, tanto materiais como afetivas; vão tecendo a paisagem específica do processo civilizador capitalista no Ceará (FREITAS, 2016, p. 41).

Sendo assim, percebe-se que esse “processo civilizador capitalista” (e as dinâmicas atreladas a ele) não ocorre de forma homogênea; pelo contrário, vai adquirindo, muitas vezes, as cores locais dos lugares que toca. A esse processo de mescla e encontro de culturas, Burke (2003) deu a denominação de “hibridismo cultural”. Segundo esse autor, exemplos de hibridismo cultural podem ser encontrados em todos os lugares, em qualquer recanto do globo onde haja os domínios da cultura: nas religiões sincréticas, nas filosofias ecléticas, nas línguas e culinárias mistas, nos estilos híbridos da arquitetura, literatura e música.

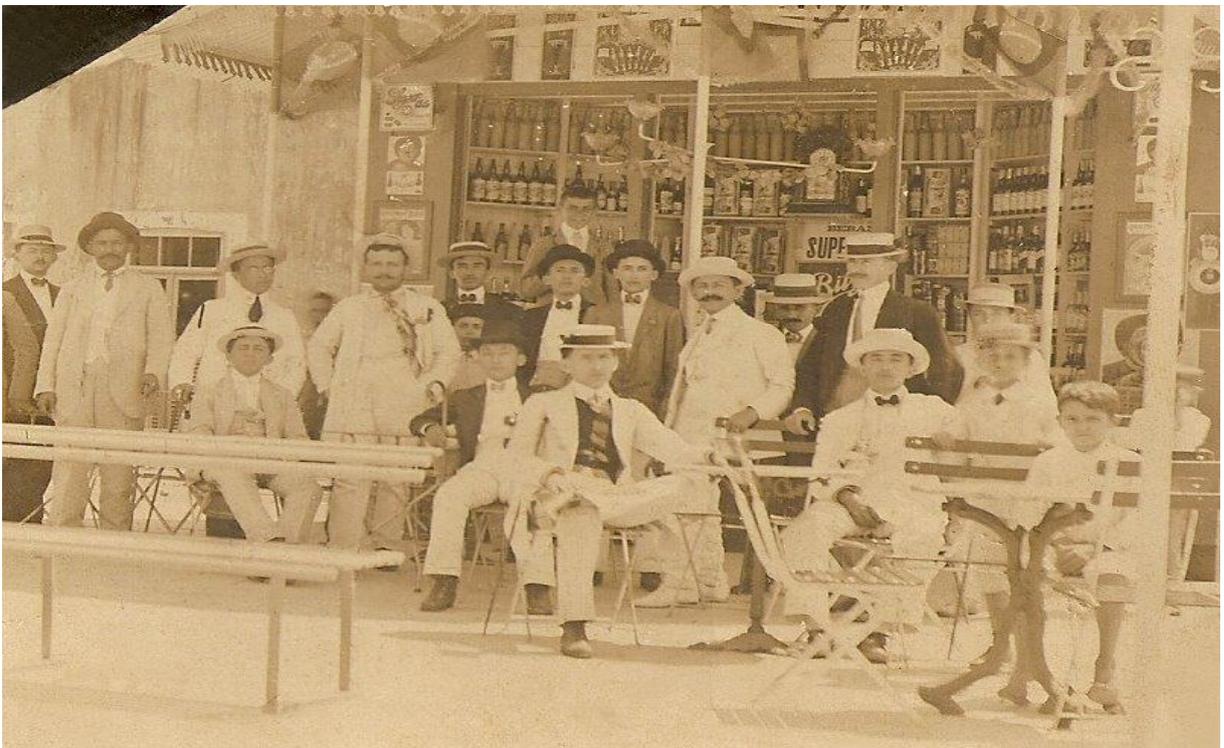
Um dos autores que primeiro trouxe à baila o tema das fusões culturais foi Freyre (2000), ao mencionar os processos de adaptação ocorridos nas mobílias estrangeiras consumidas pelos brasileiros, durante os oitocentos. De acordo com esse último, as linhas retas e os ângulos dos móveis britânicos sofreram uma “suavização” quando seus desenhos foram copiados na primeira metade do século XIX, no Brasil. Era o estilo sóbrio inglês sendo

---

<sup>121</sup> Meneses (1993) chama a atenção para o fato de que não se pode desconhecer que os artefatos – parcela relevante da cultura material – acabam por fornecer informações quanto à sua própria materialidade, além de proporcionarem, através do estudo de seus usos, informações de natureza relacional.

formatado ao arredondado do estilo tupiniquim. Dentro do universo das trocas culturais, existem lugares que são particularmente propícios a esses intercâmbios: as cidades e as fronteiras. Dessa maneira, e voltando-se à Aracati do recorte aqui contemplado, percebem-se as dinâmicas estabelecidas entre os locais e os objetos, usos e costumes que foram proporcionadas pelas trocas efetivadas à época. A imagem abaixo traz uma fotografia do *Café Goyanna*, localizado no Centro de Aracati, nos anos de 1910/1920:

**Figura 32 – Fotografia do *Café Goyanna*, localizado em Aracati, no início dos anos de 1910/1920.**



Fonte: acervo de Netinho Ponciano.

Observando-se a imagem acima, nota-se a presença da influência francesa no estilo da construção, típica da *belle époque*. Isso se evidencia nos desenhos dos ornamentos, nos móveis importados, nas bebidas estrangeiras empilhadas com esmero, ao fundo do estabelecimento. Os frequentadores vestem-se também com apuro, ensaiando poses para o fotógrafo que orchestra a cena. Porém, ao contrário dos ambientes parisienses, o café é completamente aberto, sem paredes e vidraças. Fica patente aqui a adaptação (o que se pode

chamar de “tradução cultural<sup>122</sup>”) ao clima local e ao gosto específico dos cearenses, que ainda hoje nutrem um apreço pelo lazer nas calçadas e espaços abertos.

Essa influência estrangeira ocorria não só na vida pública, mas também na privada. É, mais uma vez, o memorialista Fernandes (2006) quem destaca:

Na maioria das casas da Rua Grande havia um piano de origem europeia. Até camas eram importadas, especialmente as de dosséis trabalhados. Muitos leitos ingleses tinham, como estrado, uma trama de molas de aço especial, que, mesmo com o uso, não deformava, e sobre a qual colocavam colchões de penas de aves [...] (FERNANDES, 2006, p. 28).

Esses instrumentos musicais importados não serviam apenas como decoração. No caso dos Klein, o memorialista Bezerra (2006) cita que Alberto Klein tocava muito bem piano, além de ser grande amante da música erudita e de impulsionar talentos e atividades culturais na cidade. Outro membro da família, seu primo Henri Klein, também era conhecido como exímio violinista. Tal pendor musical, presente na família Klein, seria decisivo para a descoberta e estímulo da vocação musical do segundo filho de Alberto Klein, também batizado de Jacques Klein, futuro brilhante pianista internacional<sup>123</sup>.

Ainda sobre o crescimento econômico de Aracati, é Girão (2000) quem afirma ter isso repercutido nos modos da sociedade local. O autor destaca a civilidade e polidez dos seus habitantes, ávidos consumidores de tecidos de seda, utensílios domésticos e mobília, dentre outros artigos, que vinham diretamente da Europa, principalmente da Inglaterra e França. Menciona também que os aracatienses possuíam alto grau de civilidade, destacando-se nos modos de vestir e se portar.

Essa civilidade refletia-se também no apreço às letras constatado pelo número de publicações existentes na cidade. Dentre essas publicações, segundo Almeida (2009), destacava-se a revista *A Estrella*, que circulou em Aracati entre 1908 e 1921. Tal publicação fora inaugurada e dirigida pela célebre Francisca Clotilde<sup>124</sup> e sua filha, Antonieta Clotilde. Além dessa publicação, mãe e filha também fundaram o Externato Santa Clotilde, colégio

---

<sup>122</sup> De acordo com Burke (2003), o termo “tradução cultural” pode ser usado para descrever o mecanismo pelo qual encontros culturais produzem formas novas e híbridas.

<sup>123</sup> Segundo Bezerra (2006), Jacques Klein inscrevera-se no Concurso Internacional de Piano de Munique, em 1953. Para surpresa de todos, tanto na Europa, quanto no Brasil, sua *performance* foi tão espetacular que conquistou o primeiro lugar por unanimidade, entre 114 concorrentes de 33 países. Essa vitória deu ao nosso país, pela primeira vez em sua História, a primeira colocação num concurso de música erudita internacional.

<sup>124</sup> De acordo com Almeida (2009), foi importante professora e mulher de letras cearense, escrevendo com frequência em almanaques, brochuras, revistas, jornais e livros, concretizando mais de cinco décadas de atividades literárias.

aracatiense que cuidava da educação das moças bem-nascidas da cidade. É ainda Almeida (2009) quem traça um perfil da referida publicação, dirigida pelas Clotildes:

As páginas [...] registram uma estreita relação com os valores familiares, a religião, as leituras prescritas e a escola (Externato Santa Clotilde) [...] Uma ampla rede de assinantes e colaboradores se estende por vários lugares do Brasil, congregando centenas de homens e mulheres em um projeto que, ao mesmo tempo, incentivava o beletrismo entre a mocidade e referendava a literatura de talentosos escritores e escritoras. Revista de mãe e filha, que se vinculava afetivamente a seus leitores, por meio de retratos, dedicatórias e gentilezas. *A Estrella* inaugura um novo tipo de procedimento de meio impresso. Diferença que ganhava ainda mais relevo [...] numa revista feita por uma professora-literata e uma literata-professora, que conquistavam a palavra e se reconheciam na escrita (ALMEIDA, 2009, p. 02).

A referida autora também descreve o aspecto geral da publicação, que trazia em suas capas sonetos de autoria de Francisca Clotilde, intercalados com fotografias de mulheres e crianças leitoras. O objetivo era: “[...] atear nos corações juvenis a sentelha (sic) do bem que dimana da Religião, despertar o amor pelo estudo, exaltar as glórias (sic) da Pátria [...] consagrar o maior esforço (sic) á (sic) propagação das idèas (sic) regeneradoras” (*A Estrella*, outubro de 1909, n. 82, p. 01). Desse modo, a presença de publicações do vulto da *A Estrella* em Aracati, atestam o cosmopolitismo local, refletido na valorização dos aracatienses às letras e à cultura. A imagem abaixo traz um instantâneo de rapazes e moças pertencentes às elites aracatienses. Dentre eles, certamente havia leitores da *A Estrella* ou estudantes do Externato Santa Clotilde:

**Figura 33 – Rapazes e moças das famílias Figueiredo, Gurgel, Pinto e Valente. Aracati, anos de 1920.**



Mais uma vez, atenta-se para a elegância e o requinte presentes no trajar das pessoas que aparecem na fotografia. Isso denota o acesso desses indivíduos ao mundo dos objetos de consumo que circulavam pela cidade. Interessante também registrar que os rapazes estão sentados em cadeiras do tipo *thonet*<sup>125</sup>, as primeiras cadeiras fabricadas em série, desde 1859, na Áustria. Provavelmente esses móveis fossem de origem estrangeira, chegados à cidade trazidos pelos vapores, então comuns em seu movimentado porto.

Como se percebe, a circulação de produtos estrangeiros alterou e sofisticou os usos e costumes dos aracatienses. Isso se deu porque, segundo Freitas (2016):

A cidade é o *locus* estratégico da configuração da interdependência do processo civilizador capitalista e sua constituição tem relação estreita com os objetos e seus contextos sociais [...] e isso se pode observar não só em Fortaleza, mas também nas demais cidades do Ceará. Essa mentalidade aprofunda-se com as redes mercantis percebidas em outras cidades do Brasil e do mundo. A economia-mundo, a partir da década de 1870, torna-se altamente conectada entre si, o que nos leva a perguntar sobre o que não é [...] interdependente na sociedade capitalista. A construção da sociedade capitalista é feita de agentes, porque se faz necessário seus tradutores, os que fazem adaptações, que fazem as substâncias da civilização circularem (FREITAS, 2016, p. 49).

Algo que também chama a atenção - em relação aos registros fotográficos do período - , é a grande quantidade de automóveis encontrados nesses instantâneos. Esses veículos chegavam de navio à Aracati e Fortaleza, posto que eram todos importados, não havendo no Brasil de então uma indústria automotora<sup>126</sup>. Cabe aqui ressaltar que esses automóveis tinham como principal fornecedor os Estados Unidos da América, país que havia, naquele contexto, conseguido baratear os preços finais desse produto devido às alterações implementadas nas linhas de produção e montagem. É Guimarães (1980) quem esclarece sobre a produção de veículos, naquele panorama:

O mercado brasileiro de automóveis, até a II Guerra Mundial, foi suprido principalmente por produtos provenientes dos Estados Unidos [...] No final da década de 20, as exportações de veículos correspondiam, por parte dos Estados Unidos, Inglaterra e França, a 13% da produção mundial [...] Como se sabe, o início da manufatura de veículos no Brasil ocorreu na segunda metade da década de 50 e seguiu-se à definição do Governo brasileiro de um conjunto de incentivos específicos (GUIMARÃES, 1980, p. 778).

<sup>125</sup> A primeira cadeira produzida em massa nasceu em 1859, em Viena, na Áustria. Seu inventor, Michael Thonet, quis criar um móvel de desenho simples, funcional e econômico. Ainda hoje, depois de mais de 150 anos, o “modelo 214” (nome oficial da referida cadeira) ainda está na moda no mundo todo. Fonte: <http://revistacasaejardim.globo.com> (acesso em 25/11/2017).

<sup>126</sup> De acordo com Guimarães (1980), a indústria automobilística brasileira tem seu início em 1957, devido aos incentivos fornecidos pelo governo de Juscelino Kubistchek.

Diante disso, infere-se que as firmas pertencentes aos franco-judeus de Aracati, muito provavelmente, também fizeram chegar essas máquinas da modernidade à cidade. A seguir tem-se um flagrante de Alberto Klein, na antiga Rua Grande, exibindo orgulhoso seu automóvel americano:

**Figura 34 – Alberto Klein (em pé) e seu veículo. Aracati, início do século XX.**



Fonte: acervo de Netinho Ponciano.

Desse modo, percebe-se que os judeus franceses estabelecidos em Aracati converteram-se em agentes do modelo de civilização de então, ao se unirem ao capital local através de uniões estratégicas com famílias das elites aracatienses. Essas elites, como já citado, se alimentavam do comércio e de conexões com a política e a administração regionais. No próximo tópico, as alianças construídas dentro da colônia franco-judaica e entre franco-judeus e brasileiros são analisadas, sobretudo no que se refere ao mundo dos negócios.

#### 4.2 OS PATRÍCIOS, OS *GOIM*<sup>127</sup> E AS CAMARADAGENS INFORMAIS

Ao se refletir sobre a pequena comunidade de franco-judeus inserida na cidade de Aracati, entre os anos de 1870 e 1918, cabe indagar sobre a condição específica desses

<sup>127</sup> Os não-judeus, os gentios.

indivíduos e em que medida isso determinou seu processo de adaptação ao novo lar. Percebe-se, como aqui já discutido, que a condição do imigrante é marcada pelo profundo corte que o abandono de sua terra natal representa. Contudo, esse corte não significa um esquecimento total da vida pré-deslocamento. Pelo contrário: integra-se com muita força ao presente vivido após o processo imigratório.

Durante o recorte aqui estudado, também chamado de época das “grandes migrações” (termo anteriormente já explicado), a viagem transatlântica em vapores foi o veículo, por excelência, que conduziu esses imigrados ao Novo Mundo. Essas partidas assinalavam o encerramento de uma vida pregressa e a construção de um novo lar e uma nova identidade. A travessia do Atlântico também marcava de forma contundente as lembranças desses trasladados. É Fausto (2007) quem menciona ter detectado, através dos depoimentos de vários representantes da comunidade judaica de São Paulo, algumas reminiscências que se repetiam e concernentes aos momentos vividos durante as viagens transatlânticas: o nome dos navios, o nome dos portos de partida e chegada, as amizades construídas a bordo, as conexões familiares ou de amizade na nova terra, os traços genéricos de ansiedade, estranheza e expectativa.

Os motivos que levaram a esses deslocamentos espaciais tiveram um forte traço de compulsão, determinado por várias razões, sobretudo as de natureza econômica, religiosa e política. Alguns nutriam ideias de retorno, com a exceção talvez dos judeus, que geralmente não tinham para o quê ou porque voltar<sup>128</sup>.

Logo depois, já assentados no Brasil, esses emigrantes buscavam amenizar o corte causado pelos seus deslocamentos. Isso se dava de várias formas, sobretudo através de objetos que remetiam à sua terra natal. Sobre isso, é ainda Fausto (2007) quem menciona:

Desse modo, o arranjo da sua casa tem características próprias, evidenciadas nos chamados “objetos biográficos”. Um retrato emoldurado de toda a família, tirado geralmente pouco antes da partida, uma imagem religiosa, baixelas, tapetes, uma caixa de madrepérola, ou simples talheres, são expostos como fragmentos de um mundo a que se deseja voltar, mas que se suspeita jamais ser possível rever ou, talvez pior, ao revê-lo, não mais reconhecer seus traços originais (FAUSTO, 2007, p. 18).

Sendo assim, vê-se que as condições específicas dos emigrantes levaram sua vida privada, na dimensão familiar, a ter uma carga emotiva e de apoio muito grande. A família não era só um espaço de acolhimento, muitas vezes único, na terra de recepção: representava

---

<sup>128</sup> Caso, por exemplo, dos judeus russos, vítimas de vários *pogroms* (linchamentos coletivos de judeus promovidos pelos cristãos ortodoxos) ao longo do século XIX.

também um extenso elo, que abrangia os que aqui chegavam e os que ficavam nas terras de origem. Além desses laços íntimos e familiares, podem ser citados também os laços de grupo, que acabavam por promover a organização de “microsociedades”, situadas a meio caminho entre as esferas pública e privada, como é o caso dos clubes comunitários, teatros, associações de socorros mútuos formadas por pessoas de uma determinada etnia, religião ou país de origem, sindicatos, templos religiosos, etc.

Analisando-se os franco-judeus radicados na Aracati do recorte aqui estudado, percebe-se, nitidamente, a ocorrência desses laços familiares e de grupo, entre esses indivíduos específicos: Jacques Klein forneceu apoio aos sobrinhos Albert e Henri Klein, Myrtil Meyer veio por conta da presença dos tios na cidade, Gerson Gradwohl estabeleceu-se na “terra dos bons ventos”, durante um período, certamente em razão de seu porto e do relevante número de judeus alsacianos que ali viviam.

Essas redes de apoio mútuo foram de natureza mais informal, posto que não se tem notícia, como já demonstrado, de nenhuma sinagoga ou associação oficial fundada por esses emigrantes, diferente do que ocorreu em outras regiões do Brasil, onde também havia a presença de comunidades judaicas. É Lerer (2013) quem menciona a ocorrência de algumas sociedades criadas pelos judeus emigrados de São Paulo, numa tentativa de proporcionar apoio e segurança mútuos. Famílias como os Tabacow, os Teperman, os Klabin e os Lafer, contribuíram para a instituição de obras de filantropia e benemerência. A *Sociedade Beneficente das Damas Israelitas*, por exemplo, foi fundada em 1915 com o propósito de promover a arte e a cultura judaicas. Outra surgida em 1916 foi a *Sociedade Israelita Amigo dos Pobres*, cujo propósito era recepcionar imigrantes judeus recém-chegados. No mesmo período, surgiu a *Biblioteca Israelita*, que investia em um acervo de literatura em iídiche e hebraico. No caso dos franco-judeus emigrados para o Ceará, não se tem registros de instituições semelhantes. As redes de ajuda mútua foram mais de natureza íntima e ligadas às suas atividades comerciais.

Essas associações (tanto as formais, quanto as informais) feitas pelos emigrados, serviam, muitas vezes, para suprir as dificuldades existentes num país que, naquele contexto, era carente de assistência social pública, afirma Fausto (2007). Dessa forma, cabe lembrar o papel estratégico desempenhado pelas alianças familiares e étnicas na busca pela ascensão social e pelo prestígio. Famílias de emigrantes proletários e anônimos, aos milhares, fizeram progredir seus negócios e ganhos mediante aos apoios mútuos dentro de suas comunidades e

às uniões com famílias autóctones que trouxeram bonança material e inserções nas fileiras das classes médias e elites locais. A transposição desses emigrados de seus países de origem para o Brasil acarretou, em muitos casos, uma reformulação/adaptação dos seus costumes e estrutura familiar, cita o mesmo autor.

Isso é percebido, com clareza, nos processos de inserção dos alsacianos radicados na Aracati do período aqui contemplado. Os casamentos com moças *goim* (gentias, não-júdias) de famílias aracatienses ilustres possibilitaram estabilidade material e aceitação social a esses indivíduos. Porém, a maneira como esses emigrados relacionavam-se entre si é ainda algo controverso, especialmente quando se analisa os depoimentos dos descendentes. Para alguns, esses laços não passavam de mera formalidade e respeito pela origem em comum. Para outros, foi de fundamental importância para a realização de muitos projetos.

Isso se dá pela natureza da fonte oral, sempre muito seletiva e sujeita aos apelos dos sentimentos e impressões. Quanto a isso, é Sarlo (2007, p. 67) quem lembra que: “[...] os discursos da memória, tão impregnados de ideologias como os da história, não se submetem, como os da disciplina histórica, a um controle que ocorra numa esfera pública separada da subjetividade”. Para essa autora, a fragmentação e a seleção seriam intrínsecas ao próprio discurso da memória:

O aspecto fragmentário de toda memória é evidente. Ou se deseja dizer algo mais que isso, ou simplesmente se está jogando sobre a pós-memória aquilo que se aceita universalmente desde o momento em que entraram em crise as grandes sínteses e as grandes totalizações: desde meados do século XX tudo é fragmentário (SARLO, 2007, p. 98).

Diante do exposto, e analisando-se o discurso dos descendentes, percebe-se a presença dessa subjetividade, posto que, muitas vezes, as memórias e impressões desses indivíduos não condizem com o que outras fontes apontam. Para melhor exemplificar esses argumentos, segue-se à crítica dessas fontes orais. Ao se tomar, por exemplo, trecho do depoimento de Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho (já qualificado) no que concerne ao nível de amizade existente entre os franco-judeus de Aracati, o mesmo declara que:

Eu não sei, eu não sei... Eu não sei se eles eram lobos solitários ou se eles formaram uma comunidade ou sei lá... Uma “Sociedade Secreta do Sião<sup>129</sup>” (risos). Porque realmente... A mim me parece... É um sentimento que eu tô (sic) sendo puramente especulativo, que eles tinham uma cordialidade, tratavam-se cordialmente, mas não

<sup>129</sup> Alusão a diversas teorias antissemitas que alegavam serem os judeus os mentores de estratégias que visavam acabar com a hegemonia cristã no poder do Mundo Ocidental.

havia um elo mais forte como uma comunidade; vamos dizer, onde eles se fechassem e se protegessem<sup>130</sup>.

Como se nota, as impressões do descendente acerca dos laços que uniam esses emigrados é a de que eles eram de natureza superficial, onde havia uma cordialidade recíproca, mas não uma rede de apoios mútuos bem consolidada e baseada nos nós da conterraneidade. Porém, ao se examinar as relações constituídas entre os Klein e os Meyer, percebe-se, de imediato, a fragilidade dessas conjecturas: sabe-se, conforme aqui já mencionado, que o primeiro emprego obtido por Myrtil Meyer em Aracati foi na firma de Jacques Klein, a *J. Klein e Figueiredo*. Além disso, o casamento entre Myrtil e Sinhazinha Porto (filha de criação de Jacques Klein) sedimentou ainda mais as ligações entre essas famílias de alsacianos. Para além desses argumentos, outras fontes foram surgindo ao longo da pesquisa e corroborando o fato desses vínculos serem mais do que um mero convívio formal. Vasculhando-se o acervo do *Arquivo Nirez*, garimpou-se uma fotografia que traz Henri Klein e Myrtil Meyer, socializando-se numa mesa de bar em Aracati, nos anos de 1920:

**Figura 35 – Henri Klein (terceiro sentado à esquerda) e Myrtil Meyer (terceiro sentado à direita) reunidos em uma mesa de bar. Aracati, anos de 1920.**



Fonte: acervo do *Arquivo Nirez*.

<sup>130</sup> FILHO, Antonio Carlos Pinheiro Klein. **Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho**: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

Observando-se a imagem anterior, onde Myrtil Meyer e Henri Klein se encontram reunidos, numa mesa de bar em Aracati, em princípios do século XX; pode-se inferir, com bastante margem de segurança, que havia entre os mesmos laços que iam além de uma mera simpatia conterrânea. Ora, sabe-se que as famílias Klein e Meyer possuíam alianças familiares muito fortes e sedimentadas a partir de uniões com moças da família Porto. Levando-se em consideração esses dados; além do fato de serem judeus franceses oriundos da mesma região, presume-se que os vínculos construídos entre esses indivíduos deveriam ultrapassar a dimensão da superficialidade.

Cenas como a da fotografia analisada devem ter se repetido nos balcões e escritórios das firmas capitaneadas por esses franco-judeus, nas salas de suas casas ou nas reuniões sociais entre membros da elite aracatiense, elite essa onde esses indivíduos haviam se inserido. Razoável também seria supor o uso da língua materna, o francês, ou até mesmo do *ídiche*, idioma falado pelos judeus *asquenazitas* da Alsácia, durante esses encontros.

Segundo Fausto (2007) a língua representou, na vida do emigrante e dos seus descendentes, tanto um poderoso veículo de comunicação (entre imigrados), como um obstáculo nos contatos pessoais (com os locais). Esse mesmo autor também registra um comportamento detectado entre vários emigrados de São Paulo, judeus inclusos, em relação ao hábito de falarem o português e suas línguas maternas: era comum que o idioma local fosse falado em casa, num esforço de inserir cada vez mais os descendentes na sociedade acolhedora; porém, em relação ao mundo do trabalho, onde o convívio com conterrâneos era frequente, tem-se notícia de animadas discussões de negócios em seus idiomas originários.

Diante desses indícios, vê-se que a língua e a cultura de origem estabeleciam fortes elos dentro dessas comunidades de emigrados. Isso deve ter ocorrido entre os membros da pequena colônia de judeus radicados em Aracati, que abrigava, como já demonstrado, Myrtil Meyer e seus tios, Jacques Klein e seus sobrinhos e, durante um período, Gerson Gradvohl e seus irmãos, dentre outros.

Quanto a isso, o neto de Henri Klein, Luciano Pinheiro Klein Filho (já adjetivado) menciona, quando inquirido sobre se havia relações de amizade envolvendo os Klein, os Meyer e os Gradvohl:

Com certeza tinha. Isso até minha tia (Maria Luíza Pinheiro Klein), numa conversa informal que nós tivemos, pode falar para você com mais propriedade. Inclusive

com os Meyer. Isso aí eu sei, porque ela me falou. E até porque naturalmente, aventureiros de uma terra distante, eles iriam buscar aqueles que tivessem ideias afins, de certa forma a mesma origem e a motivação de força, de união, para poder se manter numa terra distante da deles<sup>131</sup>.

Como se nota, a percepção dos laços construídos entre esses alsacianos difere em relação às impressões dos descendentes. Contudo, como já ressaltado, diversas fontes apontam para a corroboração da hipótese de um grupo unido por laços de conterraneidade e etnicidade em comum, que iam muito além de um convívio social superficial.

Ao se contemplar o projeto emigratório de Myrtil Meyer, percebe-se, nitidamente, a importância dessa rede de apoios mútuos na bem-aventurança de suas empreitadas. Como já descrito, sabe-se que sua inserção laboral em Aracati se deu nas fileiras da *J. Klein e Figueiredo*, empresa pertencente ao também franco-judeu Jacques Klein. Após algum tempo, Myrtil Meyer abre um pequeno empório, perseguindo seus sonhos de bonança material na nova morada. Não se sabe se o capital empregado nesse negócio foi obtido unicamente através do esforço de Myrtil, ou se o mesmo contou com o auxílio monetário de seus tios ou de Jacques Klein, pai de criação de Francisca Porto Meyer, sua esposa. A imagem abaixo traz um anúncio da mencionada firma de Myrtil Meyer, publicado no jornal aracatiense *O Aracaty*, de 26/06/1909, n. 92, p. 03:

**Figura 36 – Anúncio da firma Myrtil Meyer, publicado no jornal *O Aracaty*, de 26/06/1909, p. 03.**



Fonte: acervo de Antero Pereira.

<sup>131</sup> FILHO, Luciano Pinheiro Klein. **Luciano Pinheiro Klein Filho**: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.

Como se pode perceber, o anúncio destaca que essa firma lidava com importação e exportação, comercializando “fazendas (tecidos), miudezas e ferragens” e comprando “todos os gêneros do país”, como a palha de carnaúba, além de ser o “único vendedor na cidade das afamadas máquinas *Singer*”. Vê-se também que o referido “reclame<sup>132</sup>” data de 1909. Ora, sabe-se que Myrtil Meyer chegou à Aracati no ano de 1897, tendo casado com Francisca Porto em 1901. Portanto, de posse desses dados, seria bastante plausível supor que Myrtil Meyer houvesse constituído sua firma pouco antes de casar-se, posto que o salário de simples escriturário da *J. Klein e Figueiredo* deveria não ser suficiente, com muita probabilidade, para o sustento de uma família.

Diante disso, presume-se que Myrtil Meyer passara a empreender no comércio local, como dono do próprio negócio, desde 1901. Desse modo, e ao longo de alguns anos, construiu uma bem-sucedida trajetória de comerciante eficiente e honesto, como mencionam os descendentes e memorialistas<sup>133</sup>. Em 1913, segundo Fernandes (2006), recebe uma proposta da família Costa Lima:

Em 1875, os irmãos Pompeu Ferreira da Costa Lima (Cel. Pompeu) e Alexandre Ferreira da Costa Lima (Cel. Alexandrino) constituíram a firma *Costa Lima e Irmãos* [...] Em agosto de 1909, morre o Cel. Alexandrino e seu filho Alexanzito, então com 23 anos, deixa o Seminário, às vésperas de ser ordenado padre, a fim de substituir o pai na firma que, na época, era a maior casa comercial de todo o vale jaguaribano [...] O Cel. Pompeu, deputado, dedicou-se à política, ficando o peso da responsabilidade comercial nos ombros do jovem sobrinho e sócio, Alexanzito. Apesar de haver-se revelado hábil comerciante, o jovem Alexanzito considerou que necessitava de um sócio jovem para ajudá-lo e encontrou quem procurava no francês Myrtil Meyer, alsaciano de origem judia, comerciante na cidade, casado com a aracatiense dona Sinhazinha. Como Alexanzito, Myrtil era inteligente, educado, falava somente o necessário [...] cortês, sério, porém sem presunção ou ostentação [...] **Corria o ano de 1913, quando Myrtil Meyer entra na sociedade e a firma muda a razão social para *Costa Lima e Myrtil* (grifo do autor)**. Em 1915, abrem uma filial em Fortaleza, que fica sob a responsabilidade de Myrtil, enquanto a matriz fica com Alexanzito no comando (FERNANDES, 2006, p. 97-98).

O episódio da entrada de Myrtil Meyer na firma dos Costa Lima ilustra, de forma bastante clara, as alianças costuradas entre os franco-judeus de Aracati e Fortaleza<sup>134</sup>. Segundo a neta mais velha de Myrtil Meyer, Heloísa Meyer Alves Facó (já qualificada), o ingresso do avô nessa importante casa comercial jaguaribana, só foi possível, graças à ajuda financeira fornecida pelos também judeus Gradvohl:

<sup>132</sup> Como se costumava chamar os anúncios comerciais no período.

<sup>133</sup> Segundo o memorialista Costa Lima (1979, p. 74): “[...] a intensidade do movimento e o volume dos negócios (da *Costa Lima e Irmãos*), **reclamavam insistentemente a ajuda de uma atividade moça e eficiente que, felizmente, se encontrou na pessoa do sr. Myrtil Meyer (grifo do autor)**”.

<sup>134</sup> Nesse período, os Gradvohl já se encontravam estabelecidos na cidade de Fortaleza.

[...] Aí convidou... Ele disse (Cel. Alexanzito): “Myrtil, você não quer ser meu sócio, não?”. E ele (Myrtil Meyer) disse: “Mas eu não tenho dinheiro! Como é que eu vou entrar numa firma como a sua, uma firma forte? E eu também não posso sair daqui (de seu empório) porque eu dependo do que eu ganho e o que eu ganho ainda não dá para eu... Mesmo que eu seja muito econômico!”. Aí os Gradvohl souberam da história [...] Aí chamaram o vovô e disseram: “Myrtil, não enjeite um negócio desses, não! [...] Você aceite!”. E o vovô disse: “Mas eu não tenho dinheiro!”. E ele (o Gradvohl) disse: “Eu lhe empresto o dinheiro!” [...] Não sei quanto foi naquela época... (Continuando a fala do Gradvohl): “E você paga uma parte com o seu trabalho e outra parte com o que eu vou lhe emprestar e num instante você paga isso!”. Aí o vovô disse: “Se é assim eu aceito!”. **O vovô era muito amigo dos Gradvohl! (grifo do autor)**<sup>135</sup>.

Ao ser indagada sobre qual membro da família Gradvohl havia emprestado a quantia necessária para o ingresso na firma *Costa Lima e Irmãos*, a descendente de Myrtil Meyer declarou:

Foi o **Robert Gradvohl! (grifo do autor)** [...] Foi, era o Robert Gradvohl e um outro que até andou querendo casar com a minha mãe e a mamãe não quis... [...] Era Robert e ele... [...] Mas do seu Robert eu me lembro muito bem! [...] Aí o vovô entrou com o dinheiro emprestado pelos Gradvohl e foi para adiante! O vovô era (exímio) comerciante!<sup>136</sup>

Quanto à amizade que envolvia Myrtil Meyer e Robert Gradvohl, encontrou-se, nos anais da *Revista do Instituto do Ceará*, em artigo de autoria de Mota (1951), uma informação que confirma o convívio desses alsacianos:

1º de setembro de 1924 – Regozijo em Aracati, pela inauguração da rodovia, que liga aquela cidade à capital do Estado. Várias pessoas gradas<sup>137</sup> visitaram nessa oportunidade a cidade jaguaribana, entre as quais os srs. J. G. Evan, gerente do London Bank, Marcel Levi, **Robert Gradvohl (grifo do autor)**, Alfredo Ury e **Myrtil Meyer (grifo do autor)** (MOTA, 1951, p. 45)<sup>138</sup>.

Como se vê, a notícia acima fornece indícios da existência de uma amizade entre Myrtil Meyer e Robert Gradvohl, o que confirma a afirmação dos descendentes (Roger Gradvohl, descendente de Gerson Gradvohl, também menciona essa convivência) no que concerne à proximidade desses indivíduos. Sendo assim evidencia-se, tese aqui defendida, a presença de fortes laços de camaradagem oriundos de um *background* (origem) em comum, entre esses franco-judeus.

<sup>135</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

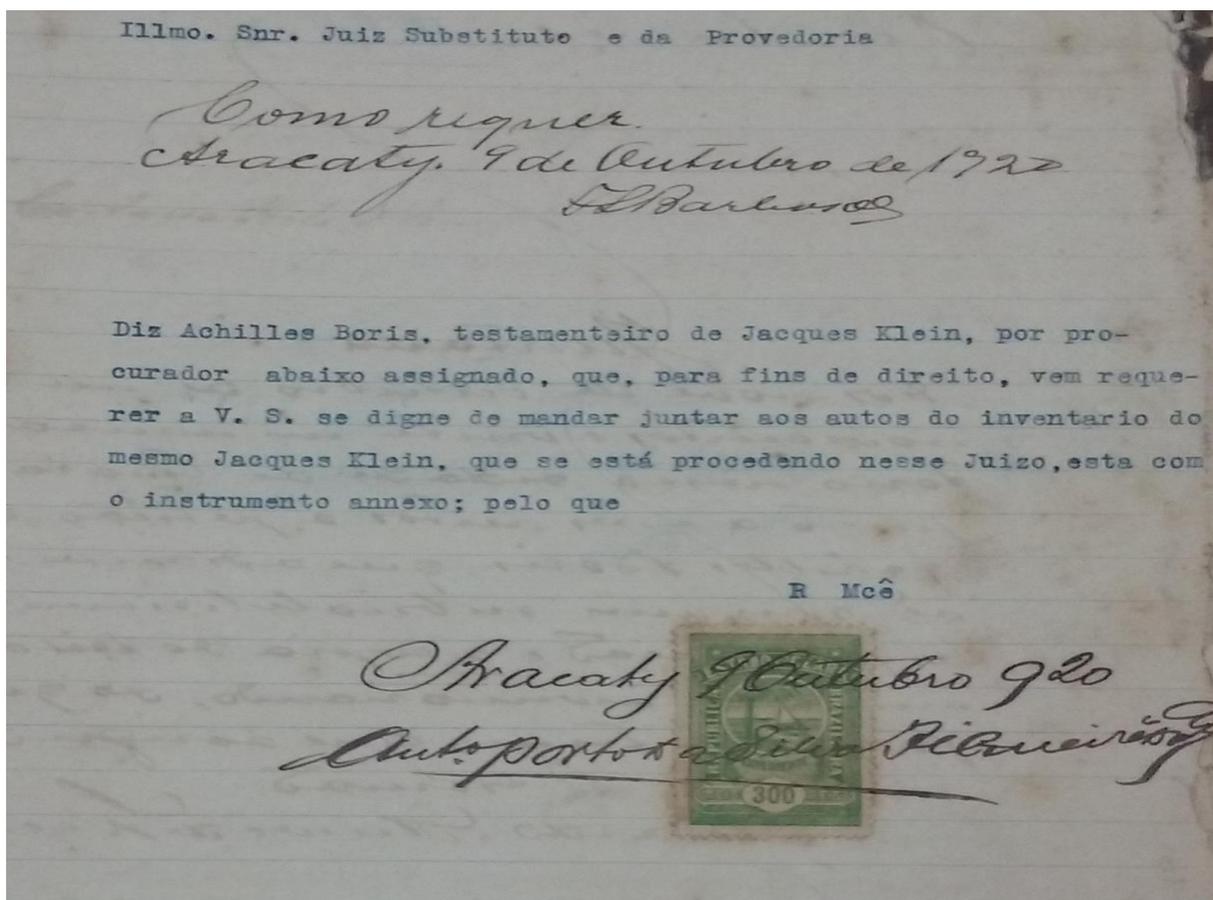
<sup>136</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [mai. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

<sup>137</sup> Importantes, ilustres.

<sup>138</sup> Ver MOTA, Leonardo. Datas e Factos para a História do Ceará (continuação da obra de igual título, do Barão de Studart). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1951, p. 45.

Outra fonte levantada, ao longo da corrente pesquisa, também corrobora a concretude desses vínculos existentes dentro da pequena colônia de alsacianos radicada no Ceará daquele contexto: ao se analisar o testamento de Jacques Klein<sup>139</sup>, constata-se que o testamenteiro do mesmo era membro da família Boris. A imagem abaixo traz em destaque uma página do referido documento:

**Figura 37 – Imagem de parte da folha de n. 05, do testamento de Jacques Klein. Vê-se o nome de Achilles Boris, designado como testamenteiro do *de cuius* (o morto).**



Fonte: Inventário de Jacques Klein, 1920, cx. 41/Proc. 02, fl. 48/Cartório de Aracati/APEC.

Como se pode verificar, o testamenteiro de Jacques Klein, isto é, aquele encarregado de acompanhar e fazer cumprir os desígnios do morto; era Achilles Boris, membro da também família judia dos Boris. Através desse documento, percebem-se, mais uma vez, pistas que confirmam a hipótese de que havia, de fato, uma rede informal de apoios mútuos bem

<sup>139</sup> Inventário de Jacques Klein, 1920, cx. 41/Proc. 02, fl. 48/Cartório de Aracati/APEC.

consolidada entre esses emigrados. A função de testamenteiro é de extrema confiança, geralmente delegada àqueles sobre os quais a família do falecido deposita fortes vínculos relacionais, sejam de parentesco ou de amizade.

Diante dessa fonte, vê-se que a colônia franco-judaica estabelecida em terras cearenses abrangia não só os residentes em Aracati, mas também os Boris e Gradvohl, assentados na capital, Fortaleza. Essa *ishuv* (comunidade) informal provavelmente conteria, do mesmo modo, judeus alsacianos moradores de outras plagas, como os Jacob de Parnaíba, mencionados por do Rego (2010), e os Weill, residentes em Sobral, segundo Almeida (2016).

Esses laços de camaradagem entre patrícios (emigrantes de mesma origem) também foram evidenciados através da análise do livro-caixa da firma *Costa Lima e Myrtil* (anos de 1915 a 1918) onde se constata a presença frequente de transações comerciais entre a firma de Myrtil Meyer e a *J. Klein e Figueiredo*, a *G. Gradvohl e Fils.* (outra razão social constituída pelos Gradvohl) e a *Boris Frères*, que, como se sabe, eram conduzidas por judeus da Alsácia-Lorena:

**Figura 38 – Trecho do livro-caixa da firma *Costa Lima e Myrtil*, Aracati, abril de 1915, p. 25.**

23 Ordem a fôr. d. Analia Costa, rec. Euclise.	30.000	
Idem a F. Carvalho Gra. C, rec. M. J. Joviana	500.000	
28 Idem a S. Ray da Fieira, nascimento	190.000	42453880
50 a G. Gradvohl & Fils.		
20 Endosso 6571, de Gurgel of	1072700	
Idem 6572, Myrtil Meyer	3469250	5341950
72 a Raul Senra		
74 Ordem a favor J. Freire		100.000
14 a Algodão, Conta de		
28 10 Lacos 1371, 52, vend. a M. L. Barbo, C		1142950

Fonte: acervo particular de Lucile Mathilde Meyer Ferreira da Nóbrega.

O trecho destacado acima revela negócio realizado entre a *G. Gradvohl e Fils.*, constituída por Gerson Gradvohl e seus filhos, e a firma de Myrtil Meyer e de Alexanzito e Pompeu Costa Lima, a *Costa Lima e Myrtil*. Isso atesta que as relações privadas estabelecidas por esses indivíduos também se estendem à esfera do trabalho. Ao longo das mais de mil

páginas do referido livro-caixa, encontram-se os registros de inúmeras transações feitas entre as firmas desses franco-judeus.

Contudo, não se pode deixar de mencionar que esses emigrados também construíram fortes vínculos com os *goim* (não-judeus). As uniões com as moças Porto e a sociedade comercial com membros das famílias Figueiredo e Costa Lima garantiram o acesso desses forasteiros à bonança material. Estabelecidos esses elos, passaram a conviver com a fina-flor da sociedade aracatiense, o que é demonstrado através de várias fontes, inclusive as imagéticas. O instantâneo abaixo traz Henri Klein socializando-se com o cel. João Fernandes e o major Bruno Figueiredo, numa mesa ao ar livre, em Aracati:

**Figura 39 – Henri Klein (o segundo sentado, à esquerda) socializando-se com o major Bruno Figueiredo (primeiro sentado à direita) e coronel João Fernandes (segundo sentado à direita), Aracati, anos de 1920.**



Fonte: acervo de Netinho Ponciano.

Ao se observar a fotografia, não se pode determinar se a reunião marcava a comemoração de algum evento público ou privado, ou se consistia apenas num conluio informal entre amigos. Notem-se as garrafas de cerveja sobre a mesa, possivelmente importadas, e as elegantes vestimentas dos cavalheiros que compõem a cena, observados por populares curiosos. Várias “leituras” podem ser feitas a partir da análise dessa imagem: a primeira que salta aos olhos é a clara distinção entre as classes sociais dos indivíduos

retratados. Os que sentam à mesa estão entre os notáveis locais, enquanto que alguns dos que estão em pé pertencem à “arraia miúda”, termo da época que se referia àqueles que engrossavam as fileiras dos remediados (classes médias baixas) e pobres. Outro traço de diferenciação percebido se refere ao consumo da bebida: apenas os que estão sentados têm acesso a ela. Isso se dava, possivelmente, pelo elevado preço, na ocasião, dessa mercadoria. Sobre as mensagens contidas nas fontes imagéticas, é Chartier (1993, p. 407) quem declara: “[...] a imagem é, para o historiador, ao mesmo tempo, transmissora de mensagens enunciadas claramente, que visam seduzir e convencer, e tradutora, a despeito de si mesma, de convenções partilhadas que permitem que ela seja compreendida, recebida, decifrável”.

Desse modo, percebe-se que as imagens são, como qualquer tipo de fonte histórica, documentos portadores de uma tensão entre o que se evidencia e o que se representa. A fotografia anterior, destinada meramente a perpetuar um momento entre amigos, é uma representação construída por esses atores sociais, representação essa que possibilita a elaboração de um processo de interpretação que contém inúmeras variáveis. O fato de Henri Klein estar no grupo da mesa diz muito sobre o “lugar social” ocupado por esse emigrante judeu.

Outro indício da inserção e livre trânsito desses alsacianos entre as elites locais foi obtido por nota social retirada do periódico *O Sol* (Aracati, 29/05/1910, p. 02), nota essa que fazia alusão ao aniversário de Alberto Jacques Klein, filho do emigrante Jacques Klein:

#### ALBERTO KLEIN

Segunda-feira, 23, á (sic) confortável vivenda do illustre (sic) cavalheiro sr. Jacques Klein, se reuniram innumeras (sic) pessoas do nosso recól (sic) social, que pela passagem do anniversario (sic) natalício de seu querido filho, o nosso companheiro Alberto Klein, foram apresentar-lhe os seus cumprimentos. Foi uma festa simples, mas mui significativa, prova do alto gráo (sic) de sympathia (sic) que na sociedade aracatyense, gosa (sic) o nosso digno companheiro. Compareceram a essa manifestação o *Recreio Dramático*, de que o anniversariante (sic) é presidente, com a “*Philarmónica (sic) Zaranza*”, a sociedade musical “*Philarmónica (sic) Figueiredo*”, o “*Centro Propagandista de Instrução (sic)*”, na pessoa do seu presidente Bruno Porto, muitas familias (sic), cavalheiros e um representante desta folha. Foi servido profuso copo dagua (sic), ouviu-se boa música e em seguida improvisaram as danças, que animadamente se prolongaram até a madrugada. Monsieur Jacques Klein, sua exma. Consorte, bem como o anniversariante (sic), foram pródigos (sic) em gentilesas (sic), que a todos captivaram (sic). Dentre as exmas. familias (sic) e cavalheiros presentes, podemos registrar os nomes das exmas. sras. d.d. Rosinha Pinheiro, Isaura Figueiredo, Júlia Cordeiro, Izabel Souto e Sinhá Tinôco; senhoritas – Camillinha Figueiredo, Marianna Cordeiro, Augusta Pinheiro, Jullieta Caminha, Bellinha Souto, Alice Pinheiro, Esther Pinheiro, Maria Souto, Olívia Caminha e Judith Souto; e srs. – além dos pertencentes ás (sic) associações mencionadas – Coronel Antônio de Castro, majores Félix Wanderley, Evaldo A. Ferreira, Benjamin Fiúza, acadêmico (sic) Beni Carvalho, farmacêutico (sic) Álvaro Tavares, Francisco Gurgel Sobrinho, Fructuoso Souto, Drs. Carlos

Cordeiro e José Leite Barbosa. Renovamos ao nosso querido companheiro os nossos affectuosos (sic) saudaes (Jornal *O Sol*, Aracati, 29/05/1910, anno II, num. 77, p. 02).

Como se pode constatar, a presença de membros de eminentes famílias locais - como os Caminha, Figueiredo, Leite Barbosa, Pinheiro, Porto e Souto, na festa de aniversário de Alberto Klein, atesta a bem-sucedida inserção dessas famílias fundadas por emigrados nas mais altas camadas sociais aracatienses. Dessa forma, diante do que aqui foi demonstrado, percebe-se a tessitura das alianças construídas pelos alsacianos entre seus pares e entre os *goim* brasileiros.

No próximo tópico, empreende-se uma análise das redes comerciais e de negócios sedimentadas pela colônia franco-judaica estabelecida no Ceará. Tais conexões uniram praças locais, nacionais e estrangeiras, num intrincado jogo relacional de interdependências.

#### 4.3 O COMÉRCIO COMO SINA

A narrativa até aqui construída enumerou as modificações e desdobramentos ocorridos a partir da consolidação do que se convencionou chamar de “capitalismo”. Esse termo pode ser compreendido através de múltiplas definições. Uma delas é a de Weber (2000, p. 64), onde o autor o define como: “[...] um sistema econômico presente onde quer que a provisão industrial para as necessidades de um grupo humano seja executada pelo método de empresa e onde haja o espírito capitalista [...] usado para descrever aquela atitude que busca o lucro racional”. Outra definição pode ser obtida a partir das ideias de Hamilton (1929, p. 339), onde o mesmo caracteriza o capitalismo como: “[...] o sistema onde a riqueza outra que não a terra é usada para o fito definido de conseguir uma renda”. Por último, pode-se citar Marx (2013), que afirmava ser a característica principal do capitalismo a constituição de um determinado tipo de produção<sup>140</sup>, e não o “espírito de empresa” ou o uso da moeda para financiar uma série de trocas para fins de ganho. Além disso, para ele o capitalismo não era apenas um sistema de produção de mercadorias, mas também um fenômeno histórico-econômico que havia transformado a força de trabalho em mercadoria.

---

<sup>140</sup> O modo de produção capitalista é caracterizado pelas relações assalariadas de trabalho, onde a cadeia produtiva é propriedade privada da burguesia. O artesão, que antes dominava as etapas da manufatura, agora vende sua força de trabalho para a nova lógica fabril.

A partir disso, sabe-se também que o capitalismo floresceu e se expandiu embalado pelo Estado-Nação (aqui já explicado), pela “cultura do consumo” (idem) e pela revolução tecnológica do século XIX. Os agentes facilitadores, dentre outros, do espraiamento do capitalismo, foram os membros das elites burguesas daquele contexto, ávidos por lucro e convictos das benesses do “progresso” trazido pelas indústrias e pelo comércio. No bojo dessas mudanças ocorreu o que a historiografia chama de “época das grandes migrações”, termo usado para denominar os espantosos deslocamentos de pessoas ocorridos nesse período (1870-1930). Dentro dessas massas de emigrantes estavam muitos indivíduos judeus. Alguns deles, oriundos da Europa, estabeleceram-se no Ceará. Tornaram-se, como já ilustrado, agentes fomentadores da consolidação das redes de interdependência criadas pelo capitalismo. Isso se deu através das casas comerciais fundadas por esses forasteiros, bem como também pelos contatos e facilidades advindos de sua nacionalidade francesa, posto que a França era, naquela ocasião, uma das locomotivas do processo acelerado de industrialização europeu. O quadro abaixo exemplifica a cadeia formada a partir desses fatores:

#### Quadro 4 – As interdependências da Civilização Capitalista



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de conceitos e dinâmicas demonstrados nesse trabalho, bem como das orientações do Professor Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas.

Contemplando o quadro anterior, percebe-se que esse “processo civilizador capitalista” alterou as formas de trabalho, convívio social, mobilidade, renda e consumo, presentes no recorte temporal aqui analisado. Trouxe também, como aqui já mencionado, um protagonismo das cidades, que se uniram fortemente numa teia hierárquica de ligações consolidadas no esteio do comércio internacional, que então se dinamizava.

Segundo Freitas (2016), tal arranjo da economia-mundo demonstrava sua diversidade, força e complexidade, naquele contexto. Menciona ainda que o ponto de partida temporal dessas mudanças se deu por volta de 1825, quando a vida material desse processo civilizador expandiu-se pelo mundo, unindo o ferro à energia das máquinas a vapor. Essa reviravolta tecnológica faria surgir as locomotivas e os caminhos de ferro, novidades que otimizaram e aceleraram o transporte de cargas e pessoas. Os trilhos de ferro surgiram no Ceará em 1873, por meio da *Companhia Ferro-Carril*, de acordo com Studart (2001). O projeto inicial consistia em construir uma via férrea de Fortaleza até a cidade de Baturité, atravessando; no caminho, Maranguape.

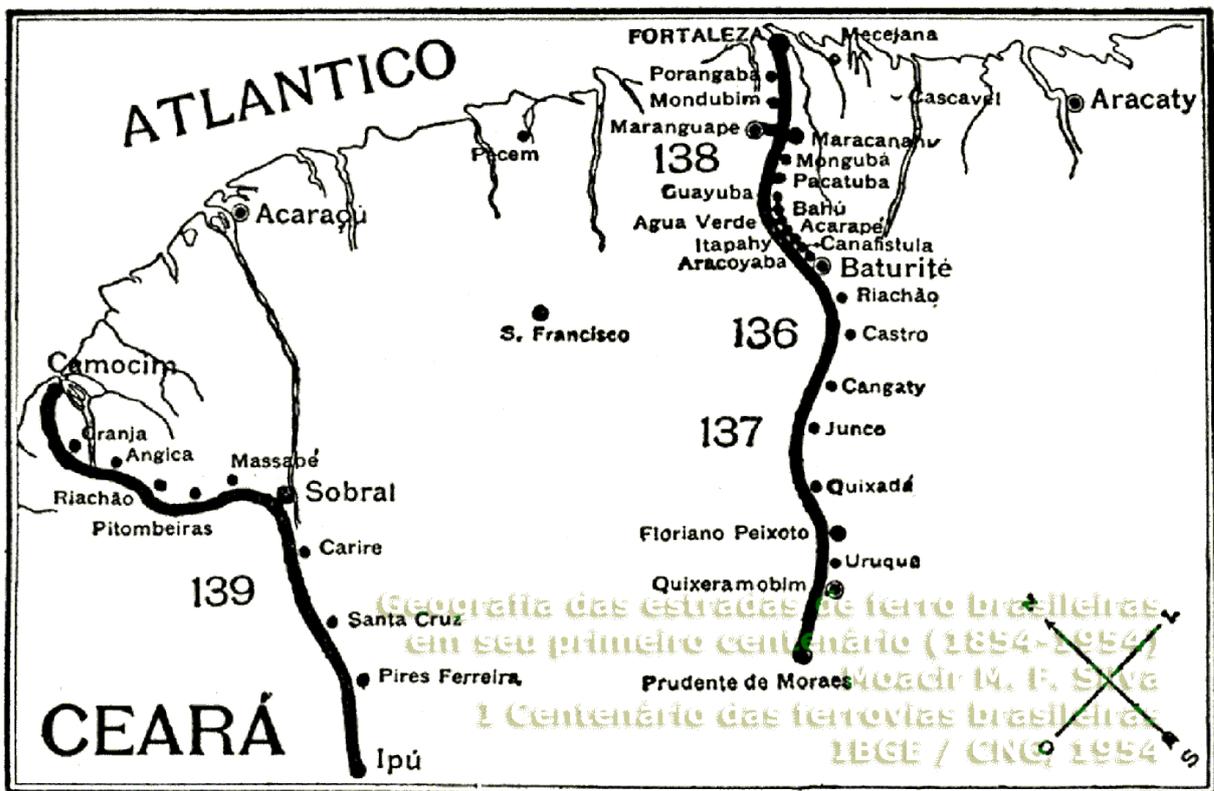
Logo em seguida, em 1881, surgia a Estrada de Ferro de Sobral, destinada, segundo Santos (2009), a escoar a produção algodoeira e de outros gêneros agrícolas, desde os sertões do Vale do Acaraú até o Porto de Camocim. Desse modo, tanto a Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité, quanto a Sobral-Camocim, tinham como finalidade facilitar a circulação de mercadorias da terra, no caso, respectivamente, o café e o algodão. Essa relação entre estradas de ferro e zonas agrícolas ganhou respaldo, como ilustra Reis (2015), a partir da publicação do livro *Garantia de Juros: estudos para a sua aplicação (sic) às empresas (sic) de utilidade publica (sic) no Brazil (sic)*, de André Pinto Rebouças, em janeiro de 1874. Esse engenheiro havia elaborado um plano de viação para o Brasil Imperial. Nele, defendia a tese de que cada ferrovia deveria estar ligada a um porto. Sua argumentação estimulava a utilização da Lei n. 2.450, aprovada em 24 de setembro de 1873. Tal lei, em seu parágrafo 3º, estipulava que:

O governo só poderá conceder subvenção ou garantia de juros às estradas, que servirem de principal comunicação (sic) entre os centros productores (sic) e os de exportação, e não concederá estes favores a mais de uma estrada em cada Província, enquanto essa estrada não produzir uma renda líquida (sic), que dispense os ditos favores (Lei n. 2.450, de 25/09/1873, parágrafo 3º).

Diante disso verifica-se, ainda segundo Reis (2015), que esse ideário foi incorporado fortemente pelas administrações das províncias brasileiras, dentre elas a do Ceará: nos

documentos oficiais da época<sup>141</sup> é possível constatar o empenho dos governantes e engenheiros em provar que o território cearense abrigava excelentes centros agrícolas, sobretudo nas regiões de Baturité e Cariri. Dessa forma, a construção das já mencionadas ferrovias veio a corroborar o discurso e os planos das elites de então. A imagem abaixo traz trecho de mapa do Ceará de 1898, onde se destacam esses caminhos férreos:

**Figura 40 – Mapa do IBGE que destaca as Estradas de Ferro de Baturité e Sobral, bem como os portos de Camocim, Fortaleza e Aracati, em 1898 (no alto à direita).**



As estradas de ferro de Baturité e de Sobral em 1898.

Fonte: SILVA, Moacir F. *Geografia das estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1854-1954)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

Essas ferrovias foram pensadas como vetores de ligação entre os interiores e o litoral, tendo como destino final os Portos de Camocim e Fortaleza. A cidade de Aracati e seu porto, apesar de não conectados a nenhuma malha ferroviária, também possuíam, desde os tempos coloniais, ligações com outros núcleos urbanos através dos transportes terrestre e marítimo.

<sup>141</sup> Relatório de Presidente de Província, 10 de junho de 1865, p. 24 (APEC).

Tais estradas<sup>142</sup>, segundo Jucá Neto (2012), interligavam o Ceará desde o século XVIII. Ainda de acordo com esse último, por elas transitavam imensos e pesados carros de boi, com capacidade para levar toneladas de mercadorias. Durante o período aqui abarcado, levavam o algodão produzido na Região Jaguaribana até o Porto de Aracati. Assim que descarregavam os fardos do “ouro branco”, abasteciam-se dos gêneros manufaturados trazidos pelos vapores nacionais e estrangeiros. Em seguida, faziam o caminho inverso, suprindo de novidades as praças de Icó, Russas, São João e Santa Rosa. A imagem a seguir mostra os mencionados carros de boi em Aracati, defronte a firma *Costa Lima e Myrttil*:

**Figura 41 – Carros de boi descarregando fardos de algodão nos depósitos da *Costa Lima e Myrttil*. Aracati, início do século XX.**



Fonte: Arquivo Nirez.

A importância dessas rotas e desse meio de transporte podem ser percebidos através do inventário de bens<sup>143</sup> da casa *Costa Lima e Myrttil*, que enumerava, dentre vários itens, a propriedade de mais de 100 semoventes, isto é, bois que realizavam a tração das carroças da mencionada firma. Além da relevância dos caminhos de ferro e das estradas, cabe também

<sup>142</sup> “[...] Por Aracati passava a estrada que vinha de Fortaleza em direção ao Rio Grande do Norte – antiga Estrada Velha - e partia uma segunda em direção ao Icó – antiga Estrada Geral do Jaguaribe -, passando pela vila de Russas, pela povoação de São João e de Santa Rosa” (JUCÁ NETO, 2012, p. 269).

<sup>143</sup> Livro-caixa da firma *Costa Lima e Myrttil* (1915-1918), Aracati, p. 101.

citar a contribuição da navegação – local e estrangeira-, para o incremento e dinamização das teias comerciais existentes no período.

Segundo Goularti Filho (2011), até 1822 a frota naval na Colônia era composta por navios da Coroa portuguesa e de comerciantes estrangeiros, que então frequentavam os diversos portos ao longo da costa brasileira. Com o início da organização administrativa do Brasil pós-independência, foram-se formando os primeiros ministérios, secretarias e órgãos responsáveis pelo controle e segurança do território brasileiro e de suas atividades econômicas. A iniciativa que possibilitou a formação de uma frota naval mercante ocorreu ainda durante o Período Regencial<sup>144</sup>, quando da publicação do Decreto n. 60, de 08 de outubro de 1833, que autorizava o Governo Imperial a contratar companhias de navegação nacionais e estrangeiras para trafegarem nos rios e baías brasileiros.

Ainda de acordo com esse último, durante a primeira metade do século XIX, o fluxo mercantil entre as cidades do litoral ainda era pequeno, mas, com o início da navegação de cabotagem nacional, essa situação começou, aos poucos, a reverter-se, expandindo os segmentos comerciais. Mais adiante, com a ampliação das atividades econômicas do Império, dentro da formação das regiões agroexportadoras brasileiras, iniciou-se um processo de estímulo à constituição de um sistema integrado de transportes pautado na navegação a vapor e nas ferrovias. Essas políticas de incentivo à produção e exportação de gêneros agrícolas locais continuaram durante a República Velha (1889-1930<sup>145</sup>), quando começou no Brasil a experiência republicana. Nesse contexto, o Rio de Janeiro consolidou-se como a principal praça comercial, seguido de perto por São Paulo, que colhia os imensos lucros do café. O Nordeste incrementava seus negócios através do algodão e do cacau, enquanto que a Amazônia crescia a partir da extração do látex.

Diante disso, percebe-se a sintonia entre políticas de governo, interesses mercantis, potencialização do fluxo de produtos e consumo. Sobre essas redes de trocas, é Freitas (2016) quem esclarece:

---

<sup>144</sup> No período que foi de 1831 até 1840, o Brasil foi governado por regentes, uma vez que D. Pedro de Alcântara (futuramente D. Pedro II) ainda era menor de idade e a constituição imperial previa que o país seria governado por um conselho de três regentes eleitos pelo legislativo, enquanto D. Pedro de Alcântara não atingisse a maioria. Para alguns historiadores, o período regencial foi uma experiência muito próxima da República, pois havia eleições para o executivo e troca de governadores após o período de mandato. Este período foi marcado por grandes embates políticos e pela luta armada em várias regiões do país. Fonte: <https://mundoedu.com.br> (acesso em 28/12/2017).

<sup>145</sup> Para Spinelli (1992), o primeiro período republicano no Brasil é comumente designado por historiadores, cientistas políticos e outros cientistas sociais como um período dominado por um Estado oligárquico, onde as elites econômicas regionais tornaram-se também as elites políticas.

Os caminhos de ferro não só modificaram a ordem da acumulação do capital, mas, acima de tudo, redefiniram o tempo, as funções e as sociabilidades das mercadorias. Significaram também que uma nova configuração capitalista estava se impondo, e com ela a mudança nos comportamentos através do consumo de novas coisas. As coisas, em grande medida, civilizavam, a partir da perspectiva capitalista, as ecologias da subjetividade, das sociabilidades e do meio-ambiente [...] os transportes estavam intrinsecamente ligados ao tempo, e o tempo tinha, cada vez mais, ligação com o capital (FREITAS, 2016, p. 54-55).

Retornando à análise do transporte marítimo da época, pode-se notar um claro crescimento do volume do fluxo de embarcações nos portos brasileiros. A tabela abaixo, que traz esse movimento em números, ilustra esses dados:

**Tabela 7 – Evolução da movimentação portuária no Brasil (1839-1901)**

<b>Anos</b>	<b>Embarques e Desembarques (1000t)</b>
1839	703 mil toneladas
1840	795 mil toneladas
1841	741 mil toneladas
1842	764 mil toneladas
1843	848 mil toneladas
1869	2586 mil toneladas
1870	2883 mil toneladas
1871	3554 mil toneladas
1872	4050 mil toneladas
1873	4294 mil toneladas
1879	4351 mil toneladas
1880	3902 mil toneladas
1881	4242 mil toneladas
1882	4869 mil toneladas
1883	4404 mil toneladas
1901	7795 mil toneladas

Fonte: IBGE.

Levando-se em consideração as informações acima, constata-se o tremendo aumento do movimento de vapores nos principais portos do país. Isso se deu também nos portos cearenses. Desse modo, as cidades portuárias de Aracati e Fortaleza viram-se repletas, como aqui já exemplificado, de inúmeras mercadorias e facilidades. A exportação de produtos como o café, o algodão e a borracha, teve a contrapartida da importação de manufaturados europeus. Esse comércio de trocas gerou imensos lucros para as economias das mencionadas cidades, inserindo-as, como demonstrado, no universo do consumo e das novas sociabilidades incorporadas a partir desses intercâmbios.

Contudo, sabe-se que o transporte marítimo da época trouxe não apenas roupas, calçados, louças e mobília: o notório Barão de Studart, segundo cônsul do Reino Unido no Ceará, menciona, em sua obra *Extrangeiros (sic) e Ceará* (1918), a presença marcante de emigrantes na região. Nesse trabalho, o autor passa a repertoriar uma série de fatores impulsionadores do progresso local, fatores esses, em sua visão, em parte ligados à atuação desses forasteiros.

Para Freitas (2016), o que o Barão de Studart denomina de “extrangeiros” são, de fato:

[...] os agentes da tradução da civilização que trabalham em mão-dupla. Não se trata apenas de agentes comerciais, porque a diversidade de ocupações, de instrução, de empreendimentos, de poder, de tempo e de laços afetivos intercambiados aponta para a complexidade de suas atuações e acontecimentos criados racional e contingencialmente, embora todos eles convictos de suas missões civilizadoras através do fomento à acumulação do capital [...] O que eles veem nos lugares por onde passam, levam para suas sedes e lá as manufaturam. Essa manufatura não só transforma as sociedades de origem, mas também, por força da alimentação e da retroalimentação do processo civilizador capitalista, modifica as paisagens, as matérias-primas, as coisas vistas pelos agentes como passíveis de trocas, de comércio. A civilização capitalista é o tempo das trocas por excelência [...] (FREITAS, 2016, p. 100).

Dentre esses estrangeiros chegados ao Ceará, estavam os israelitas expatriados pela Guerra Franco-Prussiana e pelo novo arranjo mundial proporcionado pelo capitalismo emergente. Esses indivíduos da etnia judaica, fundadores das famílias Boris, Gradwohl, Klein e Meyer cearenses, estiveram, segundo Muller (2010), associados com o comércio e com o empréstimo de dinheiro na Europa muito antes do surgimento de um capitalismo moderno reconhecível, no século XVII. Essas minorias mercantis diaspóricas<sup>146</sup> acabaram por desenvolver redes de comércio transregional, bem como habilidades e disposições culturais que conduziam ao lucro. Do mesmo modo, segundo esse autor:

[...] se não houvesse judeus na Europa, o crescimento do capitalismo ainda levaria a movimentos anticapitalistas [...] Mas, a experiência comercial pré-moderna dos judeus, junto com as conquistas proporcionadas pela alfabetização e emancipação política, os predispôs a terem um notável sucesso nas sociedades capitalistas modernas, para as quais a bem-aventurança dependia cada vez mais da perspicácia comercial e do aprendizado [...] A iniciativa de alguns Estados europeus de se modernizarem (como a Alemanha, a França e a Inglaterra) – que significava tornarem-se sociedades capitalistas industrializadas, liberais e escolarizadas, atraiu muitos judeus para possibilidades de ganho em seus territórios, bem como em suas colônias e outras partes do mundo (MULLER, 2010, p. 21-22).

Tais desdobramentos na Europa repercutiram nas Américas, destino para o qual a maioria dos judeus emigrados se conduziu. Vinham com sede de liberdade e de construir seu lugar ao sol, posto que, pela primeira vez, experimentavam a sensação de serem iguais em

<sup>146</sup> Que costumeiramente eram forçadas ao deslocamento, por diversos motivos.

cidadania aos outros, os *goim*. Dentre esses trasladados estavam os irmãos Boris: Théodore, Alphonse, Isaye e os gêmeos Achille e Adrien. Segundo Almeida (2016), eram filhos dos judeus franceses Joseph Boris e Sarah Boris, família de comerciantes da Lorena que se transferiu para Paris, após a anexação de seu rincão natal pelo Império Alemão. Lá, enveredaram pelo comércio de importação e exportação, estabelecendo uma matriz nessa cidade e uma filial em Fortaleza, no Ceará, então província do Império Brasileiro.

Estabelecidos no Nordeste do país, aproveitaram ao máximo as oportunidades e, dentre inúmeras atividades desenvolvidas, dinamizaram as exportações e importações do então incipiente mercado local. Além disso, aventuraram-se pelo ramo da representação de agências de seguros e navegação, fizeram fretamentos, instalaram fábricas, introduziram prensas de algodão na região, plantaram café na Serra de Guaramiranga, exploraram a agropecuária, distribuíram produtos químicos e representaram o Banco do Brasil, fazendo as vezes de correspondentes bancários, enumera Almeida (2016). Foram também agentes consulares locais da França, Noruega e Suécia, contribuindo, de certa maneira, nas trocas de informações com a Europa e na difusão dos modos e costumes franceses. A imagem abaixo traz o flagrante de uma cena doméstica dessa família de comerciantes judeus:

**Figura 42 – Alguns membros da família Boris, no pátio do casarão que se situava na atual Rua Boris, na Praia de Iracema, em Fortaleza. Não foi possível identificar pessoas nem datas, mas, pelas vestimentas, presume-se ter sido tirada em meados dos anos de 1880.**



Analisando-se a correspondência da casa comercial *Boris Frères*<sup>147</sup>, verifica-se que a atuação desse estabelecimento abrangia, especialmente, as cidades de Fortaleza, Aracati, Sobral, Icó, Camocim e Itapipoca. Além dessas praças, também estendeu seus negócios para outras províncias do Nordeste, como Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. Do Norte, há registros de trocas com o Pará. Do Sudeste, com o Rio de Janeiro.

Sabe-se que essa família, como aqui já exemplificado, estabeleceu fortes vínculos pessoais e comerciais com outros franco-judeus estabelecidos no Ceará e Piauí. Na mesma correspondência comercial citada, encontram-se enumeradas várias transações comerciais entre a *Boris Frères* e a *J. Klein e Figueiredo* (Aracati), a *Gradwohl Frères* (Aracati/Fortaleza) e a *Casa Marc Jacob* (Parnaíba). Por vezes essas firmas atuavam como competidoras entre si, mas também eram, outras vezes, parceiras de negócios, dividindo seus lucros.

A principal concorrente da *Boris Frères* era a *Gradwohl Frères*, pois ambas tinham um volume de negócios aproximado, além de terem se organizado de forma semelhante, possuindo uma matriz francesa e uma filial cearense. As conexões com a França eram notórias e é célebre a intermediação dos Boris com banqueiros judeus parisienses na viabilização de um empréstimo para o governo de Nogueira Acióli<sup>148</sup>, em 1910. É Sousa (1963) quem narra esse episódio:

Ao reassumir o Govêrno (sic) do Estado em 1904, cogitou o comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli de dotar a capital cearense de serviços de saneamento, há muito reclamados pelo seu progresso. Não podendo, todavia, realizá-los com os recursos normais de origem orçamentária, tratou aquêle (sic) presidente de obter um

<sup>147</sup> Correspondência da *Casa Comercial Boris Frères*. Fundo: Boris Frères – correspondência recebida pela *Boris Frères* relativa a comerciantes da cidade de Aracati. Data crônica: 1872 a 1879, CCR. Arquivo Público do Estado do Ceará.

<sup>148</sup> Antônio Pinto Nogueira Acióli nasceu em Icó (CE) no dia 11 de outubro de 1840, filho do coronel José Pinto Nogueira e de Antônia Pinto Nogueira. Oriundo de uma família de grande influência na província do Ceará, ainda jovem seguiu para Pernambuco e aí se bacharelou em 1864 pela Faculdade de Direito do Recife. De volta ao Ceará foi nomeado promotor público em Icó e Saboeiro e posteriormente juiz municipal em Baturité e Fortaleza. Casou-se com Maria Teresa de Sousa, filha do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que ficou conhecido como Senador Pompeu, e com a morte do sogro em 1877 assumiu a gerência dos negócios da família. Em 1896, na sucessão de Bezerril Fontenelle, foi eleito presidente do Ceará. Em 1900 transferiu o governo ao sucessor Pedro Borges e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados e a seguir no Senado. Ainda voltou ao governo do Estado nos dois quadriênios seguintes, 1904-1908 e 1908-1912. No poder – que exerceu afinal por 16 anos –, liderou uma das oligarquias mais bem-sucedidas do país na Primeira República. Entregou os principais cargos públicos nas mãos de familiares e amigos da família e expurgou os adversários de seu Partido Conservador das principais funções públicas, afastando qualquer tipo de oposição à sua administração e ganhando com isso o epíteto de “Babaquara”, termo que designava “homem todo poderoso”. No plano federal, aliou-se ao grupo oligárquico dominante. Fonte: NOBRE, F. Silva. *1001 Cearenses Notáveis*. Rio de Janeiro: Casa do Ceará, 1996.

empréstimo para tal fim [...] Pela Lei n. 756, de 05 de agosto (sic) de 1904 [...] que autorizou a realização dos mencionados serviços, ficou o Presidente Acióli provido dos poderes (sic) necessários para dar plena execução aos seus propósitos. As negociações para a obtenção de um empréstimo na Europa foram confiadas ao comerciante Achilles Boris, chefe da importante firma *Boris Frères* de Fortaleza, a quem coube, afinal, como representante do Estado, contratar com os banqueiros parisienses *Louis Dreyfuss & Cie.* a abertura de um crédito de Frs. 15.000.000,00 (quinze milhões de francos), a juros de 5% ao ano [...] (SOUSA, 1963, p. 91).

Outras fontes levantadas, ao longo dessa pesquisa, também apontam para os fortes laços que esses emigrantes judeus mantinham com as praças de seus países de origem. Ao se examinar uma nota contida no jornal cearense *A República*, de 13 de janeiro de 1906, constata-se que esses indivíduos, muito provavelmente, realizavam viagens frequentes à Europa:

#### REGISTRO DA CIDADE

Chegou hoje da Europa, onde há (sic) longos meses se achava, o honrado **sr. Gerson Gradvohl (grifo do autor)**, digno chefe da importante casa bancária (sic) desta praça *Gradvohl Frères*. O distinto (sic) cavalheiro foi recebido no ponto de desembarque por diversos amigos, que o acompanharam até sua residência (sic) (*A República*, Fortaleza, 13/01/1906, p. 01).

Além das evidências aqui enumeradas sobre as viagens transatlânticas dos Boris e Gradvohl, verificou-se, do mesmo modo, a ocorrência dessas práticas por parte de Myrtil Meyer. É sua neta mais velha, Heloísa Meyer Alves Facó, quem declara:

Meu avô tinha uma fábrica de estopa para ensacar o algodão que exportava. Ele gostava de ver as máquinas funcionando [...] Quando ele ia à Alemanha, que é bem pertinho da Alsácia, ele comprava e trazia essas máquinas [...] A mãe dele fazia uns bolos, que eu sei fazer também e mandava, por ele ou por um Gradvohl ou Boris, quando de lá retornavam [...] Em suas viagens frequentes, trazia presentes para todos: as últimas novidades de Paris e as notícias da Europa, depois de um desembarque aventureiro, pois os portos daqui tinham instalações precárias<sup>149</sup>.

Como se percebe, os fatos elencados apontam para um costumeiro trânsito desses indivíduos entre o Brasil e o Velho Mundo. Na maioria das vezes, essas viagens tinham o propósito de fechar negócios com já conhecidos compradores e fornecedores, além da sondagem de novidades tecnológicas que pudessem facilitar e incrementar seus diversos ramos de atividade. Ainda falando sobre a trajetória de Myrtil Meyer, sabe-se que possuía muitos empreendimentos em Aracati, Fortaleza e Jaguaruana. É o memorialista Fernandes (2006) quem descreve algumas dessas atividades:

Myrtil Meyer e Alexanzito Costa Lima, em época de safra, amiúde faziam supervisão de seus armazéns de Jaguaruana, onde, ao começar a safra de algodão, o

<sup>149</sup> FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

posto de compra e a usina de descaroçamento funcionavam 24 horas [...] Só em Jaguaruana eram três armazéns: um com uma grande usina de beneficiar algodão, outro com prensa para enfardar pluma e um terceiro para estocar fardos e outras mercadorias (FERNANDES, 2006, p. 99).

Essas prensas de enfardar algodão geralmente eram adquiridas no exterior. Várias firmas de franco-judeus possuíam essas máquinas, como evidenciado através do instantâneo abaixo das dependências da *Boris Frères*:

**Figura 43 – Funcionários operando uma prensa de algodão nas dependências da *Boris Frères*. Fortaleza, início do século XX**



Fonte: <http://www.fortalezaemfotos.com.br>.

Além do beneficiamento e preparação do algodão em fardos para exportação, verificou-se que a firma *Costa Lima e Myrtil* também forneceu, durante muito tempo e através de concessão pública, energia elétrica para a cidade de Aracati, numa época em que as estatais de energia ainda não haviam sido estabelecidas pelo governo. A imagem abaixo é de uma fotografia feita da fachada da mencionada usina elétrica, em princípios do século XX:

**Figura 44 – Usina elétrica de propriedade da *Costa Lima e Myrtil*. Aracati, início do século XX.**



Fonte: Arquivo Nirez.

Como se pode constatar, esses emigrados dinamizaram enormemente as economias locais, estabelecendo elos entre várias praças regionais, nacionais e estrangeiras, através de suas pujantes casas comerciais. O memorialista Silva (2011), outrora funcionário da *Costa Lima e Myrtil*, faz uma preciosa descrição dos ambientes do grande empório jaguaribano:

O local daquele estabelecimento comercial tinha o seu escritório onde hoje é o *Banco do Nordeste*, se estendendo até onde funciona atualmente a loja *Leve Stylo*<sup>150</sup>. O ramo de atividades da aludida firma era de grande abrangência, comprava e vendia tudo, era um grande empório. O armazém era imenso, compreendendo aos fundos a Rua do Rosário [...] onde havia um portão que dava saída para os veículos da dita firma. Os demais cômodos, embora fechados, se prestavam para depósito de querosene em embalagem de flandres, com capacidade de vinte litros cada [...] também havia uma garagem para consertos de veículos motorizados [...] Do mesmo lado, estufas que depois de enchermos de chapéu de palha de carnaúba, colocávamos embaixo de um estrado com um recipiente de ferro no qual se punha carvão encandecido e uma porção de enxofre, que servia para dar uma cor mais limpa ao material ali posto, cujo processo se dava por dois dias consecutivos [...] No meio havia um pátio, na mesma extensão, a céu aberto, onde tinha um cacimbão cuja água se prestava para todo serviço que se precisasse fazer. Ao lado sul, já bem perto da padaria do senhor Zé Freire. Daquele mesmo lado e posição uma fábrica de sabão, como também um grande forno à lenha aquecia um grande recipiente de ferro em forma de uma bacia cônica, que servia para o beneficiamento da cera de carnaúba. Como se disse acima; era um grande empório, até tecidos se vendiam ali [...] A firma *Costa Lima e Myrtil* tinha à margem direita do rio Jaguaribe um paiol muito grande de madeira [...] que servia de docas, inclusive para uma pequena frota de lanchas e barcos à vela [...] Já no começo da atual Rua Coronel Alexandrino construíram um grande estabelecimento industrial: uma fábrica de descaroçamento de algodão, prensagem da pluma e fabrico de resíduos para gado, feito em pasta de mais ou menos um metro de comprimento [...] meu pai também lá trabalhava como classificador de cera de carnaúba, chapéu de palha, peles de caprinos estiradas, esteiras de palha [...] Tudo era mecânico, prensa hidráulica e demais outros pertences na mesma área (SILVA, 2001, p. 23-25).

Diante da narrativa, demonstra-se a diversidade, importância e tamanho das empresas conduzidas por Myrtil Meyer e seus sócios. Suas instalações, bem como as atividades executadas, deveriam se repetir nos prédios da *J. Klein e Figueiredo*, da *Gradwohl Frères* e da *Boris Frères*. Dessa forma, nota-se que a denominação de “agentes civilizacionais” não contém nenhum exagero, ao se referir a esses judeus franceses. Esses agentes são; para Freitas (2016):

[...] quem realiza na prática a ordenação cultural e a transformação da paisagem, dos padrões, dos símbolos da civilização capitalista. São os “agentes civilizacionais”. Esses que cruzam o mundo em busca de valores de trocas e de usos, sejam eles materiais ou espirituais. Exemplos desses agentes encontramos por todo o território e em todo momento da História do Brasil (FREITAS, 2016, p. 102-103).

<sup>150</sup> Esses estabelecimentos delimitam uma grande área no Centro da Aracati dos dias de hoje, local onde funcionou a sede da referida firma.

Também cabe destacar o grande volume de compras, por parte desses estrangeiros, dos produtos da terra, sobretudo o algodão, a carnaúba e os couros. Isso se dava porque, como aqui já exemplificado, a pauta de exportações brasileiras se baseava, principalmente, nos gêneros agrícolas. A tabela a seguir evidencia; em números, o volume da saída desses produtos, naquele contexto:

**Tabela 8 – Exportação dos principais produtos do Ceará, em porcentagem sobre o valor oficial total das exportações, entre 1865 e 1885.**

Produto/ano	1865/1870	1870/1875	1875/1880	1880/1885
Café	9,5 %	10,3 %	28,2 %	22,1 %
Algodão	72,6 %	67,1 %	33,1 %	63,3 %
Açúcar	5,3 %	4,6 %	5,6 %	7,4 %
Borracha	1,7 %	6,5 %	5,0 %	1,1 %
Couros	10,8 %	11,5 %	28,0 %	6,1 %

Fonte: GUABIRABA, M. C. de A. Ceará – a crise permanente do modelo exportador. Apud LEMENHE, M. A. Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza, Fortaleza: UFC, 1983, p. 110.

Ao exportar as matérias-primas elencadas acima, as casas comerciais desses emigrados se capitalizavam para adquirir tudo o que a indústria europeia produzia de manufaturados, produtos extremamente atrativos para o mercado brasileiro, ainda com um incipiente parque industrial e, portanto, carente desse tipo de mercadoria. Dessa maneira, abasteciam a capital, Fortaleza, além de outras praças do Ceará, com o que havia de mais atualizado em termos de vestuário, mobiliário, ferragens, instrumentos musicais, louças, talheres, etc. Para melhor ilustrar esse encadeamento de trocas, transcreve-se o anúncio da firma *Manoel Nunes de Mello e Filhos*<sup>151</sup>, situada na capital cearense e compradora de artigos importados pela *Boris Frères*<sup>152</sup>, no jornal fortalezense *Pedro II*:

#### HAUTE NOUVEAUTÉ DE PARIS

Seda branca, véos (sic) e grinaldas para noivas, leques de (ilegível), osso, madreprola (sic) e marfim, sahidás (sic) de baile, palitots (sic) de seda e de lãa (sic) para senhoras, cintos, coques, lãs de gosto, chalys e cassas organdys, cortes de seda pretos e de cores, véos (sic) pretos a hespanhola (sic), botinas para senhoras, homens e crianças, brincos de pedra de diversos gostos e um completo sortimento de fazendas e miudezas que se vende barato nos armazens (sic) de *Manoel Nunes de Mello e Filhos*, á (sic) Praça Municipal, n. 30, e Rua da Palma, n. 101 (Pedro II, 13/07/1870, p. 01).

<sup>151</sup> Ver Archivo Casa Boris (ACB). Diário n. 01: 1876-1882. Fortaleza/CE: *Boris Frères e Cia. Ltda*, 1000 p. e Almanaque do Estado do Ceará, 1896 (CD-ROM do Instituto do Ceará).

<sup>152</sup> De acordo com Amaral (1993), os tecidos vinham em primeiro lugar na pauta de importações da casa *Boris Frères*. Eram constituídos tanto por aqueles de melhor qualidade, mais finos, como por aqueles mais baratos, destinados a um consumo mais popular.

Segundo Cosenza (2014), a casa *Boris Frères*, assim como também a *Gradwohl Frères*, atuava como grande fornecedora do mercado de Fortaleza, ora vendendo diretamente aos seus clientes, ora repassando seus produtos para outros comerciantes (venda comissionada ou em consignação<sup>153</sup>). A filial brasileira, que tinha como sócios e administradores Théodore Boris, Georges Boris (filho de Théodore), Adrien Seligman (sobrinho vindo da França), Joseph Boris e Bertrand Alphonse Boris (filho de Achille), se dedicava, como já ilustrado, ao comércio internacional em grande escala, também atuando como representante comercial de diversos bancos, além de agente comissária de várias companhias de seguro.

A atuação como correspondentes bancários pôde ser detectada também nas atividades da *J. Klein e Figueiredo*, em Aracati. Isso se dava pelo fato da rede bancária brasileira, à época, possuir pouquíssimas agências nos municípios. Abaixo imagem do almanaque comercial *Terra Cearense*<sup>154</sup>, de 1925, com destaque para “reclame” da referida casa aracatiense:

**Figura 45 – Anúncio da *J. Klein e Figueiredo*.**



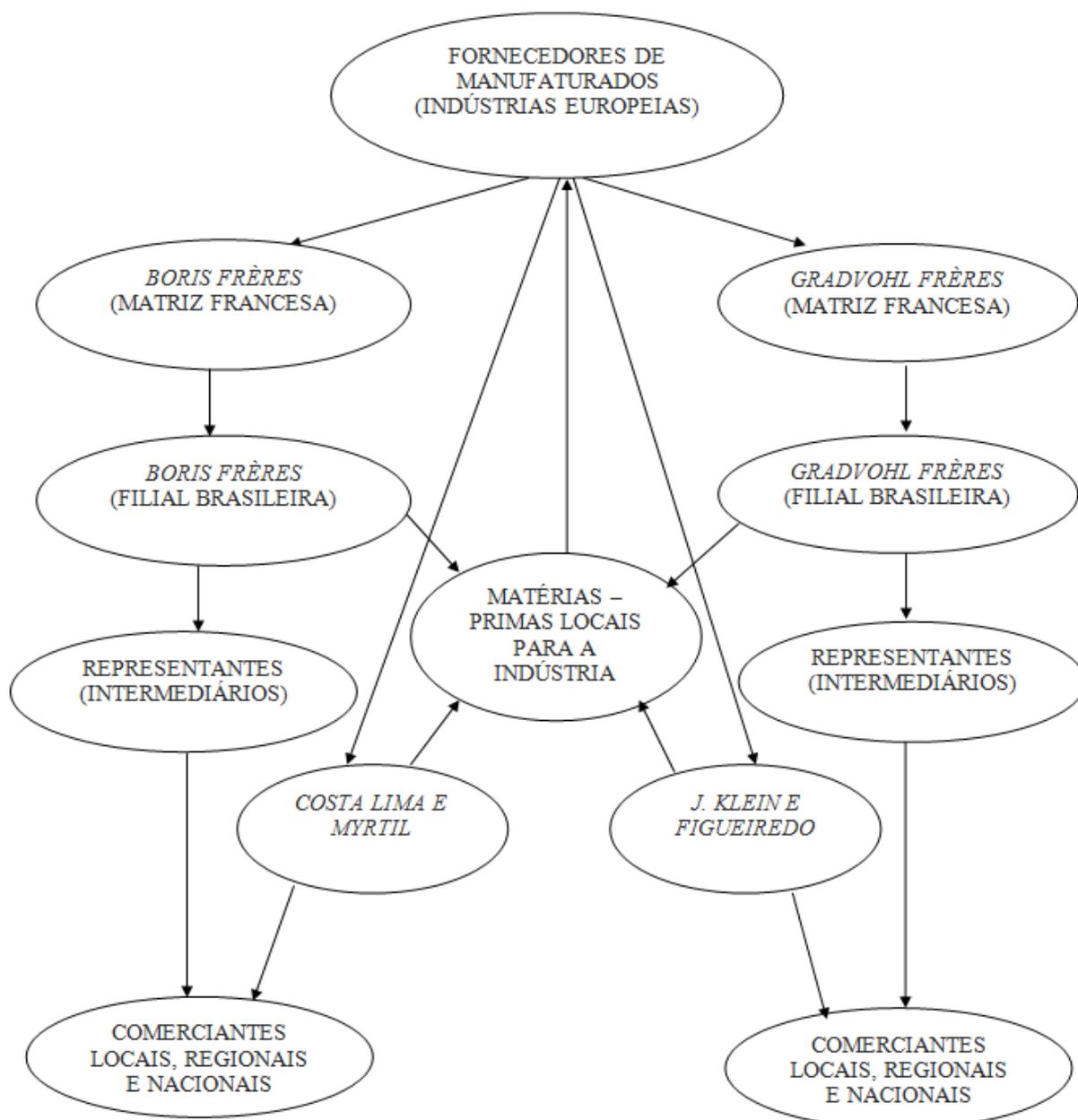
Fonte: almanaque comercial *Terra Cearense*, 1925, p. 166.

<sup>153</sup> Segundo Takeya (1995, p. 141), esse comércio era realizado através de “[...] um dos sistemas vigentes, que era o de consignação ou comissão, pelo qual aquele que atuava como intermediário recebia uma porcentagem sobre o lucro auferido na compra ou venda de mercadorias”.

<sup>154</sup> Almanaque Comercial *Terra Cearense*. Fortaleza: publicação do Governo do Estado, 1925 (disponível no site: [www.ceara.pro.br/raridades/terra\\_cearense\\_1925.html](http://www.ceara.pro.br/raridades/terra_cearense_1925.html)).

Como se pode observar, a *J. Klein e Figueiredo* exercia as funções de firma importadora e exportadora, casa bancária, agente de companhias de navegação e de seguros, além de representantes de outras empresas. Diante do que até agora foi exposto, percebe-se a complexidade das atividades dessas firmas de franco-judeus. O quadro abaixo exemplifica e resume a dinâmica das redes constituídas por essas casas comerciais:

**Quadro 5 – As cadeias comerciais estabelecidas pelas firmas franco-judaicas**



Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir de dados levantados pela pesquisa e que demonstram o fluxo e as teias comerciais construídas pelas firmas pertencentes aos judeus franceses que são objeto desse trabalho.

Analisando-se o quadro anterior, vê-se que as firmas *Boris Frères* e *Gradvohl Frères* organizavam-se no formato matriz-filial, então comum entre as práticas comerciais francesas. Devido ao seu tamanho e volume de negócios, atuavam, com bastante frequência, através da intermediação de um corpo de representantes, constituído por homens de vendas que percorriam as praças abastecidas por esses estabelecimentos, na tentativa de fechar negócios, obtendo para isso uma remuneração comissionada (caso de Samuel Weill, agente comercial dos Gradvohl, mencionado no tópico 2.2).

Isso não significa que não ocorressem vendas diretas, sem intermediários, entre essas firmas e alguns clientes. Isso se dava, geralmente, nos negócios fechados entre essas casas franco-judaicas e os estabelecimentos de maior porte, que, portanto, mereciam uma atenção mais individualizada. Em relação às firmas *Costa Lima e Myrtil* e *J. Klein e Figueiredo*, sabe-se que também adquiriam mercadorias no exterior de forma direta, sem a intermediação de terceiros. A diferença entre as firmas aracatienses e as firmas fortalezenses era que as primeiras possuíam um sistema de entregas próprio, viabilizado por sua frota de carros de boi e por suas pequenas embarcações que percorriam o Jaguaribe.

Porém, todas essas casas comerciais faziam uso do transporte de vapores, tanto para exportar ou importar produtos, quanto para entregar encomendas destinadas a praças mais distantes, como o Maranhão e o Pará. Diante desses dados, nota-se o tamanho, o dinamismo e a importância que as atividades comerciais dos emigrantes judeus desempenharam dentro da economia cearense das últimas décadas do século XIX e princípio do século XX.

Tal destaque foi reconhecido até mesmo por Gustavo Barroso<sup>155</sup>, célebre escritor cearense e notório antissemita. Em sua obra *Liceu do Ceará*, de 1940, há um capítulo inteiro, cujo título é “O judeu maltês”, onde o autor destila sua aversão aos judeus. Alguns dos indivíduos aqui estudados são mencionados, com a curiosidade de uma breve referência a uma moça judia, filha de rico comerciante da época:

---

<sup>155</sup> De acordo com Lima (2013), Gustavo Adolfo Dodt Luiz Guilherme da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza, Ceará, no dia 29 de dezembro de 1888, filho de Antônio Filino Barroso e Ana Dodt Barroso, que era alemã. Já em 1908, torna-se redator do *Jornal do Ceará*, e três anos mais tarde se muda para o Rio de Janeiro, para completar seu bacharelado em Direito. Em 1912, torna-se redator no *Jornal do Comércio*, e em 1914, de volta ao Ceará, torna-se Secretário do Estado do Interior e da Justiça, elegendo-se deputado federal em 1915. Em 1922, como o apoio do presidente Epiácio Pessoa, fundou o Museu Histórico Nacional (MHN), do qual foi diretor até morrer. Após trabalhar como Secretário da Embaixada Brasileira na Conferência de Versallhes junto à delegação de Epiácio Pessoa, após a Primeira Guerra Mundial, ingressou na Academia Brasileira de Letras. Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira, vindo a se tornar seu chefe de milícias. Essa organização tinha um forte cunho nacionalista, totalitarista e antissemita.

1900

Nêste (sic) ano casou minha prima Isa, que de todas as minhas primas era e é a minha melhor amiga [...] A festa ficou bem gravada na minha memória (sic), porque pela primeira vez bebi cerveja [...] Esta, a mais viva lembrança que conservo do casamento. Acompanha-a outra, um tanto mais apagada: a de vaporosa figura feminina, que me deixou impressionadíssimo com seu decote, seus véus côr (sic) de rosa e suas joias (sic) cintilantes, a Naomi, filha do judeu maltês J. Clément Levy, exportador de gêneros (sic) do país, em cuja casa comercial o noivo era empregado. Naquele tempo, naturalmente ainda não podia saber o que era em verdade um judeu [...] Ignorava completamente [...] seu papel [...] de perigosos parasitas secretamente organizados de fermentos ruinosos para a saúde material e moral dos povos. Conheci um bando deles em Fortaleza. Os mais antigos haviam vindo em meados do século XIX [...] Lembro-me bem do Jacques Weill, relojoeiro num sobradinho da Rua Major Facundo [...] **Conheci também dois dos Gradwohl, Jacques e Gerson**, baixotes e gorduchos, que visitavam minha família [...] **além dos irmãos Boris**, que negociavam à esquina do meu quarteirão e mais tarde se mudaram para a Praia [...] Recordo-me ainda de outros judeus [...] **O barrigudíssimo Jacques Klein**, ligando-se a antiga e tradicional família do Aracati [...] O magrelo Afonso Levy – tipo judeu-aranha [...] Os Reischoffer, que falavam como araras e andavam de pés espalhados [...] (BARROSO, 1940, p. 49-50).

Como se nota, o sentimento antissemita transborda da narrativa do escritor, repleta de adjetivos e descrições jocosos e depreciativos. Mesmo assim, esses indivíduos mereceram menção nas páginas do controverso autor. Isso sinaliza para a sua relevância, seja por conta das atividades às quais se dedicavam e que levaram a um considerável crescimento material, seja causado pelo imaginário e anedotário da época, deslumbrado e curioso por se deparar com aquelas gentes de modos e costumes tão distintos, de fala estranha e de pele branca e rosada.

Esses forasteiros aqui estabelecidos trouxeram seu pragmatismo comercial, seu pouco pudor em lidar, ganhar e falar de dinheiro, acostumados que foram, desde tempos ancestrais, a fazer uso da bonança financeira como forma de escudo contra as maldades cristãs. Esse progresso veio através da usura e do comércio, numa sina que foi desenhada pelas leis dos *goim* europeus, há muitos e muitos séculos. Isso veio a calhar: as moedas de ouro e as pedras preciosas eram fáceis de carregar e tinham liquidez, no caso de uma mudança forçada (muitas vezes frequente) para o gueto da próxima morada.

Mas veio a “modernidade” e com ela uma maior liberdade. O novo *status* adquirido os levava, pela primeira vez, a serem como qualquer um. Resolveram correr o mundo, acostumados que eram às fugas e situações de improviso. Embarcaram nos navios de ferro e vapor, singrando o espelho escuro do Atlântico, cheios de coragem, ambição e esperança. Chegados ao Ceará, apaixonaram-se pelo calor dos dias, pelo balançar das redes, pelo cheiro das moças da terra. Construíram negócios e pontes feitos de trabalho, sonhos, amores, filhos e

águas. Nas fotografias que os retratam, olhos perspicazes brilham; desafiadores e otimistas. É quase como se falassem, enérgicos e convidativos: “*Shalom, shalom*<sup>156</sup>!”

---

<sup>156</sup> Saudação hebraica. Pode significar um “olá”, “até logo” ou “a paz esteja com você”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se examinar a bibliografia existente sobre a história dos judeus em terras brasileiras, nota-se um grande volume de estudos concentrados no Período Colonial, especialmente durante a Ocupação Holandesa e as Visitas Inquisitoriais.

Felizmente, nos últimos anos, tem-se detectado um aumento dos estudos que abordam esse tema em outros períodos históricos e em localidades que fogem do recorrente eixo Bahia-Pernambuco-Rio de Janeiro. Porém, não se pode esquecer que, muitas vezes, tal se deu pela facilidade da existência dos (parcos) arquivos desses Estados que possuem material para a pesquisa da etnia judaica e de seus movimentos pelo país.

Além disso, não se deve deixar de levar em consideração as peculiaridades das pesquisas que envolvem os judeus e que dizem respeito às dificuldades em achar e coletar materiais que possam servir como fonte para o desenvolvimento dessa temática: muitas famílias descartam documentos, desconhecendo a importância desse material para a posteridade. Apesar de tudo isso, tem-se registrado a ocorrência de alguns trabalhos de relevância fora do mencionado eixo.

Porém, para se falar das diásporas judaicas mundo afora, deve-se tocar, especialmente nos recortes temporais que abrangem a Era Contemporânea, a recente História da Europa. Não é possível falar de movimentos migracionais do século XIX sem explicar as razões que os desencadearam. Do mesmo modo, também não é possível falar do Velho Mundo desse contexto sem contemplar a ascensão vertiginosa e poderosa do capitalismo industrial e das novidades tecnológicas.

Esse admirável mundo moderno e veloz, que então se desenhou, ergueu suas bases a partir de uma nova sociedade de classes, inserida em novas formas de produção, trabalho, consumo e convívio social. Esse novo *modus operandi* relacional trazia a lógica do liberalismo econômico e dos Estados aburguesados e laicizados, ávidos por unir dinheiro, política e progresso. Os judeus que viveram a modernidade libertaram-se do peso do Antigo Regime, sendo então cidadãos inteiros e plenos, sobretudo em países como a França e a Inglaterra. Não à toa esse período testemunhou o que muitos autores chamam de as “grandes migrações”. Dessa forma, essa nova condição deu-lhes asas para alçarem inéditos e longos voos, que também não só foram estimulados por sua emancipação, mas também pela

economia mundial que se transformava de modo atordoante e pelos imperialismos geopolíticos europeus.

Sendo assim, tomaram seus lugares nos vapores que os conduziram às Américas. Já instalados, verificou-se que o comércio foi, no Brasil e em outras plagas, a atividade para a qual esses indivíduos se direcionaram, em sua maioria. Isso não ocorreu de forma desvinculada dos percursos vividos por essas gentes em sua vida pré-migratória: tal atividade sempre foi uma tradição ancestral.

Para falar das trajetórias desses emigrados, optou-se por narrar, nesse trabalho, as aventuras migratórias e escolhas de vida de um pequeno grupo de judeus franceses que se estabeleceu no Ceará. Tal pesquisa só foi possível através da garimpagem de diversas fontes, que abrangeram entrevistas, notícias de jornal, fotografias, anúncios propagandísticos, dados estatísticos, arquivos oficiais, almanaques comerciais e bibliografia correlata.

Unindo-se todos esses dados, elaborou-se uma narrativa que tentou elucidar os motivos pelos quais esses indivíduos radicaram-se em Aracati e outras cidades cearenses, além de se tentar demonstrar as peculiaridades da inserção desses sujeitos em uma cultura tão distinta da judaico-europeia.

Por fim, constatou-se que as amizades com conterrâneos e locais, bem como os casamentos com moças bem-nascidas, proporcionaram uma escalada social que viabilizou a fundação de negócios extremamente lucrativos. Esses empreendimentos trouxeram um maior dinamismo à economia local, conectando praças e alimentando de novidades estrangeiras a outrora acanhada província.

Foram, em grande medida, impetuosos protagonistas do “processo civilizacional capitalista”, que então se espalhava. Contudo, esses emigrados também eram, além de capitães do empreendedorismo, avôs e pais carinhosos. Algumas das lembranças coletadas falam de canções alsacianas murmuradas baixinho, numa língua incompreensível. Falam do vento batendo no lustre da sala, do aroma dos bolos da culinária francesa, da tradição estranha de se procurar uma estrela no céu. Falam de risos e de lágrimas. Falam do humano. Da carne e do odor de gente, matéria-prima do trabalho do historiador.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Andrade de. Revista *A Estrela* (1906-1921): meninas e mulheres contracenam em um álbum de virtudes e modelos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2009.
- ALMEIDA, Nilton Melo. **Judeus no Ceará (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Intermeios, 2016.
- ALVARENGA JÚNIOR, Eustáquio Gonzaga. **Terra Prometida nos trópicos: processo migratório, atividade mercantil e redes sociais na trajetória de um franco-judeu em Aracati (1897-1913)**, 2014. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- AMARAL, José R. **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: Edusp, 1993.
- APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. Niterói, RJ: EdUFF, 2008.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Napoleão Bonaparte e Portugal: patriotismo, revolução e memória política da resistência. In: \_\_\_\_\_. **Carnets, Invasions e Évasions: la France et nous, nous e la France**, número spécial automne-hiver. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011-2012, p. 13-28.
- BAIROCH, Paul. Comércio. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986, p. 277-303.
- BARBUY, Heloísa. O Brasil vai à Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **Anais do Museu Paulista**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 211-261, jan. 1996.
- BASSANEZI, Maria Sílvia; C. Beozzo. Migrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**, ed. Neide Patarra. São Paulo: FNUAP; NESUR; NEPO, S.A., 1996.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- BEREZIN, J. R. **Estudo diacrônico das fontes escritas**. São Paulo: Edusp, 1980.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria Ioriatti. 15. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BEZERRA, Ana Paula G. “Bons modos à mesa”: a inserção da elite aracatiense no processo civilizador capitalista através dos objetos de mesa e cozinha (1850-1890). In: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS, 1., 2014. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BEZERRA, Ana Paula G. **Capitalismo e elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 a 1890)**. 2015. 215f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

BEZERRA, Antônio. **A cidade de Aracati**. Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, para o ano de 1902, confeccionado por João Câmara. [S.l.:s.n.], 1902.

BLAY, Eva A. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. **Tempo Social - revista de sociologia da USP**, v. 21, n. 2, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

\_\_\_\_\_. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV a XVIII**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRENNER, Michael. **Breve história dos judeus**. Tradução de De Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Nação, Estado e Estado-Nação**. São Paulo: FGV, 2008.

BRITO, Fausto. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 5, n. 12, 1995.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

BUSINO, G. **Elites e Elitismo**. Porto: Rés Editora, 1992.

CARNEIRO, Maria Luiza T. **Antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **Brasil judaico: mosaico de nacionalidades**. São Paulo: Maayanot, 2013.

CARVALHO, Rodrigo J. Émile Zola e o naturalismo literário. **Revista Urutágua**, v. 5, n. 24, mai./jun./jul./ago. 2011.

CERDÁ, Ildfonso. **Teoría general de la urbanización y ensanches de Barcelona**. Barcelona: Centro de Estudios Constitucionales, 1968.

CHANG, H. J. **Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective**. Londres: Anthem Press, 2002.

CHARTIER, Roger. A fotografia como documento e suporte à construção da memória. In: BURGUIERE, A. (Org.). **Dicionário de ciências históricas**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1993, p. 407.

COELHO, Ricardo C. **Os franceses**. São Paulo: Contexto, 2007.

CORDEIRO, Hélio Daniel. **O que é Judaísmo?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

COSENZA, José P. Presença francesa no Brasil: análise dos livros arquivos contábeis da Casa Boris no período de 1872 a 1887. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 16, n. 51, p. 223-256, abr./jun. 2014.

CROCI, Federico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, pp. 13-39, 2008.

DASHEFSKY, A.; SHESKIN, I. (Eds.). **American Jewish Yearbook 2013: the annual record of the North American Jewish Communities**. Genève: Springer International Publishing Switzerland, 2014.

DO REGO, Junia Motta A. N. O Piauí na rota do comércio internacional: a presença dos comerciantes franceses no Sertão oitocentista. **Revista Eletrônica Informe Econômico**, Ano 1, n. 1, ago. 2013.

DOS SANTOS, Carlos Augusto Pereira. Conflitos e resistências no porto de Camocim – CE: ações de higienização e controle social (1920-1970). **Revista Historiar**, Ano 1, n. 1, 2009.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ed. 70, 1969.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador: uma história de costumes e formação do Estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAUSTO, Boris. **Negócios e Ócios: história da imigração**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lília M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **História Concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, Daniel C. **A Política Externa da Inglaterra: análise histórica e orientações perenes**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FERNANDES, Marisa. O Papel da Geopolítica na Posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, v. 5, n. 129, p. 263-267, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLORI, Jean. **Guerra Santa**: formação da ideia de Cruzada no Ocidente. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

FRANKLIN, Ruben Maciel. “**Gallegos**”, “**gombadres**” e **negócios**: os imigrantes libaneses na praça mercantil da cidade de Fortaleza – CE (1890 – 1930). 2011. 189f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

FREITAS, Antônio de Pádua S. **Interdependência e civilização nas cidades do Ceará**: os agentes e as coisas (1860/1930). Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano. 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. **Os ingleses no Brasil**: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Top Books Editora; UniverCidade, 2000.

FRISHER, Dominique. O Barão de Hirsch e a imigração judaica para o Novo Mundo. **Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v. 2, n. 1, pp. 128-134, jan./jun. 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GEIGER, P.P. O povo Judeu e o Espaço. **Território**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 85-104, jul./dez. 1998.

GILLIES, Ana Maria R. Shakespeare: história e política. In: SOCHODOLAK, Hélio; OLIVEIRA, Oséias de. **Ensino e Pesquisa de História**: abordagens e metodologias. Bauru, SP: Canal 6, 2013. p. 9-21.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: UFC; Casa José de Alencar Programa Editorial, 2000.

GIRÃO, Valdelice C. Estudos históricos e de evolução urbana da cidade de Aracati. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 35, n. 115, 2001, p. 35-50.

GONÇALVES, José Sidnei. Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX. **Revista Informações Econômicas**, v. 38, n. 2, fev. 2008.

GOULARTI FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XX. **Revista Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 409-434, nov. 2011.

GUABIRABA, M. C. de A. Ceará – a crise permanente do modelo exportador. In: LEMENHE, M. A. **Expansão e hegemonia urbana**: o caso de Fortaleza. Fortaleza: UFC, 1983, p. 110.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto de A. A dinâmica de crescimento da indústria de automóveis no Brasil: 1957/1978. **Revista de Pesquisa e Planejamento Econômico**, n. 10, p. 775-812, dez. 1980,

HAMILTON, Earl J. American treasure and the rise of capitalism (1500-1700). **Economica Magazine**, v. 5, n. 27, p. 338-357, nov. 1929,

HAUSSMANN, E. **Mémoires**. Paris: Harvard, 1891.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HIRSCH, Joshua. The Generation of Postmemory, **Poetics Today**, v. 29, n. 1, 2008, p. 103-128.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital – 1848/1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Impérios – 1875/1914**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HUBERMAN, Silvio. **Los Pasajeros del Weser: la conmovedora travesía de los primeiros inmigrantes judíos a la Argentina**. Buenos Aires: Sudamerica, 2014.

IRWIN, D. **Against the tide: an intellectual history of free trade**. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

JESSUA, Claude. **Capitalismo**. Porto Alegre: LP & M, 2011.

JUCÁ NETO, Clóvis R. **Primórdios da Urbanização do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC; Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maria Inês, KARSBURG, Alexandre, WEBER, Beatriz e FARINATTI, Luís Augusto (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2015.

KIRSCHBAUN, Saul. **Viagens de um Caminhante Solitário: Ética e Estética na obra de Samuel Rawet**. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2011.

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje**. Tradução de Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

KRUGMAN, P. R. **Industrial organization and international trade**. New York: Elsevier, 1989.

LACAPRA, Dominick. **Writing History, Writing Trauma**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

LÉON, Pierre. Le dynamisme industriel. In: BRAUDEL, F., LABROUSSE, E. **Histoire économique et sociale de la France**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. p. 581-618.

LEITE, A. C. O. **Algodão no Ceará**: estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880). Fortaleza: SECULT, 1994.

LERER, Bernardo. Aculturação, sim; assimilação, não. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (Org.). **Recordações dos Primórdios da Imigração judaica em São Paulo**. São Paulo: Maayanot, 2013.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: UNESP, 2015.

LESTSCHINSKY, Jacob, “Jewish Migrations, 1840-1956”, In: FINKELSTEIN, Louis (Coord.), **The Jews: Their History, Culture and Religion**. London: Peter Owen, 1961. p. 1537-1596.

LEVASSEUR, E. **Histoire du commerce de la France**: deuxième partie de 1789 a nous jours. Paris: Arthur Rousseau, 1912.

LIMA, Marcelo Alves de P. O “fascismo cordial” de Gustavo Barroso. **Revista Embornal**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 57-82, jan./jun. 2013.

LIPIETZ, Alain. O pós-fordismo e seu espaço. Tradução de Regina Silva Pacheco. **Espaço e Debates**, v. 5, n. 25, 1988.

LIPINER, Elias. **Gaspar da Gama**: um converso na frota de Cabral. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LIST, Federico. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril cultural, 1983.

MAcCRAKEN, Grant. **Cultura e consumo**: novas abordagens do caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p.103-117, jul./dez., 1993.

MILL, J. S. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MULLER, Jerry Z. **Os judeus e o capitalismo mundial**. Tradução de Marcelo Brandão. São Paulo: Saraiva, 2010.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins fontes, 1982.

NEUSNER, Jacob. **Introdução ao Judaísmo**. Tradução de Heliete Vaitsman. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

NOBRE, F. Silva. **1001 Cearenses Notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1981.

NOVINSKI, Anita. **Cristãos-novos na Bahia (1624-1654)**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

OLIVEIRA, João Emanuel L. Interesses em disputa: relações de força na comissão de socorros públicos do Aracati – CE na seca de 1877 a 1880. **Temporalidades**: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 3, n. 1, jan./jul. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais**: espetáculos da modernidade no século XIX São Paulo: Hucitec, 1997. (Estudos Urbanos).

PESSOA, Fernando. **Obras Escolhidas**: Mensagem, Poemas de Alberto Caeiro, Odes de Ricardo Reis, Poemas de Álvaro de Campos/Fernando Pessoa. Porto Alegre: L&PM, 2016, p. 276-277.

POLLACK, Griselda. Art/Trauma/Representation. **Parallax**, v. 15, n. 1, p. 40-54. Portal Turismo Francês. Disponível em: <<http://www.br.france.fr/pt-br/informações/o-turismo-judaico-na-franca>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

PÓVOA, Carlos Alberto. Uma abordagem da ambivalência cultural do judeu no espaço do não-judeu: a construção do lugar. **Espaço e Cultura**, n. 24, p. 19-32, jul./dez. 2008.

RATTNER, H. **Tradição e Mudança**: a comunidade judaica em São Paulo. São Paulo: Ática, 1977.

REIS, Ana Isabel R. P. C. **O espaço a serviço do tempo**: a Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará. 2015. 256f. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: \_\_\_\_\_. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SANTOS, A. C. A. Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história. **Revista Via Atlântica**, n. 4, p. 1-10, 2000.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, out. 2011.

SEYFERTH, Giralda. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. In: FABRI DEMARTINI, Zeila de B. e TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos, SP: Edufscar, 2005.

\_\_\_\_\_. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, out., 2011.

SILVA, Moacir F. **Geografia das estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1854-1954)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

SIMMEL, George. **O Estrangeiro**. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. 1889 – 1930. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1975. p. 345-390.

SORJ, Bernardo. **Judaísmo para todos**. Lisboa: Cotovia, 2010.

SPINELLI, José A. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó**: o Rio Grande do Norte na República Velha. Natal: CCHLA, 1992.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização**: ensaios. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STUDART, Barão de. **Datas e Factos para a História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001 (edição fac-similar).

\_\_\_\_\_. Extrangeiros e Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Ano 37, n. 15, 1918.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital estrangeiro no Brasil. Natal: UFRN Universitária, 1995.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**: micro-história. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

VELHO, Gilberto. Trajetória Individual e Campo de Possibilidades. In: \_\_\_\_\_. **Projeto e Metamorfose**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIDIGAL, Armando. Guerras da Unificação Alemã. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi. 15. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

WINNISCHOFER, Cristina Takatsu. **Casamentos entre católicos romanos e judeus: desafios de conviver com diferentes tradições religiosas e o de orientar os filhos na sua formação espiritual**. 2009. 156f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2009.

WOLFF, Egon e Frieda. **Os judeus no Brasil imperial**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

ZAIDAN, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papyrus, 1989.

## FONTES

### Almanaques comerciais:

- *Almanach do Cearense* – 1883 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional).
- Almanaque Comercial *Terra Cearense*. Fortaleza: publicação do Governo do Estado, 1925 (disponível no site: [www.ceara.pro.br/raridades/terra\\_cearense\\_1925.html](http://www.ceara.pro.br/raridades/terra_cearense_1925.html)).
- CD-ROM do Instituto do Ceará – Almanagues do Ceará: de 1897 a 1914.

### Arquivos:

- Arquivo Casa Boris (ACB). Diário n. 01: 1876-1882. Fortaleza/CE: *Boris Frères e Cia. Ltda*, 1000 p.
- Registro de Escritura de foros pertencentes ao Senado da Vila de Aracati – Ano 1756-1779. Arquivo Público do Estado do Ceará.
- Relatório de Presidente de Província, 10 de junho de 1865, p. 24. Arquivo Público do Estado do Ceará.

### Árvores Genealógicas:

- Árvore Genealógica da família Gradvohl (acervo particular de Roger Gradvohl).
- Árvore Genealógica da família Meyer (acervo particular de Lucile Mathilde Meyer Ferreira da Nóbrega).
- Árvore Genealógica da família Klein (acervo particular de Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho e Luciano Pinheiro Klein Filho).

### Cartas/correspondências comerciais:

- Carta traduzida do alemão (escrita em 23/09/1924) e pertencente ao acervo particular de Luciano Pinheiro Klein Filho, descendente de Henri Klein.
- Correspondências da *Alfândega e Mesa de Rendas de Aracati*. Localização: APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará). Dividida em 03 caixas do Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza – data crônica da documentação: de 1835 a 1893.
- Correspondência da *Casa Comercial Boris Frères*. Fundo: Boris Frères – correspondência recebida pela *Boris Frères* relativa a comerciantes da cidade de Aracati. Data crônica: 1872 a 1879, CCR. Arquivo Público do Estado do Ceará.

### Depoimentos orais – família Gradvohl:

- GRADVOHL, Roger. **Roger Gradvohl**: depoimento [nov. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior: 2016. Arquivo em MP3.

### Depoimentos orais – família Klein:

- FILHO, Antonio Carlos Pinheiro Klein. **Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho**: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.
- FILHO, Luciano Pinheiro Klein. **Luciano Pinheiro Klein Filho**: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.
- KLEIN, Antonio Carlos Pinheiro. **Antonio Carlos Pinheiro Klein**: depoimento [mai. 2016]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2016. Arquivo em MP3.
- KLEIN, Luciano Pinheiro. **Luciano Pinheiro Klein**: depoimento [ago. 2017]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2017. Arquivo em MP3.

**Depoimentos orais – família Meyer:**

- ALBUQUERQUE, Daisy Meyer Cavalcante de. **Daisy Meyer Cavalcante de Albuquerque**: depoimento [out. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.
- FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [abr. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.
- FACÓ, Heloísa Meyer Alves. **Heloísa Meyer Alves Facó**: depoimento [mai. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.
- FILHO, Antero Pereira. **Antero Pereira Filho**: depoimento [jul. 2014]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2014. Arquivo em MP3.
- NÓBREGA, Lucile Mathilde Meyer Ferreira da. **Lucile Mathilde Meyer Ferreira da Nóbrega**: depoimento [out. 2012]. Entrevistador: Eustáquio Gonzaga Alvarenga Júnior. Fortaleza: 2012. Arquivo em MP3.

**Enciclopédias:**

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume XVI. Rio de Janeiro: 1959.

**Fotografias:**

- Acervo do *Arquivo Nirez*.
- Acervo particular da família Klein.
- Acervo particular da família Meyer.
- Acervo particular da família Gradwohl.
- Acervo particular de Antero Pereira.
- Acervo particular de Netinho Ponciano.

**Inventários:**

- Inventário de Jacques Klein, 1920, cx. 41/Proc. 02, fl. 48/Cartório de Aracati/APEC.
- Formal de partilha de Zilda Meyer Ferreira (extraído dos autos do processo de número 334, do ano de 1949, tramitado na 3ª Vara da Comarca de Fortaleza, capital do Ceará). Acervo particular de Lucile Mathilde Meyer Ferreira da Nóbrega.

**Livros de memória:**

- BARROSO, Gustavo. **Liceu do Ceará (segundo volume de memórias)**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1940.
- BEZERRA, Agamenon. **Jacques Klein**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.
- FERNANDES, Leônidas Cavalcante. **Aracati**: o que pouca gente sabe. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- LIMA, Abelardo Costa. **Terra Aracatiense**. 2ª ed. Fortaleza: IOCE, 1979.
- SILVA, José Correia da. **O Aracati que eu vivi**. Mossoró: GL Gráfica e Editora, 2011.

**Livros-caixa:**

- Livro-caixa da firma *Costa Lima e Myrtil*, Aracati, anos de 1915 a 1918. Acervo particular de Lucile Mathilde Meyer Ferreira da Nóbrega.

**Jornais da época:**

- Trecho do jornal *A República*, publicado em Fortaleza em 13/01/1906, p. 01. Fonte: <http://www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> (acesso em 15/08/2016).
- Trecho do jornal *A Semana*, publicado na cidade de Aracati em 06/04/1918, p. 04. Fonte: <http://www.casadaculturade aracati.org.br/hemeroteca.html> (acesso em 12/10/2016).
- Trecho do jornal *Echo do Povo*, publicado na cidade de Fortaleza em 09/11/1879, p. 02. Fonte: <http://www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> (acesso em 15/08/2016).

- Trecho de anúncio do jornal *Libertador – diario da tarde* (Fortaleza, 13/02/1887, anno VII, número 44, p.01). Fonte: <http://www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> (acesso em 13/07/2016).
- Trecho de anúncio da firma *Myrtil Meyer* publicado no jornal *O Aracaty* (Aracati, 26/06/1909, p. 03). Fonte: acervo de Antero Pereira.
- Trecho do jornal *O Sol*, publicado em Aracati, em 09/01/1910, p. 02. Fonte: <http://www.casadaculturade aracati.org.br/hemeroteca.html> (acesso em 12/10/2016).
- Trecho do jornal *O Sol*, publicado em Aracati, em 29/05/1910, p. 02. Fonte: <http://www.casadaculturade aracati.org.br/hemeroteca.html> (acesso em 12/10/2016).
- Trecho do jornal *O Sol*, publicado em Aracati, em 20/06/1910, p. 02. Fonte: <http://www.casadaculturade aracati.org.br/hemeroteca.html> (acesso em 12/10/2016).
- Trecho do jornal *O Tempo*, publicado na cidade de Aracati em 24/04/1914, p. 03. Fonte: <http://www.casadaculturade aracati.org.br/hemeroteca.html> (acesso em 12/10/2016).
- Trecho de anúncio encontrado no jornal *Pedro II*, publicado na cidade de Fortaleza em 13/07/1870, p. 01. Fonte: <http://www.bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital> (acesso em 13/04/2016).

#### **Revistas do Instituto do Ceará (CD-ROM):**

- MOTA, Leonardo. Datas e Factos para a História do Ceará (continuação da obra de igual título, do Barão de Studart). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1951, p. 45.
- SOUSA, José Bonifácio. Para a história financeira do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1963, p. 91.

#### **Revista da Academia Cearense de Letras:**

- GIRÃO, Raimundo. Franceses no Ceará. **Revista da Academia Cearense de Letras**, n. 13, 1953, p. 72-84.

#### **Revistas de Aracati:**

- Revista *A Estrella*, outubro de 1909, n. 82, p. 01. Fonte: acervo do Solar das Clotildes, Aracati, Ceará.

## GLOSSÁRIO

**Antissemitismo:** Ódio aos judeus.

**Asquenazim ou asquenaze:** Judeus que se estabeleceram no norte da França, Alemanha e Europa ocidental e seus descendentes de Israel e EUA.

**Assimilação:** Perda de originalidade da identidade judaica na cultura dominante, de inspiração gentia.

**Bar Mitzvah:** Cerimônia de chegada à maioridade religiosa dos rapazes, ao completarem 13 anos.

**Bat Mitzvah:** Cerimônia de chegada à maioridade religiosa das moças, ao completarem 12 anos.

**Cacher ou kosher:** Alimentos próprios para consumo do ponto de vista judaico, pois foram preparados de acordo com o cacherut (conjunto de leis relativas à alimentação).

**Casamento misto:** Casamento entre uma pessoa de origem judaica e outra de origem gentia.

**Diáspora:** Conjunto de comunidades judaicas que vivem fora da terra de Israel. Diversas migrações experimentadas pelos judeus, ao longo do tempo.

**Emigrante:** É aquele que experimenta o êxodo, a diáspora. Emigração é o êxodo de indivíduos ou grupos, considerado do ponto de vista do país de origem. No âmbito sociológico, a emigração consiste no abandono voluntário do seu país de origem, por motivos políticos, econômicos ou religiosos.

**Gentios (Goim):** Pessoas de origem não-judaica.

**Guet:** Divórcio permitido pela religião judaica.

**Gueto:** Bairro separado de outros, onde os judeus viviam em determinadas cidades.

**Grão-Rabino:** Principal autoridade religiosa de uma determinada comunidade.

**Hupá:** Pequeno pálio erguido sobre os noivos durante o casamento judaico.

**Ídiche:** Principal dialeto falado pelos judeus asquenazitas da Europa Ocidental, do Leste e da Rússia.

**Imigrante:** Imigração significa a entrada de indivíduos ou grupos, considerados do ponto de vista do país que os recebe. O termo imigração só se aplica a pessoas que pretendem fixar residência no país adotivo, participando da vida social.

**Iom Kipur:** Dia do perdão no judaísmo. Sucede ao Rosh Hashanah, após um hiato de dez dias.

**Ishuv:** Comunidade de judeus estabelecida em determinado lugar, onde há uma sinagoga como centro religioso e cultural.

**Jejum:** Dia de abstinência da ingestão de alimentos, geralmente ligado ao “Pessach” (Páscoa dos judeus).

**Katitía:** Idioma falado pelos judeus marroquinos.

**Kipá:** Pequeno chapéu usado em ocasiões solenes, como forma de respeito a Deus.

**Ladino:** Chama-se idioma ladino à língua falada pelos judeus sefarditas ibéricos. Essa língua contém elementos do português, do castelhano e do hebraico.

**Menorá:** Candelabros sagrados, que possuem sete braços e são frequentemente encontrados nos serviços religiosos judaicos.

**Patriarcas:** Antepassados do povo judeu: Abraão, Isaac e Jacob (Israel).

**Pesah ou Pessach:** Páscoa dos judeus. Passagem.

**Pogrom:** Massacres, normalmente de judeus, efetuados no século XIX e início do século XX, na Rússia e na Polônia.

**Rolo da Torá:** Rolo de pergaminho no qual o Pentateuco se encontra escrito.

**Rosh Hashanah:** Ano Novo judaico.

**Sefardim ou sefaradita:** Judeu de origem ibérica que emigrou para a Europa central ou para o norte da África.

**Shabat:** Dia de descanso na religião judaica, simbolizando o sétimo dia no “Gênesis”, após os seis dias da Criação.

**Shalom:** Saudação hebraica. Possui vários sentidos: “olá”, “até mais” ou “a paz esteja com você”.

**Shoá:** Extermínio em massa dos judeus perpetrado pela Alemanha Nazista.

**Shtetl:** Aldeia na Europa oriental habitada majoritariamente por judeus.

**Sinédrrio:** Supremo tribunal religioso dos judeus na era do Segundo Templo e no período que se lhe seguiu.

**Sinagoga:** Edifício onde é prestado o culto.

**Torá:** Revelação de Deus aos judeus; Lei Judaica; Pentateuco.